

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A NÃO-INDIFERENÇA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:
a maneira de intervir da diplomacia Lula da Silva.

LEONARDO MIGUEL ALLES

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A NÃO-INDIFERENÇA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:
a maneira de intervir da diplomacia Lula da Silva.

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEONARDO MIGUEL ALLES

Orientador: Professor Dr. Raúl Enrique Rojo

Porto Alegre

2011

LEONARDO MIGUEL ALLES

A NÃO-INDIFERENÇA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:

a maneira de intervir da diplomacia Lula da Silva.

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Raúl Enrique Rojo (Orientador) – PPG Relações Internacionais - UFRGS

Professor Dra. Ondina Fachel Leal – PPG Relações Internacionais - UFRGS

Professor Dr. Rodrigo Stumpf González – PPG em Ciência Política - UFRGS

Professor Dr. Rafael Antonio Duarte Villa – PPG Relações Internacionais - USP

A Helena Maria e Lenio Miguel,
com meu afeto, sempre;

A Anne Laure, *mon chemin*.

La politique la plus coûteuse, la plus ruineuse, c'est d'être petit.

Charles de Gaulle

No mundo de hoje, mais do que o poder duro das armas vale o poder suave da dimensão de mercado, das tecnologias, da cooperação técnica, das informações, da capacidade de penetração cultural.

Celso Lafer

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente ao professor e orientador Raúl Enrique Rojo, seu conhecimento imensurável e sua humildade são raros. As reuniões de orientação representaram momentos de muito aprendizado, que contribuíram imensamente na minha transição do campo das Ciências Jurídicas e Sociais para o das Relações Internacionais. O resultado desta dissertação não teria sido o mesmo sem a sua orientação.

Agradeço aos professores doutores Carlos Schmidt Arturi e Carla Brandalise pelas valiosas contribuições realizadas durante a qualificação do meu projeto de pesquisa, pois todas as críticas e sugestões foram importantes para a melhor delimitação do meu trabalho.

Agradeço à professora Doutora Maria Susana Arrosa Soares, cuja dedicação ao programa de mestrado é admirável e que tanto insistiu na utilização de fontes primárias para uma boa pesquisa. Agradeço à professora Doutora Martha Jimenez que me orientou durante o estágio docente.

Ao Mestrado em Relações Internacionais e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me oportunizaram todas as condições necessárias para realizar meus estudos. Aproveito a oportunidade para agradecer aos funcionários e às bolsistas da secretaria do programa, em especial a Maria Beatriz Accorsi que sempre prestou todo o auxílio necessário aos alunos da forma mais atenciosa. Agradeço aos bolsistas e à funcionária Vera Silva do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP) que realizam um valioso trabalho nessa biblioteca.

Agradeço a *Swedish International Development Cooperation Agency* (SIDA), cujo programa de intercâmbio Linnaeus-Palme me oportunizou estudar na Universidade de Estocolmo, onde tive acesso a uma excelente plataforma de artigos científicos. Agradeço aos professores Doutores Andrés Rivarola, Ilja Viktorov e Ulf Jonsson, daquela instituição, que prestaram todo o auxílio de que precisei na Suécia, e igualmente à professora-visitante do nosso programa de mestrado Dra. Ondina Fachel Leal.

Agradeço aos colegas de mestrado com quem convivi durante dois anos e que se tornaram grandes amigos. Ao Lévi Salomão Matsinhe, que trouxe uma importante visão acerca do continente africano e de seu país: Moçambique. Ao George Sturaro que sempre instigou edificantes debates e pela companhia em congressos. Ao Kleber Galerani pela parceria em estudos extra-classe e exemplo de vida. Ao Robson Valdez pelas conversas

enriquecedoras. Não poderia deixar de mencionar outras pessoas que contribuíram nesta caminhada: Fabrício Ferreira Loose, Diego Rafael Canabarro, Marc Antoni Deitos, Carolina Belmar, Edson José Neves Júnior, Silvana Simon e ao Bruno Mendelski. A todos o meu obrigado.

Recordo e agradeço aos grandes amigos Gökmen Tuna Becerik, Guilherme Vendrusculo, João Francisco Bustamante, Lívia Pinaud, Monica Grewe, Maurício Barragán, Nicola Björk, Nicolas Castagno, Olívia Bertolino, Remi Dagonne, Renan Della Costa, Sara Soulignac, que acompanharam os meus esforços.

Agradeço aos meus pais Helena Maria Muratore Alles e Lenio Miguel Alles, às minhas irmãs Adriane Lenise Alles e Viviane Letícia Alles, aos meus cunhados Helio Pilla e Eduardo Alberto Tedesco, pelo apoio e companheirismo durante essa jornada. Ao Dudu, *mon fileull*, que alegra a casa com suas visitas semanais.

Por fim, a minha querida Anne Laure por todo apoio moral apesar da distância.

RESUMO

Esta dissertação analisa uma novidade introduzida na política externa brasileira pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva: a não-indiferença. Esta diretriz surgiu como contraponto ao princípio da não-intervenção, no entanto o governo não delimitou adequadamente como aplicá-la, tendo em vista que em contextos similares a diplomacia Lula tomou atitudes diferentes. Para isso, são estudados sete casos de atuação do Brasil com relação a outros países: Venezuela, Bolívia, Paraguai, Honduras, Cuba, Irã e Haiti. A hipótese que orientou este estudo é de que na busca por aumentar o perfil político do Brasil, representado pela candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo brasileiro exerceu um excessivo ativismo que exigiu esforços políticos (omitindo-se inclusive em questões sobre direitos humanos), financeiros e militares. A diplomacia da solidariedade surge nesse contexto como justificativa à mediação de crises, cooperação técnica e até mesmo à intervenção, da qual o engajamento brasileiro no Haiti seria o melhor exemplo devido a sua multidimensionalidade.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira – Lula da Silva – Não-indiferença – Diplomacia da Solidariedade – Conselho de Segurança da ONU – Venezuela – Bolívia – Paraguai – Honduras – Irã – Haiti.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes an innovation in Brazilian foreign policy introduced by the Lula da Silva administration: the non-indifference. This guideline emerged in opposition to the principle of non-intervention, however the government did not define it properly nor have created rules to enforce it, considering that Lula`s diplomacy had different approaches to similar situations. To find out more about this trend, it was chosen seven case studies in which Brazilian foreign policy had to cope with other countries, such as: Venezuela, Bolivia, Paraguay, Honduras, Cuba, Iran and Haiti. The hypothesis which has oriented this research addresses that in order to increase Brazil`s political profile, represented by the pursue for a permanent seat in the United Nations Security Council, the government has excessively raised its initiatives abroad which required political (neglecting human rights), financial and military efforts. The diplomacy of solidarity emerges as an argument to justify the Brazilian role in peace talks, cooperation measures and even intervention, which makes Haiti the best example due its multidimensionality.

Keywords: Brazilian Foreign Policy – Lula da Silva – Non-indifference – Diplomacy of Solidarity – United Nations Security Council – Venezuela – Bolivia – Paraguay – Honduras – Iran – Haiti.

LISTA DE ACRÔNIMOS

AA	Ajuda Alimentar
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACDI	Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional
AECI	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AH	Assistência Humanitária
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALBA	Alternativa Bolivariana das Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AOD	Assistência (ou Ajuda) Oficial para o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BRIC	Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China
CARICOM	Comunidade do Caribe
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CCDHRN	Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional
CDH	Comissão de Direitos Humanos da ONU
CDHONU	Conselho de Direitos Humanos da ONU
CC&T	Cooperação Científica e Tecnológica
CF	Cooperação Financeira
CEP	Conselho Eleitoral Provisório
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CT	Cooperação Técnica
CTPD	Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
DPKO	Departamento de Operações de Paz da ONU
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da ONU
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul
G-4	Grupo de países candidatos a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão
IBAS	Fórum de Diálogo que congrega a Índia, o Brasil e a África do Sul
ICISS	Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal
IPRI	Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais
MD	Ministério da Defesa
MP	Medida Provisória
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIF	Força Multinacional Provisória
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organização Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PD	Países Desenvolvidos
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PM	Potências Médias
PT	Partido dos Trabalhadores
R2P	Responsabilidade de Proteger
RSF	Repórteres sem Fronteiras
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UA	União Africana
UCI	Unidade Caótica Ingovernável
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Gráfico 1	Evolução das Viagens Presidenciais	33
Figura 1	“Presidencialização” da política externa	34
Tabela 1	Lista dos 10 Maiores Doadores Internacionais em 2009	53
Figura 2	Mapa da “Meia Lua Opositora” na Bolívia	66
Gráfico 2	Evolução do orçamento da ABC para a CTPD entre 2001 a 2010	115
Gráfico 3	Evolução da Cooperação Brasileira (em projetos)	116
Tabela 2	Intercâmbio Bilateral Brasil- Haiti	118

SUMÁRIO

	Introdução	13
1	As Estratégias de Inserção Internacional de uma Potência Média	17
1.1	A Potência Média e a sua Política Externa	17
1.2	Da Não-Intervenção à Não-Indiferença: a Conformação de um Novo Princípio	21
1.3	Uma Taxonomia para a Cooperação Técnica: um Instrumento a Serviço da Diplomacia Brasileira	25
2	As Mudanças e as Permanências na Política Externa Brasileira	29
2.1	A Diplomacia Presidencial: uma Busca por Prestígio?	31
2.2	A Troika de Política Externa do Presidente	37
2.3	A Busca pelo Assento Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas	42
2.4	A Não-Indiferença na Política Exterior brasileira	50
2.4.1	Do Grupo de Amigos da Venezuela à Rivalidade Regional	55
2.4.2	Da Nacionalização dos Hidrocarbonetos à Potência Regional Pacificadora: Dois Momentos da Diplomacia Lula junto à Bolívia	62
2.4.3	A Diplomacia Solidária além da Ponte da Amizade	69
2.4.4	A Deposição de um Presidente na América Central: um Desafio Hondurenho à Diplomacia Brasileira	74
2.4.5	Direitos humanos? Como a Diplomacia Lula Olvidou esse Tema em Relação a Cuba	80
2.4.6	A Diplomacia do Brasil com o Irã: uma Relação Bilateral Arriscada	84
3	A Atuação Brasileira no Haiti	93
3.1	Haiti: do Passado ao Presente	93
3.1.1	Da Descoberta à Independência	93
3.1.2	A Ocupação Norte-Americana no Haiti: um Reflexo da <i>Big Stick Policy</i>	95
3.1.3	O Período Duvalier: uma Ditadura Hereditária	96
3.1.4	O Governo da Junta Militar	97
3.1.5	O Breve Governo de Jean-Bertrand Aristide	98
3.1.6	Os Militares no Poder: uma Vertente Cíclica da Política Local	99
3.1.7	O Retorno de Aristide e o Governo de René Préval	100
3.1.8	O Segundo Governo de Aristide	102
3.1.9	O Governo Transitório	103
3.1.10	O Segundo Governo Préval	104
3.2	O Engajamento Brasileiro na MINUSTAH	105
3.3	O Haiti: um Teste para o Governo Brasileiro	111
3.4	A Cooperação Técnica Brasil-Haiti	114
3.5	As Perspectivas para Atuação Brasileira Pós-Terremoto de Janeiro de 2010	118
	Considerações Finais	124
	Referências	127
	Anexo I – Entrevista com o Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha	156
	Anexo II – Cabos Diplomáticos Publicados pelo Sítio Eletrônico Wikileaks	160
	Anexo III – Resoluções do CSNU sobre a Intervenção no Haiti após 2004	206
	Anexo IV – Programas de Cooperação Realizados pelo Brasil no Haiti	213

INTRODUÇÃO

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil representou o desejo da maioria dos eleitores por mudanças na área social. Porém, as políticas implementadas logo no início de seu primeiro mandato correspondem a um aprofundamento das iniciativas de seu antecessor e a continuidade da política econômica de Cardoso. Diante do pouco espaço para inovações no plano doméstico, o governo Lula encontrou na política exterior um campo propício para realizar uma gestão mais condizente com as diretrizes fundacionais do Partido dos Trabalhadores.

A diplomacia Lula buscou uma inserção internacional com vistas, ostensivamente, a ampliar o perfil político do país e, sem confessá-lo, mas de maneira igualmente evidente, contribuir a que o presidente adquirisse estatura de estadista. Nesse quadro, a candidatura por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ganhou destaque, exigindo do Brasil e de seu mandatário um maior protagonismo. Uma vertente dessa política externa enseja um estudo analítico, no que respeita seu caráter solidário, ou como a chamou o então Chanceler Celso Amorim: “não-indiferente”. A expressão surgiu no discurso oficial sem que houvesse uma delimitação apropriada, apenas como um contraponto ao princípio da não-intervenção que se encontra na Constituição Federal.

Este trabalho busca justamente analisar a política da “não-indiferença” e a influência da cena internacional que resultou na conformação de uma diretriz propícia ao maior engajamento do governo brasileiro em assuntos externos, em especial como um país cuja diplomacia é voltada para a resolução de crises e conflitos. O período que será analisado corresponde aos dois mandatos de Lula (2003-2010). No entanto, em razão da concordância com Marcel Merle (1987) no sentido de que em regimes democráticos podemos observar mais continuidades do que mudanças, alguns temas pontuais fora desse lapso temporal serão abordados quando pertinentes ao assunto.

Para revelar essa vertente diplomática brasileira a pesquisa está dividida em três seções. Na primeira são abordadas as estratégias de inserção internacional disponíveis a um país de limitados recursos de poder, como é o caso do Brasil. Assim, é realizado um mapeamento das políticas de “poder brando” (*soft power*) e de “poder inteligente” (*smart power*) levadas adiante pelo Brasil, tais como uma diplomacia voltada a paz, mesmo que em determinados momentos exija interferências em assuntos internos de outros países, sob a

denominação de “não-indiferença”. Como dito, além de justificar as intervenções do governo brasileiro, esse discurso oficial também é utilizado em casos que possam angariar prestígio para o país e seus governantes na arena internacional, podendo desempenhar, nesse aspecto, um papel importante: a cooperação técnica.

O segundo capítulo aborda as continuidades e mudanças da política exterior brasileira com relação ao período Cardoso. Em diversos temas, percebe-se que o governo Lula buscou uma nova nomenclatura para se diferenciar da gestão anterior. A diplomacia do país foi marcada por uma vertente presidencial e pela “pluralização de atores”, cujos principais protagonistas foram o Ministro das Relações Exteriores, o Secretário-Geral do Itamaraty e o Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais. A política externa elaborada por esses atores teve como meta elevar o perfil político do Brasil. Nesse sentido a busca pela liderança regional nas Américas do Sul e Central, bem como por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas justificaram o desempenho do papel de intermediador em crises e conflitos por que passaram outros países. No intuito de angariar prestígio ao país para esses dois objetivos fizeram com que o governo brasileiro olvidasse o tema dos direitos humanos, pois criticar Estados com *gaps* nesse tema poderia prejudicar as intenções do governo. Para revelar os significados dessa política foram escolhidos sete casos em que o governo brasileiro teria se pautado pela não-indiferença, conforme os pronunciamentos de Celso Amorim e a doutrina de Ricardo Seitenfus: a atuação do Brasil na Venezuela, Bolívia, Paraguai, Honduras, Cuba, Irã e Haiti (que será tratado em um capítulo próprio).

O terceiro capítulo trata do engajamento brasileiro no Haiti. A complexidade político-social desse país exigiu um breve histórico para tornar inteligíveis os fracassos da comunidade internacional em ingerências anteriores. A intervenção brasileira no Haiti propõe uma abordagem diferente, atacando não apenas a crise institucional, mas as suas causas por meio de diversos projetos de cooperação. Essa visão está correlacionada, não apenas à diplomacia solidária, como também a proximidade dos sessenta anos da ONU, um período marcado por debates acerca de uma ampla reforma institucional que poderia incluir o Brasil no Conselho de Segurança. Essa meta levou o governo Lula a desconsiderar a Constituição Federal para permitir a atuação do país fora de sua tradicional área de influência sul-americana. Os custos superaram as expectativas iniciais, porém compensáveis na visão de Brasília, uma vez que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil, atingia seus objetivos. O terremoto de 2010 mudou a situação, pois o governo Lula não

apenas teve que adiar a saída do país, como precisou investir vultosas cifras para demonstrar o seu comprometimento com o Haiti.

A pesquisa foi realizada com base em documentos primários e secundários. Entre as fontes primárias estão discursos e declarações do primeiro escalão do governo Lula; telegramas das embaixadas brasileiras em Assunção, Caracas, La Paz e Porto Príncipe; documentos oficiais de diferentes órgãos do Governo Federal, das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos; sem olvidar tratados internacionais e a própria Constituição Federal brasileira. Outra fonte que contribuiu para este trabalho foi o sítio eletrônico Wikileaks onde foram publicados os cabos das embaixadas norte-americanas (sem a permissão do governo daquele país e que abalou o mundo diplomático em 2010), esse recurso representou o que Graham Allison chamaria de “abertura da caixa preta”, pois nesses documentos constam informações sobre os bastidores de inúmeros momentos da diplomacia brasileira. Além disso, a entrevista realizada com o professor da Universidade Nacional de Brasília (UNB), Antonio Jorge Ramalho da Rocha, também significou um recurso tão profícuo quanto os anteriores.

Em relação às fontes secundárias, foram utilizados livros, artigos científicos, dossiês elaborados por *think tanks* internacionais e periódicos de circulação global, bem como sítios eletrônicos. As obras de Bertrand Badie (“Um Mundo sem Soberania: os Estados entre o Artificio e a Responsabilidade”, “O Diplomata e o Intruso: a Entrada das Sociedades na Arena Internacional”) e as de Marie Claude Smouts, aliados aos textos de Raúl Enrique Rojo, forneceram importante contribuição para uma leitura sociológica das Relações Internacionais, que foi igualmente influenciada pelos conceitos de Joseph Nye. O substrato teórico ainda recebeu a influência de Paul Williams e Tim Murithi.

Em virtude da delimitação temporal recente, muita informação acerca da diplomacia Lula se encontra dispersa em artigos de periódicos científicos, em artigos de jornais e de revistas tanto nacionais quanto do exterior. Diversos deles redigidos por diplomatas, membros do primeiro escalão do governo que oportunizaram explicar a visão oficial ou mesmo criticá-la, ao relatarem os interesses em jogo, os papéis desempenhados pelo Brasil e como os fatos se desenrolaram.

Em relação à intervenção brasileira no Haiti, devido a sua atualidade existem poucas obras editadas a este respeito, pois geralmente o tema é abordado sob a perspectiva das Nações Unidas. No entanto, duas obras se destacam: a de Vladimir Valler Filho (O Brasil e a Crise Haitiana: A Cooperação Técnica como Instrumento de Solidariedade e de Ação

Diplomática) e a de Carlos Alfonso Iglesias Puente (A Cooperação Técnica Horizontal como Instrumento de Política Externa). Dossiês e artigos publicados por *think tanks* internacionais também corresponderam a uma valiosa fonte de informações para revelar os nuances da política exterior do governo Lula.

Referente às normas técnicas, as citações obedecem ao sistema Chicago, deixando as notas de rodapé para detalhar pontos marginais ao argumento desenvolvido tais como explicações, remissão a documentos que se encontram em algum dos anexos e o interior teor de citações diretas, cujo excerto original é proveniente em língua inglesa.

1 As Estratégias de Inserção Internacional de uma Potência Média

O ativismo das potências médias (PM) tem demonstrado que elas podem influenciar a agenda internacional de modo substantivo, embora nem sempre de acordo com as suas necessidades. Nesse sentido, suas políticas externas tem se caracterizado pela articulação de parcerias estratégicas com outros países ou blocos político-econômicos, bem como à criação de fóruns (alguns considerados “minilaterais” pelo diminuto número de integrantes). Essas iniciativas ocorrem *pari passu* aos meios diplomáticos já consolidados, em especial, os organismos internacionais. Com o intuito de obter maior prestígio dentro dessas instituições, esses países recorrem a um leque de medidas que podem melhorar seu perfil político.

Para a compreensão das PM e das opções políticas de que dispõem para angariar prestígio dentro e fora dos organismos internacionais é forçoso tratar de alguns aspectos conceituais.

1.1 A Potência Média e a sua Política Externa

A expressão potência média surge no período pós-Segunda Guerra para denominar países que ocupavam uma posição intermediária dentro do sistema internacional, por não possuírem dos recursos disponíveis apenas para uma potência de tipo hegemônico¹, à época o Canadá e a Austrália eram enquadrados nessa categoria. Embora o conceito tenha surgido durante a Guerra Fria, ele ganhou sobrevida com o surgimento de novos casos de figura: Brasil, Índia e África do Sul (GRATIUS, 2007; BADIE 2009).

Durante o conflito bipolar as potências médias atuavam de forma coadjuvante ou eram relegadas ao anonimato. Países de bons índices socioeconômicos não desempenhavam grande influência em um sistema que privilegiava a capacidade militar. Esse fator fez com que as PM desenvolvessem uma diplomacia reativa aos dois pólos de poder. Foi a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim que representou o fim da Guerra Fria, que os países de médio porte desfrutaram de maior autonomia para promover políticas externas próprias, fazendo uso da

¹ Gratius (2007) trabalha com uma hierarquia internacional baseada em quatro categorias de poder: superpotência, grande potência, potência média e potência pequena.

interdependência complexa² (BADIE 2009; KEOHANE; NYE, 2001). Essas potências foram responsáveis por novas pautas na agenda internacional e, em diversas oportunidades, buscaram exercer algum tipo de hegemonia ou de liderança regional. Os atentados terroristas de onze de setembro de 2001 exigiram um considerável esforço de guerra aos Estados Unidos (Guerra ao Terror), esse fato também permitiu novas oportunidades de atuação às PM.

Diante da dificuldade de mensurar recursos de poder, Badie (2009) propõe que os Estados somente sejam categorizados como PM na medida que busquem desenvolver uma política externa própria, divergente da do *hegemon*. Devido à carência de determinados recursos, esses países podem adotar o que chama de “diplomacia de nicho”, que consiste em concentrar recursos em áreas específicas capazes de resultar em ganhos maiores ao invés de atuar em todos os campos diluindo o esforço e os resultados (BADIE, 2009; COOPER et al, 1993).

Duas seriam das opções das potências médias para se firmarem na arena internacional. A primeira consistiria em exercer o papel de liderança em sua região geográfica, caso ocorra um “vazio de poder próprio”. A segunda exigiria que as potências médias optassem por uma diplomacia de cunho mais abrangente. Nesse sentido, utilizando-se da retórica pode resultar mais profícuo ao país desempenhar um papel de mediador de conflitos, dotado de *savoir faire* diplomático, oferecendo empréstimos e ajudas condicionadas, conformando assim redes de toda sorte³ (BADIE, 2009). Dessa maneira, o poder se transmuta em influência, deixando o uso da força para questões relativas à paz por ser um recurso oneroso. Susanne Gratius, pesquisadora da *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior* (FRIDE), conseguiu equacionar as duas estratégias para definir a política do Estado brasileiro, *in verbis*: “Assim como a União Europeia, o Brasil, como *soft power* e *potência regional cooperativa*, acredita ferreamente que a *integração entre Estados* e a *negociação entre partes conflitantes* é o melhor caminho para promover a *democracia* e a *paz no mundo*” (GRATIUS, 2007).

Uma diplomacia voltada à paz permite às PM se distanciarem da superpotência, combatendo as tendências belicosas desta, ou, ao menos, a se apresentarem como pólos alternativos que rechaçam o conflito armado. Essa visão as projeta no plano externo, tornando-as influentes e dotadas de prestígio. O aumento da sua autoridade moral pode

² A interdependência complexa corresponde: à utilização de canais múltiplos (Estados, ONGs, Organismos Internacionais...); a uma agenda desprovida de hierarquia (na qual os temas militares não são mais prevalentes); solução de contendas por outros meios que não exijam o uso da força.

³ Esses Estados adotariam posturas de *good international citizenship* (COOPER, 1993).

resultar numa maior autonomia frente à superpotência, implicando em reorientações de visão política, bem como na ascensão de atores internos que desagradam a Washington em uma audaciosa “desclientalização” (BADIE, 2009).

Ao implementarem uma política exterior autonomista, as PM colocam em xeque uma noção bastante comum às ciências sociais: a da estabilidade, fragilizada como consequência dos inevitáveis conflitos de interesses que desgastam as relações entre governos, que multiplicam as crises diplomáticas, comprometendo a previsibilidade da política externa e prejudicando arranjos integracionistas (Ibidem). O caminho a ser trilhado inspira cuidados, pois a linha demarcatória entre uma política de competição e de contestação é bastante tênue, quiçá imperceptível⁴.

No intuito de angariar prestígio e ao mesmo tempo tranquilizar os demais membros da comunidade internacional, as PM se destacam por um estilo diplomático diferente das grandes potências. A liderança desempenhada pelas PM está assentada em formas de poder e de influência não estruturais, associadas ao uso inovador de suas capacidades diplomáticas (COOPER, 1993: 23-24; GRATIUS, 2007). Interessante a este respeito é a visão de Bertrand Badie (2009):

[...] a diplomacia das potências médias não segue a mesma avaliação que a diplomacia do *hegemon*. Quando esta se funda no poder, na força e em uma visão essencialmente geopolítica das relações internacionais, a diplomacia da potência média constrói sua análise em uma visão mais sociológica do espaço mundial, valorizando o papel das sociedades e dos atores sociais, considerando a capacidade de influência e reconstruindo a ideia de segurança, de acordo com os parâmetros globais. (g.n.)

Foi Joseph Nye quem desenvolveu o conceito de *Soft Power* (“Poder Brando”), caracterizando-o pela cooptação, em contraponto ao *Hard Power* (“Poder Duro”), fundado na coerção e no poder econômico. Na visão do autor, um Estado precisa ter a habilidade e a capacidade de moldar a vontade dos demais, para que eles adiram aos mesmos objetivos. Dessa forma, a imagem de um país é de suma importância. É preciso ressaltar, porém, que o “poder brando” não é um sinônimo de mera influência, pois vai além de persuadir pelo argumento⁵. Esse poder está baseado na atração, o que requer a comunhão dos mesmos

⁴ Conforme a visão de diplomatas norte-americanos publicados pelo sítio eletrônico *Wikileaks*, o governo Lula considera os EUA um rival ao invés de parceiro na América do Sul.

⁵ Max Weber, em sua obra “Economia e Sociedade”, analisou o discurso por meio da categoria “carisma da palavra”. Para o autor, o discurso é esvaziado de sentido à medida que não trata de assuntos específicos, enquanto o apelo emotivo apenas ressalta as faculdades carismáticas do orador (WEBER, 1992).

princípios e valores entre as partes (NYE, 2004). É forçoso ressaltar que o *soft power* não é exclusividade de diplomacias de tipo hegemônica, o próprio Nye discorreu acerca do “poder brando” brasileiro, *in verbis*:

As pessoas estão levando muito mais a sério o Brasil de hoje, do que há 20 anos. Isso é ‘soft power’. A evolução veio porque o País soube lidar com suas questões internas. Reduziu a inflação, adotou políticas econômicas responsáveis e promoveu um desenvolvimento bem estruturado. Países passaram a admirar o Brasil por causa disso (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010a).

Devido os inúmeros passivos diplomáticos acumulados pelo Estados Unidos durante a era George W. Bush, o *soft power* mostrou-se de baixa eficácia. Diante dessa conjuntura, Nye refletiu acerca de suas premissas, desenvolvendo a noção de *smart power* (“poder inteligente”), que combina elementos de *hard e de soft power* para que um determinado Estado possa atingir seus propósitos de modo mais célere e eficiente. (WILSON III, 2008; NYE, 2008a, 2008b).

Podemos afirmar que o *smart power* foi introduzido na política externa brasileira, cuja participação militar do país no Haiti se enquadraria nessa concepção de poder, uma vez que governo decidiu pelo engajamento na MINUSTAH com a finalidade de angariar prestígio à candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas⁶. Na visão de Gratius “*o Haiti inaugura novo horizonte regional – a MINUSTAH demonstra, por vez primeira o compromisso político, humanitário e militar do Brasil (em conjunto com outros países latino-americanos) para pôr fim a conflitos em sua vizinhança*” (GRATIUS, 2007) (g.n.). É importante ressaltar, no entanto, que as modificações no CSNU não dependem apenas dos esforços realizados pelos países candidatos, mas sim dos que o integram em caráter permanente (e esses não parecem ter pressa). De qualquer maneira, o bom desempenho brasileiro no Haiti é considerado decisivo para que o Brasil tenha chances reais a um assento permanente no CSNU. Além disso, essa missão representa uma mudança de paradigma na diplomacia brasileira, até então pautada pelo respeito à soberania e pela não-intervenção.

⁶ Conforme será abordado no estudo de caso da participação brasileira no Haiti, o Exército Brasileiro precisou utilizar a força para pacificar regiões de Porto Príncipe, bairros que comprometiam o sucesso da missão liderada pelo Brasil.

1.2 Da Não-Intervenção à Não-Indiferença: a Conformação de um Novo Princípio

Durante o governo Lula, a política externa brasileira foi pautada por um princípio não inscrito na Constituição Federal: o da não-indiferença, que segundo o chanceler Amorim seria uma nova interpretação do princípio da não-intervenção. Essa transição motiva uma breve análise de ambos os preceitos.

Os Tratados de Westfália de 1648 que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos resultaram na conformação de um sistema internacional de Estados-nacionais, amparado por um direito internacional secularizado (CARNEIRO, 2009). Essas unidades se caracterizam pela existência de um território, de uma população e de um governo que reclama com sucesso o monopólio da violência legítima e que exerce a soberania sobre sua extensão territorial. A soberania foi ficção jurídica utilizada para estabilizar as relações entre os países integrantes do sistema. No início ela estava depositada nas figuras dos soberanos até ser estendida ao povo a partir do momento (fim do século XVIII) em que os Estados modernos se “nacionalizaram” (BADIE, 1999).

A história europeia demonstrou que o juridicismo do conceito de soberania foi edificado sob frágeis premissas, pois não se evitaram as guerras no continente. No intuito de se conservar alheio a todas as tempestuosidades da Europa continental durante o século XIX, o império britânico difundiu o princípio da não-ingerência e uma visão soberanista da cena internacional. George Canning, chanceler britânico (1822-27), compreendeu que a paz na Europa e no mundo dependia da abstenção das potências europeias em utilizar a força umas contra as outras. Dotado de uma visão mais pragmática do que idealista, Canning buscou por todos os meios impedir intervenções da Santa Aliança⁷ nas colônias espanholas em território americano. Para alcançar seu objetivo, o chanceler inglês estimulou o então presidente norte-americano James Monroe (1817-1825) a criar uma política que repudiasse qualquer intervenção de uma potência europeia em solo americano, pois a paz era importante para os negócios ingleses e norte-americanos. Em 1823, o mandatário formula a doutrina Monroe, a famosa “América para os americanos” (BADIE 1999; MCCARTHY, 2007).

A não-intervenção (que legitimava os interesses da potência mais poderosa do mundo

⁷ Fundada por Rússia, Prússia e Áustria, e à qual aderiram após 1815 outras monarquias absolutas. A Aliança representava um movimento antiliberal, reacionário e supostamente cristão. Arquetizada como instrumento multilateral, serviria para a intervenção em Estados cujas independências ainda eram recentes (EVANS; NEWNHAM, 1998).

à época) foi incorporada na gramática da política externa dos novos países originados da descolonização. Essa obra de engenharia diplomática tinha duas finalidades: a primeira era tornar previsível aos demais membros da comunidade internacional que o país não engendraria guerras de expansão; a segunda seria a expectativa de que uma vez tendo aberto mão do recurso militar intervencionista haveria reciprocidade, em especial dos países mais poderosos em relação aos mais fracos (BADIE, 1999; DANESE, 2009).

No contexto bipolar a soberania e a não-intervenção foram flexibilizadas conforme os interesses das superpotências que não hesitavam em intervir tanto direta quanto indiretamente em países que faziam parte de suas respectivas esferas de influência. Com o fim da Guerra Fria, as assimetrias entre Estados poderosos e débeis se tornaram mais explícitas, pois a falta de um modelo econômico alternativo reduziu a importância estratégica de países que pudessem pender para o comunismo, desestimulando a ajuda internacional por parte do Ocidente. Oswaldo de Riveiro chamou esses países de “entidades caóticas ingovernáveis” (ECI), eis a sua explicação:

A ECI é caracterizada pelo colapso do controle do Estado sobre o território e a população. É uma entidade violenta onde a ordem pública não prevalece nem nas cidades nem nas áreas rurais. Todo o país se rebela contra o poder central. Regiões, províncias, cidades, carecem de um governo representativo e são controladas alternativamente por chefes militares, senhores da guerra, traficantes, inclusive ladrões, ou por qualquer tipo destes. O processo político evapora, a legalidade desaparece, as instituições representativas são substituídas pelas forças armadas, ou grupos rebeldes, ou máfias de traficantes de drogas. A população civil se torna cidadã da Cruz Vermelha Internacional, Caritas, Médicos Sem Fronteiras (MSF), centenas de ONGs, e de um auxílio humanitário intensivo das Nações Unidas⁸. (RIVEIRO, 2001:143)

Assim, esses Estados, também chamados de “falidos”, não conseguem cumprir as suas funções precípuas dentro da sintaxe westfaliana, exigindo a atuação da comunidade internacional (BADIE, 1999; CHOMSKY, 2006).

Em 1992, a ONU lança um documento chamado “Uma Agenda para a Paz” que incentiva um maior engajamento dos países membros em questões de paz e segurança, por

⁸ Tradução livre realizada pelo autor de: The UCE is characterised by a collapse of state control over the territory and the population. It is a violent entity where public order no longer prevails either in the cities or in the rural areas. The entire country rebels against central power. Regions, provinces, cities, all lack a representative government and are controlled alternately by military chiefs, warlords, drug traffickers, even thieves, or by an assortment of these. The political process evaporates, legality disappears, representative institutions are replaced by armed forces, or rebel groups, or drug-trafficking mafias. The civilian population become citizens of the International Red Cross, Caritas, Médecins Sans Frontières (MSF), hundreds of NGOs, and the intensive humanitarian care of the United Nations.

meio de: 1) diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*); 2) imposição da paz (*peacemaking*); 3) manutenção da paz (*peacekeeping*); e 4) construção da paz após conflito (*post-conflict peacebuilding*). Os novos conceitos não são incorporados imediatamente pela comunidade internacional, pois a questão de infringência da soberania de outros Estados paralisou muitas iniciativas do CSNU. Assim, a década de 1990 que deveria ser a vitrine da *pax* americana foi maculada pelos genocídios na ex-Iugoslávia e em Ruanda. Em 1999, a Secretaria-Geral da ONU encorajou intervenções humanitárias para evitar novos genocídios. Sob a liderança do governo canadense e da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS) surgiu o conceito de *responsabilidade de proteger* (R2P), que está delineado em três pontos:

- 1) *A responsabilidade de prevenir* – que lida com as raízes e causas diretas dos conflitos internos entre outras crises causadas pelo homem que colocam as populações em risco.
- 2) *A responsabilidade de reagir* – respondendo a situações onde são necessárias o uso de medidas coercitivas como sanções, acusação internacional, e intervenção militar.
- 3) *Responsabilidade de reconstruir* – fornecendo assistência para a recuperação, reconstrução, e reconciliação à medida em que lida com os malefícios que a intervenção foi designada para combater (INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY, 2001)⁹.

Assim, a resignificação da soberania dos Estados foi debatida nos fóruns internacionais sob diversas nomenclaturas: direito de ingerência, responsabilidade de proteger, intervenção humanitária e, por fim, a não-indiferença. A nova gramática das relações internacionais antevê que as três primeiras expressões são tradicionalmente utilizadas pelos países desenvolvidos, enquanto que a última surge em países subdesenvolvidos, no continente africano (SEITENFUS, 2007; MURITHI, 2009).

O conceito da não-indiferença surge no âmbito da União Africana (UA) como resposta às falhas de sua antecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA), que não conseguira evitar uma série de conflitos na região: em Angola, na Libéria, na República Democrática do Congo, Serra Leoa, no Sudão (Darfur), e o genocídio em Ruanda¹⁰. Foi o ex-presidente da

⁹ Tradução livre realizada pelo autor de: 1. The responsibility to prevent – addressing root and direct causes of internal conflicts and other man-made crises that put populations at risk. 2. The responsibility to react – responding to situations, where necessary using coercive measures such as sanctions, international prosecution, and military intervention. 3. The responsibility to rebuild – providing assistance with recovery, reconstruction, and reconciliation and addressing the causes of the harm the intervention was designed to halt or avert.

¹⁰ Em 1994, estima-se que foram mortos entre 800 mil e 1 milhão de pessoas das etnias Tutsi e Hutu em Ruanda, número equivalente a onze por cento da população ruandesa, o massacre poderia ter sido evitado não fossem as omissões da OUA e demais organismos internacionais (SEITENFUS, 2007).

Comissão da UA, Oumar Konare, quem militou por uma nova postura em relação à cultura da não-intervenção para uma de não-indiferença, como meio de aprender lições e não repetir os erros do passado (MURITHI, 2009; WILLIAMS, 2007).

É forçoso ressaltar que o afastamento da não-intervenção se dá em âmbito multilateral, conforme o artigo quarto do ato constitutivo da UA¹¹. A legitimidade para solicitar uma intervenção recai sobre a Assembleia Geral da UA ou por qualquer Estado membro. Uma vez aprovada a intervenção, esta é fiscalizada pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, de acordo com os dispositivos do relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS). Dessa forma, a UA, dotada de poderes intervencionistas, desafia a gramática do sistema westfaliano de Estados-nacionais e oferece uma visão de mundo pós-Westfália – ou pós-Estado-nacional. Assim, a gradual erosão da soberania absoluta possibilita a intervenção em Estados que se recusem a oferecer respostas às necessidades de suas populações ou que de alguma forma coloquem sua segurança em risco (MURITHI, 2009). Recente caso de aplicação deste princípio foi a crise institucional na Costa do Marfim quando o governo de Laurent Gbagbo não aceitou os resultados do pleito presidencial.

Na política externa brasileira a não-indiferença possui um caráter híbrido, pois ela não se encontra em texto de lei, nem é condicionada ao multilateralismo, apenas aparece nos discursos dos funcionários do alto escalão do governo Lula. Na visão de Antonio Jorge Ramalho da Rocha¹² é preciso aguardar o final do segundo mandato de Lula para saber se o princípio será mesmo incorporado à diplomacia brasileira. No mais, continua uma vertente diplomática voltada para a paz, que possibilita tanto um papel de mediador de conflitos quanto de caráter humanitário, ou seja, um *intervencionismo suave*¹³, que poderia ser sintetizado na noção elaborada por Bertrand Badie (2004: 51), na qual “*cada Estado é responsável no cenário mundial, pois a maioria de suas ações e dos desafios aos quais ele é confrontado tem efeitos globais, por essa razão, ele pode ser obrigado moralmente a intervir fora de seu território*” (g.n.).

¹¹ Art. 4 (...)

(h) the right of the Union to intervene in a Member State pursuant to a decision of the Assembly in respect of grave circumstances, namely: war crimes, genocide and crimes against humanity;

(j) the right of Member States to request intervention from the Union in order to restore peace and security;

(n) promotion of social justice to ensure balanced economic development;

(p) condemnation and rejection of unconstitutional changes of governments.

¹² Vide o anexo I.

¹³ Javier Noya analisa o caso da Noruega que buscou maior inserção internacional por meio de missões de paz e foi reconhecida como “potência humanitária” (2007: 114).

A diplomacia Lula¹⁴ utilizou a não-indiferença em simbiose aos ideais de solidariedade e na busca pela melhoria das condições sociais dos povos com os quais o Brasil coopera. Nesse sentido, é importante analisarmos as políticas de cooperação de que o Brasil dispõe para prestar auxílio a outros países à medida em que angaria prestígio.

1.3 Uma Taxonomia para a Cooperação Técnica: um Instrumento a Serviço da Diplomacia Brasileira

A inserção internacional do Brasil idealizada pela administração Lula da Silva teve como objetivo tornar o país um *global player*. Para isso o país buscou diversificar parcerias e investir com maior ênfase na cooperação Sul-Sul. Essa foi a maneira encontrada por Brasília para reforçar seu *soft power*¹⁵, pois a cooperação para o desenvolvimento promove os valores e os produtos do país doador (SARAIVA, 2011). Para fins deste trabalho serão analisadas as principais formas de cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) empregadas pela diplomacia brasileira.

A) A Cooperação Financeira (CF). Consiste em um conjunto de empréstimos de capital a fundo perdido, subvenções, investimentos e doações (inclusive de bens materiais), créditos “concessionais” (cujo pagamento se protraí no tempo com taxas de juros reduzidas), projetos de reestruturação macroeconômica e de infraestrutura, e serviços de consultoria para a execução desses programas. Essas medidas visam incrementar as condições socioeconômicas do país receptor (PUENTE, 2010; ARMIÑO, 2000). O aprofundamento das políticas sociais durante o governo Lula teve reflexo na sua política exterior. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) lançou o programa Bolsa Família em Moçambique, com o pagamento de bolsas no valor de US\$ 20. A iniciativa beneficia cem famílias carentes moçambicanas, mas o governo brasileiro tem como meta expandir esse número (ABC, 2011).

B) A Ajuda ou Assistência Humanitária (AH)¹⁶. Corresponde a uma medida de curto prazo, cujo objetivo é a preservação da vida e o alívio do sofrimento de populações que se encontram em situações calamitosas decorrentes de catástrofes naturais ou provocadas pela

¹⁴ O tema será aprofundado no item 3.4.

¹⁵ O discurso do governo enfatiza motivos de ordem ética, altruísta e humanitária, porém existem interesses não admitidos como os de caráter político, geoestratégico, de segurança nacional, econômico e comercial (PUENTE, 2010).

¹⁶ A AH não está classificada no quadro de modalidades do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

ação humana. Os recursos empregados em assistência emergencial e humanitária são contabilizados pelos países doadores como Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) (PUENTE, 2010, ARMIÑO, 2000).

A ajuda humanitária esteve tradicionalmente vinculada a organizações não governamentais como a Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras, e a instituições supranacionais, como as Nações Unidas que atua por meio de suas agências especializadas, mas os países têm ampliado suas ações humanitárias. Conforme as estimativas da ONG *Development Initiaves*, a AH representa cerca de 11% dos recursos destinados à AOD. O Brasil tem seguido a tendência. Em agosto de 2007, o governo brasileiro enviou 46 toneladas de alimentos para a cidade peruana de Pisco, devastada por um terremoto. A Ajuda ainda incluiu uma delegação de especialistas em identificação de cadáveres, além de cães farejadores, ambulâncias e geradores de energia. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007a).

C) A Cooperação Científica e Tecnológica (CC&T). Esta vertente cooperativa tem como foco a transferência de tecnologia e de conhecimentos de determinada ciência. A iniciativa é realizada entre dois ou mais atores e objetiva fomentar programas e projetos conjuntos de interesse mútuo por meio de intercâmbio de profissionais altamente capacitados, além da doação de equipamentos. Grande parte da CC&T se processa em nível infraestatal e de maneira descentralizada entre as instituições de pesquisa, sejam elas estatais ou não (PUENTE, 2010). Essa categoria nem sempre consta na literatura acerca do tema, por dois motivos. Primeiro pelo fato de exigir uma “horizontalidade”, ou seja, ambos países devem estar em condições de enviar especialistas altamente capacitados, o que nem sempre é possível devido os diferentes patamares tecnológicos que se encontram os Estados¹⁷. Segundo, o fato de esta categoria ser muitas vezes incluída como uma espécie do gênero “Cooperação Técnica”, que não seria tão profunda, implicando mais em uma “transferência de tecnologia e de métodos”. A experiência cooperativa brasileira não facilita a diferenciação, o que permite afirmar a existência uma intersecção entre essas duas modalidades. Um caso ilustrativo de CC&T é o “Projeto Controle de Raiva Silvestre” desenvolvido entre o Brasil o Peru. O teor do acordo entre os dois países menciona o envio de especialistas brasileiros, porém nada fala sobre especialistas daquele país (BRASIL, 2011).

D) A cooperação na forma de ajuda alimentar (AA). A Ajuda Alimentar surgiu nos anos 1950, alcançando relevante patamar na década de setenta. A partir dos anos 1980,

¹⁷ A seção “Atos Bilaterais em Vigor para o Brasil nos Campos da Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica” do sítio eletrônico do MRE é reveladora a esse respeito (MRE, 2011).

diminuiu progressivamente passando de 20% do total da AOD em 1981 a menos de 2% em 2002. Recentemente, a revisão da doutrina sobre a segurança alimentar impulsionou novamente essa modalidade de AOD (AFONSO; FERNANDES, 2005: 91). Esse tipo de iniciativa transfere recursos que podem ser alimentos, maquinário para a produção de alimentos, ou ainda, créditos concessionais destinados à aquisição de alimentos, para um país ou região que enfrenta problemas de segurança alimentar e no qual a fome crônica é uma realidade. Geralmente a ajuda alimentar é realizada por organizações internacionais (sobretudo pelo Programa Mundial de Alimentos – PMA) e por ONGs. Foi também utilizada pelos países desenvolvidos (PD) como forma de transferir os seus excedentes agrícolas a países-alvo. Conceitualmente, a Ajuda Alimentar não deveria confundir-se com a Assistência Humanitária, pois as instâncias que debatem o tema a interpretam como instrumento de cooperação para o desenvolvimento de longo prazo, já que não deveria incluir a ajuda alimentar de emergência (esta última, sim, faria parte da AH) (AFONSO; FERNANDES, 2005; PUENTE, 2010). Após o terremoto que assolou o Haiti em 2010, o governo brasileiro, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), doou 36 toneladas de feijão caupi para plantio, a distribuição das sementes foi realizada pela FAO, a medida visa reduzir o problema de insegurança alimentar por que passa o país caribenho (EMBRAPA, 2010).

E) A Cooperação Técnica (CT). Foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Resolução n. 200/1948. Inicialmente conhecida como “Assistência Técnica” (AT), a expressão foi substituída por “cooperação técnica” nos anos 1970, em razão da semântica implícita de desigualdade entre os parceiros que a palavra “assistência” evoca, sugerindo uma concessão ou atitude caritativa de parte do doador e uma atitude passiva e dependente por parte do recipiendário. Atualmente, a CT representa

Um processo multidisciplinar e multissetorial que envolve, normalmente, um país em desenvolvimento e outro(s) ator(es) internacionais (país ou organização multilateral), os quais trabalham juntos para promover, mediante programas, projetos ou atividades, a disseminação e transferência de conhecimentos, técnicas, experiências bem-sucedidas e tecnologias, com vistas à construção e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais do país em desenvolvimento, despertando-lhe, dessa forma, a necessária autoconfiança que contribua para o alcance do desenvolvimento sustentável, com inclusão social, por meio da gestão e funcionamento eficazes do Estado, do sistema produtivo, da economia e da sociedade em geral. (PUENTE, 2010: 74)

O “Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo” ainda estipula

entre os objetivos da cooperação técnica a melhoria da ajuda exterior, *in verbis*:

En primer lugar, contribuir a crear las bases para un desarrollo sostenido y endógeno. Frente a la antigua visión limitada al capital físico, la teoría del crecimiento económico insiste actualmente en la importancia que, para promover el desarrollo, tienen factores endógenos como son el capital humano y el marco institucional. En segundo lugar, incrementar la eficacia de la ayuda exterior, la cual depende en gran medida de la capacidad de absorción de tal ayuda que tenga el país beneficiario, esto es, de su capacidad institucional y de gestión. Por tal razón, la cooperación técnica se orienta hacia el refuerzo de éstas (2000). (g.n.)

Após os atentados no território norte-americano em 2001, percebe-se um aumento da ajuda internacional na esfera bilateral, tanto por parte de países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento. Esse fato demonstra a preocupação dos países com a sua imagem na comunidade internacional. Nesse sentido, a Conferência de Monterrey de 2002¹⁸ estimulou os países doadores a aumentarem a sua AOD e melhorar a qualidade da ajuda, harmonizando procedimentos e contribuindo para a redução da “cooperação atada¹⁹” (*tied aid*). Diante dessa conjuntura internacional, o governo brasileiro oportunizou CT por meio do acordo de “Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção e Utilização da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana”. Iniciada em 2008, esse projeto visa desenvolver a capacidade de adaptação técnica dirigida à indústria da soja na Guiana (ABC, 2011).

O uso da cooperação como instrumento de política externa brasileira serviu aos objetivos da diplomacia Lula como forma de angariar prestígio ao país e difundi-lo no exterior. E, embora essa vertente diplomática anteceda a sua gestão, foi no período 2003-2010 que ela ganhou novo impulso.

¹⁸ A Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada no âmbito da AGNU, ocorreu em março de 2002, na cidade de Monterrey, México.

¹⁹ A ajuda atada acontece quando os país doador pré-condiciona a concessão de ajuda ou cooperação à aquisição de seus produtos e serviços.

2 As Mudanças e as Permanências na Política Externa Brasileira

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2002 consolidou o desejo da população brasileira por políticas sociais inclusivas das classes desfavorecidas. Essa temática teve ampla repercussão no plano externo e foi atrelada à biografia de líder sindical e candidato de um partido de massas como o do presidente eleito. O governo iniciado em 2003 deu continuidade às políticas macroeconômicas iniciadas na era Cardoso. A manutenção da estabilidade econômica foi condição fundamental para implementar e aprofundar políticas de infraestrutura e de inclusão social. Além do mais, foi essa estabilidade alcançada no governo anterior, criticada por membros do PT como neoliberal, que tornou possível a inclusão do país no G-20 financeiro.

O governo Lula buscou se diferenciar da gestão anterior, especialmente em matéria de política externa, tachando de “herança maldita” o legado de Cardoso. No intuito de estabelecer um marco zero, Lula também ignorou a história diplomática do país. O tema da fome²⁰, tão importante em seus pronunciamentos e iniciativas²¹, foi tratado como novidade na agenda internacional, olvidando o ativismo brasileiro junto à *Food and Agriculture Organization* (FAO), entre os anos 1950 e 1960, iniciativa liderada por Josué de Castro (LAFER, 2007).

Forçoso é admitir os inúmeros elementos de continuidade da era Cardoso na diplomacia de Lula, entre eles o caráter prioritário dado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em especial à Argentina, parceira estratégica na região; a conformação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que surgiu no ano de 2008 em Brasília, mas que fora inicialmente idealizada sob a denominação de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2000, fruto da Reunião de Presidentes em Brasília; o estreitamento de laços político-econômicos com a China, Índia, Rússia e África do Sul. Além do mais, a liderança brasileira do G-20 comercial (atrelado à Rodada Doha) só teria sido possível pelos esforços do governo anterior que dotou o Ministério das Relações Exteriores (MRE) de uma estrutura para contenciosos comerciais. O próprio G-20 foi idealizado por Luiz Felipe de Seixas Corrêa, então embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC)

²⁰ No plano doméstico, o programa Bolsa Família, principal iniciativa do governo Lula, nada mais é do que a fusão dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação criados em 2001 pelo presidente FHC (VIGEVANI et al., 2008).

²¹ Lula defendeu o combate à fome e à miséria na Assembleia Geral da ONU, na Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, em 2004; e na reunião de líderes para a Ação contra a Fome e a Pobreza, também em 2004.

e que fora Secretário-Geral do Itamaraty durante o ministério de Celso Lafer (RICUPERO, 2010a; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). O acordo celebrado entre Mercosul e a União Europeia teve suas bases lançadas pelo presidente Fernando Henrique. Outro fato digno de nota se refere à postura crítica que a diplomacia brasileira já havia desenhado em relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) quando Cardoso discursou na reunião de Quebec. Finalmente, Lula também fez uso intensivo da diplomacia presidencial²². Diante do exposto, utilizando a expressão cunhada por Gelson Fonseca Jr (1998: 365) para definir a política externa brasileira no pós-Guerra Fria, pode-se afirmar que o governo Lula continuou a executar uma diplomacia pautada na “autonomia pela participação”.

A política externa de Lula da Silva, contudo, também se caracterizou por descontinuidades e mudanças de ênfase. Referente às descontinuidades podemos citar a omissão e recuo em temas como direitos humanos e meio ambiente (que não será analisado neste trabalho), tópicos importantes ao Estado brasileiro, pois foram erigidos a preceitos constitucionais²³.

Com relação às mudanças de ênfase, temos o aumento do protagonismo internacional com vistas à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estipulado esse objetivo, o governo brasileiro precisou arcar com os custos, tanto materiais quanto políticos, servindo de mediador em inúmeras crises políticas de outros países, a famosa “não-indiferença” da qual tanto fala o ex-chanceler Celso Amorim. As atuações do Brasil em momentos de instabilidade por que passaram outros Estados serão abordadas em pormenores ao longo deste capítulo.

A cooperação Sul-Sul foi uma importante vertente da política externa do governo Lula, que identificou nesse eixo a possibilidade de superar as clivagens do sistema internacional, instituindo uma nova geometria de pólos de poder. Esta aspiração teria um caráter ideológico (LAFER, 2007), conforme as visitas realizadas pelo presidente à Síria e à Líbia, em 2003; a Cuba (em quatro oportunidades distintas, nunca se reunindo com membros da oposição); e ao Irã em 2010. A cooperação foi utilizada como ferramenta de política

²² Vide item 2.1.

²³ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos; [...]

Art. 5º [...]

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. [...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

externa para angariar prestígio ao país, razão pela qual o governo mantém significativos programas junto ao Haiti, que remonta à candidatura brasileira ao CSNU (ALMEIDA, 2010).

A extensa agenda internacional do país, supra referida, exigiu um papel mais ativo da figura presidencial em razão dos inúmeros encontros de cúpula para tratar de diferentes temas.

2.1 A Diplomacia Presidencial: uma Busca por Prestígio?

A diplomacia presidencial em nada afeta a diplomacia dita “tradicional”, executada pelo MRE, pois o ativismo desempenhado pelo mandatário só é possível devido à preparação dos encontros de chefes de Estado, que ficam a cargo dos diversos escalões do corpo diplomático. Aquela vertente diplomática será inevitavelmente instrumento e parte de uma política externa mais ampla, com a qual terá de guardar sintonia e coerência. Essa sintonia com a diplomacia tradicional será fruto de seu uso prudente, a fim que não resulte em exagero nem em déficit da diplomacia do mandatário, pois em encontros de cúpula o custo pode ser mensurado não apenas pelos benefícios da presença, mas também pelos ônus da ausência (DANESE, 2009).

A diplomacia presidencial pode ser graduada em quatro níveis. O grau zero corresponderia a uma diplomacia *ex officio*: atos protocolares, administrativos, como chefe de estado, desempenhando as funções de modo “estático”. O primeiro grau possui caráter reativo aos eventos ou estímulos externos, quando o mandatário arbitra diferenças ou referenda propostas, assumindo a liderança do processo. O segundo grau se caracteriza pelo ativismo, o chefe de estado se transforma numa espécie de ferramenta privilegiada para o diálogo e a transmissão de ideias, imagens, presença. Esse grau representa a maioria das diplomacias ao redor do mundo. Por fim, o terceiro grau seria a diplomacia afirmativa, na qual o presidente conduz pessoalmente a política externa, orientando a burocracia e assumindo politicamente, e não apenas administrativamente, a responsabilidade pela ação e pelos resultados (DANESE 1999: 63-64).

Diante dessa classificação, pode-se enquadrar a diplomacia de Lula da Silva no nível dois²⁴ ao passo que a de Cardoso, no nível três. A presidência de Fernando Henrique Cardoso

²⁴ Essa categorização elaborada por Antonio Carlos Lessa merece uma ressalva no que tange à participação brasileira no Haiti, pois conforme entrevista com Antonio Jorge Ramalho da Rocha teria sido o próprio presidente Lula quem decidiu pelo engajamento do país na MINUSTAH (vide item 3.2).

a diplomacia presidencial no Brasil e o seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva deu-lhe continuidade aumentando o ativismo do cargo. Ressaltam-se esses dois governos, pois a conjuntura internacional foi propícia ao país dado o maior poder nacional do Brasil, fruto da estabilidade econômica, da participação no Mercosul, da abertura de sua economia e do fortalecimento das instituições democráticas. De outra parte, os dois presidentes possuíam vocação e ânimo para protagonizar uma diplomacia presidencial no estilo hoje consagrado pelas melhores tradições e lideranças mundiais (LESSA, 2011, DANESE, 2009).

É importante realçar que havia espaço e demanda para uma diplomacia presidencial mais ativa no país. Essas oportunidades surgiram com o progressivo uso da diplomacia de mandatários nos anos 1990, tanto no âmbito regional quanto no plano global. O governo de FHC preencheu essa lacuna realizando uma expressiva diplomacia presidencial, estipulando uma nova referência a para esta vertente diplomática, como Geisel ou Sarney haviam feito em seu tempo em relação aos seus predecessores (DANESE, 2009).

Na última década, os fatores que estimularam o ativismo presidencial brasileiro foram o declínio do prestígio norte-americano em razão dos conflitos na Ásia (Afeganistão e Iraque), o que permitiu o desenvolvimento de novas geometrias de poder; a crise econômica mundial que afetou em grande parte os países do mundo desenvolvido, da qual o Brasil não enfrentou suas piores consequências; e um vácuo de liderança na América Latina, consequência da “anexação” econômica do México pelo *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), da crise econômica argentina e dos governos de esquerda, cujos diferentes vieses propiciam a radicalização (Bolívia, Equador e Venezuela) (RICUPERO, 2010a).

O governo Lula aproveitou a conjuntura internacional para intensificar a diplomacia presidencial, pois o carisma do presidente não podia ser negligenciado²⁵ (LESSA, 2011). Com o intuito de se diferenciar da gestão anterior, a expressão “Diplomacia Presidencial” foi substituída por “Ativismo Diplomático”. O chanceler Amorim ainda caracterizaria a diplomacia de Lula como “ativa e altiva” (BARNABÉ, 2009). Lula priorizou a política sul-americana; a projeção em outras geometrias inter-regionais; a atualização das relações com os países desenvolvidos, buscando ser o mediador entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento com uma nova ênfase junto aos países africanos, árabes e aos chamados “*monster countries*”, Índia, China e Rússia.

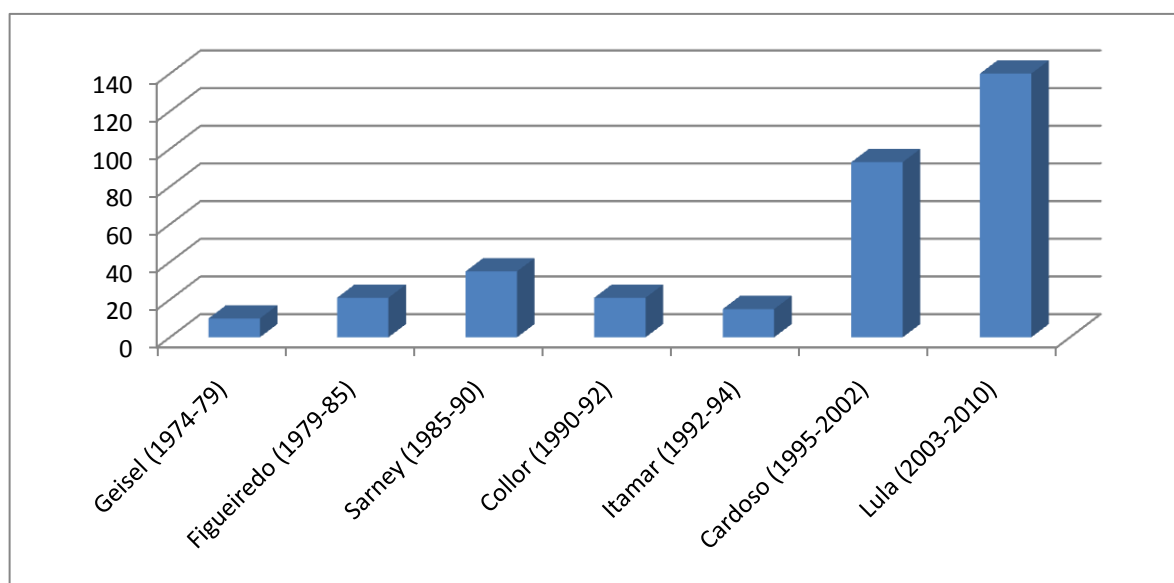
²⁵ O desempenho de Lula no Fórum Social Mundial e no Fórum de Davos, em 2003, foi fundamental para a continuidade dessa vertente diplomática.

Sérgio Danese, diplomata e estudioso do tema, qualificou da seguinte maneira a diplomacia presidencial de Lula:

Esse novo padrão, parece-me, baseia-se em alguns dados reais do país e do próprio presidente: o país ganhou importância relativa na sua região e no mundo e para essa importância relativa sem dúvida contribuíram a alternância real de poder ocorrida em 2002 e a transição tranquila entre as duas administrações em um quadro econômico particularmente tenso e nervoso; o presidente tem uma trajetória pessoal e política que o tornou um caso único dentre os estadistas do mundo, em grande medida na linha do que foi Nelson Mandela, o que o faz por si só uma *autoridade* – isso no sentido pleno da palavra – valorizada pelas suas diferentes plateias e interlocutores em todo o mundo; finalmente, mas não menos importante, que a ênfase na estabilidade e no social dada pelo governo Lula, construindo sobre o que havia sido lançado nos governos anteriores, mostra o Brasil disposto a dar o grande salto qualitativo que, se exitoso, alterará definitivamente para melhor o poder nacional do país. E, portanto, de fazer diplomacia presidencial. (DANESE, 2009)

O incremento do ativismo presidencial por parte da gestão Lula pode ser mensurado pelo número de viagens realizadas ao exterior²⁶ (vide o gráfico abaixo). As viagens traduzem parte da política externa de um governo, pois representam: a) iniciativas políticas e de relações públicas em relação ao país visitado; b) a afirmação dos interesses diplomáticos do país do viajante; e eventualmente c) a conclusão de um processo negociador, no qual se adotam decisões conjuntas ou de aproximação entre países, medida que geralmente necessita de chancela do mais alto nível (DANESE, 2009).

Gráfico 1 - Evolução das Viagens Presidenciais

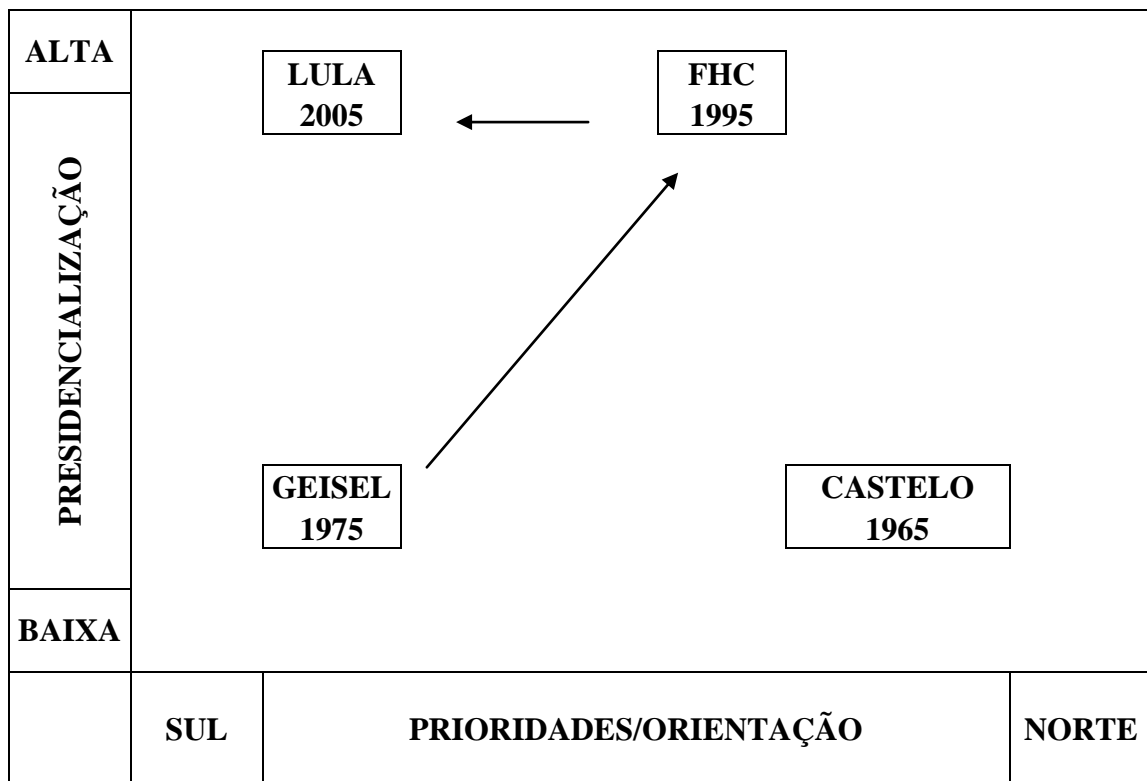


²⁶ Ao longo de oito anos, Lula visitou 84 países, além da Guiana Francesa e da Palestina, e permaneceu no exterior por 477 dias. Os países mais visitados por Lula foram: a Argentina (19 vezes), a Venezuela (13) e os EUA (12). Além das viagens, Lula exerceu sua diplomacia presidencial em Brasília, tendo recebido a visita oficial de 232 chefes de Estado (O GLOBO, 2010a).

Fonte: Sítio Eletrônico da Presidência²⁷, 2011.

A intensa diplomacia presidencial de Lula pode ter sido fruto do desejo de superar a de seu antecessor. Nesse sentido, Power e Cason resumiram a diplomacia do governo Lula como extremamente “presidencializada” que prioriza iniciativas com países do Sul em detrimento do mundo desenvolvido, conforme o esquema abaixo.

Figura 1 – Presidencialização da Política Externa



Fonte: POWER & CASON, 2009.

As iniciativas de Lula não passaram despercebidas. Na visão do embaixador Paulo Roberto de Almeida, crítico dessa vertente diplomática, o presidente é

[...] exageradamente colocado na linha de frente de vários dossiês negociais, sobretudo no âmbito regional, torna[ndo] difícil a gestão dos diversos itens da agenda e, o que é mais grave, a sua administração em escalas gradativas de responsabilidade, (pois se engaja já em primeira instância a palavra presidencial, da qual é difícil se desviar em fases ulteriores). Decisões diplomáticas de sérias repercussões nacionais, podem, assim, estar sendo tomadas sem o necessário trabalho de estudo e reflexão prévios, baseadas puramente num impulso do

²⁷ Neste gráfico constam todas as vezes nas quais os presidentes deixaram o país rumo ao exterior, não o número de países visitados em cada viagem.

momento ou sob pressão de outros dirigentes nacionais. Isso provavelmente já ocorreu no âmbito da integração regional, ou de projetos de conexão física (ALMEIDA, 2010). (g.n.)

O presidente Lula, a título de exemplo, afrontou o processo licitatório do programa FX-2, cuja finalidade é o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, ao expressar a sua preferência pelos caças franceses Rafale durante a visita de Nicolas Sarkozy ao Brasil. No intuito de corroborar a parceria estratégica com o Estado francês, com o qual o governo brasileiro realizara acordos militares na área naval, a declaração de Lula ainda desconsiderou os pareceres técnicos da FAB que apontam outras duas aeronaves como opções superiores ao modelo francês (DEFESANET, 2009).

O embaixador Rubens Ricupero comparou a diplomacia do presidente Lula à do presidente francês Charles André Joseph Marie de Gaulle (1959-1969), pelos seguintes motivos: **a)** é fortemente pessoal e carismática, atrelada a sua biografia; **b)** é intensamente nacionalista, buscando majorar o prestígio do país; **c)** preza a independência diplomática diante das grandes potências, em especial, a dos Estados Unidos; **d)** favorece parcerias estratégicas, com o intuito de superar as clivagens do sistema internacional; **e)** persegue a formação de uma esfera de influência própria, a América do Sul no caso; **f)** desenvolve um estilo crítico e não consensual, que se enfeixa na ideologização da política externa, sem a busca de consenso nacional; **g)** mostra-se indiferente em relação aos resultados obtidos em suas iniciativas; **h)** carece de sensibilidade em temas tão caros à agenda internacional, como os direitos humanos, a democracia e a não-proliferação nuclear; **i)** infringe os preceitos republicanos de institucionalidade e de impessoalidade (RICUPERO, 2010a).

As iniciativas de política externa do governo Lula foram atribuídas, pelos responsáveis da diplomacia, ao próprio mandatário (conforme será analisado na seção seguinte). Esse personalismo da diplomacia presidencial ficou claro quando o presidente norte-americano Barack Obama cumprimentou Lula utilizando a expressão *“this is the man”* (BARNABÉ, 2009). Lula parece ter se tornado um fim em si. Em 2009, recebeu o Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz, oferecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A concessão desse prêmio torna Lula um forte candidato ao Nobel da Paz, uma vez que 30% dos homenageados foram posteriormente laureados pelo Comitê Nobel Norueguês (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009a). Em 2010, o presidente foi

homenageado com a distinção de Estadista Global pelo Fórum Econômico de Davos²⁸ (FOLHA, 2010a). Lula figurou na lista das personalidades mundiais mais influentes da revista norte-americana *Time* (2010) e seu nome também foi mencionado para concorrer ao cargo de Secretário-Geral da ONU. De acordo com Diego Arria, ex-presidente do CSNU “*Lula seria um forte candidato em razão do peso do Brasil como uma potência independente em ascensão, e por causa do seu prestígio internacional*”²⁹. Arria comentou que o clima anti-americano criado por Lula na ONU o situaria como um forte candidato o cargo de Secretário-Geral (MIAMI HERALD, 2010). No final de seu segundo mandato, Lula ainda foi agraciado com o *Indira Gandhi Prize for Peace* (THE HINDU, 2010).

A super exposição do mandatário vai de encontro à “calibragem” entre a diplomacia presidencial e a tradicional, nos termos de Danese (2009). O embaixador Ricupero sintetizou sua divergência à política de prestígio de Lula nos seguintes termos:

O prestígio não se deve transformar em objetivo narcisista em si mesmo, algo que se esgota na própria autogratificação. Somente terá sentido se for posto a serviço de projeto de nação que maximize a segurança, a paz, o bem-estar dos cidadãos, não metas nebulosas como a “grandeza” desacompanhada de benefícios concretos e valores morais.

À medida que o governo conseguiu superar sua insegurança inicial acentuou-se infelizmente a tendência à personalização na figura de Lula dos êxitos internos e exteriores. Com isso o Brasil se aproximou dos modelos de poder pessoal e populista que têm proliferado na América do Sul, com os quais, aliás, o presidente não esconde sua afinidade. É possível por isso que, desse ponto de vista, a experiência do governo Lula passe à história como um retrocesso em relação aos avanços em termos de institucionalização e impessoalidade do poder registrados na Nova República.

Jamais como agora teve o Brasil uma política externa tão inseparavelmente identificada, para o bem e para o mal, com a figura do Chefe de Estado, nem mesmo na época do Imperador D. Pedro II, quando a diplomacia já se distinguiu pela institucionalidade. Mais até do que na insuficiência de ganhos efetivos, a principal falha da diplomacia do período Lula se situa justamente na ambiguidade dos valores morais e humanos, reflexo inevitável das contradições e incoerências de seu protagonista central. Há incontestavelmente muitas coisas de valor na política exterior do presidente que merecem ser valorizadas e preservadas ou, quando necessário, corrigidas e complementadas. Não se inclui entre elas a confusão entre personalidade e política, negação do espírito republicano e obstáculo a uma diplomacia que traduza não um projeto de poder pessoal ou de uma facção, mas o mais amplo consenso possível da nação como um todo (RICUPERO, 2010a). (g.n.)

Entre acertos e erros, a diplomacia presidencial de Lula foi fruto das estratégias elaboradas por três atores, que demandam uma análise mais detalhada para completar a compreensão dessa vertente diplomática.

²⁸ Prêmio recebido pelo Chanceler Amorim, em virtude de uma crise de hipertensão sofrida pelo mandatário.

²⁹ Tradução livre realizada pelo autor de: “*Lula would be a very strong candidate because of Brazil's weight as an increasingly independent power, and because of his international prestige*”.

2.2 A Troika de Política Externa do Presidente

A política externa do governo Lula foi caracterizada pelas diretrizes do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo reflexo das opiniões do próprio presidente, de seu assessor Marco Aurélio Garcia; das preferências políticas do ministro Celso Amorim (que se filiou ao PT durante o período em que exercia o cargo) e de Samuel Pinheiro Guimarães (sem filiação partidária), ex-secretário-geral do MRE atualmente Alto Representante-Geral do Mercosul, considerado o grande teórico entre os responsáveis pela política externa³⁰. A diplomacia impulsionada por esse grupo se caracterizou pela adaptação dos preceitos basilares da política exterior brasileira às prioridades estipuladas por esses dirigentes (ALMEIDA, 2010).

Ao nomear o professor Marco Aurélio Garcia para o cargo de assessor especial para assuntos internacionais da presidência, Lula interrompeu o “monopólio de fato” de diplomatas de carreira como era a tradição³¹. A assessoria esteve atrelada a personalidades de perfil baixo, que prestavam consultoria direta em temas da agenda internacional para o mandatário. Garcia representou uma novidade, devido a sua longa trajetória política como secretário de relações internacionais do PT, cuja atribuição era a de estreitar laços com outros partidos de esquerda da América do Sul. Ao assumir a assessoria presidencial, Marco Aurélio ficou responsável pela política externa para o subcontinente americano (ALMEIDA, 2005; ROJO, 2007).

De um modo até sancionado pelo próprio presidente, o assessor presidencial em questão tem sido não apenas “espectador engajado”, mas um ativo participante de vários dossiês correntes da diplomacia oficial, extravasando dos meios governamentais para uma atuação no seio da chamada sociedade civil e em direção de “partidos amigos”. Tais características, inéditas na história da diplomacia brasileira, podem ser explicadas em vista das inúmeras conexões do partido atualmente no poder com partidos e grupos politicamente afins, quais sejam, os da esquerda latino-americana e os movimentos ditos progressistas do exterior. No mais, o PT sempre teve uma “política internacional” (e regional), com uma ativa secretaria de relações internacionais para auxiliar nos contatos externos e na chamada solidariedade com movimentos voltados para as mesmas causas. Outros assessores podem, em caráter *ad hoc* ou aleatório, ter opinado sobre temas de política externa, mas tal ocorreu apenas em casos especiais – pode ter sido o caso do Haiti, por exemplo –, sem o sentido de elaboração sistemática e formal que ostenta o núcleo institucionalmente vinculado à política externa oficial. (ALMEIDA, 2005) (g.n.)

³⁰ Além de escrever “Quinhentos Anos de Periferia” e “Desafios Brasileiros na Era de Gigantes”, Guimarães ainda coordenou a publicação da coleção Visões Brasileiras, na qual cada obra trata de um país considerado estratégico para o Brasil, totalizando 14 obras até o momento.

³¹ Apenas durante o período Kubitschek (1956-1960) o cargo foi ocupado por um não-diplomata: Augusto Frederico Schmidt (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O Chanceler Celso Amorim desempenhou um importante papel no governo Lula. Ele edificou o discurso que privilegiou a atuação do presidente, caracterizando a nova diplomacia como “ativa e altiva”, em resposta ao que ele considerava como fracasso das políticas neoliberais no país. O ministro buscou ressaltar a interdependência com os países do subcontinente americano, impulsionando a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A consolidação desse projeto tornaria a região um dos pólos da nova geometria de poder no sistema internacional, o que representaria um acréscimo ao poder que o Brasil possui nas relações internacionais (SPEKTOR, 2010; BRANDS, 2010).

A Secretaria-Geral do MRE ficou a cargo de Samuel Pinheiro Guimarães (2003-2009). Igualmente considerado um dos ideólogos da diplomacia Lula, Guimarães havia sido afastado da função que ocupava há seis anos no Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI), pelo Chanceler Celso Lafer, em razão de uma palestra proferida a militares no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, na qual criticou duramente a conformação Área de Livre Comércio das Américas³². Ao tomar posse como secretário-geral do Itamaraty no governo petista, Guimarães adotou o silêncio, raras foram as suas declarações públicas, preferindo publicar livros e artigos. O embaixador se destaca pelo seu estilo crítico, nacionalista e antiamericano³³ (VEJA, 2003), que chegou a ser tema de correspondência diplomática estadunidense. Em novembro de 2010, o sítio eletrônico *Wikileaks* publicou um telegrama confidencial³⁴ enviado a Washington, em janeiro de 2008, pelo então embaixador norte-americano em Brasília, Clifford Sobel, no qual Sobel relata uma conversa com o ministro da defesa, Nelson Jobim, acerca da postura ideológica de Guimarães que poderia prejudicar a assinatura de um acordo de cooperação Brasil-EUA, na área da defesa.

2. (C) Em um café da manhã privado em 17 de janeiro, o embaixador disse a Jobim que sua abordagem inicial sobre um ACD [Acordo de Cooperação em Defesa] ao MRE sob o secretário de Assuntos Políticos Everton Vargas não tinha sido bem recebida no SIPDIS, e que Vargas havia especificamente mencionado o secretário-geral (vice-ministro) Samuel Guimarães quando o SIPDIS pedindo tempo para trabalhar a questão internamente (ref B). Jobim respondeu que Guimarães representava um sério problema, não apenas sobre o ACD mas sobre diversas questões. Jobim disse que Guimarães “odeia os Estados Unidos” e está ativamente

³² Durante a sua gestão, Guimarães aprofundou a política do governo anterior de retardar as negociações da ALCA, tendo em vista as barreiras impostas pelos norte-americanos aos produtos brasileiros (BUENO; CERVO, 2008).

³³ O antiamericanismo de Guimarães chega a ser no mínimo curioso, uma vez que ele concluiu seu mestrado em Economia pela Universidade de Boston.

³⁴ O cabo diplomático 08BRASILIA129 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

tentando criar problemas no relacionamento. Jobim disse que teve de combater mais de uma proposta absurda de Guimarães calculada para perturbar as relações com os EUA e outros países industrializados³⁵. (FOLHA, 2010b). (g.n.)

Após a repercussão do vazamento, Jobim teria telefonado a Guimarães desmentindo a versão relatada no documento de Sobel (FOLHA, 2010c). O ex-secretário-geral do MRE ainda contribuiu para o enaltecimento do mandatário brasileiro, atribuindo-lhe sucessos diplomáticos.

Cada movimento tático da política externa obedeceu a uma estratégia de contribuir para a construção de um mundo multipolar, mais democrático, mais próspero e mais justo, e para o enfrentamento dos desafios domésticos de superar as desigualdades, de reduzir as vulnerabilidades e de construir o potencial brasileiro, estratégia cuja execução eficaz somente foi e é possível graças ao firme apoio e à capacidade de ação pessoal do Presidente. (GUIMARÃES, 2005) (G.N.)

O traço marcante desse grupo, que Miriam Gomes Saraiva (2010a; 2010b) chamou de “autonomista”, é o de buscar uma projeção mais autônoma e ativa do Brasil no exterior, priorizando um maior ativismo para alterar os regimes internacionais seja em favor de países do Sul ou em benefício próprio. Nesse sentido, a *troika* de política externa do presidente tentou articular a liderança brasileira em âmbito regional como condição prévia ao status de potência global. Essa posição também foi compartilhada pelo embaixador norte-americano em uma mensagem dirigida a Washington³⁶ na qual ele analisa o perfil dos “*três principais atores de política externa do governo brasileiro*”. A existência desse núcleo duro para a política externa demonstra que a diplomacia brasileira não está mais centrada no MRE, permitindo inclusive sua classificação em dois vetores, uma forte “presidencialização” aliada à pluralização de atores, embora possam parecer antagônicas, essas vertentes são complementares entre si (CASON e POWER, 2009).

Entre as iniciativas lançadas por essas autoridades, destacam-se algumas de cunho fundacional como o G-20 comercial, o IBAS–Índia, Brasil e África do Sul–; a Aproximação do país junto aos países Árabes (Cúpula América do Sul Países Árabes – 2005), a consolidação do Brasil como mediador entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento, em especial no tema do combate à fome, que o seria a vertente externa da política do “Fome Zero”, a maior bandeira do governo Lula. Também surgiram blocos dos quais o Brasil

³⁵ Excerto traduzido pelo jornal “Folha”.

³⁶ O cabo diplomático 09BRASILIA177 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

resolveu participar, devido o reconhecimento internacional obtido por seus avanços, tal como o G-20 financeiro³⁷ no qual o governo se dispôs a fortalecer o Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a reunião de Londres (2009), tornando-se credor da instituição ao emprestar US\$ 10 bilhões de suas reservas (COSTA, 2009). O aporte garantiu um maior poder decisório para o país dentro do Fundo. Outro incipiente fórum no qual o país se engajou foi o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o que era apenas um acrônimo criado por Jim O'Neill, economista do banco norte-americano Goldman Sachs, tornou-se um bloco político com a aproximação das lideranças desses quatro países. Essas iniciativas representam o que Tullo Vigevani (2003) chamou de “autonomia pela diversificação”, à medida que o governo brasileiro buscou novas parcerias, manteve a visão autonomista, pois esses grupos são informais, sem institucionalidade alguma, servindo para intercambiar pontos de vista e defender interesses em comum (FLEMES, 2010). Essas articulações ensejam ainda outra interpretação: a da objetividade política, que buscava elevar o perfil do Brasil, bem como o de Lula, fruto de um projeto de colocar o país no seleto clube das grandes potências (se não nos campos econômico ou militar, ao menos nas esferas diplomática e política) (ALMEIDA, 2010).

A visão de mundo dos idealizadores da política externa do governo Lula é fortemente influenciada pela teoria da dependência, daí o caráter desenvolvimentista e nacionalista que fora marcante em meados do século XX. A utilização de “lentes dependentistas” torna coerente o apoio aos regimes neopopulistas que se dizem de esquerda e que se instalaram em diversos países da região sul-americana (Venezuela, Bolívia, Equador) (ALMEIDA, 2010).

Esta interpretação da conjuntura internacional resulta da falta de *aggiornamento* do PT, isto é, o Partido dos Trabalhadores permaneceu alheio a um processo de revisão que modernizou as posições de diversos partidos europeus de esquerda reduzindo-os à social-democracia como “*deuxième gauche*” como amiúde identificam os franceses³⁸. Além disso, os preceitos do Foro de São Paulo –grupo conformado por partidos de esquerda que reconhecem a liderança ideológica cubana– são bastante influentes em diversos estamentos do PT. Entre os fios condutores desse movimento estão: 1) o anticapitalismo (agora moderado em virtude do fim da URSS); 2) a rejeição do capital e do investimento estrangeiros; 3) o anti-

³⁷ Criado em 1999 na reunião do G-8 em Colônia na Alemanha, e que veio a exercer um papel importante na reconfiguração da economia mundial a partir de 2007 devido à crise financeira que atingiu um expressivo número de países.

³⁸ Podemos citar os casos do Partido Social Democrata Alemão (SPD) que passou por esse procedimento em 1959, durante o Congresso de Bad Godesberg; do Partido Socialista Francês, sob a liderança de François Mitterrand durante os anos 1970; e do Partido Trabalhista britânico, em 1995, sob a direção de Tony Blair.

imperialismo (de inspiração leninista); 4) o antiamericanismo (em razão do estímulo que os EUA proporcionaram às ditaduras e às intervenções na América Latina, pelo fato de ser a superpotência capitalista e líder do antigo bloco antagonico à URSS); e 5) o estatismo (marca dos movimentos da esquerda). Essas diretrizes, porém, não estão compiladas, nem foram objeto de aprofundamento teórico, correspondendo a uma ideologia difusa, mas perceptível em declarações e programas do partido e de determinadas correntes dele (ALMEIDA, 2010).

Na condução da política externa brasileira, esse arcabouço conceitual toma a forma de um terceiro-mundismo instintivo, que converte ao Brasil em um país em desenvolvimento; de soberanismo retórico, apto apenas para fins políticos; e de um nacionalismo superficial, que apesar de encontrar eco, ainda nos meios militares se atarda na releitura de um processo industrializante substitutivo de importações. Tal é o sentido das inúmeras parcerias estratégicas promovidas pelo Brasil, com países de notórios *gaps* em seus regimes democráticos, caracterizando um anti-hegemonismo ingênuo, e um ativismo setorial, fruto da vertente estatizante que se esgota no apoio a causas pretendidamente progressistas sem a devida mensuração das eventuais consequências. O caso mais eloquente é a ênfase na cooperação com os países do Sul (em paridade com certos governos, partidos e ONGs) (Ibidem).

No plano institucional, conforme Antonio Carlos Lessa, o Itamaraty desenvolveu uma política externa com seções ideologizadas, essa vertente seria mais perceptível para as regiões das Américas do Sul e Central e o Caribe na qual os diplomatas tiveram que cumprir missões, que uma análise técnica e profissional recomendaria outro curso de ação, sobretudo no que se refere aos países ditos “bolivarianos”. O perfil estritamente profissional, sempre discreto, dos diplomatas de carreira contornou algumas situações constrangedoras, criadas por uma política externa ideologizada, não sem algum desgaste público, como revelado em diversos episódios comentados na imprensa (como o de Honduras, por exemplo). Ademais, em 2007 foi publicado um manifesto anônimo intitulado “Guerra e Paz no Itamaraty”, no qual alguns diplomatas reclamavam que os critérios promocionais da carreira não estariam sendo observados, em favorecimento de funcionários ideologicamente alinhados ao governo (ALMEIDA, 2010; BURGESS, 2009: 183; LESSA 2011). Em resposta às alegações de partidarização da política exterior, Marco Aurélio lembrou o fato de Fernando Henrique Cardoso ser filiado ao Partido da Social-Democracia (PSDB) ao tempo em que exerceu o cargo de chanceler, mesma situação de Celso Lafer (chanceler durante boa parte do período Cardoso) e de Olavo Setúbal filiado ao Partido Popular (PP) (GARCIA, 2010). No entanto, o

caso de Celso Amorim é paradigmático, pois foi o primeiro ministro a se filiar ao partido do governo durante a gestão da pasta.

Em relação a Washington, o Planalto e a Casa Branca tiveram atritos acerca da Venezuela, Honduras e Irã³⁹, sem olvidar à questão colombiana. O governo fez críticas ao Plano Colômbia e à utilização de bases aéreas colombianas pelas forças armadas norte-americanas. Nesse tema faltou uma visão mais realista aos ideólogos da política externa brasileira, pois a Colômbia requisitara ajuda do Brasil, sem receber contrapartida⁴⁰. Restou a Bogotá pedir auxílio a Washington, pois o combate ao narcotráfico é uma questão que interessa os norte-americanos, maior mercado consumidor de narcóticos. Seria ingenuidade acreditar que o governo colombiano poderia dispor da ajuda econômico-militar oferecida pelos EUA, pois desde a sua criação em 1999, os americanos já investiram Us\$ 7 bilhões naquele país (RICUPERO, 2010a; COLOMBIA REPORTS, 2010).

Ao adotar posturas diferentes de Washington, corrobora-se a visão autonomista da política externa brasileira, cuja candidatura ao CSNU é um exemplo.

2.3 A Busca pelo Assento Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas

A intenção do Brasil de participar das mais altas instâncias decisórias dos organismos internacionais remonta à participação do país junto à Liga das Nações. No período pós-Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro pleiteou um assento como membro-provisório no Conselho Executivo da Liga das Nações. Após três mandatos seguidos como membro-provisório e tendo em vista à ausência dos Estados Unidos, cujo congresso não aprovou o pedido de Woodrow Wilson para integrar a instituição, o Brasil passou a pleitear um assento permanente no órgão.

A candidatura brasileira ao Conselho se tornou um projeto pessoal do chanceler Félix Pacheco apoiado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926), porém esse objetivo enfrentou forte oposição de outros países (PINHEIRO, 2004). Em uma tentativa de obter o apoio inglês, o governo elevou a representação diplomática em Londres à categoria de embaixada, sendo o primeiro Estado a fazê-lo. Bernardes ainda investiu na delegação brasileira em Genebra, dotando-a de recursos materiais e humanos. No entanto, o voluntarismo brasileiro precisou

³⁹ Esses três casos serão analisados em seções próprias.

⁴⁰ Vide nota 190.

lidar com o espírito de Locarno, referente aos Acordos de Locarno (1925) que reabilitaram a Alemanha na arena internacional, buscando incorporá-la no Conselho com status de membro permanente, excluindo os demais candidatos⁴¹. Assim, não obtendo o apoio da Grã-Bretanha, da França e de países latino-americanos (Argentina e Chile), o Brasil, que à época era membro provisório do Conselho, vetou a entrada da Alemanha. Essa atitude isolou o país dentro da instituição, por essa razão, em junho de 1926, o governo Bernardes renunciou o assento temporário no Conselho e desligou o Brasil da organização (GARCIA, 2005). Celso Lafer qualificaria esse episódio como o “voluntarismo irrealista de Bernardes”.

Após a Segunda Guerra Mundial, durante a conformação do CSNU em Dumbarton Oaks (1944), surgiu uma nova oportunidade para o Brasil ingressar no seleto grupo de países responsáveis pela segurança internacional. Os EUA haviam defendido a participação brasileira no CSNU como membro-permanente, com base em fatores de ordem geopolítica: território continental, população e potencial de desenvolvimento, bem como o envio de tropas junto aos Aliados no decorrer da Segunda Guerra Mundial⁴². No entanto, as delegações britânica e soviética recusaram a proposta de Roosevelt⁴³ (ARRAES, 2005). Em 1945, no âmbito da Conferência de São Francisco, a aspiração brasileira seria formalmente sepultada, com a promulgação da Carta das Nações Unidas. Restou ao Brasil advogar pela cadeira não-permanente ao CSNU. Em 1946, durante a I Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Brasil foi o país mais votado para ocupar uma das vagas rotativas.

O Conselho de Segurança surgiu composto por onze países, cinco membros de caráter permanente e seis não-permanentes eleitos para um mandato de dois anos pela AGNU. Esse formato vigorou até o ano de 1963, quando o CSNU foi ampliado em mais quatro membros⁴⁴, todos de caráter não-permanente, em razão do aumento do número de países membros da ONU, fruto dos processos de descolonização. A Resolução foi aprovada, mas com o voto contrário de onze países, dentre os quais da França e da então União Soviética, enquanto o Reino Unido e os Estados Unidos se abstiveram. O Brasil, todavia, não deixou de exercer as suas responsabilidades junto à Organização, tendo participado de diversas missões de paz⁴⁵.

Durante duas décadas, a participação do país junto ao CSNU foi reduzida em virtude

⁴¹ Brasil, Espanha e Polônia eram candidatos a uma vaga permanente no Conselho.

⁴² Conforme as memórias de Cordell Hull, membro do Departamento de Estado norte-americano.

⁴³ A oposição soviética à solicitação brasileira residia, em parte, pela ausência de relações diplomáticas formais desde 1918.

⁴⁴ Por meio da Resolução 1991 da AGNU.

⁴⁵ Recomendamos os trabalhos de Evelino Vieira Brigido “O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente” e de Paulo Roberto Campos Tarrisse Fontoura “O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas” acerca do tema.

de uma política exterior baseada na “autonomia pela distância”, voltando a integrá-lo apenas no final dos anos 1980. Em 1992, diante de uma conjuntura internacional que parecia favorecer os organismos multilaterais, a diplomacia brasileira voltou a expressar o desígnio de compor o CSNU com status de membro permanente, arrazoando o intento por meio da participação em missões de paz.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, reafirmou o desejo brasileiro de reformar o CSNU. No entanto, os responsáveis pela execução da política externa não insistiram diretamente no tema para evitar desgastes com a Argentina, parceira regional no Mercosul. Além disso, os esforços brasileiros foram obstaculizados por uma série de divergências, tais como quais países deveriam ser incorporados ao Conselho e que modelo de reforma adotar. Na ONU, a ideia de realizar modificações em seu órgão máximo ganhou fôlego após os atentados de onze de setembro de 2001 (BRIGIDO, 2010).

Ao assumir a presidência, Lula defendeu a democratização das relações internacionais, manifestando o desejo de “*um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes*” (BRASIL, 2003a). Diferente de seus antecessores, Lula ampliou os esforços brasileiros na busca por um assento permanente no CSNU, em especial pela proximidade dos sessenta anos da ONU (ARRAES, 2011).

A persecução pelo assento permanente repercutiu no MRE, que recebeu vultosos investimentos da parte do palácio do Planalto para poder dar cabo do aumento do ativismo diplomático do país. O orçamento do ministério ultrapassou a cifra de R\$ 1 bilhão em 2008, o que significou um aumento de 33,7% em relação a 2003, primeiro ano da gestão Lula. Isto refletiu na ampliação quadro funcional em novecentos diplomatas. No exterior, quarenta e oito novas representações diplomáticas foram abertas, trinta e duas das quais embaixadas⁴⁶(O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008a).

A posição adotada por Lula em relação ao CSNU vai ao encontro da exposta pelo ex-secretário-geral do MRE, Samuel Pinheiro Guimarães, que durante a “Conferência Internacional América latina, Brasil e União Européia Ampliada” (2004), afirmou que o país deveria integrar o CSNU, pois, do contrário, “*não poderá defender e promover seus interesses*”. Além disso, o embaixador explicou o esforço da comunidade internacional em

⁴⁶ Já estão em operação seis novas embaixadas na África (Sudão, Tanzânia, Botsuana, Camarões, Congo e Guiné Equatorial), três na Europa do Leste (Croácia, Eslovênia, Eslováquia), duas no departamento Hemisfério Ocidental (Bahamas e Belize) e três na Ásia (Armênia, Casaquistão e Sri Lanka). Na mesma linha, foram instalados dois novos consulados: em Mumbai, na Índia, e em Mendoza, na Argentina.

criar um marco jurídico-legal nas áreas econômica, política e militar, na sua perspectiva:

[...]essa normatização reduz o poder dos estados para resolver os problemas. É muito importante que a nossa política externa tenha por base fazer com que a normatização internacional permita um melhor ambiente mundial para resolver os problemas da sociedade brasileira (GAZETA MERCANTIL, 2004a).

A falência do CSNU em impedir a intervenção norte-americana no Iraque representou uma oportunidade para Lula pleitear a reforma da instituição em seu discurso na LVIII Sessão da Ordinária da Assembleia Geral.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. [...]

É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua – em especial no que se refere aos membros permanentes – composição não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase sessenta anos.

Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes muitas vezes exercendo papel crucial na busca no cenário internacional de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea. (BRASIL, 2003b) (g.n.)

O conflito no Oriente Médio estimulou a Secretaria-Geral da ONU a instaurar o “Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança”, com a finalidade de fortalecer as Nações Unidas, garantindo a segurança coletiva (MRE, 2007). Em 2004 é publicado o estudo *“Um Mundo mais Seguro. A Responsabilidade que Compartilhamos”* (*A more secure world: our shared responsibility*)⁴⁷, seguido de outro no ano seguinte *“Uma Liberdade mais Ampla. Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos”* (*In larger freedom: towards development, security and human rights for all*)⁴⁸. Diante da rara oportunidade de

⁴⁷ O referido documento propunha dois modelos de reforma do CSNU. O modelo “A” ampliaria para mais seis assentos permanentes, desprovidos de veto, e três novos membros não permanentes, divididos entre as principais zonas geográficas. O modelo “B”, por outro lado, não criaria novos assentos permanentes, seu foco era estabelecer uma nova categoria de oito assentos com mandato de quatro anos, com a possibilidade de renovação, e um membro não-permanente, não passível de renovação, com mandato de dois anos, também englobando as principais zonas geográficas. O relatório ainda expôs a inviabilidade da extinção do direito de veto.

⁴⁸ O CSNU passaria de quinze para vinte e quatro membros, sem qualquer modificação ao veto dos membros permanentes.

reforma do CSNU, Alemanha, Brasil, Índia e Japão uniram esforços e conformaram o G-4⁴⁹ em setembro de 2004. Os membros do G-4⁵⁰ impulsionaram um projeto de Resolução sobre a Reforma do CSNU (A/59/L.64) que foi apresentado em julho na AGNU. Entre os principais pontos está o aumento no número de países-membros do CSNU dos atuais quinze para vinte e cinco, deixando em aberto a discussão acerca direito de veto para os eventuais seis novos membros permanentes.

A negociação referente ao projeto de Resolução sobre a Reforma do CSNU (A/59/L.64) foi conturbada. Em primeiro lugar os EUA e a China acordaram em repelir a reforma do CSNU. O segundo empecilho veio por parte da União Africana (UA) que rejeitou a proposta do G-4 ao demandar o direito de veto aos seis novos membros permanentes e exigir a inclusão de um quinto novo membro não-permanente, esses pedidos colocaram em xeque as duas propostas (a do G-4 e a da UA), pois dificilmente se conseguiria os dois terços de votos necessários (128 votos dos 191) para a aprovação de qualquer uma na AGNU (O GLOBO, 2005a). Em terceiro, o grupo “Unidos pelo Consenso⁵¹” apresenta uma proposta de Resolução (documento A/59/L.68) diferente das anteriores: a manutenção do número de assentos permanentes em cinco, mais a ampliação dos membros não permanentes para vinte (ONU, 2005). Diante do impasse, Kofi Annan, secretário-geral da ONU, postergou a votação da reforma do CSNU, pedindo aos países que o órgão máximo da instituição reflita melhor a geopolítica do mundo atual, a solicitação teria sido um recado aos EUA e à China, que se opunham aos três projetos de resolução, por considerarem prematura as alterações no âmbito do Conselho (O GLOBO, 2005b).

Em 2006, o Japão deixou o G-4 por considerar a atual conjuntura “inadequada” para a apresentação da proposta, diante das baixas chances de aprovação na AGNU (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2006a). A desistência japonesa não impediu a Alemanha, o Brasil e a Índia de apresentarem novo projeto de Resolução (A/60/L.46) com base nos mesmos termos do anterior (ONU, 2006). Devido o histórico de debates inconclusivos, os três países manifestaram que o projeto não deveria ser votado imediatamente, uma vez que buscavam uma solução consensual (MRE, 2007).

⁴⁹ A Alemanha integrou o CSNU como membro não permanente em cinco mandatos; o Brasil em dez; a Índia em sete; e o Japão em dez biênios.

⁵⁰ O G-4 obteve o apoio dos seguintes países: Afeganistão, Bélgica, Butão, República Tcheca, Dinamarca, Fiji, França, Geórgia, Grécia, Haiti, Honduras, Islândia, Kiribati, Letônia, Maldivas, Nauru, Palau, Paraguai, Polônia, Portugal, Ilhas Salomão, Tuvalu e Ucrânia.

⁵¹ Composto por Argentina, Canadá, Colômbia, Itália, Paquistão, Costa Rica, Espanha, Malta, México, República da Coreia, San Marino, e Turquia.

A participação brasileira no G-4 inspira uma análise cética, se por um lado o país forma uma parceria com fortes candidatos, por outro o Brasil estaria se “amarrando” a países que enfrentam resistências de seus vizinhos. A China se opõe à candidatura do Japão, enquanto o Paquistão, à da Índia. A falta de resultados concretos e de previsão para o desenlace do tema estimulou a diplomacia Lula a adotar outras estratégias em favor da candidatura brasileira ao CSNU.

O Itamaraty chegou a edificar uma posição conjunta com trinta países em desenvolvimento. Entre os membros estavam a Índia e a África do Sul, com o diferencial da inclusão de outros países africanos, como Nigéria e Maurício (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007b). Esse detalhe remete a um dado concreto: sem o apoio dos países africanos, não haverá a reforma da ONU⁵².

Na expectativa de obter o voto favorável de países árabes à reforma do CSNU, o governo brasileiro se absteve na votação no Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDHONU) que condenou a ação do Sudão em Darfur⁵³. Essa tentativa de influência junto aos países árabes, no entanto, pode ter sido prejudicada durante a reunião de Cúpula da América do Sul com Países Árabes, ocorrida no Catar. Lula deixou o recinto quando soube que teria ao seu lado o presidente sudanês, Omar Hassan Ahmed Al Bashir, cuja prisão fora ordenada pelo Tribunal Penal Internacional em razão do genocídio de trezentas mil pessoas na região de Darfur (O GLOBO, 2009a). Ainda no âmbito CDHONU, o Brasil apoiou o governo do Sri Lanka, bloqueando investigações internacionais; evitou condenar a Coreia do Norte; e nem tomou posições mais duras contra o Congo. A política brasileira para os direitos humanos passou a ser alvo de críticas e de manifestações, como as ocorridas em Genebra⁵⁴ por ocasião do comparecimento de Lula a uma reunião do CDHONU. Para o diretor jurídico da Conectas, Oscar Vilhena “*O Brasil optou por fazer do conselho uma ponte de negociações políticas. O Conselho de Direitos Humanos não é o Conselho de Segurança da ONU. O Brasil está politizando o fórum e negligenciando as vítimas de violações de direitos humanos*”. A tese de Vilhena é igualmente compartilhada pela Anistia Internacional, que solicita uma mudança postura do governo brasileiro (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009b). Em resposta às críticas, Marco Aurélio Garcia afirmou que não cabia ao Brasil “*distribuir certificados de mau comportamento para países.*” (IBIDEM), pois, na visão dos responsáveis

⁵² Cumpre não olvidar que os 53 países do continente adotaram uma posição em favor de 26 novos assentos no CSNU, entre permanentes e não-permanentes, e não abriu mão do total direito ao veto.

⁵³ A posição brasileira foi duramente criticada pela ONG internacional *Human Rights Watch*.

⁵⁴ Cerca de 35 ONGs organizaram uma série de protestos contra a diplomacia Lula para os direitos humanos.

pela política externa, o isolamento de países onde existem problemas violações de direitos humanos agravaria ainda mais a situação. Essa postura demonstra a falência da diplomacia Lula em lidar com um tema tão delicado.

Para expor aptidão militar digna de um membro permanente do CSNU, o governo brasileiro se engajou na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH⁵⁵). Além do mais, foi uma das justificativas empregadas para o reaparelhamento das forças armadas⁵⁶, e das políticas de incentivo aos fornecedores nacionais de material bélico (O GLOBO, 2009b).

No plano bilateral, a diplomacia Lula buscou o apoio dos membros permanentes do CSNU. Em 2004, reconheceu a China como economia de mercado durante a visita do presidente chinês Hu Jintao a Brasília, o que fez do Brasil o primeiro grande país a conceder esse status ao país asiático⁵⁷. Não bastasse o controverso reconhecimento, o governo brasileiro ainda elogiou a política de Pequim em relação aos direitos humanos. Em seu pronunciamento, durante o encontro, o Chanceler Celso Amorim destacou que “*Lula está consciente de que hoje os direitos humanos fazem parte da Constituição chinesa*”. O ministro Amorim parece ter olvidado que em uma ditadura de partido único, a constituição corresponde a simples letra morta, pois o governo chinês é notório violador dos direitos humanos. O episódio retrata que a diplomacia brasileira tomou a temerária iniciativa de concordar com a política de direitos humanos chinesa, quando poderia ter evitado essa declaração (MAGNOLI, 2008), pois a tão aguardada contrapartida de Pequim acerca da candidatura brasileira a uma vaga permanente no CSNU só viria em 2008, durante a reunião do BRIC (G1, 2008).

O presidente Lula conseguiu o apoio de seu homólogo francês Jacques Chirac, governo de centro-direita, à entrada do Brasil no CSNU⁵⁸. O assentimento de Chirac adveio da união de esforços entre os dois mandatários para combater à fome em países pobres, durante o Fórum Econômico de Davos de 2005. Chirac era cauteloso à idéia de ampliar o

⁵⁵ Tema que será abordado no item 3.2.

⁵⁶ O professor Thomas Heye, da Universidade Federal Fluminense (UFF), defende o reaparelhamento das forças armadas, uma vez que houve uma mudança de foco na área da defesa. Durante os governos militares se investia pouco em equipamentos, porque as tropas eram treinadas para combater um “inimigo interno”: a esquerda. “*O trabalho de contrainsurgência é relativamente barato. Agora, a coisa mudou. Nossas Forças Armadas estão voltadas para fora. O problema é a segurança regional.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010b).

⁵⁷ Ao declarar a China como uma economia de mercado, o Brasil perde o direito de defesa de suas indústrias diante das importações chinesas que pratiquem dumping na venda de produtos abaixo do preço de produção. Essa decisão causou preocupação nos empresários brasileiros. (GAZETA MERCANTIL, 2004b).

⁵⁸ A chancelaria francesa já havia manifestado seu apoio à candidatura brasileira em 2004, durante a AGNU, após Jack Straw, chanceler britânico, ter defendido o ingresso do Brasil no CSNU (AGÊNCIA BRASIL, 2004).

CSNU, porém mudou de posição. A eleição de Nicholas Sarkozy, membro do mesmo partido de Chirac (*Union pour un Mouvement Populaire*) deu continuidade às boas relações diplomáticas. Esse estreitamento de laços com o governo francês pode ser interpretado como um progressivo afastamento do Brasil da esfera econômica e política norte-americana. A aquisição de equipamentos militares franceses pelo governo brasileiro é um bom exemplo dessa política (O GLOBO, 2007a)⁵⁹.

Em outubro de 2005, Lula viajou a Moscou para se encontrar com Vladimir Putin. O mandatário russo concordou com a necessidade de reforma do sistema ONU, sem manifestar apoio à candidatura brasileira. O governo russo entendia que a correção do *gap* institucional da ONU deveria ser realizada de maneira consensual (VALOR ECONÔMICO, 2005). Em mais um esforço para angariar o apoio de Moscou, a diplomacia brasileira vetou todos os projetos de censura à Rússia pelas violações de direitos humanos perpetradas em sua intervenção na República da Chechênia (MAGNOLI, 2008). O apoio da Rússia à candidatura brasileira, da mesma forma que o da China, foi anunciado em maio de 2008, no encontro BRIC.

De todos os membros permanentes do CSNU, apenas os EUA não apoiam a entrada do Brasil com status permanente. Dentre os motivos podemos elencar a importância atribuída ao México, com o qual compartilham uma expressiva faixa de fronteira e às divergências com o Palácio do Planalto em temas considerados sensíveis pelos norte-americanos, como a questão do Irã. O apoio dos demais membros permanentes evidencia que diferente da época da Liga das Nações, o Brasil possui maior peso no cenário internacional. Entretanto, Vírgilio Arraes (2011) acredita que a reforma tenha sido postergada para a próxima década durante a celebração dos setenta anos da instituição.

Até o encerramento deste trabalho, a reforma da ONU ainda não havia sido concluída, o que leva a perquirir se as articulações esboçadas pela diplomacia Lula da Silva baseadas nas estratégias e visões de mundo retro referidas não demonstram um caráter mais propositivo em intenções do que em resultados concretos para o país.

⁵⁹ O país já adquiriu submarinos franceses e está em vias de publicar o resultado da compra de caças para a Força Aérea.

2.4 A Não-Indiferença na Política Exterior brasileira

Em seu discurso de posse no Congresso Nacional (2003), o Presidente Lula ressaltou os principais fios condutores de sua política externa, orientada pela busca de uma “*globalização solidária e humanista*”, enquanto o Chanceler Celso Amorim, faria menção ao aspecto solidário da cooperação brasileira “*uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar*”⁶⁰ (BRASIL, 2003c).

Ao longo do primeiro ano da administração Lula da Silva, o Chanceler Celso Amorim introduz em seus pronunciamentos o conceito da “não-indiferença”, também conhecido por “solidariedade ativa”, que se somaria ao preceito constitucional da não-intervenção. Esse novo paradigma permitiu ao governo brasileiro justificar suas atuações na resolução de crises políticas e sociais em outros países.

Eis a leitura da diplomacia solidária elaborada pelo diplomata Valler Filho:

Nos discursos oficiais, a partir de 2003, o conceito de solidariedade conjugado às relações internacionais é recorrente, o que levaria o Professor Ricardo Seitenfus, da Universidade Federal de Santa Maria, em estudo aprofundado, a se debruçar sobre o que ele chamou de “diplomacia solidária”, que se fez presente e em grande parte explica as razões para a presença brasileira no Haiti.

De fato, o que ele denomina de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de litígios é inédita na tipologia de intervenção conhecida até então, tendo sido construída de modo a representar um outro caminho diferente do modelo tradicionalmente aplicado pelos países desenvolvidos. Essa nova matriz estaria ligada a uma tradição de mediação dos conflitos territoriais, prática derivada de uma experiência jurídica histórica, na qual a diplomacia exerceu papel fundamental. (VALLER FILHO, 2007: 224)

É forçoso admitir que essa nova sintaxe para a política externa remonta aos anos 1980 quando o Partido dos Trabalhadores foi fundado. No primeiro programa da instituição constava a busca de uma “*política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e o respeito mútuo entre as nações para reforçar a cooperação e servir à paz mundial*”. Assim, o PT corroborava a sua solidariedade aos movimentos de libertação, particularmente “*aos povos oprimidos*”, guardando harmonia com suas raízes históricas de esquerda católica

⁶⁰ Chega a ser curiosa a seletividade da política exterior brasileira no contencioso das “papeleras” entre o Uruguai e a Argentina. O governo brasileiro manifestou sua disposição em ajudar o desenlace da crise, porém desconsiderando atuar como mediador (MAGALHÃES, 2006).

(VALLER FILHO, 2007). Essa visão partidária ainda permanece, pois no sítio eletrônico do PT é possível consultar a sua interpretação fática das relações internacionais entre as quais consta “*O êxito da ajuda humanitária do Brasil a países como o Haiti, o Iraque e o Sudão, entre outros, é exemplar de sua atitude solidária no mundo*” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010).

Para Maria Regina Soares de Lima a “não-indiferença” é um conceito revelador das novas diretrizes que pautam a política externa de Lula, assumindo responsabilidades no combate à fome, à pobreza, buscando a inclusão social das parcelas mais desfavorecidas.

O contraponto ao conceito de não-intervenção, pedra de toque da tradição diplomática brasileira, não poderia ser mais ilustrativo da diferença que se quer estabelecer. Desde a guerra do Iraque, o “direito à ingerência” vem sendo justificado pelos EUA como meio para eliminar bolsões terroristas e implantar democracias de inspiração norte-americana. “Não-indiferença” também legitima a ingerência, mas o faz por questões de justiça social, especialmente em relação a populações abandonadas pela comunidade internacional. Novamente, arguir pelo autointeresse subjacente a este movimento é ocultar o que ele tem de novidade, em especial no contexto do pós-Guerra Fria. (LIMA, 2005) (g.n.)

A diplomacia solidária pode ser compreendida como sendo a aplicação de uma ação coletiva internacional feita por países intervenientes num conflito interno ou internacional, sem que haja interesses de ordem material ou estratégica, e movidos por dever de consciência (VALLER FILHO, 2007). No caso haitiano, a diplomacia Lula aportaria uma “*valiosa e original contribuição*” –conforme Amorim– na medida em que houve o reconhecimento explícito a razões de ordem moral, espontânea, incoercível –em que não estaria excluída a hipótese de tê-la fundamentada na ideias clássicas do direito kantiano– para uma intervenção que foi definida pelo Ministro das Relações Exteriores como expressão do profundo comprometimento do País em termos “políticos e emocionais”.

A democracia não pode ser imposta; ela nasce do diálogo. Alguns países da região têm experimentado dificuldades recorrentes em função, sobretudo, dos graves problemas econômicos e sociais, que ainda persistem em nosso continente. Diante de tais situações, é preciso estimular o diálogo entre os diferentes setores sociais, valorizar e fortalecer as instituições e apoiar soluções que podem e devem ser encontradas no plano nacional. A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não-ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O governo do presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como de “não-indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo. A democracia deve resultar também em maior inclusão e justiça social. Não se pode falar em sistema político verdadeiramente democrático se milhões de pessoas são

privadas de seus benefícios e de suas promessas.

O presidente Lula tem reiterado que, somente pela via democrática, é possível alcançar soluções para os problemas sociais. O programa Fome Zero e a iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza ilustram o nosso compromisso com a dimensão social da democracia. (BRASIL, 2005a) (G.N.)

Para o diplomata Alexandre Guido Lopes Parola, a “não-indiferença” sofre o risco de ser mal interpretada, pois

Uma política externa motivada por valores está permanentemente sob a ameaça de ser percebida –e em seu ceticismo ético os realistas dirão que não se trata de um problema de percepção, mas de questão substantiva– como nada mais do que uma forma de promoção de valores próprios sob o manto de sua suposta universalidade (PAROLA, 2007).

Parola desconsiderou que nenhuma iniciativa em política externa é gratuita. A ajuda brasileira, apesar de não ser considerada “ajuda atada”, beneficia o uso de tecnologias desenvolvidas pelo Brasil⁶¹, o caso do etanol é emblemático, pois ao difundir a tecnologia e as lavouras de cana por países de baixo desenvolvimento se estimula o aumento do número de fornecedores do combustível no mercado internacional, uma vez que o mercado externo não ficaria refém de apenas um único fornecedor. O incentivo de políticas como essas ampliam as oportunidades de negócios para empresas brasileiras. Além dessa questão, o engajamento do Brasil na MINUSTAH, fundamentado na “não-indiferença”, é um caso exemplar da promoção dos valores brasileiros respaldada pela ONU, conforme será analisado no próximo capítulo.

Da retórica à prática, a diplomacia “não-indiferente” exigiu alterações no quadro institucional do MRE. Em 2006, criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, coordenado pelo MRE e composto por mais catorze ministérios. Desde a sua criação até 2009, mais de trinta e cinco países foram beneficiados pela assistência humanitária do governo brasileiro em resposta a calamidades como desastres naturais, conflitos internos, epidemias e fome aguda⁶² (MRE, 2011a). Além disso, com o objetivo de imprimir celeridade na AH o governo federal destinou um armazém no Aeroporto Internacional do Galeão (em 2009), no Rio de Janeiro, para facilitar o envio das doações ao exterior (MRE, 2010).

⁶¹ A declaração do embaixador do Brasil em Maputo, Antonio de Souza e Silva explicita essa realidade: “*É uma ajuda com sentido de dupla mão, porque o Brasil abre essas frentes de trabalho (em Moçambique) e as empresas brasileiras também vêm junto*” (BBC, 2010).

⁶² Desde 2006 o país doou mais de 1,7 mil toneladas de alimentos e 82 mil medicamentos.

Em um sentido mais amplo, diversas iniciativas solidárias da política externa de Lula ocorreram na surdina, o que torna o orçamento de R\$ 52 milhões⁶³ (2010) da Agência Brasileira de Cooperação apenas a “ponta do iceberg”. Outros organismos do governo federal podem ter gasto um valor quinze vezes superior ao destinado à ABC, conforme estimativas da *Canada's International Development Research Centre (CID)* e do *Britain's Development Institute*. A assertiva faz sentido quando juntamos as peças de um intrincado quebra-cabeça. O país já contribuiu com sua parcela anual de US\$ 20-25 milhões junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fornecendo, além da partida financeira, bens e serviços avaliados em US\$ 100 milhões. O *World Food Programme* da ONU recebeu um aporte financeiro de US\$ 300 milhões; com relação ao Haiti, o governo brasileiro já investiu cerca de US\$ 350 milhões; e para Gaza, Brasília destinou US\$ 10 milhões. Se adicionarmos o valor de US\$ 3,3 bilhões em créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento⁶⁴ (BNDES) a empresas brasileiras que atuam em países de subdesenvolvidos a cifra ultrapassa os US\$ 4 bilhões. A ajuda brasileira ainda pode ser considerada inferior à proporcionada pela China, mas já se equipara a tradicionais *soft powers* como a Suécia (vide a tabela abaixo) (THE ECONOMIST, 2010a).

**Tabela 1 - Lista dos 10 Maiores Doadores Internacionais em 2009
(Valores em US\$ Bilhões)**

CHINA	39.437
EUA	29.659
JAPÃO	16.440
FRANÇA	14.113
ALEMANHA	13.342
REINO UNIDO	11.490
ESPAÑA	6.984
HOLANDA	6.585
SUÉCIA	4.552
NORUEGA	4.085

Fonte: OCDE – XINHUANET

Além do emprego de vultosas somas, o governo brasileiro perdoou, em 2003, o valor de US\$ 52 milhões devidos pela Bolívia ao Brasil. No mesmo ano, o benefício foi concedido

⁶³ Vide evolução orçamentária da ABC na página 115.

⁶⁴ De 2003 a 2008, os financiamentos do BNDES para países da América Latina subiram de US\$ 222 milhões para US\$ 650 milhões. Até julho de 2009, haviam sido liberados US\$ 504 milhões para da região. O BNDES também exerce um papel importante no continente africano, o caso de Angola é um dos mais emblemáticos em razão da concessão de uma de crédito de R\$ 1,7 bilhão (O GLOBO, 2009b).

a Cabo Verde e ao Gabão, valores de US\$ 2,7 milhões e US\$ 36 milhões, respectivamente. Em 2004, foi Moçambique que teve 95% de sua dívida pública remida, US\$ 315 milhões do total de US\$ 331 milhões. O saldo de US\$ 16 milhões foi reescalado. Por fim, em 2007, Lula perdoou a dívida da República do Congo, orçada em US\$ 400 milhões (GAZETA MERCANTIL, 2004c; O GLOBO, 2007b).

Para Marco Farani, diretor da ABC, o sucesso da ajuda externa brasileira se deve ao seu caráter social que é reflexo de políticas internas como a dos retrovirais para o combate ao HIV e à transferência de renda (*cash transfer*) baseada no programa social Bolsa Família. Além disso, o país detém tecnologia de ponta em agricultura, o que ajuda a fomentar a produção local de alimentos e a criação de empregos⁶⁵ (THE ECONOMIST, 2010a).

Todo esse esforço por parte do governo Lula permite algumas constatações. Por um lado, a ajuda brasileira faz frente às iniciativas da China e da Índia no continente africano; e de Hugo Chávez, na América Latina. Por outro, o governo adquire simpatia e apoio à candidatura do país como membro permanente do CSNU.

Na opinião de Puente

[...] a motivação para tais empreendimentos cooperativos baseia-se no princípio da solidariedade e no **interesse nacional**, embora um pouco difuso, mas assentado na intenção de promover o adensamento das relações com países em desenvolvimento com os quais nos unem laços especiais (de vizinhança, históricos, culturais etc.). Some-se a isso a importância crescente para o país de poder contribuir para os ditames requeridos pela chamada cooperação Sul-Sul (PUENTE, 2010). (G.N.)

A “diplomacia da generosidade” acaba sendo uma vertente importante do *soft power* brasileiro que aliada às estabilidades econômica, democrática e regional, fazem do Brasil um país mais atrativo do que seus homólogos do BRIC, em especial a China e a Rússia. Entretanto, se o caminho escolhido implica em oferecer ajuda externa é preciso não esquecer que há muito a ser feito, a começar no plano interno. O Brasil ainda possui um elevado índice de desigualdade social e as leis brasileiras não facilitam a doação de recursos ou bens a outros governos. Um exemplo disso é a Medida Provisória (MP) 481/10⁶⁶ que tramita no Congresso Nacional com o intuito de autorizar o governo brasileiro a doar até 260 mil toneladas de alimentos a 12 países pobres ou que enfrentam catástrofes naturais ou sociais. A MP

⁶⁵ Cumpre não olvidar que apesar de algumas iniciativas bem sucedidas por parte do governo brasileiro, o país ainda é recipiendário de ajuda externa.

⁶⁶ É forçoso lembrar que as MPs são elaboradas pelo Presidente da República.

beneficiará o Haiti, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Zimbábue, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique (AGÊNCIA SENADO, 2010).

Para compreender os fios condutores da política da “não-indiferença”, foram selecionados alguns episódios em que a diplomacia Lula atuou imbuída de “solidariedade”. Os casos escolhidos foram as crises venezuelana, boliviana e hondurenha; a revisão do Tratado de Itaipu, com o Paraguai; aspectos da relação bilateral com Cuba; a intermediação do acordo nuclear em Teerã; e por fim, o engajamento brasileiro no Haiti (que será tratado em capítulo próprio), pois representa o exemplo mais completo dessa vertente da política externa.

2.4.1 Do Grupo de Amigos da Venezuela à Rivalidade Regional

Na última década nenhum país sul-americano teve uma relação tão atribulada com o Brasil quanto a Venezuela, isso se deve à personalidade do presidente Hugo Chávez. Em 1992, Chávez tentara chegar ao poder num golpe frustrado. Reabilitado junto às massas foi eleito em 1998, prometendo corrigir as desigualdades sociais e a crise econômica pela qual passava o país. No ano seguinte, ele fechou o congresso, convocando uma Constituinte que resultou na ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos com direito à reeleição, e na alteração do nome do país para a República Bolivariana da Venezuela (FOLHA, 2004).

O não cumprimento das promessas realizadas durante a campanha levou a oposição às ruas em intensas manifestações, que em 2002 culminaram em um golpe que retirou Chávez do poder por quarenta e oito horas⁶⁷. Reempossado, os protestos continuaram com o agravante de uma greve geral ocorrida em dezembro que tinha por meta a renúncia do mandatário. A greve contou inclusive com a adesão dos operários da empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), que pretendiam suspender a produção de petróleo. Para reativar a empresa, Chávez empregou o exército. Além disso, para punir os grevistas, ele demitiu mais de 18 mil funcionários dos quadros da empresa (Ibidem).

⁶⁷ Inúmeros manifestantes foram mortos por tropas do governo nesses protestos. Um grupo de oficiais rebeldes do Exército, reagindo à repressão, prendeu Chávez na manhã de 12 de abril de 2002. Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras (uma câmara de comércio composta por entidades empresariais venezuelanas) assumiu a presidência. Embora o novo governo tenha sido reconhecido na época pelos EUA, os partidários de Chávez exigiram o seu retorno em manifestações violentas que causaram a morte de cerca de 30 pessoas. Apoiado por militares leais, Chávez foi reconduzido ao palácio Miraflores, enquanto Carmona obteve asilo na Colômbia (FOLHA, 2004a).

Para reaver o poder e manter-se nele, Chávez contou com a ajuda da comunidade internacional. A diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva nasceu prematura: antes da sua posse, ele enviou a Caracas seu assessor para questões internacionais, o professor Marco Aurélio Garcia, com o objetivo de auxiliar o governo e a oposição na busca de uma solução para a crise política por que passava o país. As tratativas realizadas por Garcia ficaram limitadas ao governo, uma vez que a oposição interpretou a articulação parcial, por favorável ao presidente Hugo Chávez, em razão do auxílio material ofertado por Lula. O governo brasileiro enviou um total de 525 mil barris de combustível para Venezuela para que Hugo Chávez enfrentasse a crise que afetou todos os setores do país, principalmente o petrolífero. O abastecimento foi negociado por Marco Aurélio Garcia quando ele esteve em Caracas (PUBLICO, 2002), numa iniciativa de cooperação financeira.

A crise venezuelana representou uma grande oportunidade de ativismo para o recém empossado presidente brasileiro. Lula propôs a criação de um Grupo de Amigos da Venezuela, iniciativa vista com bons olhos por Chávez, mas não por Washington. O grupo teria por finalidade buscar uma saída pacífica para a crise, dando continuidade à defesa da democracia pelo governo brasileiro (BBC, 2003). O objetivo da diplomacia brasileira era o de ajudar os venezuelanos a encontrarem uma saída constitucional para a crise, diferente da abordagem de Washington.

O episódio marcou o primeiro atrito da diplomacia Lula com o governo norte-americano, que favorecera o golpe de abril que depôs Chávez⁶⁸. A Casa Branca preferia que todo o esforço de conciliação ficasse a cargo do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), aparentemente mais afinado com o governo Bush do que o grupo de “países amigos” sugerido pelo Brasil. Das negociações resultou uma fórmula conciliatória, o Secretário-Geral da OEA seria auxiliado pelo “Grupo de Amigos para a Venezuela⁶⁹”, coordenado pelo Brasil e que contaria com a participação dos Estados Unidos. Souto Maior descreve em detalhes como foi elaborada essa solução.

Em vez de declarar oposição frontal, o Departamento de Estado tratou de imprimir à proposta brasileira um formato mais palatável: o grupo sugerido pelo enviado do então Presidente eleito brasileiro deveria assistir o Secretário-Geral da OEA, que continuaria como o principal responsável por ajudar na busca de uma solução; sua

⁶⁸ A ascensão ao poder de um mandatário populista e nacionalista, apesar de democraticamente eleito, com estreitas relações de amizade com líderes de países mal vistos aos olhos de Washington, foi considerada inconveniente. O desagrado americano traduziu-se no favorecimento ao golpe que afastou do poder o presidente constitucional indesejado.

⁶⁹ Grupo formado por Brasil, Estados Unidos, México, Chile, Portugal e Espanha.

composição, que incluiria o Brasil e os Estados Unidos, foi negociada de forma a assegurar que, com a possível exceção do governo Lula, ele fosse integrado por países tradicionalmente receptivos aos argumentos da potência hegemônica; os próprios americanos puderam então, numa barretada a Brasília, sugerir que nos coubesse a coordenação do grupo, que, no formato finalmente acordado, deixara de oferecer os principais inconvenientes inicialmente percebidos por Washington. Esboçavam-se dessa forma, ainda tentativamente, os limites de uma eventual cooperação ‘estratégica’ entre a grande potência continental e mundial e o maior país da América Latina, subitamente disposto a assumir uma inusitada liderança regional: os Estados Unidos poderiam aceitar o novo ativismo brasileiro na América do Sul, desde que ele se exercesse de forma a não causar maiores tropeços efetivos à política da potência maior. E, no caso específico, o Brasil aparentemente deu-se por satisfeito (MAIOR, 2003).

Se compararmos os interesses de Brasil e EUA neste caso, podemos perceber que a estabilidade da Venezuela interessa aos norte-americanos pelo fato de o país fornecer em torno de 14% do petróleo consumido nos EUA. O interesse do governo brasileiro, por outro lado, era o de liderar a América do Sul, desempenhando um papel politicamente ativo e independente em relação a Washington. Durante as negociações Lula chegou a declarar que *“Todos os países da América do Sul veem no Brasil uma liderança quase que natural para o continente. Só o Brasil é que, durante 500 anos, não enxergou e não quis fazer isso”* (BBC, 2003). Essa assertiva apesar de demonstrar o voluntarismo do novo presidente, custar-lhe-ia caro nos anos seguintes, pois diversos países da região viriam a contestar essa liderança de Brasília, em especial a Argentina e a própria Venezuela.

A solução para o imbróglio ocorreu em maio quando o governo e a oposição assinaram um acordo mediado pela OEA, pelo Centro Carter⁷⁰ e pelo Grupo de Amigos da Venezuela. Apesar do desfecho satisfatório, restou evidente a divergência de percepções estratégicas entre Washington e Brasília (MAIOR, 2003). O acordo estipulou a realização de um referendo que ocorreu em agosto de 2004 e confirmou Chávez na presidência⁷¹.

Os bons ofícios e a ajuda material do Brasil à Venezuela podem ser explicados de duas formas. A primeira seria a continuidade da política de defesa da democracia como instrumento de política externa realizada em governos anteriores, fruto do Compromisso de Santiago do Chile que produziu a Declaração de Defesa Coletiva da Democracia e a Resolução 1080 da OEA, ou “cláusula democrática”, aplicada ao longo dos anos 1990 em quatro casos: Haiti (1991), Peru (1992), República Dominicana (1994) e Paraguai (1996).

⁷⁰ Organização norte-americana liderada pelo ex-presidente Jimmy Carter (1977-81).

⁷¹ De acordo com Edmundo González Urrutia, o referendo marcaria a inflexão da política externa de Chávez para consolidação de seu projeto revolucionário e a realização de parcerias estratégicas para fortalecer um novo sistema multipolar.

Além disso, o Brasil ainda assinou o Protocolo de Usuhaia (1998), no âmbito do Mercosul e a Carta Democrática de 2001 (VILLA, 2006).

A segunda explicação para a iniciativa do governo brasileiro em favor de Chávez estaria fundamentada nas afinidades ideológicas comuns entre os altos funcionários da diplomacia Lula. Essa afirmação é respaldada quando analisamos o alinhamento das posições adotadas pela política exterior de Lula em relação aos posicionamentos do governo venezuelano. O primeiro exemplo se refere ao caso da empresa RCTV (Radio Caracas Televisión) que teve sua licença cassada pelo governo Chávez, em virtude de ter veiculado opiniões contrárias à gestão do mandatário venezuelano, o que constituiu uma clara afronta à liberdade de expressão, preceito basilar de qualquer regime democrático, e que, no entanto, recebeu apoio por parte de Lula (G1, 2010a). Em 2009, Chávez deu mais uma demonstração de que deseja se perpetuar no poder por pretendidas vias “democráticas” ao implantar um sistema de reeleição ilimitada. A medida, aprovada por referendo, recebeu o apoio do presidente brasileiro, que perdeu a oportunidade de defender o regime democrático na América do Sul (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009c).

O MRE, por sua vez, pecou sobre a questão dos direitos humanos no país vizinho. Estima-se que existam pelo menos quarenta pessoas presas por discordarem de Hugo Chávez, entre elas Raúl Baduel⁷², ex-ministro da Defesa, que se afastou da administração Chávez por ser contra a convocação do referendo que permitiria reeleições ilimitadas à presidência. O MRE nunca se manifestou em repúdio à prisão de Baduel. Desde que Lula assumiu a Presidência o Itamaraty não se manifestou a respeito das medidas autoritárias na Venezuela.

Outro ponto nevrálgico acerca da administração Chávez se refere ao temerário reaparelhamento das forças armadas venezuelanas⁷³. As aquisições de material bélico por Caracas podem colocar em risco a paz na região e dar pretexto a uma corrida armamentista no subcontinente americano. Esta política de Hugo Chávez provocou diversos atritos com a vizinha Colômbia, o mais recente em 2008 quando enviou tropas à fronteira colombiana, em um ato de solidariedade ao seu homólogo equatoriano, devido o sobrevoo de caças

⁷² Baduel, detido em 2009, foi uma pessoa próxima de Chávez nos anos 1980 e em abril de 2002 comandou uma operação militar que devolveu o poder ao presidente após o golpe de Estado.

⁷³ Em 2005, a Venezuela investiu cerca de US\$ 1,3 bilhão para encomendar na Espanha 4 corvetas, 4 lanchas de patrulha costeira e mais 10 aviões C-295 para transporte de tropas. Além disso, realizou um pedido de 41 helicópteros russos de ataque e carga leve. A Venezuela mantém em Moscou uma comissão de técnicos militares, onde Chávez adquiriu 100 mil fuzis Kalashnikov(AK-103) ao custo de US\$ 55 milhões, uma parcela dos fuzis será produzida na Venezuela. O mandatário venezuelano ainda adquiriu 50 caças de fabricação russa. No total, a cooperação militar bilateral Caracas-Moscou atinge a cifra de US\$ 5 bilhões (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

colombianos em território do Equador para eliminar um guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia⁷⁴ (FARC), grupo que recebe apoio de Chávez⁷⁵, assim como o Exército de Libertação Nacional (ELN), fato confirmado pela descoberta de documentos da guerrilha por parte das forças armadas colombianas. Tampouco se pode olvidar a disputa territorial com a Guiana acerca da região de Essequibo (BURGES, 2007) que introduz outro conflito territorial de difícil resolução (já que essa região corresponde a metade do território da República Cooperativa da Guiana). Em todos esses casos o governo brasileiro se absteve em desempenhar um papel mais ativo.

Na opinião do historiador Carlos Eduardo Vidigal (2011), o governo brasileiro não critica as políticas de Chávez em razão da balança comercial extremamente favorável ao Brasil⁷⁶, sem falar nos investimentos diretos entre os dois países. Outro motivo que leva o governo brasileiro a apoiar Hugo Chávez e não à oposição se refere ao fato de que os partidos que integram o sistema político venezuelano anterior à chegada de Chávez ao poder (COPEI-democrata cristão e “Acción Democrática” – social-democrata) estiveram mais ou menos afinados, quando se alternaram no governo com as posições norte-americanas. Nesse sentido, o Brasil não seria beneficiado com a queda de Chávez, uma vez que a ascensão de um opositor, mesmo se este proviesse de outro partido⁷⁷, poderia desencadear um processo de retorção contra o Brasil, em razão da parcialidade de Brasília em favor de Chávez.

Hugo Chávez enceta o líder único que desenvolve sua relação com o povo sem a intermediação do partido, além disso, seu poder estaria sustentado pelas forças armadas, o que levou a Elizabeth Burgos a caracterizar o bolivarismo de Chávez como um “*ersatz de nacional populismo-etnicista com rasgos neofacistas*” (BURGOS, 2004-05; ROJO, 2007). O seu “socialismo do século XXI” constitui um conjunto de medidas estatizantes e protecionistas que, auxiliado por sua petrodiplomacia⁷⁸, busca alçar a Venezuela como liderança internacional, para isso exerce um voluntarismo solidário aos demais países de cunho bolivariano ou simplesmente antiamericano. A gestão de Hugo Chávez tem

⁷⁴ O líder das FARC morto no Equador foi Raúl Reyes.

⁷⁵ Ainda não está claro o montante da ajuda oferecida pelo governo venezuelano aos grupos paramilitares colombianos. No entanto, armamento e munição do exército da Venezuela foram encontrados em instalações dessas milícias (US DEPARTMENT OF STATE, 2007).

⁷⁶ O que também teria impulsionado o comércio bilateral em favor do Brasil, pois em 2002, o comércio era favorável à Venezuela, em US\$ 167 milhões; em 2009, a balança favoreceu o Brasil, superando a cifra de US\$ 3 bilhões (MRE, 2010a).

⁷⁷ Hoje a oposição venezuelana se nutre mais de antigos aliados a Chávez que viraram “desafetos ao regime” que de antigos membros do COPEI e Ação Democrática à presidência.

⁷⁸ Chávez criou três empresas petrolíferas: a Petrocaribe, a Petroandina e a Petrosur, sendo a primeira de maior destaque, pois Caracas tem destinado cerca de US\$ 1,7 bilhão anualmente para ajudar os países do Caribe. Esta cifra coloca a Venezuela no nível de países doadores da OCDE, como Dinamarca, Noruega e Suíça.

representado um projeto político antagônico ao do Brasil, uma vez que tem patrocinado medidas contra interesses do Brasil em países vizinhos. Em 2006, Chávez forneceu apoio logístico durante a nacionalização do campo “San Alberto” na Bolívia, afrontando os interesses da Petrobras que possuía duas refinarias na região com o desiderato de substituí-la pela PDVSA. O líder venezuelano ainda se manifestou contrariamente ao programa de biocombustíveis do Brasil (ROJO, 2007).

O ativismo do Miraflores⁷⁹ é digno de nota. O mandatário venezuelano lançou a Alternativa Bolivariana das Américas⁸⁰ (ALBA), um processo de integração original, que se contrapõe à ALCA. Chávez retirou a Venezuela da Comunidade Andina, pelo fato de Chile e Peru terem realizado acordos de comércio com os EUA. Esses foram os motivos que estimularam à Venezuela a pleitear sua entrada no Mercosul, o outro foi o de instrumentalizar o bloco à sua estratégia de influência regional (ROJO, 2010). A candidatura venezuelana recebeu o apoio do então presidente argentino Néstor Kirchner⁸¹, uma vez que Chávez forneceu, entre 2005 e 2007, cerca de US\$ 39 bilhões em petróleo e capital, estando a Argentina entre os maiores receptores com US\$ 9,9 bilhões⁸² (SCHOEN e ROWAN, 2009), afirmando-se, por além, que Caracas teria financiado as campanhas eleitorais de Néstor e de Cristina Kirchner⁸³.

A demora no trâmite da inclusão da Venezuela no Mercosul em ambas as casas do congresso brasileiro levou Chávez a acusar a instituição de ser “um papagaio do imperialismo norte-americano” (VILLA, 2007), chegando a fixar um “ultimatum” que não foi cumprido. A resposta mais incisiva à candidatura venezuelana veio do presidente do senado, José Sarney, “*No momento, não há como declarar que a Venezuela é uma democracia exemplar. Na hora em que se acaba com a alternância de poder, acaba-se com o coração da democracia. Se aprovarmos o ingresso da Venezuela, estaremos violando o Tratado do Mercosul*⁸⁴” (O GLOBO, 2007c). Apesar dos protestos, a entrada da Venezuela no bloco foi aprovada no

⁷⁹ Sede da presidência venezuelana.

⁸⁰ Bloco composto por Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua, Venezuela, Dominica, Antígua e Barbuda e San Vicente e as Ilhas Granadinas.

⁸¹ O alinhamento Buenos Aires-Caracas se deve em razão da compra US\$ 1,3 bilhão em títulos da dívida pública argentina pelo governo de Chávez. A Venezuela ainda adquiriu US\$ 100 milhões da dívida pública do Paraguai. Estima-se que Chávez gaste quase US\$ 9 bilhões por ano na região, essas iniciativas ressaltam que o presidente venezuelano fornece apoio a outros líderes de esquerda da América do Sul esperando apoio ao seu projeto bolivariano (SCHOEN e ROWAN, 2009; BURGESS, 2007).

⁸² Cuba recebeu de Chávez US\$ 7,5 bilhões e cerca de 90 mil barris de petróleo por dia, enquanto o Equador e a Nicarágua receberam US\$ 4,9 bilhões, cada um.

⁸³ Chávez enviou cerca de US\$ 800 mil para a campanha eleitoral de Cristina Kirchner em 2007 (SCHOEN e ROWAN, 2009).

⁸⁴ Mais especificamente o Protocolo de Ushuaia assinado em 1998.

congresso⁸⁵, o que representa um retrocesso para a região que vinha na esteira de reforçar as instituições democráticas⁸⁶ (ROJO, 2010). Além do mais, aquele país foi dispensado de cumprir outros requisitos necessários à integração ao bloco, como a tarifa externa comum⁸⁷. Assim, o governo brasileiro esqueceu os fios condutores basilares do Mercosul ao politizar o bloco econômico.

A política brasileira de “apaziguamento” em relação a Chávez não impediu que o mandatário venezuelano lançasse medidas contra interesses do Brasil em países vizinhos⁸⁸, nem que ele elevasse o tom de seu anti-hegemonismo ao estreitar laços com o governo de Teerã. Entre 2005 e 2010, Ahmadinejad e Hugo Chávez se encontraram em nove oportunidades para estabelecer parcerias no setor petrolífero, infraestrutura e promover uma “aliança militar anti-imperialista contra a dominação dos Estados Unidos”. Caracas estendeu a parceria com o Irã para a Bolívia, rendendo ao governo de Morales, acordos para o setor de energia na casa de US\$ 2 bilhões (SCHOEN e ROWAN, 2009).

A influência de Chávez na região preocupava o governo de George W. Bush, tanto que o presidente norte-americano buscou em Lula um interlocutor menos arisco para o subcontinente americano como meio de contrarrestar o papel desempenhado por Chávez (ROJO, 2007). Brasília, no entanto, não adotou uma confrontação direta com Caracas, em virtude dos interesses comerciais e dos processos de integração que tanto interessam ao Brasil: o Mercosul e a Unasul.

Enfim, a diplomacia Lula deixa muito a desejar referente à pasta da Venezuela, pois está repleta de contradições. Resultado de um excessivo voluntarismo de ambos os lados, efeito dos conflitos bilaterais existentes na região que ganham fôlego, impulsionados por Caracas e pela partidarização da política externa brasileira. Esse voluntarismo é uma das explicações para o lançamento de projetos de integração regional e subregional tão díspares sem a prévia discussão acerca das vantagens e desvantagens ou, ainda, dos obstáculos a serem enfrentados (ROJO, 2007), conduzindo a América do Sul a um cenário de incertezas.

⁸⁵ Resta ainda ao parlamento do Paraguai aprovar a inclusão da Venezuela no Mercosul.

⁸⁶ O poder executivo venezuelano tem servido aos interesses pessoais do líder. Os demais poderes sofrem com a influência de Chávez, o parlamento é “monocromático”, enquanto o judiciário foi expurgado de “maus elementos antinacionais”. Além disso, a oposição teve seus direitos de expressão e de livre associação seriamente limitados, o que torna inviável considerar a Venezuela um Estado democrático (ROJO, 2010).

⁸⁷ O mandatário venezuelano pretendia modificar a tarifa externa comum antes mesmo de seu país formar o bloco.

⁸⁸ Algumas dessas intervenções serão tratadas nas seções seguintes.

2.4.2 Da Nacionalização dos Hidrocarbonetos à Potência Regional Pacificadora: Dois Momentos da Diplomacia Lula junto à Bolívia

Ao longo do governo Lula, a diplomacia brasileira precisou superar dois impasses na Bolívia. O primeiro foi a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos em 2006, enquanto o segundo ocorreu em 2008 por ocasião de uma crise interna que quase desencadeou uma guerra civil no país vizinho. Esta seção analisará como o Brasil atuou nesses dois momentos.

A eleição de Evo Morales levou pela primeira vez na história boliviana um representante da parcela indígena da população à presidência. O país ainda sentia os efeitos do fracasso de políticas neoliberais que desencadearam a “guerra da água” (2000) e a “guerra do gás”⁸⁹ (2003). Além do mais, as dificuldades econômicas se refletiam em profundas discrepâncias sociais, em desemprego e no descontentamento de inúmeros setores da sociedade (GIL, 2008). Essa conjuntura estimulou uma postura autonomista do novo presidente que tinha alcançado notoriedade como líder dos produtores da folha de coca do país e que havia sido eleito com uma plataforma eleitoral que reivindicava a estatização dos recursos naturais do país.

Em março de 2006, funcionários bolivianos e a Petrobras, que tinha importantes investimentos na produção e no refino de petróleo e na produção e no transporte de gás, fruto de uma matriz energética que confiava à Bolívia um papel central, negociavam os termos da exploração das reservas de hidrocarbonetos do país. No entanto, Morales adiou as tratativas, alegando que elas deveriam ser realizadas diretamente com o presidente Lula. Conforme documento redigido por um funcionário da embaixada norte-americana em Brasília, publicado no sítio eletrônico Wikileaks⁹⁰, Marcel Biato, assistente do assessor especial da presidência brasileira para assuntos internacionais (Marco Aurelio Garcia), relatou o acontecido aos americanos. Biato teria expressado que antes da estatização, o Quemado e o Miraflores⁹¹ haviam estreitado relações. A nacionalização foi incentivada por Hugo Chávez que garantira a Morales a ajuda técnica necessária para a produção de gás, caso a Petrobras deixasse de atuar na Bolívia.

A nacionalização do gás e do petróleo foi acertada em abril, na capital paraguaia.

⁸⁹ Marco Aurélio Garcia participou das negociações para resolver a crise que resultou na renúncia do presidente Sanchez de Lozada (VILLA; VIANA, 2010).

⁹⁰ O cabo diplomático 06BRASILIA876 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

⁹¹ Palácios presidenciais da Bolívia e Venezuela, respectivamente.

Hugo Chávez e Felipe Pérez Roque, chanceler cubano, convenceram Morales do apoio necessário para realizar a expropriação. Dias mais tarde, quando se encontrou com Fidel Castro, Chávez ofereceu a Evo *know-how* e créditos superiores a US\$ 100 milhões para manter em operação as refinarias que seriam estatizadas. Ao retornar de Cuba, o presidente venezuelano se encontrou com Lula em Brasília sem nada comentar ao seu homólogo brasileiro (ISTOÉ, 2006).

Em maio, Morales⁹² assinou o Decreto Supremo n. 28.701⁹³ que previa nacionalização das reservas de hidrocarbonetos do país, a terceira da história boliviana⁹⁴. A “nacionalização branca” foi respaldada pela presença de 3.139 militares que ocuparam cinquenta e seis instalações petrolíferas (O GLOBO, 2006a), entre as quais estavam duas refinarias da Petrobras, a Refinaria Guillermo Elder Bell, localizada em Santa Cruz de La Sierra, e a Refinaria Gualberto Vilarroel, situada em Cochabamba⁹⁵.

É forçoso lembrar que antes da expropriação das instalações da Petrobras, o governo de La Paz pressionara o empresário brasileiro Eike Baptista a fechar a sua usina siderúrgica EBX, localizada em Puerto Quijarro. Baptista perdeu US\$ 60 milhões em investimentos (ISTOÉ, 2006). O governo brasileiro nada fez no caso da siderúrgica, talvez por representar os interesses de um grupo de capital privado. Entretanto, a estatização de duas refinarias de uma empresa, cujo capital majoritário pertence ao Estado brasileiro não poderia passar em branco.

A nacionalização na Bolívia repercutiu em Brasília pela afronta a um interesse nacional. Aguardava-se uma reação firme do presidente Lula às provocações de Morales, no entanto, Lula desqualificou *ab initio* o ocorrido, dizendo que “*Não tem crise Brasil-Bolívia. Existirá o ajuste necessário de um povo sofrido e que tem o direito de reivindicar maior poder sobre a riqueza que tem*” (Ibidem). O mandatário olvidou que esse “ajuste necessário”

⁹² Morales anunciou que a Venezuela enviaria US\$ 2 bilhões de ajuda econômica à Bolívia e que tal ajuda não significava ingerência na política do país (FOLHA, 2006).

⁹³ Pelo decreto do dia 1º, as empresas que operam no setor de petróleo e gás natural no país dispunham de 180 dias - a contar do anúncio da nacionalização - para se adequar às novas regras do setor de hidrocarbonetos na Bolívia, entre elas a tomada do controle das reservas e a entrega da produção das petrolíferas à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), que será reestruturada e irá definir condições, volumes e preços para comercialização.

⁹⁴ Na história da Bolívia, dois governo militares - o de David Toro e o de Alfredo Ovando Candia - nacionalizaram em 1937 e em 1969 as companhias petrolíferas americanas Standard Oil e Gulf Oil, respectivamente. Em 2006, porém, só foram afetadas empresas “não imperialistas” (argentino-espanhola, francesa e brasileira). Nem as “Sete irmãs” nem outra companhia norte-americana ou britânica atuavam no país.

⁹⁵ As plantas foram adquiridas pela Petrobras em 1999 ao preço de US\$ 104 milhões, desse total US\$ 8 milhões não foram pagos graças a um acordo que previa a solução de um passivo ambiental. Entre 1999-2006, o lucro líquido acumulado pela Petrobras Bolívia Refinación foi de US\$ 139 milhões (VALOR ECONÔMICO, 2007).

resultaria, obrigatoriamente, em um aumento no preço do gás vendido pela Bolívia ao Brasil⁹⁶.

Em uma reunião convocada às pressas, a reação de Lula foi diferente daquela esboçada aos jornalistas. O então ministro da Defesa, Waldir Pires relatou que o presidente estava tenso e que Marco Aurélio Garcia precisou acalmá-lo justificando o direito boliviano de nacionalizar suas lavras, pois o Brasil havia realizado o mesmo nos anos 1950 com a campanha do “Petróleo é nosso”. No mesmo sentido, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães adicionara que o governo de La Paz era soberano em seu território, mas que cabia ao Brasil assegurar o seu abastecimento de gás. Convencido, Lula adotou a estratégia de responder com flores às pedras vindas da fronteira (Ibidem). A postura do governo brasileiro pareceu ter subordinado o interesse nacional em prol do projeto político do grupo que estava no poder: o da liderança regional.

A crise do gás revelou outra mudança de paradigma da política externa brasileira, na qual o chanceler Celso Amorim, espremido pelos desígnios de Marco Aurélio Garcia e de Samuel Pinheiro Guimarães, atuou mais como uma espécie de porta-voz informal do Itamaraty (avocando as funções do embaixador Ricardo Neiva Tavares) do que como ministro das Relações Exteriores. O fato foi criticado pelo embaixador José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro de Estudos Brasileiros e Relações Internacionais (CEBRI), que lamentou a desorganização da política externa, acrescentando que ela não podia ter “três chefes” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2006b).

Em Puerto Iguazú, na tríplice fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, Lula foi ao encontro de Morales, expressando o desejo de discutir as pendências entre os dois países “*da maneira mais democrática possível*”. Na ocasião também estavam presentes Hugo Chávez e o presidente argentino Nestor Kirchner. Nos bastidores, Lula apresentou suas queixas a Chávez e a Morales, apontando os riscos da iniciativa La Paz-Caracas para a integração sul-americana. Celso Amorim quis marcar a posição do Brasil afirmando que “*Todos os recados foram dados*”. No entanto, o recado de Lula parece não ter surtido efeito, pois durante a IV Cúpula União Européia-América Latina e Caribe, em Viena, Evo Morales voltou a fazer declarações cáusticas contra o Brasil acusando a Petrobras de praticar atividades ilícitas, como contrabando, manifestando não ter vontade de indenizar a empresa pela nacionalização, *in verbis*:

⁹⁶ O gás boliviano responde por 70% do abastecimento industrial de São Paulo e 50% do total consumido no país, incluídos os botijões de cozinhas e das grandes tubulações industriais.

Quero dizer, com muito respeito ao Brasil e a todo mundo: não temos por que perguntar, consultar, informar ninguém sobre políticas soberanas do nosso país. Como qualquer país, temos o direito de defender nossos recursos naturais. Necessitamos de sócios, não de patrões. E não estamos expulsando ninguém, apenas nos apropriando do que é nosso (O GLOBO, 2006b).

O líder boliviano ainda alfinetou o governo brasileiro ao resgatar ressentimentos pela aquisição do Aquiri boliviano (atual Acre) pelo Brasil que resultou no Tratado de Petrópolis⁹⁷, de 1903, um tratado iníquo conforme Morales “*O Acre foi trocado por um cavalo. Isso não ocorre no nosso governo nem acontecerá mais, porque vamos defender nosso território e a luta indígena*”(Ibidem). Morales olvidou o fato de o Brasil ter pago cerca de dois milhões de libras esterlinas pelo Acre, cedido à Bolívia terras pertencentes ao Mato Grosso, e construído uma ferrovia que contornasse as cabeceiras do rio Mamoré (DANESE, 2009).

Em visita a La Paz, coube ao chanceler Celso Amorim endurecer o tom do governo frente ao Quemado, afirmando categoricamente que o Brasil pretendia manter um bom entendimento e diálogo bilateral, contudo os direitos da Petrobras teriam de ser respeitados. Do contrário, o governo brasileiro não hesitaria em recorrer à arbitragem internacional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2006c). A diplomacia Lula demorou em adotar um discurso semelhante aos da França e Espanha, cujas empresas Total (francesa) e Repsol (espanhola) também foram atingidas pelo decreto boliviano. Os governos europeus cientificaram a Bolívia da importância de uma imediata indenização, sob a ameaça de instauração de um litígio judicial.

A resposta mais eficaz do lado brasileiro ao episódio veio do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, ao suspender futuros investimentos na Bolívia⁹⁸. Dias mais tarde, essa posição foi revista, afirmando que a empresa aplicaria apenas US\$ 200 milhões nos próximos trinta anos para manter a produção de dezessete milhões de metros cúbicos/dia nas refinarias estatizadas (O GLOBO, 2006c).

O impasse acerca das usinas foi resolvido em maio de 2007 por meio de um acordo que estipulava o pagamento de US\$ 112 milhões pela Bolívia à Petrobras. No entanto, o

⁹⁷ O Tratado de Petrópolis, que substituiu o de La Paz de Ayacucho (1867), foi negociado de forma bilateral com a Bolívia, utilizando como critério o *uti possidetis* do momento, favorável ao Brasil em virtude da expansão da fronteira econômica decorrente do ciclo da borracha (DANESE, 2009).

⁹⁸ A Petrobras iniciou suas operações na Bolívia em 1996, realizando pesquisas sísmicas. O gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) foi inaugurado em 1999 e, em 2000, na administração Fernando Henrique, foram assinados com o governo boliviano os contratos de aquisição de gás. A partir de então, o Brasil superou a Argentina como maior comprador de gás boliviano.

episódio tornou explícita a pretensão chavista de liderança do espaço sul-americano, ameaçando projetos maiores, como o da integração do subcontinente americano. Na Bolívia ficou claro o desejo venezuelano em substituir a Petrobras pela PDVSA. Apesar disso, o governo brasileiro tomou o caminho do meio ao não isolar Chávez, pois essa medida poderia resultar em mais problemas para a região. Na visão do ex-chanceler Celso Lafer, Hugo Chávez é um “indutor de tensões”, que polarizam e desagregam a integração sul-americana, colocando em xeque a liderança “mais construtiva” do Brasil. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2006d).

Morales adotou a estratégia chavista de se apresentar como redentor do povo boliviano frente às injustiças históricas. Seu passo seguinte foi eleger um inimigo externo – no caso o Brasil⁹⁹ – e, em um gesto de pirotecnia, mobilizando tropas, tomou as propriedades da Petrobras. Não obstante, o presidente boliviano usou da popularidade alcançada pela nacionalização para formar uma Assembleia Constituinte destituída de membros da oposição.

O objetivo de “refundar” a Bolívia com uma nova Constituição lhe permitiu concentrar poder, da mesma forma como fizera seu homólogo venezuelano.

As iniciativas de Morales quase lançaram o país numa guerra civil. Em dezembro de 2007, o departamento de Santa Cruz de la Sierra, o mais rico do país, declarou sua autonomia em relação a La Paz¹⁰⁰. Outros departamentos seguiram o exemplo, Beni, Pando, Chuquisaca e Tarija¹⁰¹ (que somados a Cochabamba formam a região conhecida como “Meia Lua” opositora – conforme o mapa ao lado) (ABRIL, 2008). Diante da instabilidade

Figura 2 - Mapa da “Meia Lua Opositora” na Bolívia



Fonte: Último Segundo, 2008.

⁹⁹ Paralelo à nacionalização dos hidrocarbonetos, Morales anunciou um projeto de reforma agrária que prejudicaria cerca de cem produtores brasileiros que se mudaram para o país, alguns deles há trinta anos. Esses produtores são responsáveis por um terço da produção de soja boliviana. (VEJA, 2006).

¹⁰⁰ A medida foi confirmada por meio de um referendo em maio de 2008.

¹⁰¹ Os departamentos pleiteavam uma divisão dos tributos que os beneficiassem, pelo fato de serem os maiores arrecadadores de impostos. Eles ficam na região leste da Bolívia e são os departamentos mais ricos do país, graças à produção de gás e soja. O departamento de Tarija, por exemplo, possui mais de 80% das reservas de gás bolivianas.

no país vizinho, Brasil, Argentina e Colômbia formaram o “Grupo de Amigos da Bolívia”¹⁰² para intermediar o diálogo entre o governo Morales e a oposição. O grupo não desempenhou um papel ativo a pedido de Evo Morales.

Para solucionar o impasse o presidente boliviano convocou um referendo revogatório que ocorreu em agosto de 2008. A consulta resultou na esmagadora vitória de Morales por 67,41%, demonstrando sua força política para dar seguimento às reformas que considerava necessárias para reverter as desigualdades sociais. Por outro lado, o mesmo referendo confirmou no poder quatro governadores opositores dos departamentos que formavam a chamada “meia lua” opositora, cuja liderança estava a cargo de Rubén Costas do departamento de Santa Cruz. (ABRIL, 2008).

O referendo revogatório não abrandou a situação no país. Protestos voltaram a acontecer em virtude da convocação de outra consulta popular, desta vez para ratificar a nova constituição do país. Durante as manifestações, os opositores detonaram duas bombas na empresa estatal de petróleo Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), danificando o Gasoduto Bolívia-Brasil, resultando em quedas que variaram de 10% a 50% no fornecimento de gás natural para o Brasil.

Para intermediar a crise, o governo brasileiro não atuou na esfera do Grupo de Amigos da Bolívia, mas sim no âmbito da UNASUL. A presidente *pro tempore* da instituição, a chilena Michele Bachelet, convocou a primeira reunião extraordinária de chefes de Estado da UNASUL para tratar da crise boliviana. O comparecimento do presidente Lula ao encontro foi cuidadosamente analisado, pois o mandatário estava cético sobre a eficácia desta iniciativa, uma vez que o governo boliviano não havia solicitado ajuda da comunidade regional. Brasília tinha dificuldades em prever como as diferentes correntes políticas da Bolívia reagiriam às deliberações do encontro, podendo colocar em risco o frágil consenso entre o Quemado e a oposição. No entanto, caso Lula não comparecesse sua liderança seria reduzida se da reunião resultasse uma solução para o imbróglio. Por outro lado, se a situação da Bolívia se agravasse, o governo brasileiro teria se omitido em buscar instrumentos que tornassem a Bolívia mais estável. Além do mais, o presidente Lula não podia deixar espaço para a atuação de Hugo Chávez, que se dispusera a intervir militarmente em caso de golpe contra Morales. Assim, mensurando os riscos, o mandatário brasileiro compareceu ao encontro, realçando a posição brasileira solidária a Morales e pautada pela não-intervenção

¹⁰² O grupo teria sido formado a pedido do próprio governo de La Paz, estando Marco Aurélio Garcia à frente da delegação brasileira. É curioso notar a ausência da Venezuela (O GLOBO, 2008).

(GAZETA MERCANTIL, 2008a e 2008b; VALOR ECONÔMICO, 2008).

A posição do Brasil foi decisiva para declaração emitida no final do encontro no Palácio de La Moneda. O texto expressou o apoio dos países da UNASUL ao governo Morales, opondo-se à ruptura da ordem institucional ou qualquer iniciativa que comprometesse a integridade territorial da República da Bolívia (UNASUR, 2008). No entanto, cabem algumas considerações acerca da declaração. É forçoso ressaltar que a crise instalada na Bolívia foi fruto dos atos atentatórios ao regime democrático executados pelo próprio Morales. Foi ele quem fechou o congresso, modificou a composição da corte suprema e realizou uma constituinte “monocromática”. O objetivo do mandatário boliviano era o de implantar um regime socialista, autoritário (influenciado pelo bolivarianismo de Chávez) e dotado de um modelo de organização social pré-colombiano. A soma desses fatores desencadeou a reação dos cinco departamentos opositores (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008b), mas os países membros da UNASUL optaram por respaldar o governo Morales, que ganhou força para negociar uma saída para a crise.

O impasse foi resolvido apenas outubro de 2008. Morales precisou concordar com a reforma de mais de cem artigos da constituição¹⁰³, incluindo os dispositivos que lhe permitiriam governar, em sucessivas reeleições, até 2019. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008c). As alterações no texto das reformas facilitariam a aprovação no referendo de janeiro de 2009.

Os episódios não inviabilizaram uma série de políticas brandas do Planalto em relação ao Quemado. Em 2009, o presidente Lula forneceu um crédito de US\$ 21 milhões para aquisição de têxteis bolivianos por empresas brasileiras, valor anteriormente concedido pelos EUA como incentivo ao “Programa de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas” que Morales abandonou. Embora a folha de coca seja uma cultura ancestral naquele país, não é prudente desconsiderar que grande parte da produção é transformada em cocaína e comercializada no Brasil. No intuito de não causar atritos com Evo Morales, Lula ainda concedeu um crédito de US\$ 20 milhões para a remoção de cerca de cinco mil imigrantes brasileiros que residem nos departamentos de Pando e Beni, que fazem fronteira com o Brasil. O irrisório valor demonstra o descaso de Brasília com relação aos seus nacionais.

A diplomacia Lula utilizou o BNDES para financiar a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, que ligará os departamentos de Beni e de Cochabamba. A

¹⁰³ Um acordo congressual entre o governo e a oposição em outubro modificou 144 artigos da CPE.

cooperação financeira estimada em US\$ 332 milhões é mais uma iniciativa de caráter duvidoso da parte de Brasília, uma vez que a obra foi embargada para a apuração de irregularidades. Em outro exemplo de cooperação financeira de sua política externa, o governo brasileiro doou quatro helicópteros militares para o exército daquele país, e recebeu uma delegação boliviana interessada na experiência brasileira no que respeita à reforma agrária, típica medida de cooperação técnica (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009d; 2009e).

Como resultado desses episódios, pode-se afirmar que o Brasil optou por ceder aos interesses do governo boliviano com o intuito de preservar os processos de integração em curso na América do Sul, região em que pretende ser líder. As iniciativas de Brasília se destacam à medida que o apoio prometido por Hugo Chávez a Evo Morales não passou de um altissonante gesto retórico, uma vez que o refino de petróleo tem decrescido a níveis alarmantes¹⁰⁴. A falência do modelo adotado pelo Palácio do Quemado é fruto do preço subsidiado da gasolina aliado à queda da produção de petróleo em razão dos baixos preços pagos pelo governo às empresas do setor. Morales, numa tentativa de corrigir a situação, eliminou os subsídios do combustível (estimados em US\$ 380 milhões), resultando em um aumento de 83% no valor da gasolina, medida que ficou conhecida como “gasolinaço”¹⁰⁵. A iniciativa desencadeou protestos contra o presidente boliviano, que após cinco dias da entrada em vigor da nova lei, e sob forte pressão, teve que revogá-la. (LATIN PETROLEUM, 2010).

2.4.3 A Diplomacia Solidária Além da Ponte da Amizade

A política externa de Lula para Paraguai merece ser analisada em dois momentos. O primeiro relativo à revisão do Tratado de Itaipu, enquanto o segundo se refere à ajuda humanitária enviada pelo Brasil durante uma forte estiagem na região do Chaco.

Em abril de 2008, o povo paraguaio elegeu para a presidência do país Fernando Lugo¹⁰⁶, um bispo “défroqué”, que tinha entre suas promessas de campanha a revisão do

¹⁰⁴ O refino de petróleo passou de 42 mil barris diários para apenas 35 mil.

¹⁰⁵ A medida provocou uma onda de reajustes em cascata: as tarifas de transporte público saltaram 150%. Os alimentos também encareceram, e alguns produtos sumiram das prateleiras.

¹⁰⁶ Fernando Lugo é um líder populista que se elegeu prometendo acabar com a corrupção sexagenária do Partido Colorado e unir a nação, dividida por profundas desigualdades econômicas e sociais. Para marcar diferença dos seus vizinhos bolivarianos afirmava que não tinha por objetivo promover a luta de classes para corrigir as assimetrias da sociedade paraguaia. No entanto, para promover a união nacional, denunciou a dívida externa do país, classificando-a de espúria, e fez da renegociação do Tratado de Itaipu uma meta. Nesse sentido, guarda semelhança aos líderes bolivarianos.

Tratado de Itaipu, considerado iníquo por muitos paraguaios. Pelo acordo firmado na década de 1970, cada país tem direito a 50% da energia produzida, mas como o Paraguai utiliza apenas 6%, o excedente só pode ser comercializado com o Brasil a custo de produção. O tratado ainda prevê que as regras só poderiam ser objeto de revisão a partir de 2023, quando se encerra o financiamento da obra. Fernando Lugo, entretanto, não estava disposto a esperar tanto tempo.

Diante da inevitável comparação com o precedente boliviano, ocorrido em 2006, Lugo afirmou que no Paraguai

[...] não [se] pode fechar uma torneira de um gasoduto e pressionar o Brasil. Com Itaipu é diferente. (...) Nós temos um tratado binacional em Itaipu. E a Bolívia tinha um contrato com uma empresa. Isso marca uma diferença. No nosso caso, a conversa é de Estado para Estado. Vamos buscar um consenso que seja bom para os dois países. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008d)

Na visão do mandatário, a diplomacia era a única via para solucionar o impasse.

Em declaração à imprensa, o chanceler Celso Amorim saiu em defesa de Lugo afirmando que o seu desejo era justo “*Devemos fazer com que o Paraguai obtenha o máximo de benefício em função da sociedade que eles têm conosco em Itaipu*”. O ministro recordou que um reajuste na parcela de compensação pela energia do Paraguai já havia sido realizado antes, sem alterações no texto do Tratado. Dessa forma a atitude do governo brasileiro não seria paternalista, pois “*A paz na região não é em detrimento do nosso País. Ninguém vai ceder a chantagem*”, afirmou (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008e).

O ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, por outro lado, descartou que o governo tomasse qualquer medida que pudesse implicar no aumento do preço da energia para o consumidor brasileiro. O governo tinha preocupações com as metas inflacionárias e não podia realizar concessões acerca de Itaipu, uma vez que a usina hidrelétrica fornece dezenove por cento da energia consumida no Brasil. A divergência entre as autoridades dificultava o consenso na busca por uma solução em torno do problema.

A ameaça aos interesses energéticos do Brasil fez com que o governo propusesse uma série de compensações ao Paraguai, tais como a construção de novas linhas de transmissão, a abertura do mercado energético brasileiro para outras usinas paraguaias e a realização de obras de infraestrutura em geral com financiamento brasileiro. Os recursos destinados ao Paraguai somariam cerca de US\$ 1,7 bilhão. Esses artifícios utilizados pelo Palácio do

Planalto buscaram evitar que o país vizinho comercializasse a sua parcela excedente de energia de Itaipu com a Argentina e o Chile (O GLOBO, 2009c).

A condescendência no trato da questão fez com que as autoridades paraguaias elevassem no tom de suas exigências. Ricardo Canese, coordenador da comissão negociadora das reivindicações paraguaias, apresentou uma proposta de revisão do Tratado de Itaipu baseada em seis pontos, duas delas irrealistas aos olhos de Brasília. A primeira seria a extinção da dívida contraída pela Itaipu Binacional para financiar a construção da usina, US\$ 19,6 bilhões em valores atualizados. A dívida seria transferida para os Tesouros do Brasil e do Paraguai, cabendo ao Tesouro brasileiro arcar com US\$ 19 bilhões, enquanto ao paraguaio, US\$ 600 milhões; as cifras foram calculadas com base no consumo de energia dos dois países.

Em segundo lugar, pela proposta de Canese, o Paraguai poderia vender a sua parcela de energia excedente a terceiros países praticando os preços que desejasse, pondo um fim à venda compulsória para o Brasil. Isso implicaria na flexibilização das garantias dadas pelo país vizinho que à época da assinatura do Tratado não dispunha de recursos para financiar a sua parcela de cinquenta por cento dos custos da obra, cujo valor foi integralmente pago pelo governo brasileiro. A venda da parcela excedente ao Brasil foi o meio acordado para o Paraguai quitar sua dívida (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008f).

Em uma atitude de barganha, Canese condicionou à liderança brasileira da região ao atendimento das demandas das economias menos desenvolvidas. Diante da chantagem do funcionário paraguaio, o chanceler Celso Amorim mudou de posição, afirmando que as propostas de Canese não poderiam ser aceitas “*O Brasil não aceita o argumento do Paraguai de que a dívida de Itaipu é espúria nem concorda com a definição de que a venda da energia de Itaipu a terceiros países é uma questão de soberania do Paraguai.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008d).

As demandas do governo Lugo voltaram a ser comparadas com as de Evo Morales, relativas à Petrobras, e às de Rafael Correa, na questão junto à empresa brasileira Odebrecht¹⁰⁷. A leniência de Brasília nesses casos constituiu maus precedentes para que os líderes populistas da região –com quem Lula julgou ter afinidades políticas– fizessem do

¹⁰⁷ O governo equatoriano expulsou a empresa brasileira Odebrecht do país, pois ela teria descumprido o contrato de construção da hidrelétrica San Francisco. Rafael Correa, presidente daquele país, afirmou que não pagaria empréstimos contraídos junto ao BNDES (US\$ 242,9 milhões) para a construção da referida usina. Desta forma, a crise passou a envolver diretamente o Estado brasileiro. Depois de diversas tratativas, Quito pagou as parcelas referentes ao empréstimo.

Brasil vítima de calotes.

Em julho de 2009, os presidentes Lula e Lugo assinaram um acordo segundo o qual o Estado brasileiro triplicará o valor pago ao Paraguai pela energia de Itaipu, passando de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais¹⁰⁸. O acordo ainda admitiu a venda de energia paraguaia no mercado brasileiro sem a mediação da Eletrobras. No entanto, a demanda do governo vizinho acerca da venda de seu excedente de energia de Itaipu no mercado internacional não foi atendida, permanecendo a cláusula do Tratado que a permitirá após 2023¹⁰⁹. O mandatário brasileiro, em uma declaração altissonante, afirmou que “*Este é um acordo histórico. Demos um passo importante*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009f).

Para reajustar os valores pagos ao país vizinho, o Poder Executivo enviou ao Congresso a Mensagem 951/09. O acordo Brasil-Paraguai foi objeto de debates na Câmara dos Deputados (Projeto de Decreto Legislativo –PDC– 2600/10) que resultou, inclusive, na convocação do presidente da hidrelétrica binacional, Jorge Miguel Samek, que tranquilizou os deputados afirmando que a proposta não iria refletir no preço pago pelo consumidor brasileiro. Conforme Samek, o aumento de US\$ 240 milhões não recompõe os valores que eram repassados ao Paraguai em 2003, antes da valorização do real frente ao dólar, no entanto, a proposta dá “*credibilidade internacional*” ao Brasil (VALOR ECONÔMICO, 2010). Essa posição foi corroborada pelo chanceler Amorim que garantiu a utilização do Tesouro Nacional para evitar aumentos na tarifa de energia paga pelos consumidores brasileiros.

Um dos deputados brasileiros junto ao Parlamento do Mercosul, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), afirmou que a revisão do Tratado era uma boa solução, porque “*Melhor a solidariedade do que erguer muros em suas fronteiras, como fazem, por exemplo, os Estados Unidos em relação ao México.*” (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2010). Por outro lado, na visão do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), as condições impostas pelo Paraguai causarão um “enorme prejuízo” ao erário público até 2023, pois “*Esse desastroso acordo vai representar um gasto adicional do povo brasileiro de R\$ 6,4 bilhões. Isso não é diplomacia. [Se] Está pagando a mais, sem conseguir nenhuma contrapartida. O acordo que o governo está querendo passar no Congresso é um crime de lesa-pátria*” – afirmou

¹⁰⁸ Atualmente, o Brasil paga US\$ 43,8 dólares pelo megawatt/hora de Itaipu somados a US\$ 3,17 pela cessão da energia que o Paraguai não utiliza. O valor da taxa de cessão será de US\$ 9,51 tão logo o acordo seja aprovado pelos parlamentos dos dois países.

¹⁰⁹ De acordo com o governo, o reajuste dos pagamentos ao Paraguai decorre da correção do fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no anexo C do tratado (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade). Esse fator sobe para 15.3, contra 5.1 vigentes hoje.

(JORNAL DA CÂMARA, 2010).

A votação do PDC 2600/10 na Câmara foi tensa, pois de um lado havia o parecer do Ministério do Planejamento autorizando mais US\$ 240 milhões para o pagamento do reajuste, por outro, o parecer técnico do deputado Bruno Araújo, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que rejeitava a medida. Segundo o parlamentar, o governo brasileiro deveria ajudar os países da América do Sul utilizando a cooperação técnica e financeira, desde que congruentes com os interesses nacionais do Brasil e sem onerar o contribuinte. Na questão de Itaipu, a solução proposta atenderia as promessas de campanha de Fernando Lugo, sem contribuir na redução das desigualdades no País vizinho, uma vez que o acordo corresponde a uma simples transferência direta de recursos sem a exigência de qualquer contrapartida (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010).

A decisão sobre o Texto das Notas Reversais coube à gestão de Dilma Rousseff. A PDC 2600/10 foi aprovada tanto na Câmara como no Senado (PDS 115/2011). Assim, a aprovação do acordo demonstrou a capacidade da sucessora de Lula em conseguir a maioria de votos nas duas casas do Congresso.

A questão Itaipu em nada interferiu na ajuda humanitária da política externa brasileira. Em virtude de uma forte seca na região do Chaco, o governo federal enviou vinte e oito toneladas de alimentos ao país vizinho. A doação foi entregue pelo embaixador do Brasil em Assunção, Valter Pecly, em cerimônia na qual compareceu o ministro de Emergência Nacional do Paraguai, Camilo Soares. Para Pecly, os donativos representam “*as saudações solidárias do povo e do governo do Brasil para o povo paraguaio*” (FOLHA, 2008).

Mais uma vez o governo brasileiro agiu na ilusão de que, uma vez aplacados os ânimos do governo vizinho, ganharia mais força no subcontinente americano. Os custos dessas articulações são incertos, pois é difícil mensurar até que ponto o simples repasse de vultosas somas ajudaria o Paraguai. O curioso é que o governo parece não se importar com os custos que esse aumento irá refletir no orçamento federal. Assim, ao que tudo indica, o Palácio do Planalto foi movido pelo seu anseio de prestígio e liderança regional.

2.4.4 A Deposição de um Presidente na América Central: um Desafio Hondurenho à Diplomacia Brasileira

Honduras é mais um país da América Latina que sofreu do mal do “hiperpresidencialismo”¹¹⁰ (LAMPREIA, 2009). Em 2006, José Manuel Zelaya Rosales, um político de partido de direita, rico proprietário de terras e empresário, chegou ao poder com um programa de governo que incluía uma série de reformas socioeconômicas, suas propostas, no entanto, causaram tensões em suas bases políticas.

O país centro-americano possui 64% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. Utilizando desse argumento, Zelaya, ao final de seu mandato, buscou edificar uma base política conformada por essa população marginalizada, nos moldes empreendidos por Hugo Rafael Chávez Frías. Zelaya estreitou laços com o mandatário venezuelano, usufruindo de créditos financeiros, petróleo a preços subsidiados pela Petrosur e pela inclusão de seu país na ALBA¹¹¹, em 2008. Com a proximidade do escrutínio de 29 de novembro de 2009, Zelaya (influenciado por Caracas) solicitou que fosse incluída uma outra urna com o intuito de convocar uma assembleia constituinte. Cumpre não olvidar que esse procedimento foi o mesmo seguido por todos os governantes do “bloco bolivariano” para permanecerem no poder. A rígida constituição¹¹² de Honduras tal como a de outros países do hemisfério, que incluíram a cláusula de não reeleição como resposta às ditaduras populistas ou autoritárias dos anos 1950-60 que se eternizaram no poder por meio de reeleições ilimitadas, não permite um segundo mandato ao presidente. *In verbis*:

Artículo 239 - El ciudadano que haya desempeñado la titularidad del Poder Ejecutivo no podrá ser Presidente o Designado.
El que quebrante esta disposición o proponga su reforma, así como aquellos que lo apoyen directa o indirectamente, cesarán de inmediato en el desempeño de sus respectivos cargos, y quedarán inhabilitados por diez años para el ejercicio de toda función pública.

¹¹⁰ Caracterizado por implantar medidas autoritárias e concentradoras de poder, movimento do qual Hugo Rafael Chávez Frías é o seu maior expoente.

¹¹¹ Honduras fez parte da Alba até o dia 13 de janeiro de 2009, quando o congresso, sob a égide do governo Micheletti, aprovou a saída do bloco (EL PAÍS, 2010a).

¹¹² Em termos jurídicos, uma constituição caracterizada como rígida só pode ser alterada mediante um procedimento legislativo especial, seja por emenda, seja por uma nova assembleia constituinte. Outra característica da Carta Magna hondurenha é de que ela não dispõe do mecanismo do impeachment, que demove o mandatário do poder em caso de descumprimento de suas atribuições.

Ao longo de seu mandato, o presidente hondurenho teve desavenças com membros do Congresso, do Poder Judiciário e das Forças Armadas. Zelaya demitiu o Chefe do Estado Maior, general Romeo Vásquez, pois este se negou a instalar a urna destinada ao plebiscito acerca da convocação de um referendo a respeito da constituição que havia sido rejeitada. Vásquez teve sua demissão revogada pela Suprema Corte do país, no dia vinte e cinco de junho (EL PAÍS, 2009a). Esse episódio foi o impulso da operação que depôs o presidente em 28 de junho de 2009, quando Zelaya foi expulso do país pelos militares (operação comandada pelo próprio Vásquez) sob a mira de armas de fogo enquanto ainda vestia um pijama (O GLOBO, 2009d).

O envio de Zelaya *manu militari* para a Costa Rica trouxe ao poder Roberto Micheletti, então presidente do Congresso e um rival político de longa data do presidente deposto. O golpe foi objeto de uma Resolução da AGNU (A/RES/63/301) que, aprovada por unanimidade, condenou a ruptura institucional, exortando todos os países a não reconhecerem outro governante a não ser Zelaya.

1. Condena el golpe de Estado en la República de Honduras, que ha interrumpido el orden democrático y constitucional en Honduras y el legítimo ejercicio del poder, y la deposición del Presidente democráticamente elegido de ese país, Don José Manuel Zelaya Rosales;
2. Demanda la inmediata e incondicional restauración del gobierno legítimo y constitucional del Presidente de la República de Honduras, Don José Manuel Zelaya Rosales, y de la autoridad legalmente establecida en Honduras, para que cumpla el mandato para el que fue democráticamente elegido por el pueblo hondureño;
3. Decide hacer un llamado firme y categórico a todos los Estados a no reconocer ningún otro gobierno que no sea el del Presidente Constitucional Don José Manuel Zelaya Rosales;
4. Expresa su decidido respaldo a los esfuerzos regionales desplegados de conformidad con el Capítulo VIII de la Carta de las Naciones Unidas encaminados a resolver la crisis política en la República de Honduras; (AGNU, 2009) (g.n)

Dias mais tarde, a crise hondurenha foi analisada em uma Sessão Especial da XXXVII Assembleia Geral da OEA, que decidiu pela suspensão do Estado hondurenho da instituição hemisférica.

HABIENDO tenido una votación entre los Estados Miembros en los términos del artículo 21 de la Carta Democrática Interamericana,
RESUELVE:

1. Suspender al Estado de Honduras del ejercicio de su derecho de participación en la Organización de los Estados Americanos de conformidad con el artículo 21 de la Carta Democrática Interamericana. La suspensión tendrá efecto inmediatamente.
[...]
4. Alentar a los Estados Miembros y a las organizaciones internacionales que revisen sus relaciones con la República de Honduras durante el período de las

gestiones diplomáticas para la restauración de la democracia y el estado de derecho en la República de Honduras y la restitución del Presidente José Manuel Zelaya Rosales. (OEA, 2009). (g.n.)

Diante do impasse, Zelaya se encontrou com diversos governos para buscar uma solução para a crise em seu país. Em agosto ele esteve no Brasil, onde recebeu o apoio do governo brasileiro. Segundo o Chanceler Celso Amorim, a demora em reconduzir Zelaya à presidência reduziria as chances de que as eleições presidenciais programadas para novembro em Honduras fossem reconhecidas como legítimas pela comunidade internacional.

Isso é ruim para a democracia. Então é preciso que não só o presidente Zelaya volte, mas que volte rápido.

[...]

Para que o presidente Zelaya volte rápido é preciso que os golpistas entendam que eles não têm futuro. Quem pode dizer isso com todas as letras para eles são os Estados Unidos¹¹³, porque têm maior influência direta. Mas isso dentro do marco multilateral e da carta democrática que todos apoiamos. É muito importante que isso ocorra. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009g).

Manuel Zelaya tentou retornar ao seu país em diversas oportunidades, mas apenas em setembro conseguiu desembarcar em Tegucigalpa, capital hondurenha, sob o apoio logístico de Caracas que lhe fornecera uma aeronave. Restava ao governante deposto buscar um local para se asilar, a embaixada venezuelana foi descartada para evitar uma eventual radicalização por parte do governo golpista¹¹⁴.

Um documento de Lisa Kubiske, funcionária do governo norte-americana lotada em Brasília, foi publicado pelo Wikileaks¹¹⁵. No cabo diplomático é relatada a versão de Renato de Avila Viana, Primeiro-Secretário chefe da Divisão para o México e América Central, sobre o acolhimento de Zelaya na embaixada brasileira em vinte e um de setembro. Segundo Viana, a esposa de Zelaya havia solicitado uma reunião com os funcionários brasileiros na embaixada, ao comparecer ao local, ela estava acompanhada do presidente deposto. A autorização para a entrada de Zelaya foi emitida por Samuel Pinheiro Guimarães, pois o governo brasileiro apoiava o governante deposto. Foi nesse momento que o Palácio do

¹¹³ No dia três de setembro, os EUA suspenderam parte da ajuda financeira a Honduras.

¹¹⁴ Fato confirmado em pronunciamentos por Chávez. O presidente venezuelano teria aconselhado Zelaya a buscar abrigo na embaixada brasileira, porque a representação diplomática do Brasil, diferente de outras em Tegucigalpa, ofereceria maior segurança ao presidente deposto, uma vez que a diplomacia Lula pressionava para que Zelaya fosse reempossado. Além do mais, a posição brasileira tinha o apoio integral dos EUA, que não reconheceu o governo que se instalou em Honduras (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009h).

¹¹⁵ O cabo diplomático 09BRASILIA1195 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

Planalto tentou furtrar o protagonismo de Chávez, cujo projeto de liderança regional colide (de fato e apesar dos afagos ao “companheiro”) com o projeto de Lula. No entanto, nenhum dos dois pode reconhecê-lo, pois é um típico “*jeu de dupes*”, como dizem os franceses (minta-me que eu acredito).

O corpo diplomático brasileiro negou que o governo tivesse tido alguma participação no retorno de Zelaya, mas o próprio presidente deposto fez referências tanto ao Presidente Lula como ao Chanceler Celso Amorim¹¹⁶ (LAMPREIA, 2010; GARCIA, 2010). Amorim dissera que “[*nós*] não tínhamos alternativa a deixá-lo entrar”. Entre os motivos que levaram o Brasil a hospedar Zelaya se poderia citar a superação do ativismo de Chávez em defesa da democracia local e que o abrigo forçaria uma saída negociada para a crise. No entanto, para Lampreia o tiro saiu pela culatra “*Ao contrário de granjear-nos prestígio, o episódio só evidencia os limites breves de nossa influência em Honduras, um país distante e com o qual temos um relacionamento muito tênue.*” (LAMPREIA, 2010).

Ao hospedar Zelaya, o governo Lula, que até então não havia assumido nenhuma atitude de risco na crise hondurenha, viu-se mergulhado em acusações de violação do direito internacional ao permitir que Zelaya utilizasse a embaixada para realizar “chamados à insurreição” contra Micheletti (VALOR ECONÔMICO, 2009). A situação ficou mais dramática quando centenas de partidários de Zelaya invadiram as dependências da embaixada. Cumpre observar que não se tratava do exercício do direito de asilo: Zelaya estava fora do país (bem ou mal) e retornou a Honduras clandestinamente, sendo admitido como um “convidado” (status jurídico que o governo de fato não reconheceu) pelo Brasil, cujo representante diplomático estava em viagem internacional.

A presença de Zelaya e de seus correligionários na representação diplomática brasileira foi motivo de atrito com o governo Micheletti, que cortou o fornecimento de água e luz da embaixada por breve período. À medida que o tempo passava ficou clara a falta de uma estratégia brasileira para solucionar a crise. Temeroso de que sua embaixada pudesse ser alvo de uma invasão pelo exército hondurenho, o governo Lula¹¹⁷, solicitou um pronunciamento do CSNU acerca do episódio (S/2009/487) (ONU, 2009a). Durante a sessão realizada no dia 25 de setembro, Celso Amorim reiterou o pedido da carta endereçada ao Conselho, que emitiu

¹¹⁶ Em entrevista a uma estação de rádio brasileira, Manuel Zelaya disse que a escolha da embaixada do Brasil foi sua, mas que consultara o presidente Lula, o chanceler Amorim e o encarregado de negócios em Tegucigalpa antes de entrar na representação diplomática (O GLOBO, 2009e).

¹¹⁷ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a União Europeia e a embaixada estadunidense, intercederam para que as cerca de cem pessoas que se encontravam na representação diplomática pudessem receber alimentos e água.

seu apoio ao governo brasileiro, porém a embaixadora norte-americana, Susan Rice, expôs de modo categórico que o CSNU não era a instância apropriada para tratar de um tema que cabia à OEA (ONU, 2010a; LAMPREIA, 2010), instituição que o Brasil desconsiderou.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados enviou uma delegação¹¹⁸ para se encontrar com Zelaya e Micheletti, com o intuito de proteger a comunidade brasileira que vive em Honduras, bem como os funcionários da embaixada. Antes mesmo da viagem, a comitiva recebeu duras críticas por parte do MRE e do então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que tentaram evitar a partida do grupo¹¹⁹. Em Tegucigalpa a delegação expressou seu consentimento ao abrigo dado a Zelaya, porém condenou o uso político da embaixada. Os deputados assistiram uma gravação que os deixaram numa posição incômoda, as imagens exibiam manifestantes empunhando cartazes que diziam que tanto o Brasil quanto a Venezuela tinham violado a soberania hondurenha. Como resultado, a missão expressou a outra face da mesma moeda da diplomacia brasileira para o episódio, pois nada de concreto atingiu.

Passado um mês da entrada de Zelaya na embaixada brasileira, uma diplomata norte-americana, em Brasília, redigiu um cabo a Washington criticando mais uma vez a falta de estratégia da diplomacia Lula para solucionar a crise em Tegucigalpa. Segundo o documento, essa situação seria um reflexo da inexperiência brasileira em estar no centro de uma crise fora de sua área de influência.

Em outubro, a OEA encaminhou uma missão diplomática que não obteve sucesso, a proposta apresentada exigia a saída de Micheletti, tendo em vista o isolamento a que a comunidade internacional submeteu Honduras. Diante da situação, o governo estadunidense enviou a Tegucigalpa o diplomata Thomas Shannon, para intermediar o impasse (EL PAÍS, 2009b). Os representantes de Micheletti e os de Zelaya assinaram o acordo Tegucigalpa-San José, que atribuiu ao Congresso Nacional a decisão sobre o retorno do presidente deposto. A condição imposta a Zelaya para que este fosse reconduzido ao poder foi a de abandonar toda sorte de reforma constitucional acerca da reeleição. Nesses termos ele governaria até o dia 29 de janeiro de 2010, quando o novo presidente eleito em novembro tomasse posse. O Congresso, após consultar a Suprema Corte, vetou a recondução de Zelaya à presidência¹²⁰ (EL PAÍS, 2009c; O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009i).

¹¹⁸ Entre os seis integrantes da missão estavam Raul Jungmann (PPS-PE), Bruno Araujo (PSDB-PE), Ivan Valente (PSOL-SP), Marcondes Gadelha (PSB-PB), Janeta Pieta Rocha (PT-SP) and Mauricio Rands (PT-PE).

¹¹⁹ O cabo diplomático 09BRASILIA1262 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

¹²⁰ A decisão foi esmagadora, 111 votos contra e apenas 14 a favor de Zelaya.

Do escrutínio de 29 de novembro resultou a eleição de Porfírio Lobo para a presidência de Honduras. O resultado foi reconhecido por Costa Rica, Colômbia, EUA, Panamá e Peru. Houve um grupo de países que felicitaram Honduras pelas eleições, sem, contudo afirmar o reconhecimento do novo governo: União Europeia, Espanha, México, Grã-Bretanha. Entre o grupo de países que criticaram o pleito alegando sua ilegitimidade estão: os países que integram a ALBA¹²¹, Argentina, Brasil¹²², França, Guatemala, Paraguai (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009j).

A posição dos executores da política externa brasileira não foi uniforme. De um lado, o presidente Lula não reconheceu o resultado das eleições “*A minha opinião pessoal é que o Brasil não deve reconhecer (o resultado das eleições em Honduras), o Brasil deve manter a sua posição. Não é possível aceitar um golpe, seja militar ou de roupas civis. Isso é inaceitável*” (EURONEWS, 2009), posição corroborada por pelo Ministro Amorim. Por outro lado, Marco Aurélio Garcia, assessor de Lula, mitigou a posição do Planalto admitindo a possibilidade de rever o posicionamento de Brasília.

Nós não reconhecemos as eleições. Houve um golpe de Estado e as eleições foram utilizadas, em grande medida, para legitimá-lo. (...)
Será muito importante a posição que o senhor Porfírio terá em relação à OEA. Queremos saber se ele vai se dirigir ao secretário-geral e se ele vai considerar a OEA como um interlocutor legítimo. Esse conjunto de sinais, de gestos, é que vai nos permitir avaliar a decisão e dizer quais serão os próximos passos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009k)

Dias mais tarde, os chefes de Estado do Mercosul -Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai-, além da Venezuela, reuniram-se em Montevidéu, onde emitiram uma declaração condenando o golpe de Estado em Honduras e não reconhecendo a vitória de Porfírio Lobo. Conforme a declaração, a eleição “*ocorreu em um ambiente de inconstitucionalidade, ilegitimidade e ilegalidade, constituindo um duro golpe aos valores democráticos para a América Latina e o Caribe*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009l). Ressalta-se a ausência de uma fundamentação (jurídica ou política) da posição adotada pelo governo brasileiro e seguida pelos demais países do bloco, pois na história recente todos os governos de fato (na região ou fora dela) terminaram através de eleições convocadas por esses governantes. O caso brasileiro foi paradigmático, uma vez que a emenda por eleições diretas (Emenda Dante de

¹²¹ Vide nota 80.

¹²² O governo brasileiro chegara a propor aos EUA o adiamento do pleito em duas semanas, pois Brasília acreditava numa eventual recondução de Zelaya ao poder. O pedido foi negado pelos EUA, pois além de logisticamente difícil em razão da proximidade das eleições, de nada adiantaria postergá-las.

Oliveira) não foi aprovada no Congresso, a transição foi realizada por meio de um escrutínio indireto em 1985 (FAUSTO, 2008).

Decorrido o período do mandato que não pôde concluir, Manuel Zelaya desembarcou na República Dominicana, onde o presidente Leonel Fernández o acolheu sob a condição de “hóspede distinto”. Roberto Micheletti, por outro lado, foi quem realmente triunfou com esse imbróglio, pois foi declarado deputado vitalício pelo Congresso (EL PAÍS, 2010b; 2010c).

A questão hondurenha ainda não havia sido concluída até o encerramento deste trabalho. O que resta claro é o quase isolamento diplomático que Brasil tem enfrentado, conforme ficou evidente na IX Reunião de Cúpula Ibero-Americana, realizada em 2009 na cidade portuguesa de Estoril, e na XL Assembleia Geral da OEA, ocorrida na capital peruana (O GLOBO, 2009f; O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010c). Embora a OEA tenha criado uma comissão para reintegrar o país na instituição, países como Argentina insistem em não reconhecer o presidente Lobo, que excluiu o país centro-americano da XX Cúpula Ibero Americana, ocorrida em Mar Del Plata no final de 2010. A posição argentina é igualmente adotada por Brasília, que diferente do país vizinho, esteve no centro da crise e tem muito mais a perder neste caso, pois um recuo poderia ser interpretado como redução da liderança brasileira. Além do mais, Colômbia e Venezuela uniram esforços para normalizar as relações com Honduras e o seu regresso a OEA (INFOLATAM, 2011a). Dessa forma, o governo brasileiro insiste em uma visão que tende a isolá-lo cada vez mais acerca do tema.

2.4.5 Direitos humanos? Como a Diplomacia Lula Olvidou esse Tema em relação a Cuba

A posição adotada pelo governo Lula com relação ao Estado cubano merece um olhar analítico. Os articuladores da diplomacia brasileira negligenciaram a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do país, ao que tudo indica, por afinidades ideológicas e pelo reconhecimento da liderança cubana. Ao anunciar a primeira visita presidencial à Ilha, em julho de 2003, o embaixador brasileiro Tilden Santiago defendeu o fuzilamento sumário dos três líderes de uma quadrilha (Lorenzo Copello Castillo, Bárbaro Sevilla García e Jorge Luis Martínez) que havia sequestrado uma lancha para deixar o país caribenho rumo ao litoral

norte-americano¹²³, afirmando que: “*O regime cubano tinha o direito de se defender da tentativa de desestabilização estimulada pelos EUA*”. O pronunciamento do diplomata refletiu desta forma a manifestação de oficiais cubanos acerca do processo. No dia seguinte, o MRE publicou nota na qual Santiago alegava ter sido mal interpretado, pois o Brasil tem posições contra a pena de morte, a prisões de dissidentes e a julgamentos sumários, mas o embaixador omitiu qualquer palavra acerca da repressão em Cuba (MAGNOLI, 2008).

Outro caso emblemático, refere-se à deserção de dois boxeadores da delegação cubana durante os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007. Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara foram presos sob a acusação de estarem com os vistos vencidos, fato pouco provável, devido à duração do evento esportivo. Na delegacia, os esportistas manifestaram o desejo de retornarem a Cuba. Transcorridos dois dias, eles foram deportados para a Ilha em uma aeronave emprestada pelo governo venezuelano.

O episódio enseja uma reflexão. A captura e a deportação dos atletas foram solicitadas pelo governo de Havana. A deportação teria violado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), um tratado ratificado pelo Brasil, pois os cubanos estariam sob o abrigo do artigo 7 e do item 8 do dispositivo 22 da Convenção¹²⁴. O desejo em retornar a Cuba refletiria o receio dos atletas acerca de eventuais represálias a seus familiares pelo governo Castro (Ibidem).

Em fevereiro de 2010, o presidente Lula realizou mais uma visita a Cuba onde se encontrou com o presidente Raúl Castro e o ainda influente Fídel Castro, que deixou o governo em 2006 devido a problemas de saúde¹²⁵. A passagem de Lula pela ilha ocorreu em um momento delicado, em razão da morte do ativista político Orlando Zapata Tamayo, após oitenta e cinco dias em greve de fome. Tamayo foi um dentre setenta e cinco opositores que

¹²³ O crime aconteceu no dia 02 de abril de 2003, julgados os réus, as sentenças de fuzilamento foram cumpridas no dia 11 do mesmo mês. É importante referir que ninguém ficou ferido durante o sequestro, o que demonstra a desproporção das penas aplicadas.

¹²⁴ Eis o teor dos dispositivos violados:

Artigo 7. Direito à liberdade pessoal

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.
3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.

(...)

Artigo 22. Direito de circulação e de residência

(...)

8. **Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas.**(g.n.)

¹²⁵ A ilha é governada pelos irmãos Castro há 51 anos.

foram condenados em 2003 a penas de até vinte e oito anos de prisão.

A chegada do mandatário brasileiro representou uma esperança para os dissidentes políticos do país. Através de uma missiva, eles solicitaram a Lula que intercedesse em favor de suas liberdades ao se encontrar com os irmãos Castro. Conforme Elizardo Sánchez, da Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN), os presos acreditavam que Lula poderia ser

[...] um magnífico interlocutor para fazer com que o governo cubano decida fazer as reformas econômicas, políticas e sociais que o país necessita com urgência, avançar no respeito aos direitos humanos, conseguir a reconciliação nacional e tirar a nação da profunda crise em que se encontra (FOLHA, 2010d).

O pedido foi em vão, em suas três visitas oficiais a Havana, Lula não se reuniu com membros da oposição. O presidente ainda comparou os presos políticos cubanos aos “bandidos de São Paulo”. A declaração foi amplamente veiculada pela mídia brasileira e internacional, gerando uma repercussão negativa para o governo.

O incidente também foi objeto de acres manifestações no Congresso Nacional. Na perspectiva do deputado federal Chico Alencar (PSol-RJ), militante da esquerda e simpatizante da revolução cubana, o governo desperdiçou uma grande oportunidade de ganhos diplomáticos “*Ele [Lula] perdeu a chance de jogar luz sobre a situação dessas pessoas e até de negociar uma eventual troca de presos com os EUA*”. Já o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), apesar de reconhecer o direito do presidente de ser contra as greves de fome, não encontrou justificativa para a “miopia” em relação à situação política de Cuba.

Ele [Lula] atuou contra os interesses do Brasil e em favor da ditadura cubana.

(...)

Ele confunde prisioneiro de consciência com bandido, luta pacífica pela democracia com assalto à mão armada.

Isso abre uma perspectiva de insegurança para a oposição no Brasil. Nossas condições não permitem prisões desse gênero, mas se elas são justificadas, nada garante que, no futuro, os opositores sejam mandados para a cadeia. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010d). (g.n.)

Dias mais tarde, o Chanceler Celso Amorim saiu em defesa do presidente afirmando que ele apenas expressara uma opinião pessoal acerca da greve de fome. Amorim sustentou que “*Uma coisa é defender a democracia, os direitos humanos, o direito de falar, como*

fazemos. Outra coisa é você sair dando apoio a tudo quanto é dissidente no mundo. Isso não é (nosso) papel". Para dissipar a questão, o Ministro elegeu os EUA como bode expiatório "Se alguém está interessado em uma evolução política em Cuba, eu tenho a receita rápida: acabe com o embargo. Isso vai trazer grandes mudanças em Cuba" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010e).

No âmbito do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), o governo Lula demonstrou seu apoio a Cuba quando votou a favor do pedido de Havana e de Trípoli para suspender o status de membro consultivo da ONG francesa Repórteres sem Fronteiras (RSF) junto a Comissão de Direitos Humanos (CDH)¹²⁶. A RSF havia feito campanha contra a eleição da Líbia, notória violadora de direitos humanos, para presidir a CDH. A decisão brasileira deixou o país numa situação incômoda, pois no continente americano, apenas Cuba e Jamaica, outra violadora dos direitos humanos, aprovaram a decisão, enquanto os EUA, a UE, o Chile, o Peru, a Guatemala e El Salvador votaram contra. A diplomacia Lula desconsiderou o pedido francês em adiar a decisão, devido à ausência de ampla defesa da ONG. À época, Ricardo Neiva Tavares, porta-voz do MRE, qualificou a posição brasileira como "*uma decisão estritamente técnica*" (MAGNOLI, 2008).

A fraternidade da administração Lula para com o regime castrista foi novamente revelada durante a conformação de um órgão consultivo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU¹²⁷ (CDHONU). Três vagas, de um total de dezoito, estavam reservadas a países latino-americanos. O Chile e o México já haviam apresentado as suas candidaturas, restando apenas uma vaga para a qual o candidato brasileiro, Marcos Rolim, era forte candidato. Rolim desistiu de sua pretensão alegando motivos de ordem pessoal, o que favoreceu e assegurou a entrada do cubano Miguel Alfonso Martínez na entidade (Ibidem).

Além do apoio político ao país caribenho, Brasília investiu em programas de cooperação financeira para a melhoria da infraestrutura local, tal como a ampliação do porto de Mariel (situado na região de Havana) que recebeu um crédito de US\$ 150 milhões. Em suas iniciativas a diplomacia Lula desperdiçou a oportunidade de exercer um papel mais positivo, exigindo contrapartidas do governo cubano em questões sobre democracia e direitos humanos, tal como fizera o governo espanhol do socialista José Luis Rodriguez Zapatero ao criar um mecanismo de consulta política sobre direitos humanos (LA RIOJA, 2007).

¹²⁶ A decisão 2003/276 do ECOSOC confirmou a resolução da extinta CDH, que suspendera a participação da RSF na CDH.

¹²⁷ O Conselho de Direitos Humanos sucedeu a Comissão de Direitos Humanos.

2.4.6 A Diplomacia do Brasil com o Irã: uma Relação Bilateral Arriscada

Em novembro de 2008, o governo brasileiro iniciou uma aproximação com a República Islâmica do Irã ao convidar o presidente Mahmoud Ahmadinejad para se reunir com o seu homólogo brasileiro, uma iniciativa no mínimo temerária. O país situado no Oriente Médio já foi objeto de inúmeras sanções do CSNU, sua complexa burocracia de cunho teocrático é acusada de violar o Estado democrático e os direitos humanos¹²⁸, de tentar adquirir armas atômicas, contrariando o TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear). Além disso, o governante iraniano nega a ocorrência do holocausto contra os judeus durante a segunda guerra mundial.

Em abril de 2009, a chancelaria iraniana confirmou a visita de Ahmadinejad a Brasília. O encontro previsto para maio foi cancelado com apenas quarenta e oito horas de antecedência, em razão das eleições presidenciais no Irã. Ahmadinejad foi reeleito no sufrágio ocorrido em junho. No entanto, o opositor derrotado, Mir Hossein Mousavi, contestou o resultado. Apesar da proibição de passeatas, milhares de pessoas saíram às ruas de Teerã para protestar contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad, muitos manifestantes vestiam roupas verdes em sinal de apoio a Mussavi. Os protestos duraram dias, inúmeras violações de direitos humanos foram reportadas por meio de blogs e pelo Twitter¹²⁹. Estima-se que dezoito pessoas tenham sido mortas pela polícia, as imagens dos últimos momentos em vida da jovem Meda foram amplamente difundidas, em especial pelo sítio eletrônico YouTube.

¹²⁸ Em 2008, 346 pessoas foram executadas no Irã após serem condenadas pela Justiça, segundo a Anistia Internacional, apenas a China superou esse número. Para compreender a política iraniana a respeito dos direitos humanos é forçoso lembrar a declaração emitida pelo representante iraniano na XXXIX Assembleia Geral da ONU, em 07 de dezembro de 1984:

[...] nuestro gobierno no reconoce otra autoridad o poder que la de Alá Todopoderoso y ninguna otra tradición jurídica diferente de la ley islámica. En esas condiciones, la delegación Irani reafirma (...) que las convenciones, declaraciones, resoluciones o decisionnes de organizaciones internacionales contrarias al Islam no tienen ninguna validez em la República Islámica de Irán (...) La 'Declaración Universal de Derechos Del Hombre', que ilustra uma concepción laica de La tradición judeocristiana, no puede ser aplicada por los musulmanes y no corresponde de ninguna manera al sistema de valores reconocido por la República Islámica de Irán. Esta República violará sin ninguna hesitación sus disposiciones toda vez que sea colocada en la disyuntiva de violar la ley divina del país o las convenciones laicas.

¹²⁹ A maior evidência da importância política do Twitter foi dada quando um funcionário do Departamento de Estado americano, Jared Cohen, mandou um e-mail para a direção do Twitter com um pedido especial: o de adiar a manutenção do sistema que tiraria o site do ar por algumas horas. "*Parece que o Twitter está tendo um papel muito importante em um momento crucial no Irã*", escreveu Cohen. A direção do site concordou. (ÉPOCA, 2009)

O governo Lula da Silva, ao invés de marcar uma posição de defesa dos direitos humanos e da democracia, minimizou as alegações de fraude nas eleições iranianas. O presidente comparou os protestos da oposição na capital iraniana como “choro de perdedor”.

Não é o primeiro país que tem uma eleição na qual alguém ganha e quem perde faz protesto. No Brasil, isso está virando moda. As pessoas que ganham as eleições perdem na Justiça e a oposição toma posse. (...) Eu não posso avaliar o que aconteceu no Irã. Agora veja, Ahmadinejad teve uma votação de 61% ou 62%. É uma votação muito grande para a gente imaginar que possa ter havido fraude. (...) Eu não conheço ninguém, além da oposição, que tenha discordado da eleição no Irã. Não tem número, não tem prova. Por enquanto, é apenas uma coisa entre flamenguistas e vascaínos. (...) Como estou muito distante do Irã, certamente nossos embaixadores vão começar a nos dar informação do que aconteceu lá. Mas a impressão que eu tenho é a de que o protesto é de quem perdeu. No Brasil nós já estamos assim de experiência. (...) Eu também já participei de passeata com quem perdeu, já fiz protesto. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009m) (G.N.)

A declaração do mandatário brasileiro foi precipitada, pois o Conselho de Guardiães do Irã admitiu irregularidades no escrutínio. Conforme nota divulgada, um porta-voz do conselho, Abbas-Ali Kadkhodaei, admitiu que em cinquenta cidades houve mais votos do que eleitores, isso implicaria em três milhões de votos a mais na eleição. A solução encontrada pelo governo iraniano foi recontar dez por cento dos votos de modo aleatório (G1, 2009a).

Lula manteve sua posição equivocada mesmo diante das irregularidades. Em viagem a Paris, onde se reuniu com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, os dois governantes divergiram acerca do tema. De um lado, Lula reduzia a importância das diferenças “*Não acredito que haja discordância entre o pensamento soberano do Brasil e o pensamento soberano da França*”; Sarkozy, por outro, corroborou o posicionamento francês, o mesmo da UE diga-se de passagem, “*Os primeiros a contestarem o resultado são os próprios iranianos. Não é uma intervenção da França ou do Brasil. Se Ahmadinejad está tranquilo, nos perguntamos por que faz tanta pressão sobre os manifestantes.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009n).

Uma análise cuidadosa acerca da iniciativa brasileira para com o Irã leva à conclusão de que os ganhos são improváveis, pois não se percebem quais os frutos a diplomacia Lula esperou colher com essa jogada diplomática que poderia resultar em desconfianças por parte da comunidade internacional em relação ao país. Existem três explicações possíveis para essa aproximação. Primeiro, o *leitmotiv* dessa articulação seria o de superar o ativismo de Hugo Chávez junto a Teerã, pois entre 2006-07 Chávez e Ahmadinejad se encontraram cinco

vezes¹³⁰, estreitando laços políticos, em razão de seu antiamericanismo e; econômicos, que culminaram na assinatura de acordos para parceiras em fundos de investimentos bilaterais e no setor petroquímico (SCHOEN & ROWAN, 2009). Segundo, a aposta brasileira representaria a vertente anti-hegemônica dos responsáveis pela política externa brasileira, dando continuidade a sua política Sul-Sul. Terceiro, a aliança junto ao Irã seria a ponta de lança do governo Lula para se inserir como um novo mediador nos conflitos do Oriente Médio. De qualquer modo, o voluntarismo da diplomacia Lula corre o risco de ser classificada, recorrendo a Lafer, como “irrealista”.

Apesar das fraudes, em agosto a reeleição de Ahmadinejad, para mais um mandato de quatro anos, foi confirmada pelo Líder Supremo Ali Khamenei (O PAIS, 2009). Assim, com o segundo mandato assegurado, o presidente iraniano garantiu sua visita a Lula em novembro de 2009.

O encontro de alto nível entre os mandatários do Brasil e do Irã repercutiu em Washington. O deputado democrata Eliot Engel, encarregado da Subcomissão de Hemisfério Ocidental da Câmara dos Representantes dos EUA, esperava que o governo dos EUA deixasse claro ao presidente Lula que receber Ahmadinejad, um político que nega o Holocausto, é um erro, “*Principalmente para um país respeitado como o Brasil, que quer um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU*”. O congressista foi ao encontro do embaixador brasileiro em Washington, à época Antonio Patriota¹³¹, para manifestar o seu desagrado com a visita de Ahmadinejad. Segundo a representação diplomática em Washington, houve apenas uma defesa da “*posição brasileira de pluralidade em suas relações externas e engajamento construtivo nas relações bilaterais com o Irã*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009o).

Durante a reunião em Brasília, o presidente Lula expressou os princípios que regem a política externa brasileira como o compromisso com a democracia e pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos humanos, pela liberdade de escolha dos cidadãos e pelo repúdio à intolerância e ao terrorismo. Foi a maneira encontrada pelo governante para se diferenciar perante a comunidade internacional da república dos aiatolás, ao mesmo tempo em que omitia qualquer crítica direta ao Irã acerca das últimas eleições e a respeito das violações

¹³⁰ Em 2006, os governos de Teerã e Caracas criaram um fundo de investimento no valor de U\$ 2 bilhões. Em 2007, durante uma reunião no Irã, Chávez e Ahmadinejad concluíram acordos da ordem de U\$ 20 bilhões (SCHOEN & ROWAN, 2009).

¹³¹ Patriota (2008) já havia expressado as divergências na relação bilateral Brasil-EUA, em especial quanto a Guerra no Iraque, afirmando que “Os dias da Doutrina Monroe haviam terminado”.

de direitos humanos. Além disso, Lula defendeu o programa nuclear iraniano, comparando-o com o do Brasil, numa infeliz afirmação, pois a comunidade internacional receia que o programa iraniano tenha aplicações militares.

Reconhecemos o direito do Irã de desenvolver um programa nuclear com fins pacíficos e com respeito aos acordos internacionais e esse é o caminho que o Brasil vem trilhando. Não proliferação e desarmamento nuclear devem andar juntos. O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de armas nucleares, como ocorre na América Latina (G1, 2009b).

Em contrapartida, o mandatário iraniano defendeu a inclusão do Brasil no CSNU:

Após 60 anos, o Conselho fracassou em estabelecer a segurança internacional. Ele é monopolizado por um número limitado de países que contribuíram para os conflitos mundiais. Temos que acabar com o poder de veto. Apoiamos a candidatura de novos membros e o Brasil como membro permanente (Ibidem).

Os dois presidentes assinaram oito acordos de cooperação técnica em áreas como agricultura, indústria, ciência e tecnologia. O comércio entre as duas nações, inferior a US\$ 2 bilhões, tem como meta chegar a US\$ 10 bilhões por ano, no entanto, nenhum prazo foi estabelecido.

A aproximação do Brasil junto ao Irã aconteceu num momento delicado. Em outubro de 2009, os diplomatas iranianos esboçaram com o Grupo de Viena (Estados Unidos, França, Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA) um esquema pelo qual Teerã entregaria à Rússia cerca de dois terços dos seus estoques de urânio enriquecido a 3,5%, ou 1.200 quilos. Os russos o enriqueceriam a 20% e os franceses, em seguida, acondicionariam o material para ser usado em reator de pesquisa, com finalidades medicinais¹³². A troca levaria um ano, um dos motivos invocados no começo do ano pelo Irã para desistir do negócio. Os iranianos abandonaram as negociações. O cerco da comunidade internacional em relação ao programa nuclear iraniano levou o Chanceler Celso Amorim a Teerã. O ministro expressou a preocupação do governo brasileiro com o possível abandono das negociações com as grandes potências e a AIEA (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009p).

¹³² O processo de enriquecimento de urânio possui caráter dual, pode ser usado tanto para fins pacíficos como para um programa de armas nucleares. Para produzir uma bomba atômica, é necessário enriquecer o urânio a cerca de noventa por cento. O Irã afirma que seu programa tem fins medicinais e para a geração de energia. No entanto, a comunidade internacional é cética quanto às intenções de Teerã, pois a capacidade tecnológica necessária para enriquecer o mineral a vinte por cento é semelhante aquela para a construção de uma arma nuclear.

Em fevereiro de 2010, o Irã anunciou que estaria enriquecendo urânio a 20%. Isso estimulou os EUA a redigir um projeto de Resolução para o CSNU que imporia novas sanções ao país do Oriente Médio. Lula que já estava de viagem marcada para Teerã aproveitou a oportunidade para criticar o governo norte-americano.

Não quero que se repita no Irã o que aconteceu no Iraque. O que aconteceu no Iraque foi uma guerra em cima de uma mentira. Até agora estamos esperando as armas químicas que diziam que haveria lá. (...) Não vamos tratar o Irã como o Iraque. (EXTRA, 2010)

Com relação às sanções, Lula da Silva disse que “*o Brasil tem muita autoridade moral e política para discutir esse assunto, pois nosso país pertence a um continente no qual está abolida a possibilidade de ter armas nucleares*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010f). A questão nuclear iraniana foi interpretada pelo governo brasileiro como um tabuleiro onde o Brasil poderia ser a peça-chave, pois em abril do mesmo ano, o presidente estadunidense Barack Obama enviou uma carta a Lula, na qual tratava das condições necessárias que o Estado iraniano precisaria adimplir para ser reconhecido como um membro confiável junto à comunidade internacional, o envio de 1.200 kg de urânio ao exterior talvez seja a mais importante delas. Eis uma passagem do texto referente ao tema:

Para nós, o acordo iraniano quanto a transferir 1.200 quilos de seu urânio de baixo enriquecimento (LEU) para fora do país reforçaria a confiança e reduziria as tensões regionais, ao reduzir substancialmente os estoques de LEU do Irã. Quero sublinhar que esse elemento é de importância fundamental para os Estados Unidos. Para o Irã, o país receberia o combustível nuclear solicitado para garantir a operação continuada do TRR [Reator de Pesquisa de Teerã] a fim de produzir os isótopos médicos necessários e, ao usar seu próprio material, os iranianos começariam a demonstrar intenções nucleares pacíficas. (FOLHA, 2010e)

O presidente brasileiro interpretou a carta como uma “instrução” do governo norte-americano para exercer bons ofícios junto a Ahmadinejad. Lula da Silva encontrou no primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, um importante aliado para a revitalização do acordo entre Irã, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o P5+1, composto pelos cinco membros permanentes do CSNU mais a Alemanha, que previa o enriquecimento do urânio iraniano em outro país em níveis que possibilitariam sua utilização para uso civil, não militar. A iniciativa turco-brasileira não suspendeu os esforços da diplomata norte-americana Susan Rice em redigir uma minuta para uma quarta Resolução punitiva contra o

país asiático (REUTERS, 2010).

Em maio Lula viajou a Teerã, tornando-se o primeiro presidente brasileiro a fazê-lo, com o intuito de encontrar uma saída para o impasse do programa nuclear. A sua recepção foi marcada pela libertação da professora francesa, Clotilde Reiss, que estava presa em Teerã desde 2009¹³³. O mandatário iraniano afirmou que o gesto era um “presente” para Lula (O GLOBO, 2010b).

Depois de longas negociações, os presidentes Mahmoud Ahmadinejad, Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan¹³⁴, acompanhados dos seus respectivos chanceleres, foram fotografados de mãos alçadas em celebração do acordo que colocaria em xeque os esforços norte-americanos junto ao CSNU. O texto deu sobrevida à proposta do Grupo de Viena, estipulando que o Irã enviaria à Turquia, dentro de um mês, 1,2 tonelada de urânio levemente enriquecido. E, no prazo de até um ano, receberia da Rússia e da França 120 quilos de urânio enriquecidos a 20%. Caso a França e a Rússia não adimplissem as suas respectivas partes, a Turquia teria que devolver o material sob a sua guarda. “*Foi uma resposta de que é possível, com diálogo, a gente construir a paz.*”, disse Lula. Com o acordo, o presidente brasileiro acreditava no fracasso norte-americano em alcançar nove dos 15 votos necessários para aprovar a Resolução contra o Irã no CSNU (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010g).

A resposta da comunidade internacional foi imediata e teve um efeito catalítico na articulação por novas sanções contra o Irã. Além disso, funcionários do governo norte-americano trataram de minimizar o acordo trilateral alegando que a carta enviada em abril por Obama a Lula, que teria servido de base para o acordo, não correspondia a instruções ao governo brasileiro, pois o texto não englobava uma série de detalhes importantes que tanto o Brasil e a Turquia tinham conhecimento, porque os dois países recebiam os relatórios de inteligência elaborados pelos EUA sobre o programa nuclear iraniano. Conforme o governo americano, mesmo que Teerã enviasse os 1,2 mil quilos de urânio para serem enriquecidos na Turquia, como previa o acordo negociado pelo Brasil, a república dos aiatolás ainda teria material suficiente para fabricar uma bomba atômica (G1, 2010b). Finalmente, o vazamento da carta de Obama a Lula causou desapontamento em Washington com relação ao governante

¹³³ Reiss havia sido condenada em julho de 2009, a uma pena de dez anos de prisão, por espionagem e pelo envio de fotografias através de e-mail mostrando protestos contra o governo iraniano. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, agradeceu ao governo brasileiro pelos esforços em prol da libertação da professora.

¹³⁴ O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, enviara em seu lugar o ministro de Relações Exteriores do país, Ahmet Davutoglu, por duvidar do comprometimento iraniano. Com a conclusão do acordo, ele viajou às pressas para não perder a *photo opportunity*.

brasileiro (THE ECONOMIST, 2010b).

Em junho o CSNU aprovou a Resolução 1929¹³⁵ contra o Irã por 12 votos; Brasil e Turquia votaram contra, enquanto o Líbano se absteve. Brasília desconsiderou a sugestão de Ancara para que ambos os países adotassem a posição libanesa, o que causou nova frustração na Casa Branca. Além do mais, é preciso ressaltar que ao votar contra a Resolução, o Brasil não apenas contrariou seus tradicionais aliados (EUA e países europeus) como também seus novos parceiros, Rússia e China (Ibidem). Assim, a obra de engenharia diplomática turco-brasileira em favor de uma saída negociada para o programa nuclear iraniano soçobrou, restando ao governo Lula impor as sanções contra o Irã. Na prática, nada mudou, uma vez que o Brasil não vende armamentos nem material nuclear para a república dos aiatolás.

O acordo trilateral de maio enseja algumas considerações. Ele teria sido importante para valorizar a diplomacia brasileira, no entanto pecou pela falta de coordenação junto ao grupo P5+1 que seria o responsável pela sua execução no CSNU. O acordo representou um fato consumado a ser imposto à comunidade internacional, uma vez que não cobriu pontos vitais acerca do programa nuclear iraniano. Além disso, o encontro foi caracterizado por uma atmosfera de triunfo desportivo, com os representantes de Brasil, Irã e Turquia erguendo os braços em sinal de vitória. A atitude pareceu mais uma bravata anti-hegemônica do que uma iniciativa conciliatória (RICUPERO, 2010a).

O episódio revela, ao mesmo tempo, o potencial e os limites hoje existentes para a afirmação de atores intermediários e a lição a extrair do ocorrido é que o potencial terá possibilidades maiores de se traduzir em frutos concretos na medida em que as iniciativas assumirem natureza mais construtiva. O mérito do esforço brasileiro permanece, mas amputado do êxito completo que se poderia haver esperado, deixando até rescaldos de má vontade e suspeitas que complicar o atendimento das aspirações nacionais ao CSNU (Ibidem). (g.n.)

O ativismo brasileiro com relação à questão nuclear iraniana fracassou. Além de não ter resolvido o imbróglio, que segue em debate, a diplomacia de Lula chamou a atenção da comunidade internacional para o programa nuclear brasileiro, em especial, ao projeto realizado pela Marinha para a construção de um submarino dotado de motor nuclear. Como se

¹³⁵ Esta Resolução solicita aos países membros da ONU que imponham diversas medidas contra o Irã, caso o país não cumpra as condições elaboradas pelo CSNU. As medidas, denominadas de embargo, proíbem a venda àquele país de inúmeros equipamentos militares, tais como tanques, blindados, sistema de artilharia de alto calibre, helicópteros de ataque e sistemas de mísseis. Para a aplicação das medidas, as alfândegas iranianas serão objeto de intensa fiscalização. O Irã não poderá burlar as sanções contra o seu programa nuclear adquirindo participação acionária de empresas do exterior que produzam ou enriqueçam urânio. Além disso, as transações financeiras do país serão monitoradas a fim de evitar o investimento em armamentos e em atividades nucleares.

sabe, a tecnologia desenvolvida para esse fim é de caráter dual, o que permitiria o país a desenvolver armas nucleares se quisesse. Declarações do então vice-presidente José Alencar teriam igualmente motivado desconfiança sobre a seriedade do compromisso brasileiro em relação aos tratados assinados pelo Brasil acerca da questão (DER SPIEGEL, 2010).

A aproximação Brasil-Irã rendeu mais um capítulo digno de nota. O governo brasileiro resolveu tardiamente ser um paladino dos direitos humanos ao oferecer abrigo à iraniana Sakineh Mohammad Ashtiani que fora condenada a chibatadas por ter tido “relações ilícitas” com dois homens, sendo que um deles foi condenado à morte pelo homicídio do cônjuge de Sakineh. Não bastasse a decisão de caráter medieval, o processo de Sakineh foi reaberto, desta vez ela foi sentenciada à pena de morte por apedrejamento pela acusação de adultério e a 10 anos de prisão por cumplicidade na morte do marido. Tanto a ré quanto o seu advogado, Mohammad Mostafaei (asilado na Noruega devido a perseguições no Irã), afirmaram que a acusação de homicídio foi incluída para justificar a execução. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010h).

A manifestação do governo brasileiro desagradou Teerã. O sítio eletrônico Jahan News, no qual a ala mais conservadora do governo iraniano se manifesta, acusou Lula de interferência em assuntos internos do Irã. Ademais, o porta-voz da chancelaria iraniana, Ramin Mehmanparast, expressou o mal-estar entre países por causa da proposta. *“Até onde sabemos, Lula é uma pessoa muito humana e emotiva, que provavelmente não recebeu informações suficientes sobre o caso. Podemos dar detalhes dos crimes dessa pessoa que foi condenada e, então, acho que o caso ficará esclarecido para ele”*. A diplomacia iraniana defende a visão de que o caso não versa sobre direitos humanos, apenas trata de uma punição determinada pela justiça (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010i). Em resposta Lula afirmou:

Eu não fiz um pedido de asilo. Fiz um pedido mais humanitário do que uma coisa política. (...) Como chefe de Estado aprendi a respeitar a lei de outros países. Sobre o caso dos direitos humanos no Irã, não sei como funcionam. Sei que cada país tem suas leis. E, concordando ou não, temos que aprender a respeitar. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010j).

É forçoso analisar o contexto desse episódio. Primeiro, o oferecimento de abrigo a Sakineh por parte de Lula teria caráter eleitoral, pois foi manifestado em um comício da então candidata do PT à presidência da república Dilma Rousseff. O Planalto teria realizado pesquisas de opinião que apontaram um desgaste na imagem do governo junto à classe média

dos grandes centros urbanos em virtude da negligência acerca dos presos políticos em Cuba¹³⁶. Segundo, a questão de gênero pareceu importante, pois a declaração de Lula poupou Dilma¹³⁷ de se responsabilizar por qualquer atitude com relação ao Irã (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010k). E terceiro, a oferta de Lula também surgiu como resposta a sua omissão e condescendência com a repressão do regime iraniano sobre a oposição que pediam a anulação das eleições presidenciais de junho de 2009.

Para Samuel Feldberg, pesquisador do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional da USP (GACINT), a iniciativa de Lula representa “*um gesto tardio, incoerente e insuficiente para branquear a política externa de direitos humanos do governo atual*”. No entender de Feldberg, mesmo que as autoridades de Teerã declinem o oferecimento do governante brasileiro, Lula será o grande beneficiado desta iniciativa, pois alegará que não cruzou os braços diante do drama de Sakineh. Na opinião de Clodoaldo Bueno, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), “*o gesto de Lula é insuficiente para reverter o impacto negativo*” de sua visão no tocante aos direitos humanos, “*É tarde demais para tentar reverter algo tão forte no fim do mandato*”- afirmou (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010l). Referente a este episódio, conclui-se que o caso de Shakinéh é apenas um entre milhares no Irã, ou seja, o posicionamento adotado pelo governo Lula não modificará a estrutura iraniana atentatória aos direitos humanos.

¹³⁶ Opinião compartilhada por Samuel Feldberg e Clodoaldo Bueno.

¹³⁷ Eleita, Dilma modificou a postura do governo com relação a Teerã. Em março de 2011, a representação brasileira em Genebra ofereceu um almoço a dissidente exilada Shirin Ebadi, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2003, e votou pela nomeação de um relator especial para o Irã na decisão no CDHONU.

3 A Atuação Brasileira no Haiti

Antes de analisar a atuação brasileira no Haiti é necessário compreender a história desse país caribenho, pois os fatores que desencadearam a crise de 2004 guardam congruência com o seu passado turbulento. As próximas seções esclarecem os motivos que levaram o governo Lula a mobilizar tantos recursos em apoio à ex-colônia francesa.

3.1 Haiti: do Passado ao Presente

3.1.1 Da Descoberta à Independência

A ilha na qual se encontram o Haiti e a República Dominicana foi o primeiro local no continente americano onde as caravelas de Cristovão Colombo aportaram em 1492, o navegador nomeou a ilha de Hispaniola, também conhecida por San Domingo. Em 1692, os franceses expulsaram os espanhóis e passaram a cultivar o café, o algodão e principalmente o açúcar em sistema de latifúndio¹³⁸. Essas culturas demandavam grande uso de mão-de-obra como fator produtivo, por essa razão os franceses introduziram o trabalho escravo (mais de meio milhão de africanos), os cativos vieram majoritariamente da parte oeste da África (BUSS, 2008). A colônia, cuja sociedade era bastante estratificada, tornou-se rica graças à alta produtividade de açúcar.

Entre 1791 e 1803, Toussaint L'Ouverture, um ex-cativo alçado à general, liderou tropas de escravos com o auxílio dos exércitos britânico e espanhol para expulsar os franceses de *Saint Domingue*¹³⁹. A ascensão de Napoleão Bonaparte ao comando da França reacendeu o interesse da metrópole pela ilha. O primeiro-consul francês enviou cerca de 50 mil homens para reprimir o movimento independentista. A expedição fracassou, mas aprisionou L'Ouverture que veio a falecer em uma prisão francesa. O General Jean-Jacques Dessalines, outro líder do movimento pela independência, declarou-se imperador (Jacques I), tornando a ilha independente em 1804, sob o nome de Haiti¹⁴⁰. Seu governo foi marcado pela opção de

¹³⁸ Apenas em 1697, os franceses conseguiram legitimar seus domínios através do Tratado de Ryswick, quando os espanhóis cederam a parte oeste da Ilha de São Domingos.

¹³⁹ A Revolução Francesa ecoou na ilha caribenha, em 1794 foi aprovada a abolição da escravatura.

¹⁴⁰ O Haiti foi o segundo país no continente americano a conquistar a independência (o primeiro foram os EUA).

manter o sistema econômico baseado no cultivo de *commodities* para exportação em sistema de latifúndio. Dessalines foi assassinado em 1806, por antigos aliados, entre os motivos estão a expulsão de pessoas brancas, a opressão de mulatos¹⁴¹ e o confisco de terras (VALLER FILHO, 2007).

O fato de o Haiti se tornar a primeira república negra da história levou ao seu isolamento diplomático¹⁴². O presidente norte-americano Thomas Jefferson (1801–1809) que apoiara a luta pela independência do Haiti, pois a derrota francesa poderia resultar na venda da Louisiana aos EUA¹⁴³, mudou de posição após ter alcançado seu objetivo. Jefferson (proprietário e comerciante de escravos) impôs um embargo à ilha (em 1806), a primeira das inúmeras intervenções estadunidenses no país, decisão que foi seguida por inúmeras potências da época. O embargo durou sessenta anos, impedindo o país de comercializar suas *commodities*, de adquirir bens materiais e de gênero alimentício, isso resultou na exploração precoce do meio ambiente local (DUNKEL, 2003).

Durante o período de 1807 a 1820, o país viveu uma guerra civil. Santo Domingo declarou a sua independência em 1821¹⁴⁴, o que resultou na intervenção haitiana liderada por Jean Pierre Boyer (1818-1840). Em 1825, já recuperada das guerras napoleônicas, a França enviou uma esquadra à ilha para impor um acordo que continha cláusulas sobre a indenização pelas perdas patrimoniais dos proprietários franceses. O valor exigido foi de 150 milhões de francos, no entanto o montante foi reduzido para 60 milhões em 1838¹⁴⁵ quando o Haiti assinou o acordo¹⁴⁶. A França reconheceu a independência do Haiti após a assinatura do tratado. O governo norte-americano, por outro lado, só viria a reconhecer o país caribenho em 1862, sob a administração de Abraham Lincoln.

A instabilidade política é uma constante na história do país. Entre 1806-79, o Haiti passou por sessenta e nove revoltas; no período 1843-1915, o país teve vinte e três chefes de

¹⁴¹ Uma raça surgida da miscigenação entre espanhóis, franceses e escravos africanos.

¹⁴² A França não reconheceria sua derrota e abalo de prestígio enquanto a Espanha e a Grã-Bretanha ainda utilizavam trabalho escravo em suas colônias no Caribe.

¹⁴³ Em 1803, os americanos adquiriam a Louisiana, um território francês de 2,147,000 km², ao custo de 60 milhões de francos, mais o cancelamento de uma dívida de 18 milhões de francos.

¹⁴⁴ A República Dominicana somente conseguiria a sua independência do Haiti em 1844.

¹⁴⁵ O pagamento da dívida se estendeu até meados do século XX, drenando vultosos recursos tão necessários ao país. O pagamento da indenização ainda é utilizado como recurso discursivo pelos políticos locais. Aristide, por exemplo, chegou a exigir da França o reembolso do valor atualizado em US\$ 200 bilhões (CRUZ, 2010).

¹⁴⁶ Após a independência da República Dominicana, o Haiti, que na língua dos silvícolas que habitavam a ilha significa “terra de altas montanhas”, ficou restringido a um território diminuto de 27,4 mil km² (equivalente ao Estado de Alagoas), ocupando um terço da ilha de Hispaniola. As línguas oficiais são o creole e francês. A população de 9,5 milhões de habitantes é composta por negros e mulatos, sendo que um terço do total vive em Porto Príncipe (CRUZ, 2010).

Estado; e entre 1876-1913, os EUA enviaram a sua marinha em quinze oportunidades distintas à ilha para proteger seus cidadãos que lá se encontravam (BUSS, 2008).

3.1.2 A Ocupação Norte-Americana no Haiti: um Reflexo da *Big Stick Policy*

Em 1915 o presidente haitiano Jean Vilbrun Guillaume Sam, notório por perseguições a rivais políticos¹⁴⁷, foi linchado pela oposição. O ato ignóbil suscitou uma intervenção estadunidense que perduraria por dezenove anos, justificada como forma de ensinar aos haitianos as práticas do regime democrático. Além disso, o mundo estava em guerra, Washington receava uma intervenção alemã no Haiti, razão pela qual a política externa de Woodrow Wilson difundiu a democracia.

Uma nova constituição (1917) é redigida pelo então Secretário da Marinha norte-americana, Franklin Delano Roosevelt. A Carta Magna permitia que estrangeiros adquirissem propriedades rurais no país, algo terminantemente proibido em constituições anteriores. Logo de início ficou claro o favorecimento dos interesses norte-americanos, porque durante toda a intervenção os presidentes foram indicados por Washington. Muitos haitianos desaprovavam a ocupação pelo fato de os norte-americanos empregarem poucos nacionais da ilha no governo. A insatisfação também deflagrou a revolta dos Cacos (1919-20), movimento de camponeses politizados liderado por Charlemagne Pèralt, o exército americano reprimiu os insurgentes, causando três mil mortos. (VALLER FILHO, 2007; BUSS, 2008).

Em 1934, os EUA ainda sofriam os efeitos da crise de 1929 quando Franklin Roosevelt (que se elegera presidente) retirou as tropas e os funcionários civis do Haiti. A medida condizia com a “política da boa vizinhança” da Casa Branca. Washington, entretanto, não preparou uma transição para o país caribenho, mas permaneceu no controle das suas finanças até o ano de 1947. Sténio Vincent, último presidente indicado pelos americanos, permaneceu no poder até 1941, realizando uma gestão congruente com os tempos da intervenção, calcada no uso da força para a manutenção da ordem interna, em iniciativas contra a liberdade da imprensa e do judiciário, e em prisões arbitrárias.

O fim da ocupação demonstrou a fragilidade do sistema político local. O Haiti teve três constituições em um curto espaço de tempo (1935, 1939, 1947) e passou por três golpes

¹⁴⁷ Gauillaume Sam ordenou a morte do ex-presidente Oreste Zamor que estava preso.

de Estado entre 1941 e 1956. Os excessos cometidos pelo governo do General Paul Magloire levaram a sua deposição em 1956, após cinco governos provisórios François Duvalier assume o poder.

3.1.3 O Período Duvalier: uma Ditadura Hereditária

Em um escrutínio de duvidosa probidade, François Duvalier¹⁴⁸, também conhecido por *Papa Doc*, foi eleito presidente em 1957. Os EUA que haviam oficialmente financiado a campanha de *Papa Doc* reconheceram o resultado das eleições. Em 1963, Duvalier demonstrou que seria uma exceção na vida política do país, ele não apenas tratou de estender seu mandato, como também se declarou presidente vitalício, através de uma emenda constitucional (BUSS, 2008).

Duvalier, ciente dos golpes de Estado na história de seu país e da força do exército nesses acontecimentos, resolveu criar um grupo paramilitar para se manter no comando do Haiti¹⁴⁹, os *Tontons Macoutes*¹⁵⁰ (VALLER FILHO, 2007). Esse grupo, responsável por diversas atrocidades para controlar a população, era composto de dez mil soldados contra os sete mil homens do exército. Washington tolerava as violações de direitos humanos cometidas por Duvalier em razão de seu fervoroso anticomunismo. O voto haitiano na OEA em 1962 permitiu aos Estados Unidos imporem um embargo econômico a Cuba, medida em vigor até o encerramento deste trabalho. O apoio a essa resolução rendeu benefícios a Porto Príncipe que recebeu investimentos em infraestrutura tais como um aeroporto e assistência na área militar (que foi utilizada para fins de repressão).

As difíceis condições político-econômicas do país levaram um expressivo número de haitianos a deixar o país (os chamados *boat people*), em especial para os Estados Unidos e para o Canadá. O falecimento de François Duvalier em 1971 não mudou a situação, uma vez que seu filho o sucedeu no poder.

Em 1971, a constituição haitiana recebeu uma emenda que permitia transferir o poder vitalício de *Papa Doc* para o seu filho, Jean-Claude Duvalier, também conhecido por *Baby*

¹⁴⁸ Duvalier, oriundo da classe média local fora educado na Faculdade de Medicina da Universidade do Haiti e chegou a realizar estudos na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

¹⁴⁹ O receio de Duvalier com relação ao exército ficou claro (em 1958) quando ele demitiu todo o generalato e empossou oficiais leais a sua autoridade e que deveriam se reportar diretamente a ele.

¹⁵⁰ A expressão em crioulo, dialeto local, significa bicho-papão.

Doc, que à época tinha apenas dezenove anos. *Baby Doc* surgiu na cena política como um reformador, pois abriu o país a investimentos externos, desencadeando um pequeno surto industrializante, em especial no setor têxtil que chegou a empregar mais de sessenta mil pessoas (BUSS, 2008). No entanto, a sua forma de governar era igualmente autoritária.

A falta de abertura política no Haiti fez com que o CARICOM, antiga Comunidade e Mercado Comum do Caribe e atual Comunidade do Caribe¹⁵¹, vetasse a entrada do país no bloco. Entre 1984-85 a gestão de *Baby Doc* enfrentou protestos intensos, especialmente de camponeses, duzentos deles foram mortos por tropas do governo durante uma manifestação pela reforma agrária. Além disso, o bombardeio de quatro escolas precipitou a queda de Jean-Claude¹⁵². Em 1986, em meio a pressões do governo norte-americano e da população haitiana, *Baby Doc* foi exilado na França. Diante do vácuo de poder, a administração Reagan, curiosamente, solicitou a Jean-Claude o favor de selecionar um membro das forças armadas para sucedê-lo no cargo de presidente¹⁵³ (Ibidem).

A saída de Duvalier trouxe péssimas consequências para o Haiti, a economia entrou em colapso, muitas empresas transferiram sua produção para a República Dominicana o que gerou um elevado índice de desemprego. O setor têxtil que chegara a empregar mais de sessenta mil pessoas perdeu cerca de um terço do número de empregos.

3.1.4 O Governo da Junta Militar

O General Henry Hamphy foi quem substituiu *Baby Doc* no comando do país através do Conselho Nacional de Governança. O objetivo da junta era realizar a transição da ditadura para a democracia. Um importante passo nesse sentido aconteceu em 1987, quando os haitianos referendaram uma nova constituição que explicitamente vetava mandatos acima de cinco anos. No mesmo ano foram convocadas as eleições para um novo governo civil, contudo o processo eleitoral foi turbulento. As seções de votação foram fechadas após três horas da sua abertura, devido o receio dos militares de perder o controle do governo. A

¹⁵¹ Instituído em 1973, o objetivo do bloco é a cooperação econômica e política, é composto por 14 países da região caribenha: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago; e por seis territórios: Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Turks e Caicos, Ilhas Caimán e Anguilla.

¹⁵² O poder de Jean-Claude Duvalier junto aos Tontons Macoutes enfraqueceu quando ele se casou com a filha de um aristocrata mulato.

¹⁵³ Na visão dos norte-americanos, o melhor substituto para Duvalier seria um militar anticomunista.

repressão foi consistente, candidatos da oposição foram mortos; camponeses que demandavam a reforma agrária, assassinados. O General Namphy chegou inclusive a suspender a nova constituição.

Em fevereiro de 1988, Leslie François Saint Roc Manigat foi eleito presidente, porém teve que dividir o poder com o General Namphy. Em sua gestão Manigat enfrentou quatro tentativas golpistas, tentou coibir os militares que tinham ligação com o tráfico de drogas e o contrabando. Por contrariar interesses de membros das forças armadas, Maginat foi deposto, sendo substituído pelo General Namphy. O governo de Namphy foi breve, pois oficial Prosper Avril lhe usurpou o poder. Na tentativa de expurgar militares corruptos do governo, Avril sofreu uma tentativa de golpe em 1989. Sua gestão falhou no combate dos grupos paramilitares simpatizantes a Duvalier, bem como na repressão ao tráfico de entorpecentes destinados aos EUA. Sob forte oposição doméstica e internacional, em especial do presidente norte-americano George Bush (1989–1993), Avril deixou o poder. Diante das dificuldades institucionais, Ertha Pascal-Trouillot, juíza da suprema corte haitiana, assumiu a presidência com o objetivo de conduzir o país a um novo governo civil (VALLER FILHO, 2007; BUSS, 2008).

3.1.5 O Breve Governo de Jean-Bertrand Aristide

Jean-Bertrand Aristide¹⁵⁴, líder do movimento político Lavalas¹⁵⁵, foi eleito presidente com mais de sessenta por cento dos votos nas eleições de 1990. Tamanha assimetria resultou do apoio da classe média e dos partidos de esquerda contrários aos EUA. Antes mesmo da posse, Aristide sofreu uma tentativa golpista liderada pelo Doutor Roger Lafontant, ex-ministro da defesa durante o período da junta militar e líder dos Tontons Macoutes. Preso, Lafontant foi condenado à prisão perpétua (VALLER FILHO, 2007).

Em janeiro de 1991 Aristide assume a presidência do Haiti, enquanto René Préval ocupa o cargo de primeiro-ministro. A linha reformadora de Aristide causa dissidências, o parlamento esteve prestes a votar uma moção para retirá-lo do cargo. A moção não foi aprovada devido à intervenção armada de partidários do presidente que invadiram o Palácio

¹⁵⁴ Aristide fora padre da Ordem dos Salesianos, devido as suas atividades políticas de caráter antigovernista foi expulso da Igreja, pois esta apoiava a ditadura. Durante o regime de Duvalier foi perseguido e sua igreja, incendiada.

¹⁵⁵ Também conhecido por “Botabla”, que significa, em torno da mesa, movimento social, de cunho populista.

Nacional ameaçando os deputados.

A pressão em torno de Aristide aumenta quando este nomeia apenas seus partidários mais próximos para cargos do governo, demitindo militares importantes como o General Herard Abraham que durante o período da junta fora responsável pela condução das eleições de 1990. Além disso, sua política de combate aos funcionários públicos “zumbis”¹⁵⁶ também contribuiu para o desgaste e a queda na sua popularidade.

A participação de Aristide na XLVI Sessão Ordinária da AGNU em Nova York, em setembro de 1991, foi a oportunidade propícia para o General Raoul Cédras tomar o controle do Haiti¹⁵⁷. Após notificar o ocorrido ao CSNU, Aristide retorna à ilha acompanhado de uma delegação da OEA. A delegação é expulsa pela junta e Jean-Batiste ameaçado de morte por soldados. O então presidente venezuelano Carlos Perez resgata Aristide enviando uma aeronave a Porto Príncipe (BUSS, 2008).

Após o golpe, a comunidade internacional impôs um embargo ao Haiti, resultando no colapso da economia local devido à paralisação das indústrias e às perdas na arrecadação de tributos.

3.1.6 Os Militares no Poder: uma Vertente Cíclica da Política Haitiana

A ascensão dos militares ao poder resulta em uma nova onda de repressão. Estima-se que quatro mil haitianos tenham sido mortos pelo regime, milhares buscaram refúgio na República Dominicana e nos Estados Unidos¹⁵⁸. O governo de George Bush justificou sua omissão com base em tratados internacionais e no princípio da não-intervenção. O primeiro-ministro canadense da época, Brian Mulroney, foi quem tomou a iniciativa de fazer algo contra o regime de Cédras solicitando o total bloqueio do país. A ONU e a OEA acompanhadas por uma série de países impuseram um embargo ao Haiti. A medida não surtiu os efeitos esperados, uma vez que os líderes do regime intensificaram o tráfico de drogas e o contrabando, o efeito colateral foi a piora na condição de vida do haitiano comum. A crise estimulou a economia informal, o mercado negro e a formação de quadrilhas.

Sob a égide do governo Clinton, Washington estimulou uma solução negociada para a

¹⁵⁶ Funcionário do Estado que embora constasse na lista de pagamento, não comparecia ao serviço público.

¹⁵⁷ O Vaticano foi o único Estado a reconhecer o regime de Cédras.

¹⁵⁸ Segundo informações da Guarda Costeira norte-americana, cerca de 42 mil haitianos entraram nos EUA.

crise¹⁵⁹. O “Acordo da Ilha dos Governadores” previa o retorno de Aristide ao poder, mas Cédras se negou a assiná-lo. A marinha norte-americana enviou a belonave *USS Harlan Country* às costas do Haiti, desembarcando duzentos fuzileiros na capital Porto Príncipe para promover o retorno de Aristide. Entretanto a missão fracassou, os norte-americanos foram repelidos por populares favoráveis a Cédras, o que causou constrangimento na Casa Branca, em um período no qual a perda de militares norte-americanos nas ruas de Mogadíscio era recente¹⁶⁰. Diante do impasse, em abril 1994, o congressista William Gray, *adviser* de Washington para o Haiti, instigou uma ação contundente ao regime de Cédras, que resultou em um bloqueio naval ao país caribenho. A medida foi igualmente adotada por Argentina, Canadá, França e Holanda.

Em setembro daquele ano, sem muitas opções, Cédras aceitou o envio de vinte mil soldados sob o mandato do CSNU¹⁶¹ (a Resolução 867/93 instituiu a *United Nations Mission in Haiti* - UNMIH¹⁶²) para reconduzir Aristide ao poder. Ainda nos EUA, Aristide requisitou ao parlamento haitiano a aprovação de uma lei que permitisse a saída dos golpistas. Cédras foi exilado no Panamá. A intervenção da ONU custou cerca de US\$ 2,3 bilhões, entre seus objetivos estavam o combate ao tráfico de drogas, à violência urbana e ao problema dos refugiados.

3.1.7 O Retorno de Aristide e o Governo de René Préval

Em outubro de 1994, Aristide reassume o Palácio Nacional, momento em que o embargo e demais sanções são revogadas. O retorno do presidente gerou um novo impasse, pois o dispositivo 134-1 da constituição de 1987 estipula que o mandato presidencial é de cinco anos. Dessa forma, não lhe sobrava muito tempo de mandato. Apesar de manifestações pela sua permanência, ele cumpriu a promessa feita a Clinton de que não tentaria estender o seu governo.

As relações Porto Príncipe-Washington não demoraram a enfrentar tensões. A ajuda

¹⁵⁹ O *Congressional Black Caucus*, grupo de congressistas negros do Legislativo norte-americano, exerceu forte pressão no Executivo.

¹⁶⁰ Soldados americanos que atuavam em uma missão de paz na Somália foram mortos pela milícia local.

¹⁶¹ O CSNU debateu a questão nas seguintes Resoluções 867/93, 873/93, 940/94, 944/94, 948/94 e 964/94.

¹⁶² O país ainda receberia as seguintes missões: *United Nations Support Mission in Haiti* (UNSMIH), em 1996; *United Nations Transition Mission in Haiti* (UNTMIH), em 1997; a *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (MIPONUH), em 2000; e a MINUSTAH.

norte-americana e do Fundo Monetário Internacional estava atada à implementação de políticas neoliberais, em especial à privatização de empresas públicas que empregavam um número expressivo de haitianos. Por ser contra a adoção de tais medidas, Aristide perdeu o apoio dos doadores. Além disso, o mandatário extinguiu as Forças Armadas ao invés de profissionalizá-las¹⁶³, conforme sugestão americana. O braço armado do governo residiria na polícia e em um grupo armado chamado *Chimères* (fantasmas).

Em 1995 René Préval, ex-primeiro-ministro de Aristide foi eleito presidente do Haiti, assumindo o cargo em fevereiro do ano seguinte¹⁶⁴. Apenas trinta por cento dos eleitores compareceram às urnas, mesmo assim a ONU, a OEA e os EUA reconheceram o resultado do pleito como válido. O novo presidente tentou privatizar empresas públicas para garantir a ajuda externa, porém a oposição não aprovou tais medidas. Ao que tudo indica, Aristide estaria por trás dos vetos no congresso (BUSS, 2008). A relação entre os dois políticos se deteriorou rapidamente. Jean-Bertrand fundou um novo partido em 1997, o *Fanmi Lavalas* (Família Lavalas), que dividiu a oposição de maneira temerária. Nas eleições parlamentares do mesmo ano, inúmeras fraudes foram reportadas. Na tentativa de averiguar as irregularidades do pleito, Léon Manus, diretor do Conselho Eleitoral Provisório foi instado a deixar o país sob ameaças dos *Chimères*.

A gestão de Préval enfrentou diversos problemas. O presidente não dispunha de maioria no congresso, assim não conseguiu nomear um primeiro-ministro, nem aprovar dos projetos de seu interesse. Préval passou a governar por meio de decretos. Diante dessa realidade, o governante anulou o resultado das eleições parlamentares de 1997 e estipulou novo escrutínio para maio de 2000. O sufrágio garantiu ao *Fanmi Lavalas* dezoito das dezenove cadeiras no senado e setenta e duas das oitenta duas na câmara dos deputados. A assimetria do resultado gerou dúvidas da comunidade internacional em torno do processo eleitoral. A OEA¹⁶⁵, ONU, a UE, os EUA, o Canadá, a Venezuela, a Argentina e o Chile se posicionaram contra o resultado eleitoral. As doações ao país foram suspensas.

Em novembro de 2000 foram realizadas eleições presidenciais. A oposição boicotou o

¹⁶³ O motivo pelo qual essa drástica decisão foi tomada está concatenado ao veto dos EUA à nomeação de militares que tinham violações de direitos humanos em sua carreira.

¹⁶⁴ Aristide que inicialmente era a favor da candidatura de Préval retirou seu apoio dias antes do pleito. Acredita-se que seu objetivo era minimizar Préval, pois Aristide teria intenções de retornar à presidência nas eleições seguintes.

¹⁶⁵ Uma investigação da OEA confirmou as suspeitas de fraude.

sufrágio o que resultou na fácil vitória Aristide¹⁶⁶. Para acalmar os ânimos dos membros comunidade internacional, o presidente eleito escreveu a Clinton prometendo uma série de reformas institucionais e que cancelaria o resultado das eleições parlamentares 2000.

3.1.8 O Segundo Governo de Aristide

Aristide assumiu o governo diante de forte pressão, pois a oposição que boicotara as eleições queria convocar um novo sufrágio. Em resposta, a polícia e os paramilitares *Chimères* (grupo apoiado pelo presidente) desencadearam uma nova onda de repressão. Não bastasse a oposição, o partido de Aristide (Família Lavalas) passava por disputas internas resultado da falta de uma hierarquia delineada desde a sua conformação¹⁶⁷.

A oposição se uniu contra Aristide em um movimento chamado Convergência Democrática¹⁶⁸. No entanto, a repressão recrudesciu, culminando no assassinato de líderes da oposição como Amiot Métayer¹⁶⁹. A OEA tentou intermediar o diálogo entre o governante e a Convergência Democrática, mas não obteve sucesso. Com o fim do mandato parlamentar, em janeiro de 2004, Jean-Bertrand passou a governar por decretos. Uma rebelião iniciada em Goanives (Cidade dos irmãos Métayer) levou à queda do presidente. Podemos elencar outros motivos para a saída de Aristide do poder: a insatisfação dos ex-militares, dos *Chimères*, dos *Tontons Macoutes*, dos neodualieristas; o desejo de vingança do Exército Canibal; e a perda do apoio das classes desfavorecidas pelo descumprimento das promessas de campanha em prol da melhoria das condições de vida. No plano internacional, os EUA estavam desapontados com a falta de resultados no combate ao tráfico de entorpecentes. O Canadá e França nada fizeram para remediar a situação, pois compartilhavam da posição de Washington¹⁷⁰. O governo americano forneceu a aeronave que levou Aristide para a

¹⁶⁶ A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, no telegrama 290, datado de 01 de dezembro de 2000, anunciava a vitória de Aristide com uma votação de 60, 5%, porém apenas dois milhões de haitianos teriam votado.

¹⁶⁷ A falta de hierarquia dentro do partido era vista pela comunidade internacional com ceticismo, pois seguia a linha de governantes anteriores que se tornaram ditadores (BUSS, 2008).

¹⁶⁸ O movimento era bastante heterogêneo, pois era possível encontrar alas neoliberais, neo-dualieristas, comunistas, social democratas.

¹⁶⁹ Amiot Métayer era líder do Exército Canibal, um braço armado de Aristide no norte do país. Desavenças entre os dois culminaram na prisão de Amiot, libertado por seus soldados, ele foi morto em setembro de 2003. Desde então seu irmão, Buteur Métayer, engajou-se na luta pela derrubada de Aristide.

¹⁷⁰ A crise Haitiana foi considerada como uma oportunidade de reconciliação entre EUA e França após a intervenção unilateral dos americanos no Iraque. Paris não desejava perder influência em um país com o qual guarda laços históricos (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2004).

República Centro Africana, mas o local escolhido para o exílio foi a África do Sul¹⁷¹.

O CSNU reconheceu, através da Resolução 1529, o afastamento de Jean-Bertrand. No entanto, Aristide alegou que fora obrigado a redigir a sua carta de resignação após ter sido retirado do poder pelos norte-americanos e franceses. Essa versão ganha força se considerarmos a declaração de Ivon Feuillé: “*Enquanto presidente da Assembleia Nacional, eu nunca recebi nenhum documento que me permitisse dizer que o presidente renunciou*” (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2004).

3.1.9 O Governo Transitório

O presidente da Suprema Corte do país, Boniface Alexandre, assumiu o governo transitório. O CSNU instruiu a criação do Conselho de Sábios (composto por sete lideranças das principais alas políticas do Haiti) que escolheu Gerald Latortue para o exercício interino do cargo de primeiro-ministro. Latortue nomeou tecnocratas para compor o governo e, ao contrário do que estipulara, não incluiu todas as alas políticas do país seu gabinete, excluindo o partido de Aristide (Família Lavalas). Entre seus objetivos de governo, Latortue buscou recuperar a credibilidade do país junto aos doadores internacionais. Para isto, precisou pagar um total de US\$ 52 milhões para o Banco Mundial, referente ao serviço da dívida (BUSS, 2008: 41). O governo enfrentou problemas na Comunidade do Caribe (CARICOM) que não reconhecia a mudança institucional no Haiti. Apesar de o país ainda permanecer membro do bloco, Latortue teve sua participação na XV Cúpula vetada. Por outro lado, a OEA veio a reconhecer o novo governo durante a XXXIV Assembleia Geral (AG/RES. 2058).

O novo governo enfrentou dificuldades na área de segurança, pois gangues aproveitaram a crise institucional para libertarem quatro mil presidiários. Protestos a favor de Aristide se tornaram comuns, e quando o ex-presidente esteve em visita à Jamaica, tudo indicava que ele tentaria retornar à ilha. Na sua incapacidade de fornecer segurança¹⁷², o governo elogiava líderes rebeldes, chamando-os de *freedom fighters* (SILVA, 2004). A ONU havia criado a Força Multinacional Provisória¹⁷³ (*Multinational Interim Force - MIF*),

¹⁷¹ Estima-se que apenas duzentos soldados destituíram Aristide, isso seria a confirmação de sua baixa popularidade.

¹⁷² A incapacidade do Estado haitiano não estava restrita ao campo da segurança, as dificuldades encontradas para implementar políticas de educação, saúde e de reativar a economia, justificam a presença do país no índice de Estados Falidos da publicação *Foreign Policy* (2010), no qual ocupa a décima primeira posição.

¹⁷³ Conforme a Resolução 1529 do CSNU.

composta por tropas francesas, americanas e chilenas, que embora tenha prevenido um golpe de Estado, não foi eficiente no combate à criminalidade.

A precária situação da segurança pública do país se refletiu no mandato outorgado pelo CSNU à MINUSTAH, que permitiu o uso da força quando necessário. A missão de paz não resolveu todos os problemas de segurança, dados do Banco Mundial estipulam que entre março a dezembro de 2005, mil e novecentas pessoas tenham sido sequestradas e que tenha ocorrido cerca de trezentos homicídios.

O governo de Boniface havia planejado novas eleições para 2005, contudo problemas de cadastramento dos eleitores e a ausência de técnicos com *know-how* logístico levaram ao adiamento das eleições por quatro vezes. O sufrágio ocorreu em fevereiro de 2006, dos sessenta e sete partidos inscritos, quarenta e cinco preencheram os requisitos do Conselho Eleitoral. Cinquenta e quatro candidatos disputaram a presidência da república, René Préval saiu vencedor¹⁷⁴.

3.1.10 O Segundo Governo Préval

Préval assumiu o governo em maio de 2006, dois meses depois do previsto por causa de problemas com a contagem dos votos. No início de sua gestão, ele conseguiu normalizar as relações do país com o CARICOM. Auxiliado pelo FMI e Banco Mundial, deu continuidade às políticas monetária, fiscal e cambial iniciadas durante o governo provisório. Tais políticas incluíam a redução da taxa de juros para facilitar o acesso ao crédito. A administração de Préval, no entanto, ainda precisava lidar com a instabilidade política e debilidade institucional tanto no setor público quanto no privado, que reduziam o impacto das iniciativas do Palácio Nacional¹⁷⁵, inviabilizando a modernização das leis comercial, tributária, bancária e de investimento (GLOBAL SECURITY, 2011).

A situação política progrediu, apesar de permanecer frágil. O aumento no preço dos alimentos levou a população às ruas em abril de 2008, resultando na queda do primeiro-ministro Jacques Edouard Alexi, sucedido por Michele Pierre-Louis¹⁷⁶. A crise não afetou o comércio exterior, nem foram registrados ataques politicamente motivados a instalações

¹⁷⁴ Muitas cédulas de votação que tinham Préval como escolhido foram encontradas no lixo, por essa razão ele chamou o pleito de fraudulento, o que causou inúmeros atos de violência pelo país.

¹⁷⁵ Sede do Poder Executivo haitiano.

¹⁷⁶ A escolha anterior de Préval, Ericq Pierre, foi vetada pelo congresso.

estrangeiras. No entanto, greves ocasionalmente suspenderam determinadas atividades econômicas e invasões de terra foram constantes. O país ainda sofreu três grandes desastres naturais¹⁷⁷ que resultaram em perdas humanas.

A situação institucional no país voltou a ficar instável quando o senado aprovou a saída da primeira-ministra Michele Pierre-Louis do governo, entre os motivos estavam a ineficiência em melhorar as condições de vida da população (REUTERS, 2009). O presidente René Préval indicou seu ministro de planejamento e cooperação externa, Jean-Max Bellerive, para substituir Pierre-Louis. Bellerive foi aprovado pelo congresso, tornando-se o sexto ocupante do cargo desde 2004.

3.2 O Engajamento Brasileiro na MINUSTAH

Os membros do governo já haviam manifestado a disposição de participar da missão que sucederia a Força Multinacional Provisória, enviada em fevereiro de 2004. Embora o Brasil tenha votado a favor da MIF no CSNU, não se engajou nesta devido o embasamento no Capítulo VII da Carta da ONU, que permite o uso da força. O país nunca participou de missões desse tipo no quadro das Nações Unidas em virtude do princípio da não-intervenção¹⁷⁸. A participação do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH) teria sido fruto de um convite realizado pelo então Presidente francês Jacques Chirac, em março daquele ano¹⁷⁹. Uma nova missão sob a liderança dos EUA, envolvidos nas guerras do Afeganistão e do Iraque, ou da França, que fracassara em missões anteriores, não parecia adequada. Assim, o Brasil foi cogitado para liderar a nova missão, inclusive porque era o desejo de Kofi Annan, secretário-geral da ONU à época (DINIZ, 2006). Em resposta Lula teria afirmado dispor de mil e cem soldados para atuar na futura operação de paz.

¹⁷⁷ O furacão Gustav, a tempestade tropical Hann, ventos do furacão Ike.

¹⁷⁸ Em 1965, o Brasil interveio na República Dominicana a pedido de Washington para evitar que a guerra civil por que passava o país gerasse uma “nova Cuba”. A Força Interamericana de Paz (que tinha em sua composição mil e trezentos soldados brasileiros) foi enviada ao país caribenho sob a bandeira da OEA. Essa decisão do governo Castelo Branco, acrescida da projeção econômica brasileira, maculou a imagem do Brasil na América Latina, fomentando o conceito de subimperialismo em relação à diplomacia do período militar (VIZENTINI, 2004).

¹⁷⁹ Em entrevista, Antonio Jorge Ramalho da Rocha afirmou que Lula também recebera solicitações de George W. Bush e de Boniface Alexandre, presidente interino do Haiti, para que o Brasil liderasse a missão de paz. Os Estados Unidos vetaram o pleito do Chile, uma vez que este país votara contra a intervenção no Iraque no ano anterior (Vide anexo I).

O professor da UNB Antonio Jorge Ramalho da Rocha¹⁸⁰ afirmou que a decisão de incluir o Brasil na MINUSTAH foi política, tomada pelo presidente Lula. Antonio Jorge relatou que em 2004, membros do governo lhe haviam solicitado a redação de um parecer técnico acerca da capacidade brasileira de liderar uma missão de paz. Em seu laudo, o professor concluiu que o país não dispunha de tropas preparadas, de objetivos claros nem de boa comunicação entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, apesar do profissionalismo de ambas as instituições. Mesmo assim, a decisão que prevaleceu foi a de engajar o país na operação.

Em documento publicado no sítio eletrônico Wikileaks¹⁸¹, há o relato de um encontro entre Marcel Biato (ex-assessor de Marco Aurélio Garcia) e o representante político da embaixada norte-americana, Dennis Hearne, acerca do emprego de tropas brasileiras no Haiti, cujo dossiê estaria aos cuidados do presidente Lula. Biato expôs os seguintes entraves: a aprovação no congresso, o orçamento necessário, bem como a persuasão da imprensa e dos críticos da esquerda (inclusive do PT), pois o apoio à missão seria interpretado como beneplácito à “hegemonia” americana. Biato requisitava ao funcionário estadunidense o uso do termo “Amigos do Haiti”. De seu lado, Hearne ressaltou que conversara com o embaixador Carlos Duarte (responsável pela divisão da ONU no MRE) a respeito do lobby brasileiro para que Canadá, Chile, EUA e França, justificassem o envio de militares ao país caribenho à luz da perspectiva do Palácio do Planalto de desenvolvimento socioeconômico para que o Congresso Nacional aprovasse o pedido.

Em abril do mesmo ano, o CSNU editou a Resolução 1542 estabelecendo a criação da MINUSTAH, que sucedeu a MIF. A nova resolução também foi fundamentada no Capítulo VII da Carta, porém desta vez o Brasil aceitaria enviar tropas ao Haiti. O argumento edificado pelo governo foi de que diferente da Resolução 1529, que havia sido embasada no Capítulo VII da Carta desde o seu preâmbulo; a Resolução 1542 fazia referência a esse capítulo apenas no seu § 7º, o que não significa a inteira aplicação desse capítulo para o restante da resolução. Essa interpretação reflete diretamente na categorização da missão, pois ela deixa de ser uma operação de imposição de paz para ser classificada como operação de manutenção da paz (DINIZ, 2006). Além do mais, se o país recusasse liderar a MINUSTAH, a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU cairia por terra.

A construção do discurso brasileiro sobre o envio de tropas ao Haiti foi desmistificado

¹⁸⁰ Vide o anexo I.

¹⁸¹ O cabo diplomático 04BRASILIA991 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

em janeiro de 2011, quando o *site* Wikileaks publicou um documento confidencial¹⁸² transmitido pela embaixadora americana em Brasília Donna Hrinak no qual é relatado o seu encontro com a subsecretária para assuntos políticos do Itamaraty, Vera Pedrosa. Pedrosa teria relatado os mesmos problemas levantados por Marcel Biato e tratou do enquadramento da MINUSTAH no Capítulo VII da Carta da ONU. A diplomata brasileira explicou à embaixadora que a constituição brasileira só permitia o emprego de tropas em missões fundamentadas no Capítulo VI, mas afirmou que essa interpretação seria “manejável”, contanto que houvesse vontade política do governo brasileiro em participar da operação de paz.

O debate nos meios diplomáticos brasileiros acerca dos capítulos da Carta da ONU chega a ser curioso. Em 1994, o Haiti passava por uma crise institucional que foi devidamente apreciada pelo CSNU¹⁸³. Na época, o então chanceler Celso Amorim foi ao Conselho expressar o posicionamento do governo brasileiro nos seguintes termos:

A seriedade da crise haitiana requer atenção contínua da comunidade internacional, mas, como expressamos em várias ocasiões, achamos que qualquer ação que seja tomada deve estar totalmente de acordo com as Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, especialmente no que se refere ao princípio básico da não-intervenção.

[...]

Naturalmente, meu país não faltará com o apoio à reconstrução democrática do Haiti, com total respeito à sua soberania e de acordo com os princípios de não-intervenção e autodeterminação. (BRASIL, 1994) (g.n.)

O Brasil, que fazia parte do Conselho como membro não permanente, absteve-se na votação referente à Resolução 940¹⁸⁴, pois o posicionamento do Itamaraty era de que uma missão de paz para o Haiti deveria estar baseada no Capítulo VI da Carta. Em 2004, o Brasil voltou a enfrentar a questão acerca dos Capítulos VI e VII, diante de uma nova crise no Haiti. A mudança de posição do governo brasileiro acerca do tema enseja algumas considerações. Conforme Ramalho da Rocha é preciso ter em conta que o Brasil possui um longo histórico de participação em missões de paz da ONU, o papel que o país desempenha no Haiti já havia sido cogitado para a missão em Timor Leste (1999), no entanto, o primeiro ano do segundo governo Cardoso foi marcado pela crise cambial. A falta de recursos naquele período não permitiu uma participação de maior vulto naquele país. Em 2004, a situação era diferente,

¹⁸² O cabo diplomático 04BRASILIA676 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

¹⁸³ Vide seção 3.1.6.

¹⁸⁴ O governo brasileiro também se absteve na votação de outras três Resoluções que trataram do tema (Resoluções 944, 948 e 964).

pois a administração Lula possuía os recursos. Além disso, a participação brasileira no Haiti seria um reflexo das políticas sociais do governo Lula no plano externo, sob a expressão da não-indiferença. Haveria ainda outro argumento para justificar as posições antagônicas do país acerca do tema, o de que a MINUSTAH estaria fundamentada no capítulo VII apenas para questões securitárias. (SARDENBERG, 2005).

Em maio Lula requisitou ao congresso (através da MSC 205/04) o envio de mil e duzentos homens¹⁸⁵ para país caribenho. A proposta foi recebida com entusiasmo pelo líder do governo na Câmara, o deputado Professor Luizinho: “*É uma oportunidade ímpar de o Brasil continuar disputando uma cadeira permanente na ONU, que convocou o nosso País não só a enviar tropas, mas a comandá-las no Haiti*” (g.n.). Na época, estimava-se que a missão custaria ao país R\$ 150 milhões¹⁸⁶ (AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

A Mensagem Presidencial MSC 205/04 foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e de Defesa. Tanto o Chanceler Celso Amorim quanto o Ministro da Defesa de então, José Viegas Filho, foram sabatinados por membros de ambas as comissões em uma sessão conjunta. A oposição era cética à participação do Brasil na MINUSTAH, seu principal argumento consistia na manipulação do Planalto pela Casa Branca e o Eliseu¹⁸⁷. A MSC 25/2004 não foi aprovada na primeira votação por falta de *quorum*, sendo aprovada na sessão seguinte.

A decisão de cunho *top down* foi objeto de críticas e de protestos nas ruas de São Paulo, algo raro na história da política externa brasileira¹⁸⁸. As críticas estavam fundadas na violação da soberania haitiana e na legitimação da “política imperialista e intervencionista” de George W. Bush (GAUTHIER e SOUSA, 2006). Houve críticas também dos próprios haitianos. Yannic Etienne, dirigente do Batay Ouvrye (Batalha Operária - maior movimento trabalhista daquele país), afirmou no Fórum Social de Boston que: “*o Haiti está sob uma ocupação estrangeira mascarada pelo guarda-chuva da ONU.*”, e que “*tudo se passa de maneira muito mais aceitável pois o Haiti é uma apaixonado pelo Brasil*” (SILVA, 2004).

¹⁸⁵ O Palácio do Planalto requisitou cem soldados a mais do que tinha previsto inicialmente.

¹⁸⁶ Até janeiro de 2010, o Brasil gastou R\$ 703,58 milhões com o envio e manutenção de tropas no Haiti.

¹⁸⁷ Sede do Executivo francês.

¹⁸⁸ O movimento contou com o apoio de Plínio de Arruda Sampaio, advogado; Markus Sokol, do Diretório Nacional do PT; Fernando Moraes, escritor; João Pedro Stedile, da direção do MST; Ivan Valente, deputado federal, PT-SP; Luis Bassegio, Grito dos Excluídos; Luciano Zica, deputado federal, PT-SP; Gilson Reis, da Executiva da CUT; Jorge Martins, Executiva da CUT; D. Demétrio Valentini, Bispo de Jales e Alexandre Linares, Juventude Revolução. (CMI BRASIL, 2010)

O engajamento do Brasil no país caribenho representa, na expressão cunhada por Danese (2009), uma obra de engenharia diplomática, cujo discurso foi reproduzido à exaustão. A MINUSTAH representa uma importante vertente da diplomacia solidária do governo, tanto no âmbito regional quanto global. Conforme o pronunciamento do chanceler Celso Amorim, a solidariedade passa até mesmo a condicionar o ativismo internacional do Brasil.

Essa mesma preocupação de incorporar uma dimensão econômico-social a processos de estabilização motivou o Brasil a participar, de maneira protagônica, do esforço das Nações Unidas no Haiti. Nossa principal motivação foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, seguisse abandonado, inclusive pela comunidade latino-americana, a que pertence étnica e culturalmente. Estamos pela primeira vez em nossa história, contribuindo com o maior contingente de tropas e, ao mesmo tempo, assumindo o comando das forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de “não-indiferença”, a meu ver tão importante quanto o da “não-intervenção”. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que países vizinhos e amigos demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social. (AMORIM, 2005)

A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz. (BRASIL, 2005b) (g.n.)

Não bastasse a discussão sobre a mudança da política de não-intervenção do Brasil, o país enfrentou uma situação complexa no Haiti. A diplomacia brasileira não comentou sobre a deposição de Jean-Bertrand Aristide. O discurso oficial legitimou a presença no país caribenho através do CSNU que recebeu uma “carta de renúncia” de Aristide, cuja autenticidade permaneceu inquestionada. Ademais, é forçoso lembrar que o presidente provisório, Boniface Alexandre, havia requerido uma intervenção internacional para evitar uma “catástrofe humanitária no país” (SILVA, 2004). Por outro lado, o primeiro-ministro Latortue tinha ligações com líderes de grupos armados responsáveis pela queda de Aristide e sua administração não foi reconhecida pela CARICOM. Na visão de Antonio Jorge, o grau autonomia atribuído a uma missão complexa como a MINUSTAH tornaria evidente a infringência da não-intervenção e da soberania do Haiti. No entanto, a intervenção é revestida

de legitimidade por ser convocada tanto pelo governo local quanto pela ONU. Independente disso, o que há de concreto é a presença de tropas estrangeiras em um país que se enquadra no conceito de Riveiro, unidade caótica ingovernável (RIVEIRO, 2001; ROCHA, 2009). O respaldo de Brasília a um governo cuja legalidade e legitimidade eram duvidosas, mesmo dentro de um contexto multilateral, demonstra a seletividade da diplomacia do país, cujos critérios e objetivos nem sempre são claros¹⁸⁹ (SILVA, 2004).

A atuação do Brasil no Caribe teria a ver com o desejo norte-americano de “terceirizar” os encargos de segurança em relação às Américas do Sul e Central, conforme expressou Fernando Henrique Cardoso¹⁹⁰. O antecessor de Lula ressaltou que se o país tivesse assumido um protagonismo político-militar mais ativo isso resultaria em ressentimentos com relação ao Brasil. Essa reflexão, ao que tudo indica, foi desconsiderada pelo alto escalão da gestão da Silva (IBIDEM).

O aumento do protagonismo brasileiro ocorre no período em que ONU estuda uma reforma estrutural e está correlacionado à busca por um assento permanente no CSNU, daí a importância em edificar uma autoridade moral. Após a redemocratização do Brasil, os mandatos exercidos junto ao CSNU não se traduziram em participações expressivas nas missões de paz da organização¹⁹¹. Essa suposta negligência poderia fazer naufragar a meta junto ao CSNU. Por essa ótica, a MINUSTAH surgiu como uma oportunidade única em razão da grande visibilidade política e do potencial de impulsionar (ou, ao menos, legitimar) a liderança brasileira na América do Sul e em regiões vizinhas como potência regional pacificadora (DINIZ, 2006), obtendo o apoio dos países dessas regiões à candidatura brasileira ao CSNU. Esse cenário é confirmado por uma correspondência diplomática norte-americana¹⁹² que relata uma reunião entre um diplomata americano com Julio Espirito Santo e Antonio Carlos Antunes, embaixadores brasileiros responsáveis pela divisão México, América Central e Caribe do MRE.

¹⁸⁹ Os critérios diplomáticos do Brasil são dúbios, para um país que busca promover a paz e a democracia, o governo Lula adotou posições diferentes acerca do Haiti e da crise hondurenha, por exemplo.

¹⁹⁰ Durante a era Clinton, Washington solicitou um maior empenho do Brasil na questão colombiana. A recusa de Brasília teria ensejado o Plano Colômbia. No entender de Brands (2010), por muito tempo o Brasil se beneficiou dos *public goods* providos pelos EUA, agora seria o momento de o Brasil assumir as suas responsabilidades para a região.

¹⁹¹ Muitas vezes a participação do Brasil se resumia ao envio de alguns militares e observadores eleitorais. A participação no Timor Leste foi a mais expressiva durante os anos 1990.

¹⁹² O cabo diplomático 04BRASILIA727 está reproduzido em seu inteiro teor no Anexo II.

3.3 O Haiti: um Teste para o Governo Brasileiro

As missões de paz da ONU são compostas por dois tipos de chefia, uma de caráter civil e a outra militar. Na MINUSTAH, a chefia civil que foi entregue ao Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, o embaixador chileno Juan Gabriel Valdés (cargo atualmente ocupado pelo diplomata chileno Mariano Fernández¹⁹³); enquanto que o comando militar ficou a cargo do Brasil aos cuidados do General Augusto Heleno Pereira Ribeiro¹⁹⁴ (posto atualmente ocupado pelo General Luiz Ramos) (ONU, 2011).

O mandato da missão foi estabelecido pela Resolução 1542 do CSNU, entre os principais tópicos estão:

[...]

4. Decide que, de conformidad con el informe del Secretario General sobre Haití (S/2004/300), la MINUSTAH conste de un componente civil, que estará integrado por un máximo de 1.622 miembros de la policía civil, incluidos los asesores y las unidades constituidas, y un componente militar, que constará de un máximo de 6.700 efectivos, entre oficiales y tropa, y pide asimismo que el componente militar esté directamente subordinado al Representante Especial por conducto del comandante de la fuerza;

(...)

7. Actuando en virtud del Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas en relación con la sección I que figura más abajo, decide que la MINUSTAH tenga el mandato siguiente:

I. Entorno seguro y estable:

a) En apoyo del Gobierno de transición, establecer un entorno seguro y estable en el que se pueda desarrollar el proceso político y constitucional en Haití;

(...)

c) Prestar asistencia al Gobierno de transición, en particular a la Policía Nacional de Haití, mediante programas amplios y sostenibles de desarme, desmovilización y reinserción para todos los grupos armados, incluidas las mujeres y los niños asociados con esos grupos, así como mediante medidas de seguridad pública y control de armas;

d) Prestar asistencia en el restablecimiento y mantenimiento del Estado de derecho, la seguridad pública y el orden público en Haití, prestando, entre otras cosas, apoyo operacional a la Policía Nacional de Haití y el Servicio de Guardacostas de Haití, así como en el fortalecimiento institucional, incluido el restablecimiento del sistema penitenciario; (...) (ONU, 2004)

O presidente Lula compareceu ao embarque do contingente brasileiro composto por

¹⁹³ Fernández substituiu o guatemalteco Edmond Mulet.

¹⁹⁴ O General Augusto Heleno Pereira Ribeiro foi substituído em 2005 pelo Gen. Urano Teixeira da Matta Bacellar que foi encontrado morto em seu quarto de hotel aparentemente devido a um disparo contra o próprio corpo, ao que tudo indica o militar cometeu suicídio (TERRA, 2006). O Major-General Luiz Guilherme Paul Cruz comandou as forças da MINUSTAH até março de 2011.

mil e duzentos soldados¹⁹⁵, proferindo um discurso do qual destacamos o seguinte excerto:

A instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação. Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade internacional. (SILVA, 2004) (g.n.)

No Haiti o General Augusto Heleno precisou administrar a redução do contingente militar devido o encerramento da MIF. No entanto a transição foi breve, e a missão alcançou o número de seis mil homens provenientes de treze países¹⁹⁶. É forçoso ressaltar que MINUSTAH é composta em grande parte por países sul-americanos, sendo Argentina, Brasil, Chile, Uruguai os maiores contribuintes de efetivos militares¹⁹⁷. A missão representa um esforço de cooperação na área militar que seria o prolongamento da aproximação político-econômica que a região vem desenvolvendo e que culminou na UNASUL e no Conselho Sul-Americano de Defesa. Para o Brasil, o resultado da MINUSTAH é decisivo para as suas iniciativas regionais, podendo consolidar sua liderança na América do Sul e o seu papel de mediador de conflitos (BRACEY, 2011; GRATIUS, 2007).

A missão precisou pacificar três bairros de Porto Príncipe (Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil) que estavam sob o domínio de gangues e dos *Chimères*. Os militares brasileiros teriam se pautado pela diretriz de “primeiro investigar e não atirar”, o que frustrou uma parcela da população em Cité Soleil, pois os capacetes azuis não interferiam em tiroteios. O presidente Lula respondeu às críticas afirmando que “*A abordagem brasileira é melhor do que usar armas e bombas*” e que a MINUSTAH “não é considerada uma força de ocupação, mas sim uma força de manutenção de paz” (GAUTHIER; SOUSA, 2006) (g.n.).

A tese do governo brasileiro de que a MINUSTAH era apenas uma missão de manutenção da paz caiu por terra quando os militares brasileiros acompanhados por tropas peruanas tomaram de assalto a favela Cité Soleil para capturar Emmanuel Dread Wilme, o líder de diversas gangues locais. A operação, que requisitou um esforço de inteligência com o mapeamento aéreo dos obstáculos que impediam o acesso a determinados locais, foi

¹⁹⁵ O processo deliberativo e a logística desenvolvida para a missão estão bem detalhados no artigo “A Decisão do Brasil de Participar da MINUSTAH no Contexto da Implementação de Políticas Públicas” de Guilherme Mattos de Abreu (2006).

¹⁹⁶ Atualmente dezoito países conformam o contingente militar da MINUSTAH: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Guatemala, Índia, Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai.

¹⁹⁷ Essa realidade mudou ao longo da missão. Atualmente, tropas de Nepal, Sri Lanka e Jordânia representam uma parcela significativa do contingente.

considerada bem sucedida e Dread Wilme, morto. No entanto, o General Heleno expressou sua preocupação pelo fato de uma força de paz da ONU ser obrigada a realizar operações de guerra (SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS, 2005).

A intervenção do Brasil no Haiti se destacou por sua dimensão social quando comparada com as missões anteriores realizadas lideradas outros países. Os soldados brasileiros distribuíram alimentos, removeram lixo das ruas, abriram consultórios médicos e odontológicos (GAUTHIER e SOUSA, 2006). Ainda no intuito de conquistar *the hearts and minds* dos haitianos, o governo brasileiro teve uma iniciativa de marketing político de grande visibilidade ao explorar uma paixão comum dos dois países: o futebol. O apreço por esse esporte e pela seleção brasileira é tão forte que em 2002 quando o Brasil conquistou o pentacampeonato na copa do mundo o governo haitiano decretou dois dias de feriado nacional. A diplomacia Lula aproveitou esse ativo brasileiro através uma partida amistosa entre as seleções do Brasil e do Haiti. De acordo com Lula “*É um gesto que a gente quer fazer para o mundo, [demonstrando] que nem tudo precisa de canhão, de metralhadoras ou armas de destruição em massa... às vezes, um gesto de carinho vale muito mais do que determinadas guerras*” (SILVA, 2004).

A recepção do time brasileiro, cujo plantel estava avaliado em seiscentos milhões de euros, resultou em uma série de medidas: a reforma do estádio Sylvio Cator; a distribuição de um milhão e meio de cartões autografados pelos jogadores; doação de bolas de futebol; distribuição de cinquenta televisores em pontos estratégicos de Porto Príncipe para os torcedores que não conseguissem adquirir os ingressos da partida; distribuição de onze mil ingressos para estudantes e seus pais. Além disso, a chegada da seleção mobilizou grande parte do efetivo militar, uma vez que os atletas desfilaram em carro aberto.

O presidente Lula buscou promover o evento, convidando o secretário-geral da ONU Kofi Annan que declinou o convite em razão dos preparativos da cerimônia de um ano da morte do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, vítima de um atentado terrorista no Iraque¹⁹⁸. No intuito de agradar os haitianos, o mandatário brasileiro teria requisitado ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, que a seleção não goleasse o time haitiano para “não estragar a festa”, o pedido foi negado pelo técnico Carlos Alberto Parreira e o Brasil venceu o time da casa por seis gols a zero (SILVA, 2004).

¹⁹⁸ Conforme telegrama da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe.

Transcorridos cinco anos do início da missão, o esforço diplomático, político e militar do Brasil no Haiti extrapolou as estimativas de gastos do governo. A MINUSTAH custou aos cofres públicos (até 2009, ou seja, antes do terremoto) cerca de US\$ 577 milhões, empregados no treinamento, no envio e na manutenção das tropas – conforme o Ministério da Defesa (MD). Desse valor, apenas US\$ 126 milhões foram ressarcidos pela ONU. O MD argumenta que esses gastos trarão benefícios à inserção do Brasil no sistema decisório internacional e à imagem do país no exterior. Por outro lado, essa cifra equivale a dez milhões de benefícios do programa social Bolsa Família, o que enseja críticas pela priorização dos problemas dos haitianos. (O GLOBO, 2009b).

3.4 A Cooperação Técnica Brasil – Haiti

Em julho de 2004, o governo brasileiro participou da Conferência de Doadores para o Haiti, realizada em Washington e que foi coordenada pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FMI e Comissão Europeia. A delegação do Brasil corroborou o desejo do país em apoiar o esforço de reconstrução, recuperação socioeconômica e institucional do país caribenho, comprometendo-se a enviar uma missão ao Haiti para avaliar possíveis projetos de cooperação¹⁹⁹. Os diplomatas brasileiros propuseram a cooperação técnica como instrumento mais adequado para solucionar alguns problemas enfrentados pelos haitianos, uma vez que o Brasil possui experiência na área de cooperação, conhecimento, recursos tecnológicos e humanos, que credenciam o país a realizar iniciativas em diversos campos científicos (VALLER FILHO, 2007).

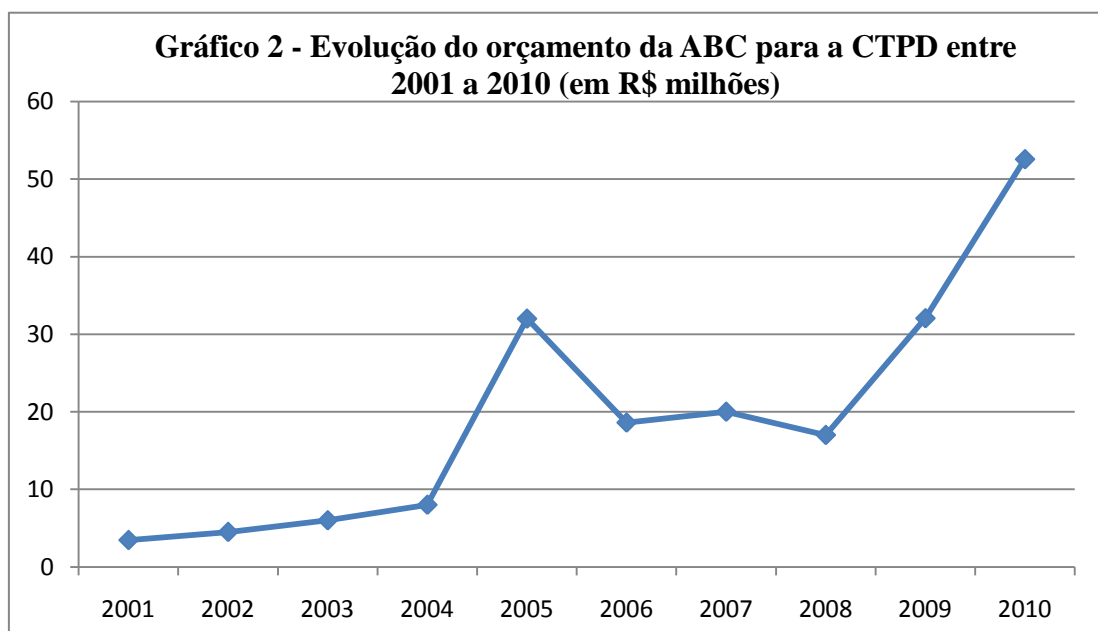
As prioridades da reconstrução do Haiti foram estipuladas por um grupo de consultores que redigiram o *Interim Cooperation Framework*. Com base nesse documento, a ABC enviou a Porto Príncipe uma delegação multidisciplinar, chefiada pelo ministro Mario Ernani Saade e pelo primeiro secretário Wladimir Valler Filho, conformada por representantes de diversos ministérios, órgãos do governo, entre outras entidades²⁰⁰.

As iniciativas de cooperação técnica para o desenvolvimento do governo brasileiro para o Haiti exigiram um elevado aporte de recursos no orçamento da ABC (conforme se

¹⁹⁹ Os detalhes da reunião, ocorrida na ABC, que definiu às principais áreas de atuação brasileira no Haiti estão no fax expedido em 17 de julho de 2004, n.: MG00149, que se encontra no Centro de Documentação do MRE.

²⁰⁰ Fax expedido em 17 de setembro de 2004, n.: MG00278, que se encontra no Centro de Documentação do MRE.

verifica no gráfico abaixo), de 2004 para 2005 o montante passou de R\$ 8 milhões para R\$ 32 milhões, demonstrando a importância que a diplomacia solidária de Lula atribuiu ao seu engajamento no Haiti.



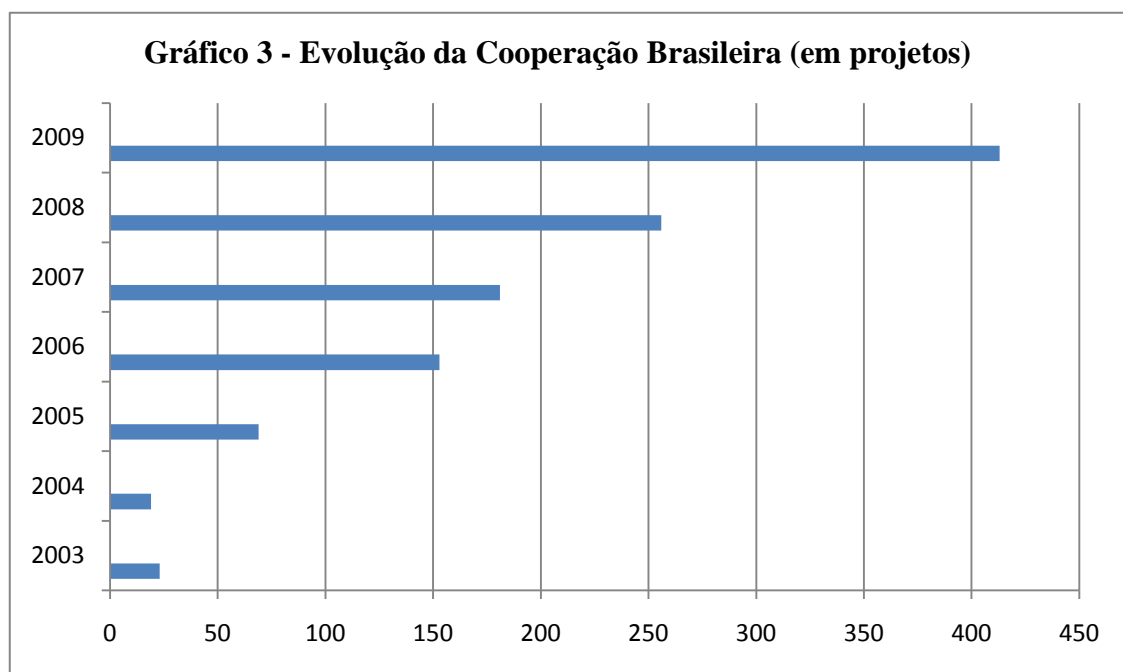
Fonte: CGAP/ABC-MRE

A CTPD, em especial na sua vertente Sul-Sul, tornou-se uma importante ferramenta diplomacia Lula (conforme exposto no gráfico abaixo). Em relação ao Haiti, o país caribenho é recipiendário de 77,14% das iniciativas de cooperação do Brasil, o que corresponde a US\$ 2.751.928,01 (FUNAG, 2007). O custo financeiro dessa política foi alvo de crítica da imprensa, o que levou o chanceler Amorim a defender o esforço do governo com base no princípio da solidariedade: *“Nossa cooperação com o Haiti não se deu sem alguma resistência interna. Afinal, o Brasil é um país com enormes carências sociais. Mas essa é uma lição que aprendi com os próprios brasileiros de origem mais humilde. Não é preciso ser rico para ser solidário”* (BRASIL, 2007).

O impulso da cooperação entre Brasil e Haiti ocorreu em novembro de 2004 quando foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica²⁰¹. No entanto, os primeiros projetos somente iniciaram no ano seguinte com as viagens de técnicos brasileiros. A CTPD brasileira para o Haiti acontece de forma bilateral e triangular (ou trilateral), nesse caso dois

²⁰¹ Esse tipo de acordo é o principal instrumento jurídico que fundamenta qualquer sorte de cooperação técnica, a sua assinatura é *conditio sine qua non* para a elaboração de projetos (PUENTE, 2010).

atores (países, OIs ou ainda ONGs) unem esforços a um terceiro país (recipiendário da ajuda) para a redução das dificuldades enfrentadas por este. Cada uma das partes aporta os seus conhecimentos, experiências e recursos para o projeto a ser executado (AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, 2006).



Fonte: FARANI, 2010.

Entre o período 2004-2008, conforme os dados publicados em relatório da ABC²⁰², o investimento brasileiro em CTPD para o Haiti atingiu a cifra de US\$ 7.146.588,90²⁰³. O Brasil executou cinco projetos nesse interregno. O primeiro foi a CT para a “Transferência de Tecnologias em Sistemas de Produção e Processamento de Caju para o Haiti”, no qual a Embrapa difundiu suas tecnologias para o desenvolvimento da cultura do caju²⁰⁴. A medida estimula o mercado de trabalho local, por outro lado, torna esse setor produtivo dependente de equipamentos e *know-how* brasileiros.

O projeto de “Coleta de dejetos sólidos com vistas à consolidação do processo de redução da violência armada em Carrefour Feuilles” foi realizado em parceria com o Fundo IBAS. Essa cooperação técnica foi idealizada em virtude do precário recolhimento de lixo no país, representando problemas não apenas para a saúde pública como para a MINUSTAH,

²⁰² Vide o anexo IV.

²⁰³ O valor inclui o aporte do Brasil (US\$ 3.959.697,90) e de parceiros externos (US\$ 3.186.891,00). A inversão brasileira foi destinada para o treinamento de técnicos haitianos, aquisição de bens de capital, matérias-primas, pagamento de passagens e de diárias. A ABC arcou com US\$ 3.129.397,90 desse total, ou seja, quase oitenta por cento do valor (ABC, 2008).

²⁰⁴ A Embrapa doou uma minifábrica para o processamento do caju que foi instalada na Cooperativa de *Grande Rivière Du Nord*.

cujo efetivo tinha dificuldade em patrulhar determinadas regiões. A iniciativa visa oferecer uma oportunidade de emprego aos haitianos, contribuindo igualmente na desmobilização de integrantes de grupos armados.

No intuito de melhorar as condições sociais do Haiti dois projetos de cooperação técnica se destacam: a) o de “Erradicação e prevenção das piores formas de trabalho infantil no Haiti”, no qual o Ministério do Trabalho e Emprego aliado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) beneficiaram duzentas crianças para que deixassem de trabalhar; e b) o de “Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunização”, a cooperação envolveu o governo brasileiro²⁰⁵ (ABC e o Ministério da Saúde) e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI). O Brasil doou 1.200.000 doses de vacina contra os tipos de hepatite A e B que foram aplicadas na população com auxílio das autoridades locais.

O quinto projeto desenvolvido pelo Brasil demonstra a multidisciplinaridade de seu programa de cooperação. O “Manejo e Reconstrução da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou” busca recuperar o ecossistema em torno da bacia hidrográfica do rio Mapou e está vinculado ao Programa Araucária, executado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) no sudeste do Haiti. Nesta iniciativa o Brasil trabalha em parceria com a AECI²⁰⁶, combatendo um sério problema ambiental do Haiti, pois em razão dos embargos enfrentados ao longo de sua história, o país precisou explorar intensamente seus recursos naturais, o uso do carvão vegetal ainda hoje representa uma importante fonte energética para a maioria da população, o que acarreta em danos ambientais.

Destacamos nesta seção os primeiros projetos desenvolvidos pelo governo Lula como rol exemplificativo, pois o número de iniciativas já concluídas entre o Brasil e o Haiti somava dezessete em 2008²⁰⁷. Embora a diplomacia brasileira afirme que a cooperação do país é destituída de fins lucrativos, podemos afirmar que o adensamento da relação bilateral entre os dois países se refletiu no intercâmbio comercial de maneira bastante assimétrica para o Brasil (conforme a tabela abaixo). No entanto, o país ainda está longe de ser um importante parceiro comercial para o Haiti, tendo em vista que o comércio entre o país caribenho e os EUA atingiu US\$ 1,3 bilhão em 2009 (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE

²⁰⁵ A ABC empregou o valor de US\$ 170.200; o Ministério da Saúde, US\$ 644.250; e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), US\$ 1.413.480,00.

²⁰⁶ Do lado brasileiro estavam o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O projeto foi custeado seguinte forma: a ABC empregou US\$ 206.840; a UFRRJ, US\$ 86.250; e a AECI, US\$ 315.200.

²⁰⁷ Existe uma divergência entre os números levantados no Centro de Documentação do MRE (CDO) e os que constam no sítio eletrônico da ABC (vide anexo IV). O documento obtido junto ao CDO aponta um número maior de projetos.

REPRESENTATIVE, 2011).

Tabela 2 - Intercâmbio Bilateral Brasil- Haiti (em US\$ milhões)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Até julho)
Intercâmbio	23,8	31,8	25,6	46,2	66,8	76,9	51,1	34	26,8
Exportações	23,7	31,6	25,4	46	66,5	76,6	49,6	33	26,4
Importações	0,05	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	1,5	0,9	0,4
Saldo	23,7	31,4	25,2	45,9	66,2	76,3	48,1	32,1	26,0

Fonte: MRE - MDIC

O terremoto de 2010 exigiu o aprofundamento das iniciativas brasileiras voltadas para o Haiti, em especial no que se refere à ajuda humanitária.

3.5 As Perspectivas para atuação brasileira pós-terremoto de janeiro de 2010

No dia doze de janeiro de 2010, um forte terremoto de magnitude de 7 graus na escala Richter atingiu a capital Porto Príncipe. Outros dois tremores de 5.9 e 5.5 graus, réplicas do primeiro, atingiriam o país. Cerca de 250 mil casas e 30 mil edifícios comerciais desabaram, deixando 270 mil mortos, enquanto um milhão de pessoas ficaram desabrigadas²⁰⁸, conforme estimativas do governo haitiano (O GLOBO, 2010c).

O desastre no país caribenho levou o governo Obama a demonstrar toda a capacidade logística e militar de seu país. Os norte-americanos ocuparam a torre de comando do Aeroporto Internacional Toussaint Louverture (Porto Príncipe) e deslocaram milhares de soldados para o Haiti²⁰⁹. Além do caráter humanitário da medida, a iniciativa buscava evitar uma nova onda migratória para as costas dos EUA.

O CSNU aprovou a Resolução 1908 para aumentar o efetivo da MINUSTAH, *in verbis*: “Decide, por tanto, que la MINUSTAH estará integrada por un componente militar de hasta 8.940 efectivos, entre oficiales y tropa, y un componente de policía de hasta 3.711 integrantes y que mantendrá en examen, según sea necesario, el nuevo número de militares y policías.” (ONU, 2010b). A medida preocupava o ministro Amorim, pois a missão corria o

²⁰⁸ Como resultado de desabamentos decorrentes do terremoto, dezoito brasileiros que estavam em prédios da MINUSTAH morreram, entre as perdas estão Luis Carlos da Costa, segunda autoridade da missão de paz. A assistente social, líder da ONG Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann também foi vítima do abalo sísmico.

²⁰⁹ Sob a liderança da 82ª Divisão Aerotransportada do Exército, milhares de soldados norte-americanos foram mobilizados para o Haiti como parte da Operação Resposta Unificada.

risco de ser vista como uma força de ocupação. No entanto, a decisão que imperou no governo brasileiro foi a de enviar novecentos soldados para reforçar o contingente (em caráter de urgência), seguidos de mais quatrocentos (Dec. Leg. 25/01/2010), dobrando o número de militares do país no Haiti. Ao aprovar a medida o presidente do Senado, José Sarney enfatizou a importância da participação brasileira:

O Brasil tem que pagar o preço pela sua grandeza. O Brasil, sendo o maior país da América do Sul, pelo peso da sua grandeza, tem o custo e isso nós devemos pagar. Para as Forças Armadas é muito importante que tenhamos também participação internacional em favor da paz do mundo inteiro (FOLHA, 2010f)

O Brasil ainda enviou medicamentos, água mineral, alimentos, e demais produtos de primeira necessidade²¹⁰. Outra medida anunciada pelo governo foi a doação de US\$ 18,8 milhões, essa iniciativa revelou a intenção do país em assumir um papel destacado entre os principais doadores bilaterais nas reuniões que buscavam traçar as linhas de CTPD para o Haiti nos próximos anos. Metaforicamente, o chanceler Celso Amorim expressou o desejo de formular um “Plano Lula” para o Haiti (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010m), em analogia ao Plano Marshall. Essa atitude veio a corroborar mais uma vez a personalização da política externa na figura do mandatário brasileiro, pois o plano de auxílio norte-americano para a Europa não recebeu o nome do presidente Truman, mas sim o de um general das forças armadas daquele país a quem se confiou a articulação do projeto.

O Brasil compôs a presidência da “Conferência de Doadores por um Novo Futuro para o Haiti” juntamente com os EUA, o Canadá, a França e a Espanha – os principais doadores. O ministro Amorim anunciou durante o evento a doação US\$ 172 milhões como ajuda complementar. Do encontro ainda resultou a criação da Comissão de Recuperação Interina do Haiti²¹¹.

Em resposta à situação emergencial no Haiti, a ABC enviou nova missão ao país para analisar os projetos que vinham sendo desenvolvidos até o desastre, buscando retomá-los. Além do mais, a missão buscou identificar as novas necessidades do país caribenho para desenvolver outros projetos. Dessa missão resultou a assinatura de mais 12 projetos de cooperação, destacam-se: a elaboração de um plano nacional de integração da pessoa com

²¹⁰ Um navio da Marinha que levou 900 toneladas de material de ajuda humanitária para as vítimas do terremoto do Haiti e de equipamentos para os militares brasileiros que atuam naquele país. (O GLOBO, 2010d).

²¹¹ A Comissão é copresidida pelo ex-presidente norte-americano Bill Clinton, atual enviado da ONU ao Haiti, e pelo primeiro-ministro do país caribenho, Jean-Max Bellerive.

deficiência física e implantação de serviços de reabilitação; transferência de tecnologias de construção civil de baixo custo e reconstrução das comunidades mais afetadas; fortalecimento do setor judiciário haitiano por meio de treinamento de magistrados e informatização de cartórios de registro civil; capacitação em defesa civil e emergência médica. Essas medidas visam melhorar as condições de vida da população afetada pelo terremoto.

O volume de ajuda humanitária do governo brasileiro quadruplicou em 2010 em virtude da reconstrução do Haiti. Conforme o MRE, em todo o ano de 2009 o Brasil doou US\$ 67 milhões, enquanto só no primeiro semestre de 2010 o orçamento para tais ações ultrapassou os US\$ 354 milhões (R\$ 626 milhões) - sendo US\$ 340 milhões (mais de R\$ 600 milhões) só para o Haiti (TERRA, 2010a). Esse valor expressa a priorização do país caribenho pelo Palácio do Planalto em comparação aos desastres naturais ocorridos no plano interno. A doação ao Haiti foi quatro vezes superior ao valor destinado às cidades atingidas pelas enchentes no Brasil: R\$ 150 milhões. O custo da participação se reflete nos cofres públicos, pois o montante supera em quase vinte vezes o valor de R\$ 35 milhões estimado pelo Ministério do Planejamento, o que levou o Executivo a editar uma medida provisória (MP 480/2010) para integrar a doação no Orçamento-Geral da União (Ibidem, 2010).

As doações brasileiras, entretanto, ainda ficam muito aquém das reais necessidades do país caribenho que enfrenta atrasos na reconstrução dos edifícios arrasados pelo terremoto, um ano após da tragédia. De acordo com os cálculos da ONU, o Haiti precisará de US\$ 11,5 bilhões para realizar a reconstrução da capital Porto Príncipe (G1, 2010c). O esforço brasileiro soa irrisório se lembrarmos que nos últimos vinte e cinco anos foram realizadas oito intervenções de forças internacionais naquele país (entre missões norte-americanas, da OEA e da ONU) e que essas iniciativas não foram suficientes para reverter o alto índice de miserabilidade que atinge 80% da população, sobrevivendo com menos de US\$ 2 por dia (A TARDE, 2010; BBC, 2011).

A destruição da infraestrutura sanitária do Haiti e a habitação em alojamentos precários²¹² resultaram em uma epidemia de cólera que até janeiro de 2011 havia provocado 4.334 mortes. O infortúnio do episódio é que a bactéria responsável pela epidemia teria chegado ao país através do contingente militar nepalês da MINUSTAH²¹³, o que resultou em violentos protestos contra a missão. O governo brasileiro teve que elaborar uma política de

²¹² Estima-se que mais de um milhão de pessoas continuem vivendo em alojamentos sem acesso à água potável e à rede de esgoto.

²¹³ Uma pesquisa médica francesa assegura que o aparecimento da doença é resultado do vazamento de sedimentos fecais do contingente nepalês em um rio.

damage control diante desse fato. O Ministério da Saúde investiu cerca de US\$ 1 milhão para o combate à epidemia de cólera, o valor foi destinado à manutenção de leitos para tratamento da doença em Carrefour²¹⁴, região metropolitana de Porto Príncipe (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010n).

O terremoto gerou uma situação peculiar aos timoneiros da política externa, pois conforme Monica Hirst (2010) de “*um momento para outro escapou das mãos do Brasil um cenário de reconhecido sucesso*”, já que até o terremoto a MINUSTAH obtivera melhores resultados quando comparada com as missões anteriores da ONU. Para o professor Antonio Jorge, o terremoto estendeu a permanência de tropas brasileiras no Haiti, uma vez que não é possível deixar o país caribenho em uma situação tão delicada, porque o Brasil perderia todo o capital político angariado até aquele momento. Para o especialista, a participação do país deveria ter se encerrado em 2008, porém os responsáveis pela política externa não souberam tomar a decisão de deixar o país caribenho, talvez outras considerações além da eficácia tenham sido levadas em conta. Na atual conjuntura, estima-se a retirada dos militares brasileiros a partir de 2012.

Na visão de Virgilio Arraes (2011), professor da UNB, o Brasil teria sido “armadilhado” no Haiti, pois dos contingentes militares que participaram da MIF, o norte-americano era o alvo preferencial durante os combates em razão das suas intervenções anteriores. A Casa Branca teria percebido o voluntarismo de Brasília como uma oportunidade de “terceirizar” os problemas haitianos para o governo brasileiro, que não mensurou corretamente o que estaria em jogo. A diplomacia Lula sabe que o desempenho no país caribenho é decisivo para aumentar o perfil político do Brasil e que não pacificar um país de tamanho e população diminutos desgastaria a imagem do Brasil, em especial no que respeita à candidatura ao CSNU. A visão de Arraes representa uma hipótese a ser considerada, ante o longo histórico de conflitos no Haiti, porém caso a MINUSTAH falhe em seus objetivos, não terá sido uma exceção. Além disso, os esforços brasileiros com relação ao país caribenho seriam mais uma iniciativa da diplomacia Lula a não apresentar resultados concretos.

Uma interpretação diferente acerca da intervenção brasileira no Haiti é proposta pelo historiador Carlos Eduardo Vidigal (2011). Para ele, o Palácio do Planalto insiste em permanecer no país caribenho para projeção de poder, e não pelos eventuais desdobramentos

²¹⁴ O Centro de Tratamento de Cólera de Carrefour é resultado de uma parceria entre Brasil e Cuba, enquanto o Brasil fornece os recursos financeiros e profissionais da área de saúde, os cubanos ficam responsáveis pelo atendimento direto aos doentes.

em ordem à candidatura ao assento permanente do CSNU. Na opinião de Vidigal, os diplomatas brasileiros sabem que uma reforma do CSNU é pouco provável em razão da dificuldade em selecionar os representantes regionais, e que historicamente a inclusão de novas potências no círculo decisório mundial sempre acontece por ocasião da assinatura de tratados que celebram a paz após um grande conflito armado, tais como os de Westfália, Paris e Yalta/Postdam.

A retirada das tropas brasileiras ainda é uma incerteza, devido o processo eleitoral por que vive o país²¹⁵. O presidente René Préval conseguiu estender seu mandato em três meses, o que causou suspeita da oposição e da comunidade internacional sobre sua saída do governo dentro do marco legal; a população saiu às ruas pedindo a sua renúncia. O primeiro turno das eleições realizado em novembro teve seu resultado contestado sob alegações de fraude. O resultado inicial da votação indicou uma disputa no segundo turno entre a ex-primeira-dama Mirlande Manigat (que teve a maioria dos votos) e o candidato governista Jude Célestin.

Doze dos dezoito candidatos afirmaram que havia uma “conspiração” por parte do atual governo e da comissão eleitoral. O grupo afirmava que uma conspiração pretendia beneficiar o candidato apoiado por Préval. Entre os que condenaram o pleito estava a favorita, Mirlande Manigat. Segundo o Conselho Eleitoral Provisório (CEP), ocorreram problemas em apenas 56 das 1.500 seções eleitorais. O presidente do CEP, Gaillot Dorsainvil, chegou a afirmar que a disputa havia sido um “sucesso”.

A crise durou dois meses, o resultado do primeiro turno somente foi liberado em fevereiro de 2011, após a decisão do CEP de inverter os resultados provisórios que excluiu Jude Célestin do segundo turno. Ao que tudo indica, a pressão de Washington foi decisiva para o deslinde do impasse, pois os Estados Unidos haviam ameaçado suspender a ajuda destinada ao Haiti se as recomendações da OEA não fossem aceitas (TERRA, 2011). Dessa forma, o segundo turno foi disputado por Manigat e pelo músico Michel Martelly, sem qualquer experiência política. Martelly foi eleito e assumiu a presidência do país em maio de 2011 (INFOLATAM, 2011b).

O cenário político do Haiti inspira atenção, pois o ex-ditador *Baby Doc*, depois de quase trinta anos, e Aristide, retornaram ao país articulando contatos com as suas antigas bases políticas, que incluem grupos armados. Essas variáveis demonstram a imprevisibilidade do futuro haitiano.

²¹⁵ Para ajudar nesse processo, o governo brasileiro repassou, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), US\$ 500 mil (R\$ 852,25 mil). (TERRA, 2010b)

Diante desse cenário, a MINUSTAH e o Brasil estão longe de alcançar os objetivos propostos para o Haiti. Mesmo o trabalho de ONGs internacionais no país está sendo duramente criticado por especialistas, ante a falta de coordenação e o atraso no envio dos fundos prometidos pelos países doadores. Ricardo Seitenfus, adido da OEA no país caribenho criticou o trabalho da comunidade internacional em entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, a declaração resultou no seu afastamento do cargo. A opinião de Seitenfus é compartilhada por outros analistas, conforme Alex Dupuy, professor da Wesleyan University em Connecticut, o governo haitiano está sendo afastado da definição das prioridades do país e a ação das milhares de agências humanitárias acaba reforçando a dependência do Haiti de ajuda estrangeira. A demora em solucionar os problemas mais prementes do país está afetando inclusive às forças da MINUSTAH que passam a ser interpretadas como tropas de ocupação, tendo em vista os poucos resultados obtidos na recuperação do país (BBC, 2011b). O Brasil pode se ver na incômoda posição de ter que caucionar (com as suas tropas) decisões antipopulares ou pior, antidemocráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho quis demonstrar que a administração Lula, no anseio de se diferenciar da gestão anterior, aumentou o ativismo externo do país sob o discurso da não-indiferença. Esse princípio inusitado, contraponto ao da não-intervenção, busca conciliar o apreço pela soberania com as transformações do ambiente normativo global. Esta diretriz não deixa, porém, de ter raízes na diplomacia Cardoso, que Gelson Fonseca classificou de “autonomia pela participação”.

O intuito de democratizar as relações internacionais levou o governo Lula a enfatizar a candidatura do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Diferente dos predecessores, esse objetivo foi alçado à prioridade. Nesse sentido, o governo influenciou agendas, investiu vultosos recursos em cooperação técnica para o desenvolvimento e até mesmo interveio no Haiti, dentro da ótica não-indiferente. Por outro lado, o governo na tentativa de agradar o maior número possível de países olvidou (ou não quis) promover os direitos humanos. Isso refletiu uma visão ideológica sobre o tema, pois o núcleo político-partidário de sustentação do governo e a equipe dirigente do Itamaraty enfatizaram os direitos econômicos e sociais em detrimento dos direitos políticos, reproduzindo um discurso consagrado por regimes ditatoriais. Dessa forma, os direitos humanos não seriam princípios universais, mas elementos da política de hegemonia das grandes potências ocidentais utilizados como obstáculo para o desenvolvimento de uma estratégia internacional anti-imperialista. Cumpre não olvidar que a universalidade dos direitos humanos reside na sua legitimidade, comprovada pela ampla ratificação de tratados e convenções a respeito do tema, não se pode realizar escambo por vantagens políticas ou comerciais. Quando o governo negocia esses princípios no grande balcão de uma futura reforma do Conselho de Segurança da ONU está ignorando os tratados, infringindo a Constituição e agindo contra o interesse nacional.

O problema da vertente solidária da diplomacia brasileira se refere justamente à ausência de uma adequada delimitação, pois o Palácio do Planalto adotou posturas díspares em conjunturas similares, omitindo-se em questões nas quais poderia ter exercido um papel mais positivo. Isso explicitou a seletividade da política exterior de Lula, cujos principais resultados foram o favorecimento do eixo Sul-Sul (resultado de uma visão antiamericana); leniência à violação de interesses brasileiros na América do Sul, demonstrando o caráter ideologizado de certas posições. Dada a dificuldade de definir como o governo operou a não-

indiferença foi preciso analisar os dois mandatos de Lula.

Ao longo dos anos 2000, o Brasil apoiou o governo de Chávez quando este enfrentou uma tentativa golpista, mas não soube (ou não quis) interferir na guinada autoritária que o líder venezuelano realizou, inclusive atuando contra interesses brasileiros. Na Bolívia, Lula demorou em encontrar uma saída digna para proteger os interesses da Petrobras diante de acusações de imperialismo regional vindas do governo Morales, respaldado pelo homólogo venezuelano. No Paraguai, Lula precisou lidar com o revisionismo contratual de Lugo acerca do valor pago pelo excedente de energia paraguaio de Itaipu. A postura adotada pelo Planalto poderá implicar na elevação dos valores pagos pelo Brasil. Em Honduras, os responsáveis pela política externa viram uma oportunidade para expandir a influência do país para fora da América do Sul ao respaldar o presidente deposto. No entanto, com o passar dos meses ficou clara a falta de uma estratégia para a resolução do impasse; o não reconhecimento das eleições que levaram ao poder a Porfirio Lobo Sosa, nem deste como legítimo presidente deixou o Brasil em uma delicada posição à medida que outros Estados já o fizeram e a OEA inicia um processo de reintegração do país ao seio da Organização. Ao visitar Cuba, os dissidentes políticos locais requisitaram o auxílio do mandatário brasileiro, sem obterem resposta, um tácito elogio a supostas “ditaduras benignas”. O Brasil, que possui um amplo programa de cooperação com a Ilha poderia requisitar (ou mesmo condicionar) melhorias em relação aos direitos humanos. Referente ao Irã, a aproximação de Brasília a Teerã representou uma “aventura diplomática”. Lula não criticou o *gap* democrático das eleições de 2009; e quanto ao programa nuclear daquele país, além de não resolver a crise ainda levantou suspeitas da comunidade internacional ao votar contra novas sanções à república dos aiatolás.

A falta de clareza dos critérios da diplomacia Lula ficaram mais evidentes com o engajamento do país no Haiti. O mandatário brasileiro edificou uma posição que foi de encontro à Constituição Federal, pois a missão desenhada para o país caribenho mencionava o uso da força por parte do contingente militar. Além de assumir o comando militar da MINUSTAH, o Brasil iniciou um amplo programa de cooperação com o Haiti. Os custos superaram em muito as estimativas iniciais e foram elevados ainda mais após o terremoto que atingiu a capital Porto Príncipe. Um ano após o terremoto, pouco mudou, e o governo brasileiro, que não soubera achar o momento adequado para sair do país, corre o risco de ser interpretado como uma força ocupante.

O engajamento brasileiro nos enseja algumas perguntas: quais as razões para priorizar os problemas pelos quais passa o Haiti? Foi correta a posição adotada pelo governo brasileiro

de legitimizar a deposição de Aristide, enquanto defendeu Chávez, Morales, Zelaya e Ahmadinejad? Quais resultados o governo brasileiro espera alcançar com esse esforço diplomático, financeiro e militar? Que benefícios a população haitiana irá usufruir com a presença dos militares brasileiros?

É discutível se o Brasil receberá algo em troca de sua ação no Haiti algo que o beneficie de fato. Um apoio norte-americano à candidatura brasileira é pouco provável devido às divergências sobre o programa nuclear iraniano, Cuba e Honduras. O reconhecimento da liderança regional brasileira ainda não está consolidado, em razão das políticas de Hugo Chávez para a América do Sul, de divergências com a parceira de longa data: a Argentina (esta ao menos reconhece a liderança do país na MINUSTAH), e pelo afastamento das questões colombiana e das *papeleras*. A tese de que a participação no Haiti se traduziria em ganho de autoridade moral para influir mais decisivamente nos fóruns mundiais precisa ser relativizada, uma vez que nada de concreto foi alcançado em favor dos interesses brasileiros. Não desconsideramos os esforços que permanecem válidos, mas é cedo para julgarmos os resultados parciais obtidos até o final do governo Lula. Em relação ao mandatário brasileiro, este sim deixa o Palácio do Planalto com seu prestígio alto, devido a sua popularidade e os inúmeros prêmios e títulos honoríficos que recebeu e continuará a receber pelos próximos anos. Em tal sentido, podemos dizer que a política externa brasileira do período 2003-2010 foi bem sucedida, alcançando um dos objetivos que se tinha fixado. Claro que ao preço de se converter em uma política “de governo” (ou melhor ainda “de um governante”) e não “de Estado”, como sempre o foi desde os tempos do Barão de Rio Branco e que nunca deveria ter deixado de ser.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antonio Suarez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. 11. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

ABREU, Guilherme Mattos de. A Decisão do Brasil de Participar da MINUSTAH no Contexto da Implementação de Políticas Públicas. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol.21, n. 46. Rio de Janeiro: A Escola, 2006.

ABRIL. **Cronologia da crise na Bolívia**. Disponível em: <http://www.abril.com.br/noticia/mundo/no_301457.shtml>. Publicado em 18 set. 2008. Último acesso em 04 fev. 2011.

AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula. – **abCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Colprinter, 2005.

AGÊNCIA BRASIL. **Inglaterra e França anunciam apoio a vaga permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em: <http://www.guiasjp.com/opcoes.php?option=5&id_noticia=7004&id_canal=0>. Publicado em 24 set. 2004. Último acesso em 12 mai. 2011.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Projetos: Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaPALOP.asp>>. Acesso em 04 mar. 2011.

AGÊNCIA CÂMARA. **Itaipu: proposta triplica preço pago pelo Brasil ao Paraguai**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticia/145435.html>>. Publicado em 04 ago. 2010. Último acesso 22 de jan. 2011.

AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. **Programa Brasil-Canadá para a Promoção da Equidade**. Québec: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2006. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/download/livreto7.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2011.

AGÊNCIA SENADO. **Já está no Congresso MP que autoriza doação de alimentos a países pobres**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=99297&codAplicativo=2>>. Publicado em 11 fev. 2010. Último acesso em 21 jan. 2011.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: da Fundação à Diplomacia do Governo Lula. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, jun, 2003.

_____. **Brazil as a Regional Player and an Emerging Global Power: Foreign Policy Strategies and the Impact on the New International Order**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/04709.pdf>>. Publicado em jul. 2007a. Último acesso em 15 out. 2010.

_____. O Brasil como Ator Regional e Global: Estratégias de Política Externa na Nova Ordem Internacional. In: **Cena Internacional**, vol. 9, n. 1, 2007b.

_____. Pensamento e Ação da Diplomacia de Lula: Uma Visão Crítica. In: **Política Externa**, vol. 19, n. 2, 2010.

_____. Uma nova ‘arquitetura’ diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 49, n. 1, 2005.

ALONS, Gerry C. Predicting a State’s Foreign Policy: State Preferences Between Domestic and International Constraints. In: **Foreign Policy Analysis**, n. 3, 2007.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. A Política Externa do Governo Lula: os dois Primeiros Anos. In: **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 4, março, 2005.

_____. **A Diplomacia Multilateral do Brasil: Um tributo a Rui Barbosa**. Palestra do proferida na “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – O Brasil e o Mundo que vem aí”, 2007.

ARISTIDE, Jean-Bertrand. **Eyes of the Heart. Seeking Path for the Poor in the Age of Globalization**. Monroe: Common Courage Press, 2000.

ARMIÑO, Karlos Pérez de. **Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo**. Barcelona: Içaria Editorial, 2000. Disponível em versão eletrônica em: <<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/45>>. Acesso em 25 jan. 2011.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 2, 2005.

_____. **As Relações do Brasil com os Estados Unidos e com a Europa**. Comunicação apresentada no curso de extensão “Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas”. Brasília, 2011.

A TARDE. **ONU pede “revisão de consciência” sobre intervenções no Haiti**. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/mundo/noticia.jsf?id=1398342>>. Publicado em 27 fev. 2010. Último acesso em 11 fev. 2011.

BABCOK, Sandy. **The Efficacy of Peacekeeping**. Disponível em <http://www.thecornwallisgroup.org/pdf/2003_7Babcock-July25.pdf>. Acesso em 20 out. 2009.

BADIE, Bertrand. Da Soberania à Competência do Estado. In: SMOUTS, Marie-Claude (Org.). **As Novas Relações Internacionais: Práticas e Teorias**. Brasília: Ed. UNB, 2004.

_____. **O Fim dos Territórios. Ensaio sobre a Desordem Internacional e sobre a Utilidade Social do Respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. **O Diplomata e o Intruso: a Entrada das Sociedades na Arena Internacional.** Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Um Mundo sem Soberania: os Estados entre o Artifício e a Responsabilidade.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARNABÉ, Israel Roberto. **O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos Governos FHC e Lula.** Comunicação apresentada na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA. Rio de Janeiro, 2009.

BAYLIS, John *et al.* **Globalization of World Politics: an Introduction to International Relations.** 4.ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BBC. **Lula defende EUA no 'grupo de amigos' da Venezuela.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030116_lulabg.shtml>. Publicado em 16 jan. 2003. Último acesso 31 jan. 2011.

_____. **'Brasil faz 'diplomacia da generosidade' em Moçambique.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100906_mozambique_pu.shtml>. Publicado em 07 set. 2010. Último acesso em 20 mar. 2011.

_____. **Um ano depois do terremoto, Haiti permanece em ruínas.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2011/01/110111_haiti_geral_nf.shtml>. Publicado em 12 jan. 2011a. Último acesso em 02 abr. 2011.

_____. **'Novo governo não vai mudar situação do Haiti', diz especialista.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110114_haiti_governo_ac.shtml>. Publicado em 14 jan. 2011b. Último acesso em 12 fev. 2011.

BRACEY, Djuan. **Brazil and UN Peacekeeping: the Case of East Timor and Haiti.** Disponível em <<http://www.scribd.com/Brazil-and-UN-Peacekeeping-The-Case-of-East-Timor-and-Haiti/d/26210307>>. Acesso em 25 jan. 2011.

BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy.** Disponível em <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil>>. Acesso em 23 nov. 2010.

BRASIL. Pronunciamento do Ministro Celso Amorim na Reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a Situação no Haiti. In: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, vol. 75, 1994.

_____. **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: 1998-1999.** Brasília: IRPI, 2002.

_____. Discurso do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional. 01 jan. 2003a. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **A Política Externa do Brasil.** Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

_____. Discurso do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na LVIII Sessão da Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (2003b). In: SEIXAS, Felipe de (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 01 jan. 2003c. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral**. 2.ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004.

_____. **Pronunciamento do Ministro Celso Amorim na XXXV Assembleia Geral da OEA**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u84473.shtml>>. Publicado em 06 jun. 2005a. Último acesso em 20 fev. 2011.

_____. Discurso do Ministro Celso Amorim na LX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2005b. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. MRE. **Política Externa Brasileira vol. II. Discursos, artigos e entrevistas do Ministro Celso Amorim (2003-2006)**, 2007.

_____. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil (2008-2009)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

_____. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru Para Implementação do Projeto Controle de Raiva Silvestre**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_138_5106.htm>. Acesso em 12 fev. 2011.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Dominício (Orgs.). **Brasil e o Mundo: novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

BURGES, Sean W. **Brazilian Foreign Policy After the Cold War**. Gainesville: University Press of Florida, 2009.

_____. Building a Global Southern Coalition: the Competing Approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez. In: **Third World Quarterly**, vol. 28, n. 7, 2007.

_____. Auto-Estima in Brazil: the logic of Lula's south-south foreign policy. In: **International Journal**, vol. 60, 2005.

BURGOS, Elizabeth. ¿Revolución, nacional-etnicismo, neofascismo? In: **Encuentro**, número 34/35, outono/inverno, 2004-2005.

BUSS, Terry F. **Haiti in the Balance: why foreign has failed and what we can do about it**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional acerca do PDC 2600/10**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/786463.pdf>>. Publicado em 04 fev. 2010. Último acesso 15 jan. 2011.

CAPORASO, James. International Relations Theory and Multilateralism: The Search for Foundations. **International Organization**, Vol. 46, n.3, 1992.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1998.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula. In: **International Political Science Review**, n. 30, março, 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHOMSKY, Noam. **Failed States: the Abuse of Power and the Assault on Democracy**. Nova York: Metropolitan Books, 2006.

CMI BRASIL. **ATO EM SÃO PAULO CONTRA O ENVIO DE TROPAS BRASILEIRAS AO HAITI**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/05/279560.shtml>>. Publicado 10 mai. 2004. Último acesso em 22 jan. 2011.

COLARES, Luciano da Silva. **As Missões de Paz da ONU e a Questão de Timor Leste: Ponto de Inflexão?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

COLOMB, Gregory G. e BOOTH, Wayne C. e WILLIAMS, J. MARK G. **A Arte da Pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COLOMBIA REPORTS. **Plan Colombia not mentioned in US 2011 budget proposal**. Disponível em: <<http://colombiareports.com/colombia-news/news/7975-plan-colombia-unmentioned-in-us-2011-budget-proposal.html>>. Publicado 01 fev. 2010. Último acesso em 12 mai. 2011.

COOPER, Andrew F. et al. **Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order**. Vancouver: UBC Press, 1993.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da Crise à MINUSTAH**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Report: Reparation for Injuries Suffered in the Service of the United Nations**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/4/1835.pdf#view=FitH&pagemode=none&search=%22reports%22>>. Acesso em 17 mai. 2010.

COSTA, Roberto Teixeira da. G-20 – Um novo Balanço de Poder. In: **Política Externa**, vol 18, n. 1, 2009.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. In: **Política Externa**, vol. 19, n.1, 2010.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. **A Escola da Liderança: Ensaio sobre a Política Externa e a Inserção Internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DEFESANET. **Projeto F-X2: FAB e Embraer preferem caça da Boeing**. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/fx2/ex_f18.htm>. Publicado em set. 2008. Último acesso em 02 mar. 2011.

DER SPIEGEL. **Is Brazil Developing the Bomb?** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/189048/1/noticia.htm>>. Publicado em 05 jun. 2010. Último acesso em 25 fev. 2011.

DIEHL, Paul, et al. United Nations Intervention and Recurring Conflict. In: **International Organization**, Vol. 50, n. 4 , 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2704242>>. Acesso em 23 set.2009.

DINIZ, Eugênio. O Brasil e as Operações de Paz. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, e LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. Vol. 2**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOYLE, Michael W.; SAMBANIS, Nicholas. **Making War and Building Peace: United Nations Peace Operations**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

DUNKEL, Greg. **U.S. embargoes against Haiti - from 1806 to 2003**. Disponível em: <<http://www.iacenter.org/haiti/embargoes.htm>>. Publicado em 16 out. 2003. Último acesso em 20 mar. 2011.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

EIZENSTAT, Stuart E. et al. Rebuilding Weak States. In: **Foreign Affairs**, Vol. 84, n. 1, 2005.

EL PAÍS. **El Ejército toma el control de Tegucigalpa**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/Ejercito/toma/control/Tegucigalpa/elpepiint/20090629elpepiint_1/Tes>. Publicado em 26 set. 2009a. Último acesso em 20 jan. 2011.

_____. **Misión de EE UU llega a Honduras para hablar con delegados de Zelaya y Micheletti**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/Mision/EE/UU/llega/Honduras/hablar/delegados/Zelaya/Micheletti/elpepuint/20091028elpepuint_11/Tes>. Publicado em 28 out. 2009b. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Zelaya y Micheletti ponen fin a la crisis**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/Zelaya/Micheletti/ponen/fin/crisis/elpepuint/20091030elpepuint_4/Tes>. Publicado em 30 out. 2009c. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Honduras sale del bloque de países afines al chavismo**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/Honduras/sale/bloque/paises/afines/chavismo/elpepiint/20100114elpepiint_8/Tes>. Publicado em 14 jan. 2010a. Último acesso em 20 jan. 2011.

_____. **El depuesto presidente de Honduras inicia su vida en el exilio**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/depuesto/presidente/Honduras/inicia/vida/exilio/elpepiint/20100129elpepiint_8/Tes>. Publicado em 29 jan. 2010b. Último acesso em 27 dez. 2010.

_____. **Honduras se normaliza**. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/opinion/Honduras/normaliza/elpepiopi/20100130elpepiopi_2/Tes>. Publicado em 30 jan. 2010c. Último acesso em 27 dez. 2010.

EMBRAPA. **Embrapa doa mais 36 toneladas de sementes para o Haiti**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010/abril/3a-semana/embrapa-doa-mais-36-toneladas-de-sementes-para-o-haiti/>>. Publicado em 19 abr. 2010. Último acesso em 27 mar. 2011.

ÉPOCA. **Rebelião 2. 0 em Teerã**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI78243-15227-2,00-REBELIAO+EM+TEERA.html>>. Publicado em 18 jun. 2009. Último acesso em 05 jan. 2011.

ERIKSON, Daniel. The Haiti Dilemma. In: **Brown Journal of World Affairs**. Vol. 10, n. 2, 2004.

EURONEWS. **Lobo celebrates victory in Honduran presidential poll.** Disponível em: <<http://www.euronews.net/2009/11/30/lobo-celebrates-victory-in-honduran-presidential-poll/>>. Publicado em 30 nov. 2009. Último acesso em 28 fev. 2011

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relations.** Londres: Penguin Books, 1998.

EXTRA. **Lula não quer ver o Irã se tornar o Iraque.** Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/mundo/lula-nao-quer-ver-ira-se-tornar-iraque-105383.html>>. Publicado em 26 mar. 2010. Último acesso em 05 jan. 2011.

FARANI, Marco. **ABC.** Comunicação apresentada no seminário “BRASIL e CHINA na ÁFRICA: Desafios da Cooperação para o Desenvolvimento”. Brasília, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FLEMES, Daniel. O Brasil na Iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, n. 1, 2010.

FOLHA. **Veja Cronologia do Governo de Hugo Chávez.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/referendonavenezuela/cronologia-hugo_chavez.shtml>. Publicado em 11 ago. 2004. Último acesso 31 jan. 2011.

_____. **Governo da Bolívia retira militares dos campos petrolíferos.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108110.shtml>>. Publicado em 29 mai. 2006. Último acesso 28 jan. 2011.

_____. **Brasil doa 28 toneladas de comida a afetados por seca no Paraguai.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u462835.shtml>>. Publicado em 31 out. 2008. Último acesso em 04 fev. 2010.

_____. **Amorim recebe prêmio por Lula em Davos e lê mensagem do presidente.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u686451.shtml>>. Publicado em 29 jan. 2010a. Último acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Ministro Nelson Jobim queria acordo de cooperação em defesa com EUA; leia telegrama** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/838768-ministro-nelson-jobim-queria-acordo-de-cooperacao-em-defesa-com-eua-leia-telegrama.shtml>>. Publicado em 30 nov. 2010b. Último acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Ministro Jobim nega ter dito que ministro 'odeia os EUA'.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/838442-jobim-nega-ter-dito-que-ministro-odeia-os-eua.shtml>>. Publicado em 30 nov. 2010c. Último acesso 21 jan. 2011.

_____. **Lula visita Cuba em meio à polêmica por morte de dissidente.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u698278.shtml>>. Publicado em 24 fev. 2010d. Último acesso em 02 mar. 2011.

_____. **Leia íntegra traduzida da carta de Barack Obama a Lula sobre acordo com o Irã.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/741132-leia-integra-traduzida-da-carta-de-barack-obama-a-lula-sobre-acordo-com-o-ira.shtml>>. Publicado em 27 mai. 2010e. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Exército brasileiro envia mais 900 militares para missão no Haiti.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u687255.shtml>>. Publicado em 31 jan. 2010f. Último acesso em 16 dez. 2010.

FONSECA JUNIOR, Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **O Interesse e a Regra: Ensaio sobre o Multilateralismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

FOREIGN POLICY. **The Failed States Index 2010.** Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings>. Acesso em 30 mar. 2011.

FORTNA, Virginia Page. Does Peacekeeping Keep Peace? International Intervention and the Duration of Peace After Civil War. In: **International Studies Quarterly**, vol. 48, 2004.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. **Institutionalization and regionalization trends in peacekeeping.**

FUNAG. **Cooperação Técnica na Política Externa: Realizações e Desafios** (Texto). Palácio do Itamaraty, Brasília, 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio. **Brazilian Future.** Disponível em: <www.opendemocracy.net>. Acesso 12 dez. 2009.

_____. O que Está em Jogo em Honduras. In: **Política Externa.** Vol. 18, n° 3, 2009-2010.

_____. O Lugar do Brasil no Mundo: a Política Externa em um Momento de Transição. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

GAUTHIER, Amélie; SOUSA, Sara John de. **Brazil in Haiti: Debate over the Peacekeeping Mission.** Disponível em: <www.fride.org/download/COM_BraHaiti_ENG_nov06.pdf>. Acesso em 15 set. 2010.

GAZETA MERCANTIL. **Brasil precisa defender mais os seus interesses.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/3231/1/noticia.htm>>. Publicado em 14 set. 2004a. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **Jintao assina acordos e quer o reconhecimento brasileiro.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1916/1/noticia.htm>>. Publicado em 12 nov. 2004b. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **Lula perdoa 95% da dívida de Moçambique contraída com o Brasil.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/3524/1/noticia.htm>>. Publicado em 01 set. 2004c. Último acesso em 25 jan. 2011.

_____. **Brasil reforçará a vigilância na fronteira do Acre com a Bolívia.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/148449/1/noticia.htm>>. Publicado em 18 set. 2008a. Último acesso em 16 fev. 2011.

_____. **EUA expulsam embaixador boliviano.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/148411/1/noticia.htm>>. Publicado em 12 set. 2008b. Último acesso em 16 fev. 2011.

GIL, Aldo Duran. Bolívia e Equador no Contexto Atual. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas Lideranças e Alternativas de Governo na América do Sul.** São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

GLOBAL SECURITY. **Rene Préval (2006-2010).** Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/haiti/politics-preval-2006.htm>>. Acesso em 28 fev. 2011.

GOFFREDO JR, Gustavo Sénéchal. **Entre o Poder e o Direito: a Tradição Grotiana na Política Externa Brasileira.** Brasília: FUNAG, 2005.

GRATIUS, Susanne. **O Brasil nas Américas: Potência regional Pacificadora?** Disponível em <<http://www.fride.org/publicacion/223/brasil-en-las-americas-una-potencia-regional-pacificadora>>. Publicado em abril de 2007. Último acesso em 11 jan.2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era de Gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos Anos de Periferia.** Porto Alegre: UFRGS/Contraponto, 1999.

G1. **Rússia e China apóiam Brasil no Conselho de Segurança da ONU.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL471769-5602,00-RUSSIA+E+CHINA+APOIAM+BRASIL+NO+CONSELHO+DE+SEGURANCA+DA+ONU.html>>. Publicado em 16 mai. 2008. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Conselho de Guardiães admite irregularidades em eleição no Irã.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1202563-5602,00->

CONSELHO+DE+GUARDIAES+ADMITE+IRREGULARIDADES+EM+ELEICAO+NO+IRA.html>. Publicado em 21 jun. 2009a. Último acesso em 05 jan. 2011.

__. **Ao lado de Ahmadinejad, Lula defende direito do Irã a programa nuclear pacífico.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1388940-5601,00-AO+LADO+DE+AHMADINEJAD+LULA+DEFENDE+DIREITO+DO+IRA+A+PROGRAMA+NUCLEAR+PACIF.html>>. Publicado em 23 nov. 2009b. Último acesso em 06 jan. 2011.

__. **Em artigo de 2007, Vargas Llosa critica apoio de Lula a Chávez; leia a íntegra.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/10/em-artigo-de-2007-vargas-llosa-critica-apoio-de-lula-chavez-leia.html>>. Publicado em 07 out. 2010a. Último acesso 24 fev. 2011.

__. **Carta de Obama a Lula sobre Irã não seria instrução ao governo brasileiro.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/05/carta-de-obama-lula-sobre-ira-nao-seria-instrucao-ao-governo-brasileiro.html>>. Publicado em 28 mai. 2010b. Último acesso em 05 jan. 2011.

__. **Haiti vai precisar de US\$ 11,5 bilhões para se reerguer após terremoto, calcula ONU.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1532025-5602,00-HAITI+VAI+PRECISAR+DE+US+BILHOES+PARA+SE+REERGUER+APOS+TERREMOTO+CALCULA+ON.htm>>. Publicado em 16 mar. 2010c. Último acesso em 11 fev. 2011.

HANSECLEVER, Andreas et al. **Theories of International Regimes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HERMANN, Charles. Changing course: when government choose to redirect foreign policy? **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 1 (Mar., 1990). Disponível em: <www.jstor.org/stable/2600403>. Acesso em 10 out.2009.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Palgrave Macmillan: Nova Iorque, 2003.

HIRST, Monica. **La intervención sudamericana en Haití**. Disponível em: <<http://www.fride.org/publicacion/192/la-intervencion-sudamericana-en-haiti>>. Acesso em 23 nov.2009.

_____. O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul-americano. In: **Política Externa**, vol. 19, n. 1 2010.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, vol. 1, no. 1, 2005.

INFOLATAM. **Honduras: Santos y Chávez abren vía para normalizar relación continental**. Disponível em: <<http://www.infolatam.com/2011/04/10/santos-y-chavez-abren-via-para-normalizar-relacion-continental-con-honduras/>>. Publicado em 10 abr. 2011a. Último acesso 13 abr. 2011.

_____. **Haití proclama a Martelly, el presidente que liderará su reconstrucción.** Disponível em: <<http://www.infolatam.com/2011/05/15/haiti-proclama-a-martelly-el-presidente-que-liderara-su-reconstruccion/>>. Publicado em 14 mai. 2011b. Último acesso 25 mai. 2011.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The Responsibility to Protect.** Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

IPRI. **O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI.** Brasília: FUNAG e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2006.

ISTOÉ. **Tic, tac, tic... boom.** Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=18959&txPrint=completo>>. Publicado em 10 mai. 2006. Último acesso 28 jan. 2011.

JORNAL DA CÂMARA. **Energia - Relações Exteriores debaterá revisão do Tratado de Itaipu.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=materia&codMat=57916&codjor=>>>. Acesso em 04 fev. 2010.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence.** 3.ed. New York: Longman, 2001.

KRASNER, Stephen D. (Org.). **International Regimes.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

KRATOCHWIL, Friedrich V. Rules, Norms and Decisions – On the conditions of Practical and Legal Reasoning. In: **International Relations and Domestic Affairs.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira; Passado, Presente e Futuro.** São Paulo; Perspectiva, 2007.

LAMPREIA, Luis Felipe. Brasil Comete Erro de Avaliação em Honduras. In: **Política Externa.** Vol. 18, n° 3, 2009-2010.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz.** Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/lannesmanutencaodapaz.pdf>>. Acesso em 20 out.2009.

LA RIOJA. **España restaura las ayudas a Cuba y abre el diálogo sobre derechos humanos.** Disponível em: <http://www.larioja.com/20070404/mundo/espana-cuba-acuerdan-mantener_200704040055.html>. Publicado em 04 abr. 2007. Último acesso em 25 mar. 2011.

LATIN PETROLEUM. **Latin Petroleum eWeekly.** Disponível em: <http://www.latinpetroleum.com/new/Article_docs/LatinPetroleum_eWeekly_may%2017%202010.pdf>. Publicado em 17 mai. 2010. Último acesso em 25 fev. 2011.

LESSA, Antonio Carlos. **Formulação e implementação da política externa em tempos de mudanças.** Comunicação apresentada no curso de extensão “Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas”. Brasília, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Autonomia, Não-Indiferença e Pragmatismo: Vetores conceituais da Política Exterior.** Disponível em: <http://www.latin.org.ar/archivos/documentacion/PAPER_DOC807_9dd51b6893602ec1952a3493f7fb2d58.pdf>. Acesso 21 jan. 2011.

LOPES, Dawisson Belém; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **ONU e Segurança Coletiva no Século XXI. Tensões entre Autoridade Política e Exercício Efetivo da Coerção.** Disponível em <<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=494&sid=69>>. Acesso em 19 nov. 2009.

MAGALHÃES, Bruno. **O Papel do Mercosul: a Crise das papeleras e o processo de integração regional sul-americano.** Disponível em: <<http://observatório.iuperj.br>>. Acesso em 25 mar. 2011.

MAGNOLI, Demétrio. O Brasil Contra os Direitos Humanos. In: **Interesse Nacional**, ano 1, n. 2, 2008.

_____. O Brasil, Pitiyanqui Sul-Americano. In: **Interesse Nacional**, ano 2, n. 5, 2009.

MAIOR, Luiz A. P. S. Desafios de uma Política Externa Assertiva. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 46, n. 1, 2003.

MCARTHY, Justin. **Modern England.** Disponível em: <<http://chestofbooks.com/history/england/Modern-England/VI-George-Canning-Part-4.html>>. Acesso em 28 jan. 2011.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público.** Vol. 1. 14.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MERLE, Marcel. **The Sociology of International Relations.** Nova York: St. Martin's Press, 1987.

MIAMI HERALD. **Brazilian president for U.N. chief? Hopefully not.** Disponível em: <<http://www.miamiherald.com/2010/03/11/1523462/brazilian-president-luiz-inacio.html>>. Publicado em 03 nov. 2010. Último acesso em 21 jan. 2011.

MILNER, V. Helen. **Why Multilateralism? Foreign Aid and Domestic Principal-Agent Problems.** Disponível em: <<http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/Milner2004.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Via ABC.** Disponível em: <www.abc.mre.gov.br>. Publicado em dez. 2005. Último acesso em 12 jan. 2011.

_____. **O G-4 e as Nações Unidas: Textos, Comunicados e Documentos.** Brasília: MRE/FUNAG, 2007.

_____. **Nota nº 515: Assistência humanitária ao Paquistão.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/assistencia-humanitaria-ao-paquistao/?searchterm=Assist%C3%A2ncia%20humanit%C3%A1ria%20ao%20Paquist%C3%A3o>>. Publicado em 06 ago. 2010. Último acesso em 25 jan. 2011.

_____. **Assistência Humanitária.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/acao-contra-a-fome-e-assistencia-humanitaria/assistencia-humanitaria>>. Acesso em 25 jan. 2011.

_____. **Haiti.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-central/haiti/pdf>>. Acesso em 03 abr. 2011.

_____. **Venezuela.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/venezuela/pdf>>. Acesso em 23 fev. 2011.

MURITHI, Tim. **The African Union's Transition from Non-Intervention to Non-Indifference: An Ad Hoc Approach to the Responsibility to Protect?** Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2009-1/08_a_murithi_us.pdf>. Acesso em 20 jan. 2011.

MURTHY, C.S.R. **United Nations Peacekeeping in Intrastate Conflicts: Emerging Trends.** In: *International Studies*, Vol. 38; 2001.

NAVEH, Chanan. **The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: A Theoretical Framework.** In: *Conflict & Communication Online*, Vol. 1, No. 2, 2002.

NOYA, Javier. **Diplomacia Pública para el siglo XXI.** Madri: Ariel, 2007.

NYE JR, Joseph S. **Public Diplomacy and Soft Power.** In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 616, No. 1, 2008a.

_____. **Security and Smart Power.** Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/51/9/1351>>. Publicado em 07 mar. 2008b. Último acesso em 22 out. 2010.

_____. **Soft Power: the Means to Success in World Politics.** Nova York: Public Affairs, 2004.

OCDE. **ODA BY DONOR.** Disponível em: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=ODA_DONOR>. Acesso em 12 mai. 2011.

OEA. **OAS suspends membership of Honduras.** Disponível em: <http://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-219/09>. Publicado em 05 jul. 2009. Último acesso em 15 fev. 2011

_____. **Resolução 2058 da XXXIV Assembleia Geral da OEA.** In: Proceedings, vol. 1, 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Chávez ainda não se animou a fazer compras no Brasil.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/66026/1/noticia.htm>>. Publicado em 25 mai. 2005. Último acesso 02 fev. 2011.

_____. **De novo o Conselho de Segurança.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/59355/1/noticia.htm>>. Publicado em 14 jan. 2006a. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **Um chanceler que não formula a política externa.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/56322/2/complemento_1.htm>. Publicado em 07 mai. 2006b. Último acesso 28 jan. 2011.

_____. **Amorim vai à Bolívia em busca de reparação.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/56213/1/noticia.htm>>. Publicado em 21 mai. 2006c. Último acesso 02 fev. 2011.

_____. **Um pito em Chávez, sem testemunha.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/56322/1/noticia.htm>>. Publicado em 07 mai. 2006d. Último acesso em 31 jan. 2011.

_____. **Amorim visita Pisco e não descarta reforço de ajuda.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/71797/3/complemento_2.htm>. Publicado em 20 ago. 2007a. Último acesso em 29 mar. 2011.

_____. **ONU prioriza reforma do Conselho de Segurança.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70831/1/noticia.htm>>. Publicado em 19 set. 2007b. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Itamaraty ganha 900 diplomatas na era Lula.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/117939/1/noticia.htm>>. Publicado em 31 ago. 2008a. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **A parcialidade da Unasul.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/118524/1/noticia.htm>>. Publicado em 17 set. 2008b. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **O consenso, na Bolívia.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/137685/1/noticia.htm>>. Publicado em 22 out. 2008c. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **Lugo quer iniciar revisão do Tratado de Itaipu o mais rápido possível.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/94486/1/noticia.htm>>. Publicado em: 22 abr. 2008d. Último acesso em 22 jan. 2011.

_____. **Brasil admite negociar tarifa de Itaipu.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/94485/1/noticia.htm>>. Publicado em 22 abr. 2008e. Último acesso em 20 de jan. 2011.

_____. **O calote de Itaipu.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/140450/1/noticia.htm>>. Publicado em 14 dez. 2008f. Último acesso 25 jan. 2011.

_____. **Prêmio é passo importante para Nobel da Paz** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/159672/1/noticia.htm>>. Publicado em 08 jul. 2009a. Último acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Lula chega a Genebra sob protesto de ONGs.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/158725/1/noticia.htm>>. Publicado em 15 jun. 2009b. Último acesso em 04 fev. 2011.

_____. **Lula apoia proposta de Chávez de reeleição ilimitada.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lula-apoia-proposta-de-chavez-de-reeleicao-ilimitada,308335,0.htm>>. Publicado em 16 jan. 2009c. Último acesso 24 fev. 2011.

_____. **As bondades do companheiro Lula.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/161580/1/noticia.htm>>. Publicado em 15 jun. 2009d. Último acesso em 04 fev. 2011.

_____. **Evo importa reforma agrária do Brasil.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13687:evo-importa-reforma-agraria-do-brasil&catid=321:incra-na-midia&Itemid=305>. Publicado em 11 dez. 2009e. Último acesso em 04 fev. 2011.

_____. **Lula e Lugo fecham acordo sobre usina de Itaipu.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-e-lugo-fecham-acordo-sobre-usina-de-itaipu,408279,0.htm>>. Publicado em 25 jul. 2009f. Último acesso 25 jan. 2011.

_____. **Lula pede rapidez na volta de Zelaya ao poder.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/161044/1/noticia.htm>>. Publicado em 13 ago. 2009g. Último acesso em 15 fev. 2011.

_____. **Brasília atribui a Chávez plano de retorno de Zelaya a Honduras.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/162562/1/noticia.htm>>. Publicado em 24 set. 2009h. Último acesso em 27 dez. 2010.

_____. **Derrota amplia dúvidas sobre destino de Zelaya.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177546/1/noticia.htm>>. Publicado em 04 dez. 2009i. Último acesso em 22 mar. 2011.

_____. **Alto comparecimento facilita apoio internacional à eleição em Honduras.** Disponível em:

<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177375/1/noticia.htm>>. Publicado em 01 dez. 2009j. Último acesso 28 dez. 2010.

_____. **Garcia suaviza discurso e Brasil pode rever posição.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177375/3/complemento_2.htm>. Publicado em 01 dez. 2009k. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **Pepe inicia ofensiva para ser reconhecido.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177788/1/noticia.htm>>. Publicado em 09 dez. 2009l. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Para Lula, protesto é choro de “perdedores”.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090616/not_imp387944,0.php>. Publicado em 26 jun. 2009m. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Em Paris, Lula e Sarkozy discordam sobre o Irã.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/159678/1/noticia.htm>>. Publicado em 08 jun. 2009n. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Visita de Ahmadinejad é desgraça, diz americano.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/174513/1/noticia.htm>>. Publicado em 22 out. 2009o. Último acesso em 04 jan. 2011.

_____. **Em visita ao Irã, Amorim pede que diálogo continue.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177545/1/noticia.htm>>. Publicado em 04 dez. 2009p. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Brasil deve assinar o protocolo adicional do TNP.** Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/183069/1/noticia.htm>>. Publicado em 11 abr. 2010a. Último acesso em 07. dez. 2010.

_____. **Lula amplia 45% gasto com defesa em 5 anos.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/183577/1/noticia.htm>>. Publicado em 25 abr. 2010b. Último acesso em 28 fev. 2011.

_____. **A reintegração de Honduras.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/185209/1/noticia.htm>>. Publicado em 09 jun. 2010c. Último acesso em 13 abr. 2011.

_____. **Polêmica constrange políticos de esquerda.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/182372/4/complemento_3.htm>. Publicado em 11 mar. 2010d. Último acesso em 02 mar. 2011.

_____. **Lula se cala sobre Cuba e Amorim tenta justificar gafe de presidente O Estado de São Paulo.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/182372/1/noticia.htm>>. Publicado em 11 mar. 2010e. Último acesso em 02 mar. 2011.

_____. **País tem moral para atuar no Irã, diz Lula.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/182244/1/noticia.htm>>. Publicado em 10 mar. 2010f. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **O feito de Lula em Teerã.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/184286/1/noticia.htm>>. Publicado em 18 mai. 2010g. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Teerã suspende pena de Sakineh por adultério.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/189048/1/noticia.htm>>. Publicado em 09 set. 2010h. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Para Irã, Lula fez apelo por falta de informação.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/187541/1/noticia.htm>>. Publicado em 04 ago. 2010i. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Líder reitera oferta a iraniana, mas diz que não ofereceu asilo.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/187541/4/complemento_3.htm>. Publicado em 04 ago. 2010j. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Proposta do presidente teve claro cunho eleitoral.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/187541/2/complemento_1.htm>. Publicado em 04 ago. 2010k. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Para analistas, presidente fez gesto tardio e incoerente.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/187451/2/complemento_1.htm>. Publicado em 03 ago. 2010l. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Amorim: conferência no Haiti é parte do 'Plano Lula'.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,amorim-conferencia-no-haiti-e-parte-do-plano-lula,501650,0.htm>>. Publicado em 26 jan. 2010m. Último acesso em 22 dez. 2010.

_____. **Ministério da Saúde libera US\$ 1 milhão para combater cólera no Haiti.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,ministerio-da-saude-libera-us-1-milhao-para-combater-colera-no-haiti,648569,0.htm>>. Publicado em 02 dez. 2010n. Último acesso em 11 fev. 2011.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Haiti.** Disponível em: <<http://www.ustr.gov/countries-regions/americas/haiti>>. Acesso em 22 mar. 2011.

O GLOBO. **Brasil mais Longe do Conselho de Segurança.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/41685/1/noticia.htm>>. Publicado em 05 ago. 2005a. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Annan dá mais tempo para Reforma.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/41536/1/noticia.htm>>. Publicado em 12 ago. 2005b. Último acesso em 01 mar. 2011.

_____. **Morales Tira Tropas das Instalações da Petrobras** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/35772/1/noticia.htm>>. Publicado em 30 mai. 2006a. Último acesso 31 jan. 2011.

_____. **Cavalo de batalha de Morales.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/36129/1/noticia.htm>>. Publicado em 12 mai. 2006b. Último acesso 02 fev. 2011.

_____. **Petrobras admite recebimento em gás.** Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/29824/3/complemento_2.htm>. Publicado em 22 mai. 2006c. Último acesso 28 jan. 2011.

_____. **França apoia Brasil em ONU e G-8** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/81039/1/noticia.htm>>. Publicado em 28 ago. 2007a. Último acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Lula perdoa dívida de US\$ 400 milhões do Congo.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/80249/1/noticia.htm>>. Publicado em 17 out. 2007b. Último acesso em 25 jan. 2011.

_____. **Sarney: projeto bélico de Chávez é um perigo.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/84184/1/noticia.htm>>. Publicado em 30 out. 2007c. Último acesso 02 fev. 2011.

_____. **Amorim: continente rejeita separatismo.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/95626/1/noticia.htm>> Publicado em 07 mai. 2008. Último acesso em 02 fev. 2011.

_____. **Qual Lula?** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/154437/1/noticia.htm>>. Publicado em 15 jun. 2009a. Último acesso em 04 fev. 2011.

_____. **Política de visibilidade externa tem custos.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/162297/1/noticia.htm>>. Publicado em 21 set. 2009b. Último acesso em 07 dez. 2010.

_____. **Itaipu: Brasil pode dobrar indenização ao Paraguai.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/160073/1/noticia.htm>>. Publicado em 18 jul. 2009c. Último acesso em 22 jan. 2011.

_____. **Brasil abre as portas a Zelaya.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/162311/1/noticia.htm>>. Publicado em 22 set. 2009d. Último acesso em 19 fev. 2011.

_____. **Micheletti liga Brasil à volta de Zelaya.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/162669/1/noticia.htm>>. Publicado em 25 set. 2009e. Último acesso em 19 fev. 2011.

_____. **Continente dividido.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177467/1/noticia.htm>>. Publicado em 01 dez. 2009f. Último acesso em 13 abr. 2011.

_____. **A volta ao mundo de Lula durou 477 dias.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/194014/1/noticia.htm>>. Publicado em 25 dez. 2010a. Último acesso em 19 fev. 2011.

_____. **Brasil, Turquia e Irã se reúnem na segunda para tentar acordo nuclear.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/05/16/brasil-turquia-ira-se-reunem-na-segunda-para-tentar-acordo-nuclear-916595866.asp>>. Publicado em 16 mai. 2010b. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Terremoto causa destruição e isola Haiti.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/178632/1/noticia.htm>>. Publicado em 13 jan. 2010c. Último acesso em 16 dez. 2010.

_____. **Navio brasileiro parte para o Haiti com ajuda humanitária e material militar.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/02/28/navio-brasileiro-parte-para-haiti-com-ajuda-humanitaria-material-militar-915957915.asp>>. Publicado em 28 fev. 2010d. Último acesso em 16 dez. 2010.

ONU. **Press Release GA/10371: ‘Uniting for Consensus’ Group of States Introduces Text on Security Council Reform to General Assembly.** Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2005/ga10371.doc.htm>>. Publicado em 26 jul. 2005. Último acesso em 25 mar. 2011.

_____. **A/60/L.46: Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters.** Disponível em: <<http://www.undemocracy.com/A-60-L.46.pdf>>. Publicado em 05 jan. 2006. Último acesso em 25 fev. 2011.

_____. **Letter dated 22 September 2009 from the Permanent Representative of Brazil to the United Nations addressed to the President of the Security Council.** Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Hond%20S2009%20487.pdf>>. Publicado em 24 set. 2009a. Último acesso em 02 mar. 2011.

_____. **Resolução A/RES/63/301 da AGNU.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/4a535f4a2.pdf>>. Publicado em 01 jul. 2009b. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping.** Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em 22 out. 2009c.

_____. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations [Brahimi Report]**. Disponível em: <http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/>. Acesso em 22. nov. 2009d.

_____. **Report of the Security Council to the General Assembly (covering the period from 1 August 2009 to 31 July 2010)**. Disponível em: <<http://www.pdfdocspace.com/docs/65852/un-annual-report-general-assembly-report-of-sc.html>>. Acesso em 28 dez. 2010a.

_____. **Resolução 1908 do CSNU**. Disponível em: <<http://www.pdfdocspace.com/docs/65852/un-annual-report-general-assembly-report-of-sc.html>>. Acesso em 20 dez. 2010b.

_____. **MINUSTAH**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/leadership.shtml>>. Acesso em 21 jan. 2011.

O PAIS. **Irão: Reeleição de Ahmadinejad foi confirmada**. Disponível em: <<http://www.opais.co.mz/index.php/internacional/56-internacional/2254-irao-reeleicao-de-ahmadinejad-foi-confirmada.html>>. Publicado em 03 ago. 2009. Último acesso em 05 jan. 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Política Externa do Governo Lula**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/eleicoes-2010-11/politica-externa-do-governo-lula-27101.html>>. Acesso em 10 jan. 2011.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um novo Paradigma de Segurança Coletiva**. Brasília: Instituto Rio Branco, 1998.

_____. **Brazil – U.S. Relations: The Bilateral, Regional and Global Agendas**. Comunicação apresentada no Watson Institute for International Studies da Universidade de Brown. Washington, 2008.

PEPE, Leandro Leone; MATHIAS, Suzeley Kalil. Operaciones de paz de las Naciones Unidas: la perspectiva brasileña. In: **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Año 19, n. 1, 2005.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. **Operação de Paz no Haiti**. Palestra: Operação de Paz no Haiti. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2005.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PRICE, Richard M.; ZACHER, Mark W. **The United Nations and Global Security**. Nova Iorque, Estados Unidos: Palgrave Macmillan, 2004.

PUBLICO. **Brasil envia combustível para a Venezuela.** Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/brasil-envia-combustivel-para-a-venezuela_203021>. Publicado em 26 dez. 2002. Último acesso 31 jan. 2011.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa: a Evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no Período 1995-2005.** Brasília: FUNAG, 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: the logic of Two-Level Games. In: **International Organization**, Vol. 42, No. 3, 1988, pp. 427-460.

PUTNAM, Robert D.; EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K. (eds.) **Double-edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics.** Los Angeles: University of California Press, 1993.

QUIVY, Raimond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2003.

REUTERS. **Haiti Senate ousts Prime Minister Pierre-Louis.** Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2009/10/30/us-haiti-primeminister-idUSTRE59T0OH20091030>>. Publicado em 30 out. 2009. Último acesso em 05 jan. 2011.

_____. **Turkey, Brazil brokering Iran nuclear deal.** Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/idUSTRE63T4QC20100430>>. Publicado em 30 abr. 2010. Último acesso em 05 jan. 2011.

RICUPERO, Rubens. As Linhas Mestras da Atual Política Externa do Brasil. In: **A Política Externa do Brasil: Presente e Futuro.** Brasília: Fundação Liberdade e Cidadania, 2009.

_____. Carisma e Prestígio: a Diplomacia do Período Lula de 2003 a 2010. In: **Política Externa.** Vol. 19, nº 1, 2010.

_____. À Sombra de Gaulle: uma Diplomacia Carismática e Intransferível. In: **Revista Novos Estudos do CEBRAP,** maio, 2010.

RIVEIRO, Oswaldo de. **The Mith of Development: non-viable economies of the 21st century.** London: New York: Zed Books, 2001.

ROACH, Steven C. **International Relations: The Key Concepts.** 2.ed. New York: Routledge, 2008.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Missões de Paz em Estados Frágeis: Elementos para se Refletir sobre a Presença do Brasil no Haiti. In: NASSER, Reginaldo Mattar (Org.). **Os Conflitos Internacionais em Múltiplas Dimensões.** São Paulo: UNESP, 2009.

ROJO, Raúl Enrique. Démocratie, Droits de L’homme et Intégration Régionale. le Mercosur et sa Clause Démocratique à L’époque de Chavez. In: FLAESCH-MOUGIN, Catherine; LEBULLENGER, Joël (Orgs.). **Regards Croisés sur les Intégrations Régionales: Europe, Amériques, Afrique.** Bruxelas: Bruylant, 2010.

_____. **Los Proyectos de Liderazgo Regional de Chávez y Lula y el Aumento de La Conflictividad Bilateral em America Del Sur.** Comunicação apresentada no XXVI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. Guadalajara, 2007.

RUGGIE, John Gerard. **Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization.** New York: Routledge, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Os desafios de uma ordem internacional em transição: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI.** Comunicação apresentada no curso de extensão “Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas”. Brasília, 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. A Diplomacia Brasileira e as Visões sobre a Inserção externa do Brasil: Institucionalistas pragmáticos x autonomistas. In: **Mural Internacional**, ano 1, n. 1, 2010a.

_____. Brazilian foreign policy towards South America during the Lulla Administration: caught between South America and Mercosur. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53(edição especial), 2010b.

SCHIRM, Stefan A. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. In: **European Journal of International Relations**, vol. 16, n. 4, 2010.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS. **Palestra do General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira.** Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 50, n. 2, 2007.

_____. **De Suez ao Haiti: a Participação Brasileira nas Operações de Paz.** In: **O Brasil e a ONU.** Brasília: FUNAG, 2008.

_____. **Elementos para uma Diplomacia Solidária: a Crise Haitiana e os Desafios da Ordem Internacional Contemporânea.** Disponível em <<http://www.brasilhaiti.com/conteudoartigos.asp?ID=2>>. Acesso em 19.dez.2009.

SEITENFUS, Ricardo et al. **O Brasil e a Cooperação Triangular Sul-Sul para o Desenvolvimento: o caso do Haiti.** Comunicação apresentada na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA. Rio de Janeiro, 2009.

SENNES, Ricardo. **As Mudanças da Política Externa Brasileira nos anos 80: uma Potência Média Recém Industrializada.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Futebol, Paz e Riscos para o Brasil no Haiti. In: **Política Externa.** Vol. 13, n° 2, 2004.

SOUZA Neto, Danilo Marcondes de. **Challenges for Latin American peacekeeping in Haiti.** Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/MarcondesSouzaNetoDanilo.pdf>>. Acesso em 20 nov.2009.

SPEKTOR, Matias. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, n. 1, 2010.

SPRINZ & WOLINSKY-NAHMIAS et all. **Models, Numbers and Cases: methods for studying International Relations.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

TERRA. **Membro da Minustah confirma suicídio de general.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI823901-EI306,00.html>>. Publicado em 07 jan. 2006. Último acesso em 22 jan. 2011.

_____. **Haiti faz doações humanitárias do Brasil quadruplicarem.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4505952-EI14687,00-Haiti+faz+doacoes+humanitarias+do+Brasil+quadruplicarem.html>>. Publicado em 20 jun. 2010a. Último acesso em 11 fev. 2010.

_____. **Brasil repassa mais R\$ 69 milhões para reconstrução do Haiti.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4709457-EI306,00-Brasil+repassa+mais+R+milhoes+para+reconstrucao+do+Haiti.html>>. Publicado em 30 set. 2010b. Último acesso em 12 fev. 2010.

_____. **Candidato governista é excluído da corrida presidencial no Haiti.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4928431-EI8140,00-Candidato+governista+e+excluido+da+corrida+presidencial+no+Haiti.html>>. Publicado em 03 fev. 2011. Último acesso em 12 fev. 2010.

TERRAECO. **Haïti: «La France est complice de la corruption organisée».** Disponível em: <<http://www.terra-economica.info/Haiti-l-ecrivain-Gary-Victor-met,14091.html>>. Publicado em 29 nov. 2010. Último acesso em 15 abr. 2011.

THAKUR, Ramesh; SCHNABEL, Albrecht (Orgs.). **United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement.** Tóquio; Nova York: United Nations University Press, 2001.

THE ECONOMIST. **Speak softly and carry a blank cheque.** Disponível em: <http://www.economist.com/node/16592455?story_id=16592455&fsrc=rss>. Publicado em 15 jul. 2010a. Último acesso 20 jan. 2011.

_____. **An Iranian Banana Skin.** Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16377307>>. Publicado em 17 jun. 2010b. Último acesso 20 mar. 2011.

THE HINDU. **Indira Gandhi peace prize for Lula.** Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/article898611.ece>>. Publicado em 19 nov. 2010. Último acesso em 21 jan. 2011.

TIME. The 2010 TIME 100. Disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685_1984864,00.html>. Publicado em 29 abr. 2010. Último acesso em 21 jan. 2011.

TORCHIARO, Luciana. **MINUSTAH: una decisión estratégica com implicancias regionales.** Disponível em <http://www.seguridadregional-fes.org/upload/4110-001_g.pdf>. Acesso em 20 out.2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Princípios do Direito Internacional que Regem as Relações Amistosas entre os Estados, e sua Significação para o Exame das Fontes do Direito Internacional. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O Direito Internacional em um Mundo em Transformação.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. **Direito das organizações internacionais.** 4. ed. atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Bolívia é chance de Brasil mostrar seu peso, diz 'La Nación'.** Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/09/15/crise_na_bolivia_e_chance_de_brasil_mostrar_seu_peso_diz_la_nacion_1826930.html>. Publicado em 15 set. 2008. Último acesso em 28 jan. 2011.

UNASUL. **Declaración de La Moneda.** Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/15-9-08com_bolivia.htm>. Publicado em 15 set. 2008. Último acesso em 28 fev. 2011.

URRUTIA, Edmundo González. **Las dos etapas de la política exterior de Chávez.** Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3389_1.pdf>. Acesso em 18 mar. 2011.

US DEPARTMENT OF STATE. **Chapter 2 – Country Reports: Western Hemisphere Overview.** Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/2006/82735.htm>>. Publicado em 30 abr. 2007. Último acesso em 12 mai. 2011.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção Internacional do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas.** Brasília: Funag, 2010.

_____. Três Questões Empíricas, uma Teórica e a Participação do Brasil em Operações de Paz das Nações Unidas. In: **Política Externa.** Vol. 14, n° 4, 2006.

VALLE, Valeria Marina. A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões. In: **Cadernos Adenauer VI,** n. 1, 2005.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática.** Brasília: FUNAG, 2007.

VALOR ECONÔMICO. **Putin não garante apoio à reforma acelerada da ONU.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/21977/1/noticia.htm>>. Publicado em 19 out. 2005. Último acesso em 28 dez. 2010.

_____. **Para Petrobras, venda de refinarias na Bolívia não foi mau negócio Petrobras admite recebimento em gás.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/13892/1/noticia.htm>>. Publicado em 14 mai. 2007. Último acesso em 31 jan. 2011.

_____. **Relutante, Lula vai ao Chile hoje para cúpula da Unasul que discutirá crise.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/103276/1/noticia.htm>>. Publicado em 15 set. 2008. Último acesso em 16 fev. 2011.

_____. **De volta a Honduras, Zelaya se refugia na Embaixada do Brasil.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/163162/1/noticia.htm>>. Publicado em 22 set. 2009. Último acesso em 22. Dez. 2010.

_____. **Governo quer votar acordo firmado com Paraguai para revisão do Tratado de Itaipu.** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/187923/1/noticia.htm>>. Publicado em 04 ago. 2010. Último acesso 22 de jan. 2011.

VAN EVERA, Stephen. **Guía para Estudiantes de Ciencia Política: Métodos y Recursos.** Barcelona: Gedisa, 2002.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.** 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VARAS, Augusto. **Brasil em Sudamérica: de la Indiferencia a la hegemonia.** Disponível em: <<http://www.fride.org/publicacion/415/brasil-en-sudamerica:-de-la-indiferencia-a-la-hegemonia>>. Acesso em 20 out.2009.

VEJA. **Um diplomata alternativo** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/221003/p_040.html>. Publicado em 22 de out. 2003. Último acesso 21 jan. 2011.

_____. **Roubou e quer dar lição de moral.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/170506/p_092.html>. Publicado em 17 mai. 2006. Último acesso em 04 fev. 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **O Brasil e a América do Sul.** Comunicação apresentada no curso de extensão “Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas”. Brasília, 2011.

VIGEVANI, Tullo et al. **Relação entre Política Doméstica e Integração Regional: uma Interpretação do Brasil no Governo Lula da Silva.** In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas Lideranças e Alternativas de Governo na América do Sul.** São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.** In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n.2, 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Limites do Ativismo Venezuelano para América do Sul.** In: **Política Externa.** Vol. 16, n° 02, 2007.

_____. Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n. 61, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 02 fev. 2011.

_____. Política Externa na Administração Hugo Chávez. In: **Política Externa**. Vol. 13, n° 01, 2004.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; VIANA, Manuella Trindade. Security Issues during Lula's Administration: from the reactive to the Assertive Approach. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53(edição especial), 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva**. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

WHITE, Brian. Analyzing Foreign Policy: Problems and Approaches. In: CLARKE, M. e WHITE, B. (eds.). **Understanding Foreign Policy: The Foreign Policy Systems Approach**. Aldershot: Edward Elgar, 1989.

WILLIAMS, Paul D. From Non-Intervention to Non-Indifference: the Origins and Development of the African Union's Security Culture. In: **African Affairs**, Vol. 106, n.423, 2007.

WILSON, Ernest J. **Hard Power, Soft Power and Smart Power**. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/CGI/content/abstract/616/1/110>>. Acesso 15 jan. 2011.

XINHUANET. **Full Text: China's Foreign Aid**. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683.htm>. Publicado em 21 abr. 2011. Último acesso em 12 mai. 2011.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

Academia Brasileira de Letras (ABL)

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>

Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>

Brasil- Haiti

<http://www.brasilhaiti.com/>

Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)

<http://www.fride.org/>

Global Security

<http://www.globalsecurity.org/>

Fundação Alexandre de Gusmão

<http://www.funag.gov.br>

Haiti Conference

<http://www.haiticonference.org/>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/>

Le Monde Diplomatique

<http://mondediplo.com/>

Library of Congress

<http://www.loc.gov/index.html>

Ministério de Relaciones Exteriores – Brasil

<http://www.mre.gov.br>

Ministerio de Relaciones Exteriores – Venezuela

<http://www.mppre.gob.ve//>

Presidência da República Federativa do Brasil

<http://www.presidencia.gov.br>

Haiti Reconstruction Platform

<http://www.refondation.ht/>

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)

<http://www.sipri.org/>

Stratfor

<http://www.stratfor.com/>

Wikileaks

<http://wikileaks.ch/>

ANEXO I

Entrevista com Professor Doutor Antonio Jorge Ramalho da Rocha da Universidade Nacional de Brasília

O entrevistado dirigiu a implantação do Centro de Estudos Brasileiros Celso Ortega Terra em Porto Príncipe entre 2007-2008. Essa tarefa foi supervisionada pela Embaixada do Brasil no Haiti. Ademais, ele ministrou aulas na Universidade Estatal do Haiti. Atualmente, Antonio Jorge presta assessoramento sobre políticas de defesa e segurança nacional para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

1) Como o senhor interpreta a atuação da política externa brasileira baseada na não-indiferença, em especial no que se refere ao Haiti?

AJRR – Esse é um conceito novo que surgiu com o governo Lula e que pode deixar de existir com o fim de seu segundo mandato. Essa expressão guarda congruência com o papel que o país deseja ter no cenário externo, o de um país mais atuante e com voz nas decisões. Por exemplo, o governo brasileiro, ainda na era Cardoso, gostaria de ter se engajado no Timor Leste da mesma forma como faz hoje no Haiti, entretanto, na época não haviam recursos suficientes devido à crise cambial de 1999. Em 2004, a conjuntura era diferente, o governo possuía os recursos e não via motivo para não fazê-lo. Naquele ano, o Executivo me solicitou um parecer técnico sobre a capacidade do Brasil em liderar uma missão de paz da ONU. Redigi o documento afirmando que o país não devia se engajar no Haiti por faltar um bom entrosamento entre o Ministério da Defesa e o das Relações Exteriores. Além do mais, faltavam objetivos claros acerca dessa iniciativa. No entanto, o presidente Lula tomou a decisão de realizar esse esforço, arcando com os custos político e financeiro. Por fim, é preciso ressaltar a conjuntura favorável ao Brasil, pois o Chile que se candidataria a liderar a MINUSTAH foi vetado pelos EUA por ter votado contra a intervenção no Iraque em 2003.

2) O Chanceler Celso Amorim costuma mencionar que o Brasil pautou-se pela não-indiferença durante as crises venezuelana (2003) e haitiana (2004); em relação à Bolívia, quando o governo Morales nacionalizou os hidrocarbonetos do país; no Paraguai, ao aceitar o pedido de revisão do Tratado de Itaipu; e em Honduras, com a tentativa de reconduzir Zelaya ao poder. Esses episódios foram criticados por alguns embaixadores, que acusaram a política externa de ideologizada. O caso do Haiti não desconstruiria essas críticas, uma vez que o Brasil cooperou com os EUA, por exemplo?

AJRR – O caso do Haiti é ideológico sim, mas num sentido mais amplo, possui um caráter kantiano. Dessa forma, reforçando o sistema multilateral da ONU o país busca estar na dianteira por uma nova vaga com status de permanente no CSNU.

3) A não-indiferença seria a mitigação do princípio da não-intervenção ou a continuidade da autonomia pela participação sob nova denominação?

AJRR – Seria um pouco de ambos.

4) O Brasil não fez questão de defender o governo Aristide em 2004. No entanto, assumiu a defesa de Manuel Zelaya em 2009. O que teria mudado?

AJRR – A diferença foi a atuação de Marco Aurélio Garcia e de integrantes de movimentos sociais que politizaram a questão. O acolhimento de Zelaya na representação diplomática brasileira guardaria congruência com a defesa da democracia pelo governo brasileiro, pois Zelaya era o governante democraticamente eleito. No entanto, o inconcebível é terem permitido a utilização da embaixada como palanque político.

5) Comente a sua experiência em Porto Príncipe.

AJRR – Foi uma experiência marcante. Tive a oportunidade de trabalhar na integração dos meios militares e civis e de criar o Centro de Estudos Brasileiros em Porto Príncipe no Haiti. Ademais, lecionei Universidade Estatal do Haiti. A capital haitiana é mais segura do que se imagina, andava pelas ruas à noite sem qualquer problema. Creio que a violência seja super dimensionados pela mídia.

6) Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o que mudou no engajamento brasileiro junto ao Haiti?

AJRR – O Brasil deveria ter saído do Haiti em 2008. O governo não soube a hora de se retirar. O terremoto de janeiro de 2010, impede a retirada das tropas diante da situação calamitosa por que passa o país. Agora, trabalha-se com um prazo de retirada para 2012.

7) A intervenção norte-americana logo após o terremoto não teria diminuído a projeção do Brasil como força de mudança no Haiti?

AJRR – Não, a interação entre Brasil e os Estado Unidos melhorou consideravelmente. O governo americano foi um tanto afoito em enviar ajudar humanitária e tomar conta da torre de controle do aeroporto de Porto Príncipe, mas tudo foi com o intuito de evitar uma nova onda de refugiados. Hoje não se toma uma decisão de grande vulto no Haiti sem consultar a opinião do Brasil.

8) As tropas da ONU enfrentaram protestos contra o surgimento de uma epidemia de cólera. embora o Brasil tenha ressaltado suas condições fito-sanitárias de trabalho, o senhor acredita que a difícil contenção da doença pode afetar os resultados que os executores da política externa brasileira aguardam?

AJRR – Com certeza a epidemia não ajuda em nada a operação da ONU, é mais um desafio a ser vencido.

9) O senhor acredita que o presidente lula tenha utilizado essa política externa mais assertiva para fins de prestígio pessoal, como afirma Rubens Ricúpero ao caracterizar de gaullista a política do presidente?

AJRR – De certa forma, mas muito da retórica do governo foi herdada do governo FHC. A “herança maldita”, como os inúmeros funcionários do governo descreveram não foi tão maldita, como já reconheceu o próprio ministro Guido Mantega.

ANEXO II

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
04BRASILIA676	2004-03-19 20:08	2011-01-14 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000676

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 03/19/2014

TAGS: PREL MARR MOPS BR UNSC

SUBJECT: BRAZIL: AMBASSADOR'S DEMARCHES TO MRE U/S PEDROSA
ON HAITI MIF, IRAQ AND UNCHR ISSUES

REF: A. A. STATE 56282 B. B. STATE 56666 C. C. STATE 41252 AND 44603 D. D.
BRASILIA 616 Classified By: AMBASSADOR HRINAK. REASONS: 1.5 (b) (d)

¶1. (C) Summary. On 19 March Ambassdor, accompanied by PolCouns, met with Foreign Ministry Under Secretary for Political Affairs Vera Pedrosa to deliver demarches requesting immediate contributions to the Hait MIF (ref B), and soliciting Brazil's support for USG plans and goals for building a democratic and prosperous Iraq (ref A). Ambassador also took the opportunity to discuss cooperation with Brazil in the UN Committee on Human Rights (refs C and D). On Haiti, Pedrosa responded that operational and budgetary challenges, the need for congressional approval and GOB concerns about operations under a Chapter 7 mandate all make an immediate Brazilian deployment unlikely. Longer term, the issue of a Chapter 7 v. Chapter 6 mandate for the follow-on stabilization force would need to be considered, but may be "manageable" so long as there continues to be strong GOB political will to participate, she said. Pedrosa said Brazil has not offered, and is not encouraging a request, for provision in Brazil of asylum to Aristide. On Iraq, Brazil is considering reopening its embassy, but still evaluating the security environment. In the UNCHR, Pedrosa said she hoped the U.S. and Brazil will find issues for cooperation, but noted that Brazil's delegation has already been instructed to abstain on any Cuba resolution. Key points follow below. End summary.

HAITI

¶2. (C) In the absence of Foreign Minister Amorim (on his way to China) Ambassador provided Pedrosa with a Portuguese language paper containing ref B points, and explained there is an urgent need for additional forces now if the MIF is to secure and stabilize areas of the country beyond the capital. Ambassador also welcomed the arrival in Haiti on 19 March of a Brazilian military fact-finding mission, encouraged deployment of a Brazilian liaison officer to the U.S. Southern Command as soon as possible, and reiterated SOUTHCOM's willingness to try to provide as much operational support as possible for Brazil's deployment to Haiti, especially if that could facilitate a positive GOB response to ref B request.

¶3. (C) Pedrosa responded that Brazil continues to plan for participation in a stabilization mission following the 90-day MIF period established by UNSCR 1529. However, she expressed doubts that Brazil could move sooner in making an immediate deployment because (1) Brazil's congress must approve any deployment of forces, (2) the operational planning and budgetary issues confronting the GOB are challenging and will take time to work through. She noted particularly that the GOB formula for reimbursing its soldiers for

PKO missions is extremely expensive for the national government, hence extensive consultations are necessary with the planning ministry, as well as congress, before moving ahead with a large-scale deployment of forces.

¶4. (C) PolCouns asked Pedrosa and MRE North America Division Chief Washington Pereira (also present in the meeting) whether the MIF's current mandate under Chapter 7 (as opposed to Chapter 6) would be a problem for an immediate Brazilian deployment now, and whether it would continue to be a problem if the UN maintains a Chapter 7 mandate in Haiti for the follow-on force. Pedrosa said the GOB has traditionally interpreted Brazil's constitution as permitting Brazilian forces to participate only in Chapter 6 peace-keeping (as opposed to Chapter 7 peace-enforcement) missions. Hence for both an immediate deployment and for participation in the follow-on mission, this would be a serious issue for the GOB (and potentially its congress) to deliberate. However, Pedrosa and Washington Pereira did note that there is strong GOB interest in participating in Haiti, hence a Chapter 6-7 dilemma, should one arise in the context of the follow-on deployment, may be "manageable," so long as there continues to be GOB political will to support participation.

¶5. (C) Ambassador asked whether Pedrosa could comment on some reports that Aristide may seek asylum in Brazil. Pedrosa responded that Brazil had neither offered nor received a request in this regard, and she opined that the GOB would be unlikely to view the idea "with enthusiasm" should a request be made.

IRAQ

¶6. (SBU) Ambassador provided ref A paper, with a Portuguese summary, to Pedrosa, and indicated the USG is seeking general support for reftel plans and goals, as opposed to specific actions. She noted that she understood Brazil is considering reopening its embassy in Iraq, and that there are many Brazilian companies with long experience and strong interest in Iraq.

¶7. (SBU) Pedrosa indicated she would study ref A paper carefully, and confirmed that the GOB is considering reopening its mission in Iraq, but continues to study carefully the security situation on the ground. UNCHR Issues

¶8. (C) Turning to UNCHR issues, Ambassador provided Pedrosa with papers containing a number of points on USG perspectives on CHR cooperation with GRULAC and on a range of other issues, noting the points had been provided by the Embassy in earlier demarches to the MRE human rights division, and that we looked forward to further reactions (refs C and D). She also asked whether Pedrosa wished to outline some of the GOB's priorities for the UNCHR. Pedrosa expressed the hope that the USG and GOB could work together on issues where their perspectives are similar, though some divergence would be inevitable.

¶9. (C) On the issue of Cuba, Pedrosa indicated that the GOB delegation to the CHR had already been instructed to abstain on any single-country resolution, based on "our customary reasons." She said that a quiet dialogue on human rights with Castro is Brazil's preferred method to try to effect improvements.

¶10. (C) Ambassador responded that, at a minimum, it would be helpful if the GOB could encourage Cuba to accept a UN special rapporteur mission, and she asked whether the GOB believed its quiet diplomacy is producing results. Pedrosa said the decision to accept UN rapporteurs should be made by national governments for their own reasons, as Brazil had done. Neither she nor Washington Pereira could offer examples of positive developments on

human rights in Cuba, but Pedrosa noted that a new generation of Cubans -- both in Cuba and in Miami -- offer hope for a peaceful evolution on the island.

HRINAK

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
04BRASILIA727	2004-03-25 19:07	2011-01-14 00:12	UNCLASSIFIED//FOR OFFICIAL USE ONLY	Embassy Brasilia

UNCLAS SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000727

SIPDIS

SENSITIVE

E.O. 12958: N/A

TAGS: ECON PGOV PINR PREL BR UNSC

SUBJECT: BRAZIL: EXPANDING TIES WITH CENTRAL AMERICA

¶1. (SBU) Summary. The directors of Brazil's foreign policy have traditionally placed Central America on their periphery. Brazil has a history of peacekeeping in that region and runs a trade surplus, but the GoB has generally not expended a great deal of resources to expand its influence there. As part of his hemispheric outreach, however, President Lula da Silva is attempting to improve Brazil's ties to the region, building on initiatives undertaken in the latter stages of the previous Cardoso administration. End Summary.

View From Brasilia -----

¶2. (SBU) Julio Espirito Santo and Antonio Carlos Atunes of the Brazilian Foreign Ministry's Mexico, Central America, and Caribbean Division (DCC) told Poloff on March 23 that the Ministry places Central American countries outside of Brazil's normal "sphere of influence" because of Mexico's proximity and the long-standing U.S. role. President Lula has certainly boosted Brasilia's focus on South American integration, but less so with the rest of Latin America, according to the two Brazilian diplomats. Brazilian academics have argued that Lula's Workers' Party (PT) has not cultivated close relations with many of the Central American leftist parties because of differing formative experiences and base constituencies.

¶3. (SBU) Brazil nonetheless has a history with Central America that provides a foundation for closer ties. Brazil contributed limited numbers of peacekeepers, monitors, and demining experts in the aftermath of Central America's sundry Cold War insurgencies. Brazil participated in the UN Inspection Mission in Guatemala (MINGUA) and provided training to public security forces in the region. In addition, Brasilia donated significant quantities of assistance and forgave El Salvador's debt after Hurricane Mitch, the DCC officials pointed out. Besides working with the Central American countries in OAS fora, Brazil has interacted with these nations in the Rio Group setting, where Central American countries comprise almost a third of the membership, Espirito Santo said.

Getting Past the G-20 -----

¶4. (SBU) Former President Fernando Henrique Cardoso became the first Brazilian head of state to travel to the isthmus when he attended a trade conference in San Jose in 2000. That conference sought to increase ties between Mercosul and the Central American Free Trade Area (CAFTA). Brazil's trade with the region is relatively small, but it involves a significant trade surplus with all the countries. For example, Brazil's exports to

Honduras in 2000 were valued at more than 31 million dollars, while it imported less than 700,000 dollars worth of Honduran products.

¶5. (SBU) The seminal event for Brazil's future relations with the isthmus was the formation of the G-20 for the WTO Cancun meeting, Espirito Santo noted. He told Poloff that El Salvador, Guatemala, and Costa Rica were charter members along with Brazil of the G-20, but Washington's "natural leverage" soon spliced off the Central Americans. The DCC officials underscored that Brazil has not written off Central America as a potential partner in trade negotiations after the G-20 experience, but will likely focus on the formal multilateral (Mercosul-CAFTA) exchanges. Brazil will also continue to work with individual countries, as occurred with Honduras on coffee pricing issues, the MFA officials added.

Next Steps -----

¶6. (SBU) Atunes concurred with press reports that Panama is likely to be of the greatest interest to Brazilian investors and business in the foreseeable future. Brazilian/Panamanian trade reportedly increased 43 percent from 2002 to 2003 and Brazilian construction companies are anxious to participate in Canal maintenance contracts. Espirito Santo noted that Brazil has yet to actively engage the Central American countries on the GoB's bid for a permanent seat on the UNSC, but that Brazil's past peacekeeping-related activities in the region and planned PKO contribution in Haiti will be used as selling points. While Brazil's approach to foreign policy makes Costa Rica its most natural partner in multilateral fora, the DCC officials assessed that President Lula appears to be developing a good relationship with conservative Guatemalan President Oscar Berger.

HRINAK

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
04BRASILIA991	2004-04-27 12:12	2011-01-14 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000991

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 04/23/2014

TAGS: PREL MOPS BR UNSC POL MIL

SUBJECT: BRAZIL-UNSC: HAITI PKO UPDATE 26 APRIL 2004

REF: A. STATE 88207

AB. BRASILIA 685

AC. BRASILIA 819

AD. BRASILIA 864

Classified By: POLITICAL COUNSELOR DENNIS HEARNE.

REASONS: 1.4 (B) (D)

A1. (C) Summary. With introduction of the Friends of Haiti draft resolution to the UNSC for discussion and a probable vote this week, Brazil is at an important stage in its planning to deploy a PKO mission. Major issues on the scope now are internal political dynamics, congress' role and operational planning. Once the UN resolution passes, the executive plan for the deployment should move quickly to congress, where the GOB's solid majority and historic precedent suggest relatively quick approval, despite the possibility of some debate. Budget issues are looming large as a prime area of concern. The GOB also needs to speed up its sluggish military operational planning, including committing to send representatives to UN military coordination meetings and offering greater clarity on what equipment and support their forces may need from us. End summary.

MRE AND UN STATUS

A2. (C) PolCouns discussed ref a demarche points and Haiti developments with Foreign Ministry UN Division Chief Carlos Duarte on 20 and again on 23 April. Duarte said that Brazil's delegation in New York has been working with the U.S. and other Friends (Canada, France, Chile) to craft a resolution text that will help facilitate Brazil's deployment, even if the resolution's mandate is under Chapter VII. Duarte also said that, following release of the UN assessment team's report on 20 April, Brazil's New York delegation had been approached "on an urgent basis" by the UN Department of Peacekeeping Operations (UNDPKO), requesting details asap on Brazil's contribution and urging closer liaison with the UNDPKO.

PRESIDENCY

A3. (C) Marcel Biato (protect), President Lula da Silva's deputy foreign affairs advisor, confirmed to PolCouns on 26 April that the joint MRE-MOD message detailing Brazil's deployment plan is on Lula's desk. Biato opined that Lula would sign off on the deployment plan and move it quickly to congress when the resolution passes. That said, Biato indicated that budget questions are looming large in Planalto's consideration of the deployment and likely would be a focal point of any debates within the executive

branch, congress or the press. Biato said that the GOB is estimating a cost of about USD 50 million for the deployment. He pointed out that is roughly the amount of funding Lula may release on an emergency basis to Brazilian states for spending on public security -- a hot issue in the wake of a recent explosion of organized criminal violence in Rio de Janeiro. (Note: Although the UN reimburses on most costs of the PKO, the lag between disbursement of funds by the GOB and reimbursement affects budget decisions in the near term. End note.)

¶4. (C) PolCouns noted to Biato a recent speech by Lula in which the president insisted that Brazil's PKO contribution be viewed as part of a broad international commitment to social and economic development in Haiti. Biato replied that Lula's support for the deployment remains robust. However, along with concerns noted above about costs and priorities, the GOB may have to deal with other domestic criticisms of the deployment, including questions about Aristide's departure and leftist charges (including from within Lula's PT party) that the deployment will bolster American "hegemony." Biato said Lula needs to show the PKO fits in with the GOB's vision of global social development, and Biato said that language in the current Friends of Haiti resolution draft should help with that concern.

CONGRESS' ROLE

¶5. (C) Under widely-accepted interpretations of Brazil's 1988 Constitution, the congress must approve the overseas deployment of Brazilian military forces. The MRE-MOD joint message, once signed off by Lula, will be sent to the Congress in the form of an "explanation of motives" ("explicacao dos motivos"). A budget request for the plan is included. The executive branch measure goes first to the lower house, the Chamber of Deputies, where the Foreign Affairs and Defense Committee will assign a sponsor ("relator") who redrafts the executive document into a bill ("projeto de lei"). The Foreign Affairs Committee considers and votes the bill out to the plenary for approval, and that secured, the bill moves to the Senate. Following examination by the Senate Foreign Affairs Committee, there is a Senate plenary vote. In this case, the bill will almost certainly be placed on the congress' "urgent" track, where it can by-pass other legislation, and the entire congressional process can be completed in a matter of several days, if debate does not stall progress.

¶6. (C) Senator Eduardo Suplicy, chairman of the Senate Foreign Affairs Committee, told poloff last week that Brazil's congress had never rejected an executive branch proposal for overseas deployment of Brazilian forces. Indeed, while the budget questions and some of the domestic criticisms noted above may well surface in Brazil's congress, the government's solid majority in both houses and historic precedent strongly suggest the measure will pass, and relatively quickly.

MOD - SLUGGISH OPERATIONAL PLANNING

¶7. (C) The factors above point to a window of one to two weeks from the time the UN resolution passes until the GOB gives the final go-ahead for a deployment. However, it is not clear that Brazilian military planning is moving ahead in a manner that would facilitate rapid deployment once the political order is given. Repeated Mission MLO Chief queries in the past several days to Brazilian military planners suggest the military establishment is moving at a sluggish pace. Brazilian military sources told MLO chief that only after a resolution is passed and Brazil's congress approves a deployment will the military commit to sending representatives to UNDPKO operational planning meetings (such as the one scheduled for Haiti on 2-7 May.) In addition, despite Defense Minister Viegas' request

for support and transfer of U.S. equipment to Brazilian forces that deploy to Haiti (ref B), Brazilian liaison officers have yet to indicate when or if the GOB will sign an ACSA agreement to facilitate U.S. logistical support to Brazilian forces, and the MOD has not yet provided a list of specific requirements for equipment.

¶8. (C) In one effort to accelerate progress, SOUTHCOM J-4 and Brazilian liaison have compiled (on 26 April) a working list of equipment that Brazilian forces may require in Haiti, for DOD to determine whether the items can be made available for purchase to Brazil. (Note: Brazil army contacts indicate to MLO chief that Brazil has USD 400 thousand available in an FMS account. End note.) DOD and SOUTHCOM are also pursuing information on availability of equipment from the UN. Mission DAO is also providing situation reports to the MOD, and has offered secure communication equipment for intelligence sharing.

¶9. (C) Comment. Possible debate about the budget issue and an evident lack of speed in military planning appear to be the main challenges in the weeks ahead to deployment of Brazilian forces to Haiti. While these are obstacles, the continued commitment of the GOB to the operation, the political force the Lula government enjoys in congress and a certain native Brazilian talent for pulling complex projects together in competent fashion at the last minute suggest DefMin Viegas' timeline of a late June deployment for the bulk of forces (ref C) is possible and likely. Nonetheless, we should continue to encourage the GOB to participate in crucial military planning now, to sign an ACSA agreement to facilitate operational support, and we should be proactive in identifying equipment that could be transferred to Brazilian units in Haiti.

HRINAK

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
06BRASILIA876	2006-05-05 13:01	2010-12-30 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 04 BRASILIA 000876

SIPDIS

SIPDIS

STATE PASS TO USTR FOR MSULLIVAN/KLEZNY
NSC FOR SUE CRONIN
DEPT OF TREASURY FOR FPARODI
AID/W FOR LAC/AA
USDOC FOR 4332/ITA/MAC/WH/OLAC/JANDERSEN/ADRISCOLL/MWAR D USDOC FOR 3134
USFCS/OIO/SHUPKA USDOE FOR GWARD/SLADISLAW C O R R E C T E D COPY (Class
Authority)

E.O. 12958: DECL:05/02/2016

TAGS: EINV PREL EPET XM BR

SUBJECT: BRAZIL - UNCERTAIN RESPONSE TO BOLIVIAN OIL AND GAS
NATIONALIZATION - Corrected Copy

REF: A) LA PAZ 1157

B) BRASILIA 142

C) BRASILIA 754

D) BRASILIA 799

E) BRASILIA 848

F) BRASILIA 855

G) BRASILIA - WHA EMAIL 2 MAY 2006

H) 2005 BRASILIA 3305

I) SAO PAULO 464 Classified by Charge d'Affaires Phillip T. Chicola,
Reasons 1.4 (b) and (d).

¶1. (C) Summary: After an emergency cabinet meeting lasting into the evening to discuss the appropriate Brazilian response to Bolivia's May 1 nationalization of foreign oil and gas investments (ref A), the Lula Administration issued a stunningly bland public statement the evening of May 2 recognizing Bolivia's sovereignty to act as it did but reaffirming that the GOB would act to protect the interests of (partially-privatized parastatal) Petrobras. According to local media, President Lula will meet his counterparts from Argentina, Bolivia and Venezuela on May 4 in Puerto Iguazu, Argentina to discuss the situation. In contrast to the Lula administration's feeble public stance, Brazilian media commentary has been sharp, decrying Bolivia's use of troops to occupy oil and gas installations; some have called for Brazil to withdraw its Ambassador to Bolivia (ref F). Although Petrobras may resort to arbitration to protect the approximately US\$1.6 billion it has invested in Bolivia, this amount represents only about 2% of Petrobras' worldwide investments. Given that Bolivian gas makes up only 4% of Brazil's overall energy consumption, most analysts foresee limited impacts even if the gas supply were to be interrupted. End Summary.

Bending to Evo's Will? -----

¶2. (SBU) The GOB's formal reaction to the nationalization operation finally emerged early on the evening of 2 May, after marathon meetings chaired by Lula that began at 11:00 am and extended throughout the day. The stunningly brief and anodyne presidential press release -- the insipid fruit of an entire day of Lula-led crisis-mode deliberations for which two cabinet ministers had been called back to Brasilia from abroad -- consisted of only five points in which the GOB recognized Bolivia's right to "nationalize the riches of its soil and control their industrialization, transport and commercialization," affirmed the GOB will act "with firmness and tranquility in all fora" to preserve Petrobras' rights and carry out mutually beneficial negotiations with Bolivia, and assured that supplies of natural gas to Brazil are guaranteed by the will of both countries, as reiterated in a telephone conversation between Morales and Lula (presumably on 2 May).

¶3. (SBU) The tepid reaction from the presidency -- despite expectations from senior GOB advisors that Lula would have to make some strong point of protest (see below) -- may well fuel criticisms in the opposition and media that the GOB's policy toward Morales has been shown to be disastrously inept. The announcement that Lula will go Argentina this week to meet Morales and Venezuelan President Hugo Chavez -- who is now widely considered in Brazil to be the guarantor of Morales' bold action -- may further reinforce the negative impressions of a president caught asleep at the switch and unwilling to stand up forcefully for vital Brazilian interests. Foreign policy is seldom a major issue in Brazilian presidential campaigns, but it is a certainty that this episode will feature prominently in the opposition's campaign.

¶4. (C) In a private meeting with Emboff on 2 May (ref G), Marcel Biato, Lula's deputy foreign affairs advisor, provided insight on the thinking within Lula's inner circle on the day after Morales made his move. The GOB was not surprised by the content of the nationalization decree -- those are the uncompromising terms Brazilian negotiators have been hearing for the past 7-10 days. Biato said that in March, Petrobras and Bolivian interlocutors had been engaged in what appeared to be relatively positive discussions. However, Morales abruptly broke the talks off, insisted he would only discuss the issues with Lula directly, and the Bolivians only re-engaged in recent days, with the stark message they took public on 1 May. In the interval between the March talks and the nationalization, Biato observed there was a lot of Morales interaction with Chavez. (Note: Per ref D, Chavez and Lula met in Brasilia on 20 April; in the meeting Lula was to register his concern about the nature of Venezuelan involvement with Morales on the hydrocarbons issues. End note.) It is clear now to the GOB that Morales was emboldened after hearing that Chavez would (a) provide technical help to get gas out of the ground if Petrobras bails (which the GOB doubts the Venezuelans have the know-how to do), and (b) buy the product. (Comment: This view has now taken hold in the Brazilian media and opposition as well. End comment.)

¶5. (C) While not surprised by the terms of yesterday's decree, the timing, lack of diplomatic notice and use of the armed forces (presumably for dramatic impact in Bolivia and to show the military's solidarity with Morales in the action, Biato opined) angered the GOB, who anticipated that early Brazilian references to the action as "unfriendly" would be echoed by Lula in his statement. Biato noted there is a domestic requirement that Lula "say something tough" now at a political level, though the GOB wants to avoid turning this into a Morales-Lula slugfest. (Comment: Biato was wrong -- the anemic presidential statement contains no hint of criticism or official displeasure. End comment.) As talks proceed over the next six months, Biato said options available to Brazil include: (1) Petrobras

operates but prepares to break contractual obligations (e.g., non-payment to Bolivia, with the line that Morales can just deduct what he wants from Bolivia's debts to Petrobras). GOB would prefer not to compromise its legal standing by breaking a contract, however, Biato said; (2) Petrobras prepares to pull out unilaterally; (3) Petrobras starts arbitration. The latter course looks most likely at this point, Biato said (but see below).

¶6. (C) However, Petrobras will not/not accept a massive price increase under any circumstances, and will also not accept a role as just a service provider, Biato confirmed. Those are red lines for both the company and the GOB, as Morales has been told repeatedly. In that sense, Biato said "this is a poker game," where Brazil's interests are big, but Bolivia's potential for loss is much bigger. But in poker, as in diplomatic negotiations, the players must have some sense that their opponents are operating from a base of logic and rationality. At this point, the GOB's senior level has lost confidence that Morales possesses those qualities, Biato said. There is a sense in the GOB that Morales, "just put this out there, did what he wanted to for his own political reasons, and now expects all the rest of us to sort it out," Biato said. Again, the influence of Chavez must come to mind, Biato acknowledged.

Petrobras: Evo Engaging in "Scare Tactics" -----

¶7. (SBU) Despite Petrobras President Sergio Gabrielli's previous public statements that it would leave Bolivia rather than accept nationalization or become simply a service provider, after the occupation of its oil and gas facilities by Bolivian troops Petrobras has hewn to the Lula administration's bland 2 May public response. A Brasilia-based Petrobras contact told us the company's strategy after the statement is to let this issue remain at the government-to-government level. Petrobras employees have essentially been told to stay put, shut up, keep their heads down, and let the Brazilian government negotiate with the Bolivian government. According to our Petrobras contact, the company regards the timing and drama of the action primarily as a negotiating tactic. The slow and contentious contract renegotiations, the pipeline break of last month and the ongoing repairs have obviously called into question Bolivia's position as a stable supplier for the Brazilian gas market. The threat of nationalization is meant, he said, to scare Petrobras and others back to the negotiating table and make them more willing to accept Bolivian government terms.

Short Term Bolivia Risk Already Figures In -----

¶8. (SBU) A number of contacts have told Econoffs that financial markets already had factored in substantial Bolivia risk into Petrobras' share price and expect little disruption in the short term. Roberto Troster, the Chief Economist at FEBRABAN (the Brazilian banking industry association) said that financial circles are in a "wait and see" mode, since there does not appear to be a threat that gas supplies will be cut in the near term and because Bolivia is such a small percentage of Petrobras assets. Likewise, a Banco Pactual analyst saw limited effects on Petrobras in the short term as Bolivia accounts for less than 3 percent of the company's oil and gas production and about 2 percent of Petrobras' US\$66 billion assets. Petrobras shares, which opened on the NYSE May 2 with a small drop, made up the lost ground and closed up overall.

Limited Economic Impact foreseen -----

¶9. (SBU) While gas from Bolivia is 43-44 percent of the natural gas consumed in Brazil, it makes up only about four percent of Brazil's total energy consumption. Gas is used principally for cooking, gas-fueled cars and buses, industry (iron and steel, chemical, ceramics, glass) and power generation. A Petrobras contact told post that the company's contingency plan in the event of a gas shortfall is to cutback on gas-fired electricity generation plants to preserve supply for other uses. Brazil is in a good position to do so as currently the reservoirs at Brazil's hydroelectric power plants, which make up well over 80% of Brazil's power generation capacity, are at high levels. This will preserve scarcer gas supplies for industrial uses (which generate employment), as well as domestic and transportation uses. A May 2 Credit Suisse First Boston report estimated that the inflationary and growth impact of the nationalization (or any reduction in supplies from Bolivia) will be low based on the availability of hydroelectric power to supply energy demands.

Medium to Long Term Alternatives -----

¶10. (SBU) Brazil recently had dusted off its contingency plans to deal with gas supply shortfalls after the Bolivia pipeline was damaged by recent rains (ref C). Local analysts also have pointed out that Brazil has alternatives in the longer term, as development of the offshore Santos basin will provide a new domestic gas source to rival the size of current Bolivian supply in the 2010 to 2012 time frame (ref I). In the medium term, however, Brazil could face a crunch, as expected power demand is projected to exceed projected capacity in the 2009 time-frame. Removing the gas-fired thermal generation plants from the power mix likely would bring forward the moment when Brazil faces power generation shortfalls. Industry contacts have told us that the gas-fired electricity generation plants (many of which are presently idle as hydro power is cheaper) could be converted to diesel or oil to help deal with the situation. The process, however, would take some time and would be expensive (ref H). Separately, Petrobras is examining the feasibility of building two Liquid Natural Gas (LNG) re-gasification plants, reportedly at a cost of about US\$400 million each, to allow gas imports from countries such as Nigeria and Algeria.

Comment -----

¶11. (C) On the political level, Lula and his foreign policy team could not look worse at this moment. The image of Bolivian soldiers moving into Petrobras installations is vivid and offensive for Brazilians of all classes, and will appear to many as a massive rebuke to the Lula administration's theology of a Brazilian-led new era of "regional integration." Indeed, in the Brazilian press and popular imagination, Lula is increasingly seen as outmaneuvered, manipulated and flim-flammed by his "hermanos," Chavez and Morales. The PSDB opposition and much of the media can be counted on to keep this episode alive, pointing it out as another defeat for Lula's foreign policy, and blistering evidence that the ideological bias and operational incompetence of Lula's government can place key Brazilian national interests in peril.

¶12. (C) On the economic front, Brazil is likely far less vulnerable to serious immediate damage from Morales' May 1 nationalization decree than the headlines suggest. Although there is clear potential for a medium term energy crunch and certain gas-consuming Brazilian industry may be hurt, the GOB has the luxury of time and resources to work on alternatives. This makes Lula's weak-kneed response to the spectacle of Bolivian troops occupying Petrobras' facilities -- which itself followed on the heels of Morales' expulsion last week of Brazilian steel company EBX -- all the more puzzling. Although Petrobras may nevertheless ultimately seek arbitration,

depending on the evolution of events, it will be much harder for it do so without more energetic GOB backing.

CHICOLA

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
06BRASILIA882	2006-05-05 19:07	2010-12-30 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000882

SIPDIS

SIPDIS

TREASURY FOR F. PARODI

E.O. 12958: DECL: 05/05/2016

TAGS: PREL EINV EPET XM BR

SUBJECT: BRAZIL: ADDITIONAL DEVELOPMENTS ON BOLIVIAN NATIONALIZATION OF ENERGY INSTALLATIONS REF: BRASILIA 861 AND PREVIOUS

Classified By: CHARGE PHILLIP CHICOLA. REASONS: 1.4 (B) (D)

¶1. (C) Summary. Senior Brazilian Government (GOB) officials told emboffs that they viewed the 4 May meeting in Puerto Iguazu, Argentina as a "successful symbolic event" that demonstrated Presidents Lula, Morales, Chavez and Kirchner remain committed to regional cooperation and can talk productively about energy issues, in the wake of Bolivia's sudden nationalization of foreign-owned energy installations on May Day. But the gap between the GOB's official spin and public reactions appears wide. The tone of reporting in much of Brazil's media remains highly critical of the GOB's handling of the situation, and continues to depict an emerging Morales-Chavez axis that is pursuing an agenda at Lula's expense. End summary.

A POLITICAL GESTURE... -----

¶2. (C) Raimundo Magno, diplomatic advisor to Civil Household Minister Dilma Rousseff, told Charge on 5 May that the Argentina meeting was viewed by the GOB as a "successful symbolic event." The GOB's intention was not to engage in hard bargaining or concrete policy negotiations, but "to send a

message" that the presidents are still united in seeking the goal of regional integration, and would be able to work together on the gas issues.

¶3. (C) In an earlier conversation on 4 May with PolCouns, Marcel Biato, deputy foreign affairs advisor to President Lula, had conveyed a similar message. Biato had not received a briefing on the meeting, but made a few observations:

-- The Argentina meeting is a political gesture that Lula and Kirchner conceived on 2 May. The Brazilians wanted to use the summit to reinforce their continued political commitment to regional integration and comity, despite the events of recent days. At the same time, Lula intended to make it clear that the issues with Bolivia and Petrobras are strictly bilateral in nature. Biato said that Lula's soft position in the past two days is intentional, to leave him room for maneuver. Petrobras President Gabrielli is providing the hard line in public, i.e., no price increase, no more investment in this climate, ready to go to arbitration. This is choreographed, a deliberate tactic, Biato said. (Comment: But it should be noted that Lula seemed to publicly undercut Gabrielli's hard line at the Argentina meeting, saying there is still the possibility of new Brazilian investment. End comment.)

-- Asked whether Planalto is not concerned about the harsh media reaction depicting Lula's response as weak, Biato said Lula and the GOB see no profit in engaging in megaphone diplomacy with Morales, and that the Brazilian media and public will come around to seeing the merit in a circumspect approach, as the markets are already recognizing. Results are what count: if the GOB keeps the gas flowing at stable prices while Petrobras pursues its legal options, the wisdom of Lula's approach will be vindicated. Keeping a dialogue going is useful, Biato said, because Morales is going to realize sooner or later that Bolivia is not Venezuela -- i.e., foreign companies will, in fact, walk away if they must, so he needs to deal. Biato said the GOB is looking for this realization and perhaps political changes that come in Bolivia with the constituent assembly as factors that may affect Morales' position.

-- Challenged about the growing public perception in Brazil that Morales and Chavez are in cahoots at Lula's expense, and whether this does not undermine Brazil's regional unity vision, Biato was laconic. "What are we supposed to do? We can't choose our neighbors. We don't like Chavez's modus operandi or Morales' surprises, but we have to manage these guys somehow, and keep the regional integration idea alive."

THAT MAY HAVE BEEN A DUD -----

¶4. (U) But looking at Brazilian media coverage of the Argentina meeting, it is far from clear that the symbolism was as successful as the GOB hoped. Most Brazilian press following the meeting focused on Lula's failure to achieve any breakthroughs, and commentators continued to criticize the GOB response as weak and inadequate. Respected columnist Miriam Leitao stated on TV Globo that "President Lula has been inept throughout this crisis. The

trip and joint interview were a disaster. It is obvious that it was not the moment to show solidarity with Morales...This was a disastrous week." Leading daily "Estado de Sao Paulo" carried comments by former Brazilian ambassador and Brazilian Petroleum Agency CEO Sebastiao de Rego Barros Netto expressing his bewilderment at the passivity with which Lula has reacted to events in Bolivia. And former Brazilian Ambassador to the U.S. Rubens Barbosa noted in "Folha de Sao Paulo" that Brazil's "national interest should come ahead of anything. The government is minimizing the expropriation." Brazilian media also highlighted a report in "The Economist" -- widely respected in Brazil's policy and finance communities -- saying the events in Bolivia are a victory for Chavez and his proxy, Morales, and a defeat for Lula. The optics were hardly kinder than the editorials. A large photo on the front page of "Estado de Sao Paulo" shows an awkward Lula standing between Kircher, Morales and Chavez -- the three of whom appear to be laughing at some joke told at Lula's expense.

COMMENT -----

¶5. (C) Ineptitude and mixed signals continue to characterize the GOB's response to Morales' fait accompli. And the Brazilian public and media remain riled up in an unusually vociferous way, voicing frustration with the GOB and growing suspicion -- if not outright animosity -- toward Chavez and Morales. It remains to be seen whether the public ire continues. (Brazilians can forget such things quickly when the World Cup is on the horizon.) The real story of Brazil's response is probably just starting now, and will likely play out in the hard-headed world of corporate board rooms and arbitration court, with Petrobras -- which has legal obligations and share holder demands that may ultimately trump Lula's faltering dream of regional leadership -- doing the talking that matters for the Brazilian side. We will touch base with key political and energy sector contacts in the next days and report new developments.

CHICOLA

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
07BRASILIA833	2007-05-10 15:03	2010-12-30 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000833

SIPDIS

SIPDIS

DOE FOR GWARD/CGILLESPIE
 TREASURY FOR OASIA USDOC FOR 4322/ITA/MAC/WH/OLCA/JANDERSEN/ADRISCOLL/MWARD
 D USDOC FOR 3134/ITA/USCS/OIO/WH/RD/SHUPKA

E.O. 12958: DECL:05/08/2017 TAGS: ENRG EINV PGOV PREL BR

SUBJECT: BRAZIL: PETROBRAS AND GOB RESPOND TO BOLIVIAN OIL SECTOR DECREE

REF: LA PAZ 1280 Classified by Deputy Economic Counselor J. Andrew Plowman, reasons 1.4 (b) and (d).

¶1. (C) Summary: The Bolivian Government's decree prohibiting Brazil's Petrobras from exporting refined petroleum products (reftel) has drawn an incrementally more robust official response from the Brazilian Government than previous Bolivian actions prejudicial to Petrobras. Foreign Ministry (Itamaraty) Bolivia desk officer Lauro Beltrao told Emboff May 9 that their press statement of the previous day, which notes the "negative effects that this and other unilateral actions might have on cooperation between the two countries" was meant to be a clear signal to Bolivia that Brazil expects fair treatment of Petrobras. Meanwhile, Petrobras has asked for a response by May 10 to its proposal for the sale of its two refineries to Bolivian parastatal YPFB stating that it would ask for international arbitration if the Bolivian government fails to make a fair offer for the two refineries. While not tipping his hand as to what Petrobras will do in the next few days, CEO Gabrielli made clear to the Ambassador May 8 (septel) that there would not be any further investment in Bolivia and Brazil will be importing liquid natural gas beginning next year to reduce its dependence on Bolivian gas. Brazil's current dependence on Bolivian gas constrains its near term response to La Paz's decree. End Summary.

¶2. (U) The Bolivian May 6 decree barring Petrobras from exporting refined petroleum products directly from its two refineries in Bolivia, and requiring their sale to a YPFB monopoly trading operation, has effectively "expropriated" the refineries' cash flow and made their operation "unviable," Gabrielli told the press May 7. Gabrielli announced that Petrobras was opting to sell the two refineries to YPFB. It had put a proposal on the table to YPFB, he said, and Petrobras expected an answer by the morning of May 10. If the Bolivian government did not offer fair compensation for the refineries, Gabrielli said, Petrobras would take all necessary legal steps at its disposal. Gabrielli did not specify what Petrobras would consider a fair offer, although the press quoted unnamed Petrobras sources stating the company is seeking USD 120 to USD 135 million.

¶3. (SBU) Itamaraty Bolivia desk officer Beltrao confirmed to Emboff in a May 9 conversation the outline of Petrobras' response so far, including the

May 10 deadline for a response to Petrobras' offer. Petrobras, he noted, made this investment through a Dutch subsidiary and therefore could use the option it has under the Bolivia-Netherlands bilateral investment treaty to compel binding international arbitration. Beltrao stated that despite Petrobras' May 10 deadline, Bolivian President Morales has said the negotiations would take ten days at least.

¶4. (C) Beltrao denied press allegations that the GoB already has begun to take retaliatory actions, stating the incidents cited as evidence of retaliation (e.g. cancellation of a high-level meeting between Brazil's Ministry of Development Industry and Trade and its Bolivian counterpart) were taken out of context. The GoB also would continue its strategy of keeping negotiations, to the maximum extent possible, between Petrobras and YPF, according to Beltrao. Nevertheless, he implied that the latest Bolivian action had forced the GoB to re-evaluate its approach, noting that the language of the GoB's press release was meant as a clear signal to Bolivia that there are limits. The press release (informal translation at paragraph 7) does note the "negative effects that this and other unilateral actions might have on cooperation between the two countries."

¶5. (SBU) The subject of Bolivia came up in the Ambassador's May 7 meeting with Gabrielli (septel). While Gabrielli did not telegraph Petrobras' specific game plan for the next few days, he did make it clear that Petrobras would not be investing further in Bolivia. He also outlined Petrobras' plans for reducing Brazil's dependence on Bolivian gas by beginning to import liquefied natural gas, including from Nigeria and Qatar. According to Gabrielli, Petrobras will bring two floating re-gasification plants to Brazil in the next two years, the first arriving in May 2008 and the second in January 2009. These would have a capacity to import and re-gasify 20 million cubic meters of natural gas a day. One would be placed in Rio and the second in Recife.

¶6. (C) Comment: Although it took over a year since the May 1, 2006 surprise nationalization decree for the Brazilian Government to begin to show signs of a stiffer spine, the latest attack on Petrobras appears finally to have elicited a firmer response. In dealing with Bolivia, however, the Lula Administration remains constrained by a multitude of other considerations, including the repercussions for its near-term gas supplies and for the thousands of Brazilian farmers and settlers in Bolivia. There remains little desire here for confrontation with Bolivia. End Comment.

¶7. (U) Text of Brazilian press release: Note number 211, May 7, 2007. Decision of Bolivia Regarding the Monopoly over Export of Petroleum and Gasoline The Government of Brazil expresses its disappointment with the Supreme Decree 29122, which gives YPF a monopoly over the export of crude petroleum and white gasoline [distillates], which has a direct effect over the economic viability of the Gualberto Villaroel and Guillermo Elder Bell refineries, both properties of Petrobras. The measure harms, and might make unviable, the negotiation process for normalization of the situation of the two refineries within the legal and institutional framework created by the Supreme Decree 28701, a process in which Petrobras was engaging in good faith. Independently of whatever legal actions Petrobras may take in defense of its legitimate interests, the Brazilian government cannot fail to note the negative effects that this or any other unilateral action might have on cooperation between the two countries. End text of release.

SOBEL

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
08BRASILIA129	2008-01-25 14:02	2010-11-30 12:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000129

SIPDIS

SIPDIS

DEPARTMENT FOR PM, WHA, AND EEB

E.O. 12958: DECL: 01/24/2018

TAGS: PREL MARR EAIR PGOV BR

SUBJECT: BRAZILIAN DEFENSE MINISTER ON DCA, TRIP TO FRANCE AND RUSSIA,
CIVIL AVIATION

REF: A. STATE 3557 B. BRASILIA 99 C. STATE 3163

Classified By: AMBASSADOR CLIFFORD SOBEL, REASON 1.4 (B) AND (D)

¶1. (C) Summary. Brazilian Defense Minister Nelson Jobim told the Ambassador January 17 that he would like to sign a Defense Cooperation Agreement (DCA, ref A) when he visits Washington in March, but that he faces stiff opposition in the Ministry of External Relations (MRE or Itamaraty). He briefed the Ambassador on his upcoming trip to France and Russia, and on his continuing work regarding civil aviation matters. The internal GOB discussion on the merits of a DCA will likely center on the message the GOB thinks it will send regarding the nature of Brazil's relationship with the United States. End summary.

Defense Cooperation Agreement: The Battle is Joined -----

¶2. (C) In a private breakfast on January 17, the Ambassador told Jobim that his initial approach on a DCA to MRE Under Secretary for Political Affairs Everton Vargas had not been SIPDIS well received, and that Vargas had specifically mentioned Secretary General (Vice Minister) Samuel Guimaraes when SIPDIS asking for time to work the issue internally (ref B). Jobim responded that Guimaraes posed a serious problem, not only on the DCA but on a variety of issues. Jobim said that Guimaraes "hates the United States" and is actively looking to create problems in the relationship. Jobim said that he has had to beat back more than one outlandish proposal by Guimaraes calculated to upset relations with the U.S. and other industrialized countries.

¶3. (C) Jobim said that he would like to sign the DCA when he travels to Washington in March. Guimaraes has told him that cannot happen and is working hard to prevent the DCA from being concluded. He argued that, as Jobim's predecessor went to the United States in 2007, protocol demands a return visit by the U.S. Defense Secretary. (Comment: Strictly speaking, this is not true, as the meeting between the SecDef and Jobim's predecessor was not part of an official counterpart visit. End comment.) He told Jobim

that his trip would "mean nothing" compared with the symbolism of a visit by the SecDef to Brazil. Jobim said he pushed back, telling Guimaraes that "Itamaraty is the process," not the substance of engagement on his issues. But he told the Ambassador that he does not want to "win the battle and lose the war" and expend too much political capital on the DCA, so will have to proceed carefully. In particular, he said, if Guimaraes and FM Amorim join forces against a DCA, that could be a serious problem.

Submarines in France, Helos in Russia

¶4. (C) Jobim told the Ambassador that the primary purpose of his upcoming trip to France is to discuss design issues for a nuclear-powered submarine. He also said that he will look at France's Rafale airplane. In Russia Jobim's primary purpose is to ensure servicing for Brazil's Russian helicopters. He noted that Russia wants to open a jeep facility in Porto Alegre, and that he will travel to Russia in an Embraer plane in the hope of making sales there.

Civil Aviation: Engaged on Latest Problems -----

¶5. (SBU) Jobim told the Ambassador that he believes he has found options for avoiding the proposed draconian increase in landing fees at Sao Paulo's Guarulhos airport (ref C), especially as they can have another apron ready quickly. He asked for another few weeks to work the issue. Discussing Brazil's airport operator Infraero, he said that the current management problems are so big that more time will be needed before he can consider opening it up to foreign investors.

¶6. (C) Comment: Jobim's candid comments on Guimaraes confirm similar messages from U/S Vargas and Long-Term Planning BRASILIA 00000129 002 OF 002 Minister Roberto Unger (ref B) regarding the difficult internal battle in the GOB that will surround the proposal for a DCA with the United States. As he has since the beginning of his tenure, Jobim continues to challenge the historic supremacy of Itamaraty in all areas of foreign policy. President Lula's direction to Jobim to postpone his visit to Washington (initially planned for January) until he had met with his Latin American counterparts was almost certainly provided on the basis of input from Itamaraty and presidential foreign policy advisor Marco Aurelio Garcia. In the same way, the merits of a DCA are likely to be considered by the GOB at least in part in light of the message it will convey regarding the nature of Brazil's relationship with the United States. Once again, President Lula may have to play the deciding role between an unusually activist Defense Minister interested in developing closer ties with the United States and an MRE that is firmly committed to maintaining control over all aspects of foreign policy and to keeping a measure of distance between Brazil and the United States.

SOBEL

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
08BRASILIA1226	2008-09-12 23:11	2010-12-30 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 03 BRASILIA 001226

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 09/12/2018

TAGS: PREL PGOV ECON ENGR EPET EINV BR BL

SUBJECT: WHAT TO DO ABOUT BOLIVIA? BRAZIL'S PRESIDENCY, FOREIGN MINISTRY
WONDER

REF: A. KUBISKE-MCMULLEN 9/11 TELCON B. BRASILIA 01224 C. STATE 97316
Classified By: Deputy Chief of Mission Lisa Kubiske.

Reasons: 1.4 (b) and (d).

SUMMARY: Ambassador Marcel Biato, Chief of Staff to Brazilian presidential foreign policy advisor Marco Aurelio Garcia, told the DCM September 11 that Brazil is engaged in seeking a solution to the latest crisis in Bolivia. President Lula had offered to foster dialogue to help stabilize the situation but had been rebuffed by Morales, as had GOB overtures to the opposition. Biato said Brazil is sympathetic to the Bolivian Government's legitimate attempts to regain control over its territory and believes that it wants to avoid bloodshed. The GOB hopes that the USG and others will steer clear of actions and statements that harden the postures of the players and their supporters in the hemisphere. Ministry of External Relations (MRE) South America Division head Joao Pereira Pinto reiterated September 12 the GOB's desire to facilitate dialogue, but indicated it has not yet decided on the best mechanism for doing so. Pereira noted Brazil's intent to send a high-level delegation to Bolivia at the appropriate time, and said the GOB was coordinating its response with Argentina and Colombia. Pereira agreed that Venezuelan President Hugo Chavez, like Bolivian President Evo Morales, was using the expulsion of U.S. ambassadors and accusations of conspiracies as a "tactic" to distract from domestic woes. He suggested that the energy problems created by the temporary cut-off of some gas to Brazil were not serious and would be resolved within days. The GOB sees the situation as a domestic political problem in which neither side is willing to negotiate, and sees eventual dialogue as the key to a solution, but it has yet to find a way forward toward achieving that goal. Although worried by the situation, the GOB is for the time being coordinating behind the scenes with other regional actors. END SUMMARY.

----- FROM THE OFFICE OF THE PRESIDENT -----

¶2. (C) The DCM met with Amb. Biato on September 11 to discuss the situation in Bolivia. Biato said that Brazil is concerned about the situation and has engaged. Lula had called Evo Morales that afternoon, offering to help foster dialogue to help stabilize the situation. They did not discuss natural gas during the conversation, Brazil's main economic interest, however. He said Lula had offered the help of the Friends of Bolivia group (Brazil, Argentina, and Colombia), but Morales did not accept. (NOTE: According to press reports, Marco Aurelio Garcia and MRE

Secretary General (Vice Minister) are on standby and prepared to depart for Bolivia as soon as Morales gives permission. END NOTE.) According to Biato, the GOB has also tried to speak with the prefects of the opposition departments, but to date they have declined. The GOB has not offered any other kind of assistance.

¶3. (C) Biato told the DCM that Brazil sees the problem as a domestic political issue, in which neither side is willing to negotiate with the other right now. The solution needs to be political dialogue and restoration of the rule of law, not use of force. The Brazilian government is sympathetic to the Bolivian government's legitimate attempts to regain control over its territory, he said. The GOB also believes that the Bolivian government wants to avoid serious bloodshed; it did not want a repeat of the Sanchez Lozada episode in which many people were killed and the government was toppled. The GOB does not presently predict a catastrophic scenario ahead, he

BRASILIA 00001226 002 OF 003

added, but it worries that the Bolivian government may be weakening and wonders if the military and police (especially the police) will be up to the task of protecting public institutions and energy facilities.

¶4. (C) The DCM laid out the USG's position, stating that we saw serious implications for our bilateral relationship with Bolivia, for the regional fight against narcotrafficking, and for regional security. She noted also that Morales' unwarranted action of declaring Ambassador Goldberg persona non grata was a case of extremely poor timing, as it occurred just ahead of our drug certification decision -- a decision that had been controversial and difficult in recent years. The outlook for ATPDEA could also be complicated by Morales' action, she added. Biato appeared to take careful note of this, asking when the certification decision would be made, for example.

¶5. (C) The GOB hopes that USG and others will steer clear of actions and statements that harden the postures of any of the players or their supporters in the hemisphere, Biato stated. He also noted that in its own public statements, the GOB has avoided making accusations of "terrorist acts," instead describing them as "acts of vandalism." (NOTE: The GOB's public statement on the situation in Bolivia calls for respect for constitutional government, condemnation of actions of violence, and a call for dialogue towards a negotiated and sustainable solution. Full text is available at mre.gov.br. END NOTE.) The GOB urged us to continue "strategic patience" while acknowledging that the Bolivian government accusations against Ambassador Goldberg are without foundation, Biato said. "False dichotomies" (South American political alignments) could result from politicizing the rhetoric, he warned.

¶6. (C) Addressing industry concerns about the disruption in gas supplies caused by damage to the pipeline in Bolivia, Biato characterized the current situation as "worrisome but not grave for Brazil." Subsequent discussions with energy sector contacts indicate that Brazil can continue for some time (many weeks) with the 10 percent shortfall in Bolivian supply of natural gas to Brazil through a variety of contingency plans (Ref B), including use of alternative types of energy. A shortfall of 50 percent in Bolivian supply of natural gas to Brazil would be serious; at this level of shortfall, the main cost for Brazil would be economic higher energy costs raising prices more broadly in the economy.

----- THE VIEW FROM ITAMARATY -----

¶7. (C) The Political Counselor and Deputy Political Counselor met September 12 with MRE (AKA "Itamaraty") Director of South American Department I, Minister Joao Pereira Pinto. Pereira, whose section is responsible for bilateral relations with the MERCOSUL countries and Bolivia, said that Brazil was trying to promote dialogue between the government and the opposition prefects, but lamented that at the moment both sides "lack the ability and the willingness to engage in dialogue." He said that although the GOB had tried to talk to the opposition, the Morales government wanted Brazil to talk to it only. Both sides had come out of the August 10 referendum with indications of popular support for their respective positions and considered themselves "winners." This only hardened their positions and made them less willing to talk, he added. He also mentioned that dialogue was made more difficult by the underlying racial divisions between the two parties and possible linguistic difficulties which could contribute to misunderstandings.

¶8. (C) Pereira said the GOB saw the need to lower the level of confrontation between the two sides, and speculated that

BRASILIA 00001226 003 OF 003

to do so it needed to "speak frankly" with the politicians on both sides. He said the GOB was coordinating with Argentina and Colombia but, in response to the PolCounselor's statement that the USG was considering the possibility of addressing the situation at an OAS meeting and would be looking to Brazil for possible assistance should that occur, Pereira said that Brazil did not "know about the OAS yet." He added that, "It's always a possibility as a way to facilitate dialogue," but noted that former Argentine Foreign Minister Dante Caputo wanted to go to Bolivia with a group but had been told by the Morales government not to come. (NOTE: According to press reports, President Lula has spoken with Cristina Kirchner and Hugo Chavez about the situation, and the GOB is coordinating with its Friends of Bolivia partners, Colombia and Argentina. END NOTE.)

¶9. (C) PolCounselor noted that Venezuelan President Chavez had announced the expulsion of the U.S. Ambassador. Pereira indicated he gave no credence to either Chavez's or Morales' accusations, but saw them as tactics aimed at distracting from internal problems. Pereira likened Chavez to an unruly schoolboy who is popular only because his antics create problems for the teacher. Commenting on Venezuela's involvement in Bolivia, Pereira said that "Morales has to deal with Chavez carefully," as there is a great deal of anti-Chavez sentiment in Bolivia. The PolCounselor took the opportunity to inform Pereira that the USG would be publicly announcing the addition of three high ranking Venezuelan officials to its list of drug kingpins (ref C). Pereira said that would definitely complicate matters and wondered if there were not some way to adjust or postpone the announcement. The PolCounselor told him there was not, but assured him that the timing of the announcement was purely coincidental as it had been in the works well before the current situation flared up. Pereira said he would pass the information on to his colleague responsible for relations with Venezuela.

¶10. (C) Discussing the events of the last few days in Bolivia, Pereira downplayed the significance of the gas pipeline cut-off. He echoed official GOB statements that the first incident involving damage to the pipeline had been an act of vandalism. He said the second incident was still being investigated, and speculated that it may have been caused by Petrobras increasing the level of pressure in the pipeline to push a greater volume of gas through to make up for the previous interruption in supply. Whatever the cause of the problem, he noted the second problem had been fixed by 3 PM on September 11 and that the first should be repaired within the next few days.

¶11. (C) COMMENT: The GOB recognizes the potential for the situation in Bolivia to deteriorate into a grave political crisis, which could have extremely negative consequences for Brazil (including emigration to Brazil, lost investments, and ruptured political relations). However, the GOB sees the current situation in Bolivia as a domestic political problem resulting from the fact that neither side is willing to negotiate, and appears to be at a loss for the moment on how best to proceed. The GOB firmly believes that the best way to deal with the crisis is through dialogue between the Morales Government and the opposition prefects. The GOB is willing to help facilitate such dialogue, but its offers have been rebuffed. At present, the GOB does not believe the situation will degenerate into a grave political crisis. So, although worried by the situation and eager to facilitate a solution, the GOB is for the time being coordinating behind the scenes with other regional actors. END COMMENT.

SOBEL

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
08BRASILIA1266	2008-09-22 21:09	2010-12-30 00:12	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L BRASILIA 001266

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 09/22/2018

TAGS: PREL KDEM PREF BR BO

SUBJECT: BRAZIL FOREIGN MINISTRY ON BOLIVIA SITUATION

REF: A. SECSTATE 99473

B. BRASILIA 1253 (NOTAL)

C. LA PAZ 2036 (NOTAL)

Classified By: Political Counselor Stephen M. Liston, reason 1.4 (b) and (d)

1. (C) PolCounselor delivered ref A demarche on September 22 to the Brazilian Foreign Ministry South America 1 Division (Mercosul countries) Chief, Minister Joao Luis Pereira Pinto, who is handling all of South America in the absence of his counterpart who handles the Andes and Under Secretary for South America Enio Cordeiro. (Note: Per ref B, PolCounselor had previously delivered the demarche to the presidency on September 19.) Pinto thanked PolCounselor for the information on the expulsions and indicated that he thought the U.S. response was entirely appropriate.

2. (C) Despite local press reports that negotiations between the Bolivian government and opposition were stalled, Pereira Pinto said that the press was overstating the problems. Although the talks were difficult and patience would be required, he said that it was essential to keep the parties at the negotiating table. Pereira Pinto thought that the Catholic Church had the most credibility with both sides and would therefore have a key role in keeping negotiations moving. He confirmed that Ambassador Macedo Soares, a former Under Secretary for South America, was leading Brazil's delegation to observe the talks. Pereira Pinto also said that, as head of the UNASUL "logistics" committee (one of three created at the September 15 emergency meeting), Brazilian Defense Minister Nelson Jobim would host the Bolivian Defense Minister on September 25. The goal is to see what type of material support the GOB needs, and to pass these requests along to other UNASUL countries.

3. (SBU) PolCouns asked about the number of people coming across the border into Brazil as a result of the instability. Pereira Pinto said that there are no hotels rooms left in Brasileia, the border town in the Brazilian state of Acre across from Bolivia's Pando Department, but described this as an indication that most of those crossing were middle class or above and able to care for themselves. He indicated that the numbers of those seeking shelter in Brazil--including both Bolivians and Brazilian farmers--were small enough that it was not a problem. Pereira Pinto confirmed that Bolivians enjoy de facto access to Brazilian social services even though an agreement providing legal access has not yet been signed. Asked about any official requests for asylum or refugee status, Pereira Pinto said he was not aware of any. He added that there was no

truth to news reports that the Bolivian Government had requested the Brazilian government return Bolivian citizens allegedly involved in anti-government violence in Pando.

¶4. (C) Comment: The GOB is eager to promote a peaceful resolution to the Bolivia crisis and help restore stability. Nonetheless, the GOB is walking a difficult line. Sensitive to protect what it sees as the overriding principles of non-interference and sanctity of borders, the GOB is supporting the "constitutional government" in Bolivia and insisting that the Bolivian government should determine how the international community plays a role. Although the GOB sees this as the best way to keep a lid on the crisis and encourage Evo Morales to stay at the negotiating table, the GOB's support for the Bolivian government, particularly if it extends to material support, may undermine its credibility with the opposition as a neutral partner. At the same time, Brazilians in states bordering Bolivia strongly support the Bolivian opposition, Brazilian commercial interests remain at risk from violence, and the GOB has already taken criticism domestically for its previous "appeasement" of Morales. For the GOB, the safest route is support for dialogue in Bolivia, in its capacity as a member of UNASUL. Even should talks break down and violence increase, however, the GOB is likely to maintain its support for the "constitutional government," absent egregious, public, and continuing violations of human rights.

KUBISKE

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
09BRASILIA177	2009-02-11 19:07	2010-12-21 21:09	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 05 BRASILIA 000177

SIPDIS

STATE FOR WHA, IIP

E.O. 12958: DECL: 02/10/2019

TAGS: PREL PGOV ECON OIIP BR

SUBJECT: UNDERSTANDING BRAZIL'S FOREIGN MINISTRY, PART 1:
IDEOLOGICAL FORCES

REF: A. 2008 SAO PAULO 497

B. 2008 RIO DE JANEIRO 236

C. 2008 BRASILIA 1636

D. 2008 BRASILIA 1637

E. 2008 BRASILIA 1638

F. 2008 BRASILIA 1418

G. BRASILIA 103

H. BRASILIA 0068

I. 2008 STATE 115233

Classified By: Ambassador Clifford M. Sobel, Reason 1.4 (b) and (d)

1. (C) Summary. As Brazil takes an increasingly prominent place on the international stage, its Foreign Ministry, known widely as Itamaraty after its headquarters building, finds itself under the influence of four powerful personalities whose ideologies are shaping its foreign policy priorities and interaction with the United States. Over the last six years, President Lula's relatively pragmatic effort to expand Brazil's outreach to a growing group of countries, including the United States, has been implemented differently by the GOB's three principal foreign policy actors: the nationalist Foreign Minister Celso Amorim, the anti-American Secretary General (deputy Foreign Minister) Samuel Pinheiro Guimaraes, and the academic leftist presidential Foreign Policy Advisor Marco Aurelio Garcia. Along with President Lula, the three have pulled the Foreign Ministry in unaccustomed and sometimes different directions.

2. (C) The departure of deputy FM Guimaraes in November 2009 and a new administration in January 2011 are likely to again modify the GOB's foreign policy ideologies and priorities. As we seek to broaden and deepen our relationship with Itamaraty, ideological dynamics will make Itamaraty a sometimes frustrating partner. Even so, the opportunity exists now to move forward by working with other Brazilian institutions, and to shape the views of a large cohort of younger, more pragmatic, and more globally oriented diplomats who will be moving into senior ranks. Para 16 contains two proposals post is actively exploring. (Note: This is the

first of three cables examining the influences on Brazil's Foreign Ministry. A second will report on the institutional strains affecting Itamaraty. A third will examine the inter-agency struggles that are slowly eroding Itamaraty's foreign policy primacy; see also paras 13-14 below. End note.) End summary.

- - - - -
 President Lula: The Pragmatic Leftist
 - - - - -

¶3. (C) President Lula arrived in office in 2003 with little foreign affairs experience and a broadly leftist approach to international affairs in which more developed countries stood against less developed countries on the world stage. In practice, however, Lula has demonstrated a gift for personalizing foreign policy through contacts with foreign leaders and a penchant for taking a pragmatic rather than an ideological approach to working with other countries. As a result, Lula has significantly shaped Brazil's foreign policy efforts, as his good working relationships with leaders from across the political spectrum have helped increase Brazilian influence and standing, while paving the way for closer cooperation between Brazil and a growing number of global actors, including the United States. But there remains a notable tension between Lula's actions and his rhetoric, which often takes on a North-South, "us versus them" cast. This tension keeps Itamaraty on edge, and has opened the door for Amorim, Guimaraes, and Garcia to formulate and implement Brazil's foreign policy in different ways.

BRASILIA 00000177 002 OF 005

- - - - -
 'Three Foreign Ministers' Make for Unhappy Diplomats
 - - - - -

¶4. (C) Most analysts agree that Lula is not the principal architect of his administration's foreign policy vision, nor the principal overseer of its implementation. In this regard, contacts almost universally cite FM Amorim, SG Guimaraes, and Advisor Garcia as nearly co-equal with regard to their influence in determining the broad outlines and scope of Brazil's foreign policy. All three are leftist in their basic ideology, but each has taken on a specific leadership role, approaches his job with a different slant, relates in a different manner to President Lula, and receives support from a different base. Each has carved out his own foreign policy niche: trade, developed country relations, multilateral issues, Africa, and the Middle East for Amorim; political-military issues, relations with some developing countries, and Foreign Ministry inner workings for Guimaraes; and South American and leftist countries in Latin America and elsewhere for Garcia. The effect is a somewhat disjointed vision and implementation of Brazil's foreign policy that can lead to frustration on the part of Brazilian diplomats.

¶5. (C) Where the interests of these three advisors coincide in their views, Brazil's direction has been unequivocal: prioritizing regional political integration, deepening relations with emerging economies (e.g., through the BRICs

and IBSA--India, Brazil, South Africa--fora), expanding south-south relations (e.g., through Arab States-South America, South America-Africa, and Latin America-wide fora), and increasing dialogue with other regional powers (Iran, Venezuela, China, North Korea) to highlight its position as a friend of both the United States and its adversaries. None of the three admits that there is any interest or effort to place relations with Europe and the United States on a second plane, and staffing at Brazil's foreign missions seems to bear this out (see septel). However, there is a growing debate among the non-government foreign policy elite in Brazil (refs A and B), and substantial opposition from the private sector, regarding the wisdom of what is widely acknowledged as a heavy south-south focus. This debate expresses publicly the discomfort that many diplomats express privately with the direction of Brazil's foreign policy under Lula. Diplomats tell us that the leftist slant to policy has resulted in "exile" either overseas or to domestic postings outside Itamaraty (at universities, for example), self-exile overseas, or early retirement for more senior colleagues.

- - - - -
 FM Amorim: the Nationalist Leftist
 - - - - -

¶6. (C) For all the sniping at Lula's foreign policy from senior ex-diplomats--and such criticism is constant, public, and widespread--Foreign Minister Amorim is one of their own, a respected career diplomat steeped in traditional Itamaraty nationalism. Historically, this expressed itself in opposition to the United States, and it is still unquestionably true that, within South America, Itamaraty resists almost without exception regional initiatives involving the United States. When the United States is at the table, in Itamaraty's view, Brazil cannot lead. This may explain why Itamaraty remains lukewarm regarding the Summit of the Americas, has rejected cooperation with us in South America on biofuels, and has launched a number of initiatives in South America that do not include the United States. Most recently, the December 2008 Bahia summits (refs C, D, E), including the first-ever meeting of Latin American and Caribbean heads of state and government, represented an effort by Brazil to expand the scope of its leadership in the

BRASILIA 00000177 003 OF 005

region, without having to play second fiddle to the United States.

¶7. (C) Under Amorim's most recent tenure as Foreign Minister, however, Itamaraty nationalism has undergone a subtle shift. (Note: Amorim also served as FM for 18 months under President Itamar Franco, 1993-1994. He has served as FM under Lula since 2003. End note.) Over the last several years, a broader, once nearly knee-jerk anti-Americanism has given way to a growing desire to have a seat among global players addressing global issues, to be and be perceived as being an equal to Europe, China, India, Japan, and the United States on the world stage (ref F). The most notable expressions of this tendency have been the renewed primacy given Itamaraty's

long-standing effort to secure a permanent seat on the UN Security Council, a constructive and engaged role in the WTO negotiations (under pressure from Brazil's private sector), interest in playing in the Middle East peace process, and most recently active engagement in discussions on the global financial crisis. Compared with Guimaraes and Garcia, Amorim's leftist views tend to be held in check by traditional Itamaraty care for diplomatic niceties and an almost reverential respect for reciprocity and multilateralism. Brazil's recent decision to grant refugee status to an Italian terrorist (ref G), for example, was clearly made by the Justice Minister for ideological reasons, and almost certainly without Amorim's support.

- - - - -
 Secretary General Guimaraes: the Anti-American Leftist
 - - - - -

¶8. (C) One former diplomat told PolCouns that SG Guimaraes, a career diplomat who was shunted aside by President Cardoso, owes his influence and independence to being the Labor Party's (PT) first choice for FM after Lula was elected. Guimaraes believed he was not confirmable and suggested Amorim, with himself as Secretary General--a move the PT made, but which required congress to pass a waiver, as Guimaraes had not served as ambassador, a legal requirement to hold the post. Along with family connections (Guimaraes' daughter is married to Amorim's son), this history may explain his outsized authority and substantial autonomy.

¶9. (C) Guimaraes is virulently anti-American, and anti-"first world" in general. He has advocated extreme positions--for example, that in order to be taken seriously on the world stage Brazil must develop nuclear weapons--and as the senior official in charge of personnel matters, he issued a required reading list of anti-American books that has only recently been toned down. He has been accused by current and former diplomats of using ideological requirements in handing out promotions. And he is known to have gone out of his way to provoke and stall initiatives by U.S. and European countries. Politico-military affairs, which are managed largely out of his office, and counter-crime/counter-drug issues (managed by him until earlier this year, and still subject to his influence) remain two of our most difficult areas for bilateral cooperation at the policy level, with initiatives regularly stalled or stymied by Itamaraty. According to European and Canadian diplomats, our problems with Guimaraes are not unique, and they are awaiting as eagerly as we are his mandatory retirement in November 2009, when he turns 70.

- - - - -
 Advisor Garcia: the Academic Leftist
 - - - - -

¶10. (C) Many contacts, including most recently Defense Minister Nelson Jobim (ref H), tell us that Marco Aurelio Garcia is one of President's closest advisors, enjoying a

BRASILIA 00000177 004 OF 005

longstanding personal relationship with him and exercising an

outsized influence. An academic leftist and long-time PT member, Garcia has championed closer relations with leftist governments in the region and beyond, as well as the prioritization of south-south relations. Talking with Americans, he tends to couch negative views of the United States as good-natured jokes from the past ("When I was young, we used to call the OAS 'the Ministry of U.S. Colonies'"; "When I was a young man, the joke was, 'Why has the United States never had a coup? Because it doesn't have a U.S. embassy!'"). In the present, he has taken on President Lula's pragmatic approach to foreign policy, dealing with the United States and other non-leftist countries in order to achieve Lula's objectives. Since the new U.S. Administration has come on board, he has been emphatic in passing along Lula's keen desire to meet soon with President Obama.

¶11. (C) Garcia's influence as Lula's most trusted foreign policy advisor remains undiminished despite harsh criticism from Brazil's foreign policy elite for being too "soft" on its neighbors, which temporarily gave Itamaraty the upper hand in managing the spate of problems between Brazil and Bolivia, Ecuador, Paraguay, and Argentina in late 2008. Garcia maintains the lead on contacts with South America's leftist governments, and where he is not the author of Brazil's outreach to countries such as Cuba, South Africa, Iran, and Russia, he is fully supportive and active in advancing these relationships.

- - - - -
 Comment: Prepare for the Challenge...and the Change
 - - - - -

¶12. (C) The ideological forces currently dominating Itamaraty mean that, in the near term, the Foreign Ministry will continue to represent a challenge for U.S. engagement on many issues. At least through the end of the Lula administration, the ideological bent of certain key policymakers will constrain cooperation in some areas. Pursuing initiatives with Brazil--and particularly those not dear to the principal foreign policymakers--will continue to require a substantial investment of time, strategic preparation, and effort to overcome ideological headwinds, bureaucratic inertia, and more pressing priorities (see also septels).

¶13. (C) In particular, although Itamaraty will remain a significant player on almost all U.S. initiatives and interests in Brazil, the way forward with the GOB will in large measure involve working with other significant players as well. In the first instance, this means the Presidency, as Lula has made clear his interest in developing a closer relationship with the United States and Garcia, his closest advisor, is the most dependable in reflecting views. Second, this means working with other GOB ministries and agencies that will act as advocates for closer cooperation. Finally, it means drawing in congress, the judiciary, governors, and non-governmental players, and the private sector in particular, which generally support working with the United States and often have the ability to sway decisions in favor of our initiatives.

¶14. (C) Building supportive coalitions with other Brazilian players as a way to overcome MRE opposition is a tested strategy: on the Tropical Forests Conservation Act debt swap, enhanced visa terms, our NAS LOA, civil aviation, defense cooperation, biofuels cooperation, information sharing, climate change, and a host of other issues, developing initiatives with and working through players other than Itamaraty have been critical elements in our success. Most recently, excellent relations with the Ministry of Justice,

BRASILIA 00000177 005 OF 005

Federal Police, and the Presidency were crucial to overcoming last-minute MRE refusal to issue visas to DEA agents preparing to transfer from Bolivia to Brazil (see septel). We expect that gaining Brazilian cooperation on climate change and hemispheric energy security will also depend heavily on working closely with players outside Itamaraty.

¶15. (C) Over the longer term, in light of the GOB's current efforts to adjust to broader participation on the world stage, we expect that senior Itamaraty policymakers will continue to expand the range of issues on which they are comfortable working in tandem with industrialized countries. During the next decade, the older generation of diplomats, who still often defined their interests as a regional power in opposition to the United States, will be replaced by a large cohort of younger, more pragmatic, and more globally oriented officers. The recognition by at least some senior Itamaraty officials that they have not done a good job of training "Americanists" who understand the United States suggests that there may well be increased openness to new initiatives on this front, especially following the departure of Samuel Guimaraes in 2009. Openness may increase further in 2011 if the Lula government is replaced by one with a less ideological set of senior policymakers.

¶16. (C) Post believes that it is critical to influence Brazil's new generation of diplomats, which we generally find more accessible and, while still strong nationalists, more ready to consider cooperation where U.S.-Brazil interests coincide. Among the new near-term possibilities we are exploring is the possibility of establishing a more regular program of speakers and digital video conferences with Rio Branco to promote engagement between their diplomatic trainees and U.S. diplomats and other interlocutors. Depending on how this is received, we might consider establishing a "young diplomats" group to allow for additional contact and exposure with U.S. diplomats. Post has also learned that the French instituted a diplomatic exchange program with Itamaraty in 2008, similar to our Transatlantic Diplomatic Fellowship, and now have a diplomat working in Itamaraty's Europe Department. We believe a similar proposal would be a valuable way both to test the waters for cooperation and, if implemented, both to gain further insight into the workings of this key ministry and to give Brazilian diplomats greater understanding of how the USG executes foreign policy.

SOBEL

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
09BRASILIA1195	2009-09-25 10:10	2010-12-17 07:07	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 001195

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 09/24/2019

TAGS: PGOV KDEM PREL SOCI BR HO

SUBJECT: BRAZIL REQUESTS MORE HELP IN HONDURAS

REF: BRASILIA 01184

BRASILIA 00001195 001.2 OF 002 Classified By: Charge d' Affaires, a.i. Lisa Kubiske, reason: 1.4 (b) a nd (d)

¶1. (C) Summary: Brazil,s Ministry of External Relations (MRE) Head of Mexico and Central America Division First Secretary Renato de Avila Viana told Poloff on September 24 that while the immediate threat to the Brazilian Embassy in Honduras has diminished, the GOB needs assistance getting their personnel, and potentially OAS and other international community intermediaries, in and out of the Brazilian Embassy in Honduras and in communication with Zelaya and the current Honduran government. UK Embassy counterparts at the same time met with MRE Head of Central America and Caribbean Department Ambassador Goncalo Mello Mourao and were told that the GOB has not asked the United States for any specific assistance and believe that Venezuelan President Hugo Chavez was behind Zelaya,s appearance at the Brazilian Embassy in Tegucigalpa. End Summary.

----- BRAZILIAN EMBASSY WELCOMED ZELAYA
WITH OPEN ARMS -----

¶2. (C) According to Viana, while the GOB and Brazilian Embassy in Tegucigalpa had no hand in, or previous warning of, Zelaya,s surprise appearance at their door, MRE leadership welcomed him into the Embassy. Viana explained that Zelaya reached Tegucigalpa by land and that it was a Congress member in Honduras, who supports Zelaya, who first entered into contact with the Brazilian Embassy. They were informed that the ousted First Lady wanted to meet with the Brazilians in the Embassy, which they communicated back to Brasilia, and Under Secretary for Latin America Amb. Enio Cordeiro approved her entrance into the Embassy. The former First Lady appeared at the Embassy with Zelaya and it was Secretary-General (Deputy FM) Amb. Samuel Pinheiro Guimaraes who gave the approval for Zelaya to enter, because the GOB supports Zelaya, explained Viana.

¶3. (C) Viana was the one who communicated these approvals to the Brazilian Embassy and was the first to speak with Zelaya once he entered and said to the President, "our Embassy is your house, bien venido." According to Viana, Zelaya responded, "Thank you for your government,s continued support since I was kicked out. This is my official return to my country and I am ready to announce that I am back." MRE officials then called Brazilian President Lula, who was on the plane to New York to meet with the UN, who said the situation was to be kept a secret until Chavez and Zelaya announced Zelaya,s return publicly, which occurred approximately one hour

after Zelaya arrived at the Brazilian Embassy. Viana said that he offered Zelaya asylum but that Zelaya did not want it.

----- TENSIONS EASE, HEAVY RESTRICTIONS
REMAIN -----

¶4. (C) Viana said that the security situation at the Brazilian Embassy had improved; electricity and water were turned back on, however the phone lines were still down but they somehow had access to the internet and their best means of communication was via cellular phones. The greatest worry to the Brazilians right now, he said, is that while people can leave the Embassy, they are not allowed to return. Viana expressed the GOB,s appreciation for US assistance in providing a van to take most of their personnel out of the Embassy because the Honduran military is not allowing the operation of any vehicles associated with the Brazilian Embassy. Viana said that once the military expelled protestors who were in front of the Embassy, 300 Zelaya supporters jumped the fence and sought refuge in the Embassy. It was the Red Cross that brought three buses to the Embassy to ensure most of the protestors safe passage out of the Embassy. Currently, approximately 70 Zelaya supporters remain in the Brazilian Embassy.

----- BRAZIL REQUESTS INCREASED ASSISTANCE

¶5. (C) Viana asked for greater U.S. pressure on the Honduran government to ease their impositions on the Brazilian Embassy and on the international community to intervene. Viana said that the Brazilians in Honduras need to have free access into their Embassy use of their vehicles. The MRE is also looking to get a higher level Brazilian official into Honduras to help mediate the situation. However, they fear that the official will be barred from entering the Embassy. Viana also said that they hope an Organization of American States delegation will arrive in Honduras this weekend, but fear those individuals will also have difficulty entering the Brazilian Embassy. International flights should be allowed to enter Honduras starting this weekend, according to Viana.

¶6. (C) Viana explained that Brazil,s current strategy was to involve the OAS and the international community in negotiations. He said Zelaya and the government in power in Honduras were not communicating at all. Zelaya communicates only with the Brazilians and press. The Brazilians in Honduras have only been able to communicate with Honduran military, and this has only developed recently due to assistance from the U.S. Embassy. Viana said that the best news he received so far was that the UN claimed the poor conditions in Honduras at this point suggest elections in November cannot be free and fair and have suspended election assistance. Viana said that increased pressure from the United States and the international community toward a solution is necessary.

----- BRAZIL PLAYS DOWN U.S. HELP, BLAMES
CHAVEZ IN TALK WITH UK -----

¶7. (C) During PolOff,s meeting with Viana, UK Embassy Charge and PolOff met with Mourao at MRE and recounted to PolOff that Mourao said they are extending to Zelaya "hospitality, not asylum." Mourao told them that, while they did not specifically ask the U.S. for any assistance, the U.S. Embassy in Honduras had been quite helpful. (Note: Viana communicated several requests for assistance to PolOff in reftel.) Mourao told the British that the help they would like from the United States is in blocking remittances to Honduras as a way of pressuring the government in power, as, according to Mourao, 60 percent of remittances into Honduras come from the United

States. Mourao also said the GOB believes Chavez was behind Zelaya,s plan to appear at the Brazilian Embassy, and appeared irritated over this.

KUBISKE

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
09BRASILIA1210	2009-10-02 10:10	2010-12-17 07:07	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 02 BRASILIA 001210

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 10/01/2019

TAGS: PGOV KDEM PREL SOCI BR HO

SUBJECT: BRAZIL LACKS STRATEGY IN HONDURAS

BRASILIA 00001210 001.2 OF 002 Classified By: Political Counselor Steve Liston, reason: 1.4 (b) and (d)

¶1. (C) Summary: Brazil, which had pinned much of its hope for a quick resolution of the Honduras crisis on the success of an OAS or Costa Rica President Arias, mission to Tegucigalpa, now seems at a loss of how to protect its Embassy in Tegucigalpa and negotiate itself out of the standstill in Honduras, domestic crisis. Brazil has vowed to ignore Micheletti,s ten-day ultimatum for the release of Zelaya, yet fears the repercussions its embassy will face, and is looking to the UN Security Council for help. End summary.

----- BRAZIL SITTING ON ITS HANDS AND WAITING -----

¶2. (C) Brazil,s Ministry of External Relations (MRE) Head of Mexico and Central America Division First Secretary Renato de Avila Viana in September 28 and 30 meetings said that Brazil was ignoring the ten-day ultimatum the Micheletti government gave the Brazilians for turning over Zelaya, however, greatly fears the repercussions its Embassy in Tegucigalpa will face once the ten days have passed. Viana thinks that the Micheletti government is looking to buy as much time as possible, which is why they barred the OAS delegation from entering the country, but time is what Brazil does not have in this situation while its Embassy houses Zelaya and is under constant threat by the Honduran security forces. According to Viana, the Brazilian Embassy in Washington received a bomb threat via telephone call against the Brazilian Embassy in Tegucigalpa; Viana said the United States Secret Service is working with the Brazilian Embassy in Washington to trace the call.

¶3. (C) Viana said he was no longer confident that the OAS will be able to enter Honduras and begin a negotiation between the Micheletti and Zelaya factions in the near future, and it is evident that President Arias is trying to untangle himself from the Honduran situation as well. According to Viana, Brazil does not yet have a new strategy to deal with the Honduran crisis taking place in their embassy and is now looking to the Security Council to take a strong stance on the situation to lead to greater international assistance. Viana said that the MRE is only focused on engaging the USG and Spanish government on the issue of Honduras. His office at the MRE has been turned into the Honduras situation room, running from nine in the morning until eleven at night, every day, but they were only processing information on the situation and not planning for the resolution of the crisis.

¶4. (C) Brazilian Senators Eduardo Azeredo (PMDB-Minas Gerais) and Heraclito Fortes (DEM-Piaui), chairman and member of the Senate External Relations and National Defense Committee respectively, told PolOffs on September 30 that Brazil is not able to deal with the situation in Honduras and needs USG assistance. Fortes said "We are not ready for this. Not in Honduras. We don,t even have an Ambassador. It is just one officer and his driver." Azeredo stressed that the United States "should not separate itself" from its recent tradition of taking a strong role in promoting democracy in the region. He believes that the USG is trying to take a more non-interventionist role, but said that this is not the time to stay on the sidelines.

----- COSTA RICA SHYING AWAY FROM
INVOLVEMENT IN HONDURAS -----

¶5. (C) In a September 28 meeting with Poloffs, Costa Rica Ambassador to Brazil Jorge Alfredo Robles Arias said that, while Costa Rican President Arias has the will to help mediate the situation, he will not make any effort to that end until he sees both the Micheletti and Zelaya camps willing to come to the negotiating table. Robles explained that Arias will not risk his international prestige unless both sides are willing to move forward. Robles said that the Brazilian government had yet to contact his embassy for information on Arias, potential role in the crisis and that Costa Rica had no contact with the Micheletti government.

¶6. (C) Robles emphasized that Zelaya,s return to power was an unconditional demand made by Costa Rica and the rest of the region. Robles explained that it was after Secretary Clinton suggested that Arias become involved in the resolution of the crisis in Honduras that he offered up the San Jose accord. According to Robles, all items in the accord are ultimately negotiable, with the exception of Zelaya,s return to the presidency. Robles repeatedly pressed for the U.S. position on Zelaya,s return to power, questioning if the U.S. Congress, lack of support for Zelaya could lead to decreased pressure from the United States on Honduras and the international community to act. PolCouns told Robles that the United States had notchanged our position with regard to the need for a peaceful resolution under the frameworks already laid out.

----- POORLY PLANNED OAS MISSION DERAILED

¶7. (C) Robles and Viana both confirmed that four out of the five OAS representatives sent to Honduras were barred from entering the country on September 27. Robles claimed this was because of a lack of strategy by the OAS, which sent a small group of representative who lacked status and diplomatic credentials without giving Honduras previous warning of their arrival. Only the Chilean representative of the five sent was allowed to enter Honduras, most likely because of his experience in the region, according to Robles. Viana said that there are actually two OAS representative in Honduras right now, the Chilean and the second highest ranking Brazilian representative to the OAS. The Brazilian representative, Viana explained, was going as part of the derailed mission but flew into Tegucigalpa before the five other members of the OAS delegation who encountered problems. Viana also noted that the Brazilian,s entry into Tegucigalpa was aided by the U.S. Embassy in Tegucigalpa.

¶8. (C) Viana claimed that the Spanish government was also struggling to reestablish their presence in Honduras. The Spanish Ambassador and two other diplomats have been barred from entering the country until Spain recognizes the Micheletti government, a situation Viana said the Spanish

are very troubled by. According to Viana, the Carter Center,s Friends of Democratic Charter are also planning to send a delegation to Honduras next week, however, he believes they will also struggle to enter the country.

¶9. (C) Comment: It is notable that Viana, Robles, and Azeredo all expressed concern that the United States might waiver in its current stance, and that the OAS and regional mediators alone cannot make inroads with the Micheletti and Zelaya factions. Having been vocal in its support for Zelaya,s return and dragged--almost certainly without advance warning--into an unaccustomed place at the center of the crisis, Brazil appears to be at a loss as to what to do next. It is remarkable that the GOB has apparently made no effort to reach out within the region or taken a more assertive role in seeking a resolution. Instead, planted firmly in the back seat, it appears Brazil is looking to the United States, the OAS, and the United Nations to safeguard its interests and, it hopes, navigate toward a long-term solution.

KUBISKE

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
09BRASILIA1262	2009-10-26 19:07	2010-12-17 07:07	CONFIDENTIAL	Embassy Brasilia

C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 03 BRASILIA 001262

SIPDIS

E.O. 12958: DECL: 10/23/2019

TAGS: PGOV KDEM PREL SOCI BR HO

¶1. (C) Summary: A six-member Brazilian Congressional delegation traveled to Tegucigalpa September 30 to October 2 to support the Brazilian community in Honduras and met with Zelaya and Micheletti government officials. According to two members of the delegation, Zelaya appeared to be "fragile" and perhaps not completely lucid. Only four members of the delegation met with Micheletti, who affirmed that there had been no coup against Zelaya and all of the government,s repressive measures were taken to protect the population. In meetings with PolOffs in Brasilia and Recife this month the delegation was unable to define a strategy or provide recommendations for Brazil to help diffuse the Honduras crisis, which parallels the lack of planning and vision seen in the Lula administration and Brazilian Ministry of Foreign Relations (MRE) on the issue (Reftel). At the broadest level, this reflects the fact that Brazil is in the unaccustomed position of being at the center of a crisis outside its historical sphere of influence. End summary.

----- BRAZIL CONGRESSIONAL DELEGATION
VISITS HONDURAS -----

¶2. (C) Six Brazilian Chamber of Deputies (equivalent to United States House of Representatives) members traveled to Honduras September 30 to October 2 to visit the Brazilian Embassy and met with Zelaya and Micheletti government officials. The delegation included four opposition members--Raul Jungmann (PPS-PE), Bruno Araujo (PSDB-PE), Ivan Valente (PSOL-SP), and Marcondes Gadelha (PSB-PB)--and two members of the ruling party, Janeta Pieta Rocha (PT-SP) and Mauricio Rands (PT-PE)--all of whom serve in the Foreign Affairs Committee (CREDN) in the Chamber of Deputies. In meetings with Recife PolOffs and Brasilia Poloffs Congress members emphasized that the main goal of their trip was to support the Brazilian community in Honduras and convey to the Micheletti government that Honduras must respect the Brazilian Embassy and staff. Rocha and Jungmann said there are approximate 600 Brazilians living in Honduras.

¶3. (C) The GOB did not fully support the delegation,s mission. Jungmann said that the Ministry Foreign Relations (MRE) did not like the idea of having members of Congress dealing with a diplomatic issue. Jungmann explained that the MRE tried to block their trip and even the President of the Chamber of Deputies, Michel Temer, heavily lobbied the delegation not to travel. According to both Jungmann and Rocha, they all had to pay their own way from El Salvador to Tegucigalpa, otherwise they would not have been able to make the trip.

¶4. (C) Rocha described the situation in Honduras as worrisome. She was concerned with the level of repression exerted by the government because

Micheletti was "ruling with a firm hand." There was a curfew being enforced and the media was being censored, she said, in addition to the harassing measures Rocha said the Micheletti government and security forces were employing against the Brazilian Embassy.

----- MEETINGS WITH ZELAYA AND MICHELETTI -----

¶5. (C) Both Jungmann and Rocha recounted their meetings in Honduras in general terms. Jungmann said the delegation first met with the Honduran Supreme Court, which told the Brazilians that Zelaya,s removal from power was Constitutional. The delegation was successful in visiting the Brazilian Embassy in Tegucigalpa and was well received. According to Jungmann, the Embassy,s employees were very grateful and felt that the GOB had not abandoned them. There are currently only three Brazilian employees at the Embassy, and only one is a diplomat. Rocha expressed her appreciation for the United States Embassy,s assistance to the Brazilian Embassy in Honduras, which included their role in negotiations with the Micheletti government and food deliveries.

¶6. (C) The delegation also met with the Honduran National Assembly and opened a dialog between legislatures in Brazil and Honduras, according to Rocha, who said "we as parliamentarians can demand a certain parliamentary diplomacy." Rocha said they made it clear to the Honduran Congress that Brazil did not expect or plan Zelaya,s return to Honduras and refuge in the Brazilian Embassy. But, because of Brazil,s negative experience with a military dictatorship, in which so many Brazilian lives were saved when other countries gave them refugee, Brazil could not have turned down Zelaya. Rocha added that the meeting was interesting since many of the Honduran members of Congress were involved with the ousting of Zelaya. The Honduran members conveyed to the Brazilians their belief that Brazil and Venezuela had partnering roles and positions on Zelaya,s return, and the Brazilian delegation worked hard to explain otherwise, Rocha said.

¶7. (C) Regarding their meeting with Zelaya, Rocha said he was "fragile" but holding up well. Jungmann said the meeting was interesting but that Zelaya may not be completely lucid. Rocha explained that the Micheletti government was employing a lot of "psychological interference" against Zelaya, which she listed as light and sound interference and the constant presence of snipers around the Brazilian Embassy. Rocha said Zelaya thanked the Brazilian delegation for their visit and thanked Brazilian President Lula for his support. Zelaya told the Brazilians all he wants is an electoral process without interruptions before the November election and to step down from office in January.

¶8. (C) Rocha and Rands did not attend the meeting with Micheletti. Rocha said it was not a difficult decision for her to miss the meeting because she ideologically could not meet with a "golpista" (coup-maker) and the Micheletti appointment was the last on their schedule. Jungmann said that in the meeting, Micheletti tried to explain that there had been no coup, that every process had been respected and done in line with the Honduran constitution, with the exception of how the military removed Zelaya from office. Micheletti told Jungmann it was the Honduran military that saw the need to remove Zelaya from the country to prevent a civil war. Micheletti also mentioned that martial law was implemented to protect the population, and avoid serious confrontations. Micheletti told Jungmann that the military is not controlling the private sector or government institutions, which is a common occurrence following a true military coup.

----- MUDDLED GOB MESSAGE AND POLICY -----

¶9. (C) Jungmann and Rocha viewed the trip as a success but, while the delegation was united in its primary goal--to support the Brazilian community and Embassy in Honduras--they appeared factionalized in their intention and views for the rest of the trip. Jungmann said the delegation did not speak as one voice and as the leader of the group there were some uncomfortable moments when he had to manage different political views. But, Jungmann said, that was to be expected since he put together a delegation with members from different parties. Jungmann said he is working on a trip report to be presented to the Chamber,s Foreign Affairs Committee, but did not say when it would be completed.

¶10. (C) Both Jungmann and Rocha reiterated that they believe Brazil was correct in allowing Zelaya to enter their Embassy and that the GOB did not have any prior knowledge or warning of Zelaya,s return to Honduras. Jungmann, however, made it a point to say that Brazil should have prevented Zelaya from using the Embassy as a pulpit to stir up his supporters and cause problems in Honduras. Jungmann recounted that the most delicate and embarrassing moment of the trip was when the delegation was shown a DVD with images of protestors holding banners saying, "Brazil and Venezuela have violated Honduras, sovereignty," images that had been broadcast throughout the country many times. Jungmann went so far as to say that Brazil should apologize to Honduras, an idea he said was completely rejected by other members in the delegation, the MRE, and other members of the Chamber of Deputies Foreign Relations Committee. He said, "I knew my proposal would not be accepted, but one has to express what he or she thinks." He said, "the Brazilian government acted correctly when it decided to host Zelaya, but our diplomacy made a serious mistake in allowing him to interact with the population via our Embassy."

¶11. (C) Although she did not define a position and plan for Brazil in the crisis, Rocha expressed the need for the United States to provide greater clarity on its position on the situation, asserting that the U.S. Congress is evidently divided over the issue. Rocha added that she hopes that the international community exerts greater voice in the Honduran crisis because Latin America has seen these types of standstills erode the progress made to protect civil rights in the region.

¶12. (C) COMMENT: The congressional delegation,s somewhat chaotic and inconclusive visit to Honduras mirrors the GOB,s muddled policy toward the crisis in Honduras (Reftel). The matter was further complicated by the differing views within the delegation and confusion over which players in Honduras to engage. More than anything, the lack of decisive Brazilian action on the issue and the heated public debate on Brazil,s role (Sao Paulo septel) reflect the fact that Brazil finds itself in an unaccustomed and uncomfortable position, at the political center and in the public spotlight of a crisis outside its historical sphere of influence. End Comment. 13. (U) This Cable was coordinated with Consulate Recife.

KUBISKE

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
09BRASILIA1369	2009-11-25 20:08	2011-01-04 00:12	SECRET//NOFORN	Embassy Brasilia

DEPARTMENT FOR WHA, INR

E.O. 12958: DECL: 11/25/2019

TAGS: PINR PREL BR CO VE

SUBJECT: (S/NF) BRAZIL'S INVOLVEMENT IN CONFLICT BETWEEN COLOMBIA AND VENEZUELA (C-AL9-02389)

REF: A. SECSTATE 120006

B. BRASILIA 1342

Classified By: Political Counselor Stephen M. Liston, reasons 1.4 (b) and (d)

1. (S/NF) Below is initial post response to questions posed ref A regarding Brazil's involvement in the conflict between Venezuela and Colombia. Assessments are based on a number of meetings with and public statements by senior officials over the last several weeks, as well as a meeting November 24 between PolCouns and acting chief of the Ministry of External Relations (MRE) South America II (Andean) Department, Counselor Carla Barroso Carneiro. - - - Strategy? What Strategy? - - -

2. (S/NF) The GOB does not appear to have a strategy per se for reducing tensions, but is seeking opportunities to engage both countries to encourage dialogue and reduce tensions and instability. Citing the lack of troop movements as evidence that neither side was intent on conflict, Carneiro said that Brazil hopes for a gradual easing of tensions, as happened between Colombia and Ecuador. According to Carneiro, the GOB stands ready to help as requested, but does not feel the need to be involved if others can mediate more successfully.

3. (S/NF) Although new Deputy Foreign Minister Antonio Patriota told Charge November 18 that the November 26 Amazon leaders summit would provide an opportunity to discuss the conflict, Carneiro said there is no bilateral meeting scheduled between Chavez and Uribe, and Brazil is making no effort to plan to arrange one. We believe it is likely, however, that President Lula and Presidential Foreign Policy Marco Aurelio Garcia will make some effort to organize a meeting on the spot if it appears it would be productive. - - -

South America Should Handle Its Own Problems - - -

4. (S/NF) Carneiro also cited the November 27 UNASUL meeting in Quito as another possible forum for addressing the conflict, although Brazilian congressional contacts recently returned from Bogota told Consulate Recife that Uribe refused to attend. Asked about Brazil's view on whether the UN, OAS, or UNASUL would be the preferred forum, Carneiro said that Brazil's goal is to reduce instability and the GOB would support efforts in any forum, but that Brazil's preference is for "South America to manage its own problems" via UNASUL, a consistent refrain of GOB officials.

¶5. (S/NF) Carneiro and other officials maintain that it is not Brazil's place to judge between the two sides. However, Brazil has consistently dismissed President Chavez's talk of war as inconsequential while insisting that Colombia should provide assurances to the region that it will respect other nations' sovereignty.

- - - U.S.-Colombia DCA a Continuing Issue - - -

¶6. (S/NF) Although Patriota deflected responsibility onto Colombia (ref B), Brazil continues to express both public and private concern with the U.S.-Colombia DCA, despite repeated U.S. assurances and explanations, the publication of the text, and Lula's own pronouncement during Uribe's visit this month that he was satisfied with Uribe's explanation. GOB concerns have been fanned by public USG documents that suggest the United States has regional or extra-regional reasons to use the bases, rather than purely domestic assistance to Colombia. While acknowledging Colombia's right to sign the accord and insisting that the issue should not harm U.S.-Brazil relations, Carneiro noted Brazil's continuing annoyance that it was "presented with a fait accompli" rather than being consulted before the document became public.

- - - Comment: Lack of Trust Meets Core Security Concerns - - -

BRASILIA 00001369 002 OF 002

¶7. (S/NF) Brazil continues to view itself in competition with the United States in South America and does not trust U.S. intentions, in particular with regard to the Amazon, Brazil's efforts at regional integration, and, more recently, Brazil's off-shore oil. While acknowledging the sovereign right of countries to conduct relations with the United States as they see fit, the fact is that Brazilians view with suspicion any U.S. presence or activity in South America (to include foreign assistance, energy or infrastructure cooperation, U.S. NGO activities, or USG law enforcement cooperation, as well as military activities). At the same time, Brazil has an almost neurotic need to be and be seen to be the equal of the United States, and has taken to heart U.S. messaging regarding Brazil as the regional leader to which we look to manage problems in South America.

¶8. (S/NF) It is these two aspects of our relations that, together, have made the U.S.-Colombia DCA so problematic for Brazil. On the one hand, the GOB sees the U.S. presence as encroachment on its turf, a threat to its leadership and--both directly and, because of the tensions created with Venezuela, indirectly--to its security. On the other hand, it feels betrayed by the USG's failure to acknowledge Brazil's primacy in the region by consulting in advance on our activities in South America, and especially those with regional security implications.

¶9. (S/NF) Brazil's overriding goal in South America is stability, and it sees the possibility of a war between Colombia and Venezuela--or any of its other neighbors--as a direct threat to its security. The GOB does not trust either Chavez or Uribe to act wisely, but at present sees Uribe as the bigger threat to stability, in part because Colombia's excursion into Ecuador last year showed what it can and will do, and in part because of his U.S. backing. Under Lula, the GOB has preferred to use personal presidential contacts, combined with more intense minister-level contacts, to manage relations with and among its more difficult neighbors. This is likely to be the primary method Brazil will use to lower tensions in this instance.

JACKSON

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
10BRASILIA44	2010-01-15 13:01	2011-01-15 00:12	UNCLASSIFIED//FOR OFFICIAL USE ONLY	Embassy Brasilia

UNCLAS SECTION 01 OF 02 BRASILIA 000044

SENSITIVE

SIPDIS

WHA FOR AMB. SHANNON, BSC, CAR

E.O. 12958: N/A

TAGS: EAID PREL BR MARR

SUBJECT: TFHA01: BRAZIL ACTIVE, EAGER TO PARTNER WITH USG ON HAITI RELIEF
REF: 09 BRASILIA 1428 Brazil Launches High-Energy Effort on Haiti 1

. (U) In the wake of the January 12 earthquake in Haiti, the GOB has taken an unusually active role in assistance efforts, building on its leadership of MINUSTAH and recent rotation onto the UN Security Council. Brazilian actions to date include: * Sent by President Lula, Defense Minister Nelson Jobim made a January 13-14 visit to Haiti to assess needs. According to press reports, Jobim has defined Brazil's priorities as 1) burial of the dead; 2) medical assistance to the injured; 3) removal of debris; 4) reinforcement of security; and 5) distribution of supplies, principally water and food. *

The GOB has created a "crisis cabinet" under the direction of the Institutional Security Office (GSI) in the presidency to coordinate Brazil's humanitarian assistance.

* The GOB has made a commitment of USD 15 million to Haiti relief, the largest single assistance commitment Brazil has ever made.

* The GOB is sending of two planes with 14 tons each of foodstuffs, with an additional eight aircraft on standby for an "air bridge" to ferry additional supplies to Haiti as needed.

* The GOB sent January 14 two fire and rescue teams (one from Brasilia, one from Rio de Janeiro).

* The Brazilian military has established a field hospital in Port au Prince and will send two fully equipped field hospitals, one air force (already in process) and one naval (in the near future).

* The GOB has committed to sending an amphibious ship to arrive in Haiti in February. Brazilian Interest in Haiti Relief Opens New Avenue for Bilateral Cooperation

¶2. (SBU) The disaster has further energized Brazilian interest in partnering with the USG in Haiti in both the near and long term. President Lula is advocating a donors conference as soon as possible, and spoke with President Obama about it on January

¶13. Foreign Ministry officials have made clear their interest in cooperating with the USG on both immediate disaster relief and longer term

recovery assistance. Brazilian Cooperation Agency (ABC) officials, who recently participated in a joint USAID-ABC visit to Haiti aimed at defining areas for joint work there (reftel), are particularly interested in working with us to define where assistance can best be used. The Brazilian military reached out immediately after the quake to SOUTHCOM and is making every effort to coordinate its activities with the U.S. military.

¶3. (SBU) Comment: It is clear that Haiti remains a priority for the GOB and one in which it believes it can partner successfully with the United States, providing an opportunity for further expanding USG cooperation with the Brazilian military and ABC, and for demonstrating the potential of such partnerships to senior foreign ministry and presidency officials. End comment. Brazilian Press Coverage of U.S. Efforts Extensive and Favorable

¶4. (U) Brazilian broadcast, print and online media have all reported extensively on the U.S. commitment to Haiti. Media reported on statements made by President Obama, Secretary Clinton, releases by USAID/OFDA and SouthCom, the mobilization of U.S. rescue teams, and the deployment of aircraft carrier USS Vinson to Haiti. Television coverage by major stations, particularly TV Globo, regularly features footage of President Obama, Secretary Clinton, and U.S. relief efforts. Media reported President Lula spoke by phone with President Obama about how to provide assistance through the United Nations, and the possibility of co-hosting a donor's conference as soon as possible. An editorial in Brazil's largest newspaper, "Folha de Sao Paulo," entitled "Tragedy and Example," said that only more joint initiatives may help to ease the despair caused by the earthquake in Haiti. Media noted President Obama's rapid response to the disaster.

BRASILIA 00000044 002 OF 002

Status of Brazilians in Haiti

¶5. (U) The Foreign Ministry established a 24-hour hotline for those seeking information on family members in Haiti. The Foreign Ministry estimates over 1,300 Brazilians are resident in Haiti; Brazil's MINUSTAH contingent, consisting of 1,266 soldiers, is the largest segment. The GOB has confirmed 14 deaths among the Brazilian contingent, and expects additional deaths. It is already reportedly the largest loss for the Brazilian military in a single incident since 1945. MINUSTAH Deputy Special Representative Luiz Carlos da Costa is missing and presumed dead. One civilian death, that of prominent NGO head Zilda Arns, has also been confirmed. The wife of deputy foreign minister and former ambassador to the United States Antonio Patriota, stationed in Port au Prince with the UN, has been confirmed safe.

KUBISKE

ANEXO III



Consejo de Seguridad

Distr. general
30 de abril de 2004

Resolución 1542 (2004)

**Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión,
celebrada el 30 de abril de 2004**

El Consejo de Seguridad,

Recordando su resolución 1529 (2004), de 29 de febrero de 2004,

Acogiendo con satisfacción el informe del Secretario General de 16 de abril de 2004 (S/2004/300) y apoyando sus recomendaciones,

Afirmando su firme determinación de preservar la soberanía, la independencia, la integridad territorial y la unidad de Haití,

Deplorando todas las infracciones de los derechos humanos, en particular contra la población civil, e instando al Gobierno de transición de Haití (“el Gobierno de transición”) a que adopte todas las medidas necesarias para poner fin a la impunidad y asegurarse de que la promoción y protección constantes de los derechos humanos y el establecimiento de un Estado basado en el imperio de la ley y de un poder judicial independiente figuren entre sus más altas prioridades,

Reafirmando también sus resoluciones 1325 (2000), sobre las mujeres, la paz y la seguridad, 1379 (2001), 1460 (2003) y 1539 (2004), sobre los niños afectados por conflictos armados, y 1265 (1999) y 1296 (2000), sobre la protección de los civiles en los conflictos armados,

Observando con satisfacción y alentando las disposiciones que han tomado las Naciones Unidas en sus operaciones de mantenimiento de la paz para que el personal de mantenimiento de la paz cobre conciencia de la prevención y el control del VIH/SIDA y de otras enfermedades transmisibles,

Encomiando el despliegue rápido y profesional de la Fuerza Multinacional Provisional (FMP) y las actividades de estabilización que ha emprendido,

Tomando nota del acuerdo político a que llegaron algunas de las partes principales el 4 de abril de 2004 e *instando* a todas las partes a que trabajen sin demora para llegar a un amplio consenso político sobre la naturaleza y la duración de la transición política,

Reiterando su llamamiento a la comunidad internacional para que siga prestando asistencia y apoyo al desarrollo económico, social e institucional de Haití a largo plazo y observando con satisfacción la intención de la Organización de los Estados Americanos (OEA), la Comunidad del Caribe (CARICOM) y la comunidad internacional de donantes, así como de las instituciones financieras, de participar en ese empeño,

Observando que existen obstáculos para la estabilidad política, social y económica de Haití y determinando que la situación de Haití sigue constituyendo una amenaza a la paz y la seguridad internacionales de la región,

1. *Decide* establecer la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), fuerza de estabilización solicitada en la resolución 1529 (2004), por un período inicial de seis meses, con la intención de prorrogarla por nuevos períodos y pide que la autoridad de la FMP sea traspasada a la MINUSTAH el 1° de junio de 2004;

2. *Autoriza* a los elementos restantes de la FMP a que sigan desempeñando su mandato con arreglo a lo dispuesto en su resolución 1529 (2004) con los medios disponibles y durante un período de transición no superior a 30 días a partir del 1° de junio de 2004, según pida y necesite la MINUSTAH;

3. Pide al Secretario General que nombre un Representante Permanente en Haití, que tendrá la autoridad general sobre el terreno para la coordinación y dirección de las actividades de los organismos, fondos y programas de las Naciones Unidas en el país;

4. *Decide* que, de conformidad con el informe del Secretario General sobre Haití (S/2004/300), la MINUSTAH conste de un componente civil, que estará integrado por un máximo de 1.622 miembros de la policía civil, incluidos los asesores y las unidades constituidas, y un componente militar, que constará de un máximo de 6.700 efectivos, entre oficiales y tropa, y *pide asimismo* que el componente militar esté directamente subordinado al Representante Especial por conducto del comandante de la fuerza;

5. *Apoya* el establecimiento de un grupo básico presidido por el Representante Especial e integrado por sus adjuntos, el Comandante de la Fuerza, representantes de la OEA y la CARICOM, otras organizaciones regionales y subregionales, las instituciones financieras internacionales y otros directamente interesados, a fin de facilitar la ejecución del mandato de la MINUSTAH, promover la interacción con las autoridades de Haití en calidad de socios y hacer más eficaz la acción de la comunidad internacional en Haití, como se expone en el informe del Secretario General (S/2004/300);

6. *Pide* que en el desempeño de su mandato la MINUSTAH coopere y se coordine con la OEA y la CARICOM;

7. *Actuando* en virtud del Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas en relación con la sección I que figura más abajo, *decide* que la MINUSTAH tenga el mandato siguiente:

I. Entorno seguro y estable:

a) En apoyo del Gobierno de transición, establecer un entorno seguro y estable en el que se pueda desarrollar el proceso político y constitucional en Haití;

b) Ayudar al Gobierno de transición en la supervisión, reestructuración y re- forma de la Policía Nacional de Haití, de conformidad con las normas de policía democrática, en particular mediante el examen de los antecedentes y la certificación de su personal, el asesoramiento sobre su reorganización y formación, en particular formación en cuestiones de género, y la supervisión y el adiestramiento de los miembros de la Policía Nacional de Haití;

c) Prestar asistencia al Gobierno de transición, en particular a la Policía Nacional de Haití, mediante programas amplios y sostenibles de desarme, desmovilización y rein- serción para todos los grupos armados, incluidas las mujeres y los niños asociados con esos grupos, así como mediante medidas de seguridad pública y control de armas;

d) Prestar asistencia en el restablecimiento y mantenimiento del Estado de derecho, la seguridad pública y el orden público en Haití, prestando, entre otras co- sas, apoyo operacional a la Policía Nacional de Haití y el Servicio de Guardacostas de Haití, así como en el fortalecimiento institucional, incluido el restablecimiento del sistema penitenciario;

e) Proteger al personal, los servicios, las instalaciones y el equipo de las Naciones Unidas y la seguridad y libertad de circulación de su personal, teniendo en cuenta la responsabilidad primordial que incumbe al Gobierno de transición a este respecto;

f) Proteger a los civiles, en la medida de sus posibilidades, y dentro de su zona de despliegue sobre los cuales se cierna una amenaza inminente de ataque físico, sin perjuicio de las obligaciones del Gobierno de transición y de las autoridades policiales;

II. Proceso político:

a) Apoyar el proceso constitucional y político que se ha puesto en marcha en Haití, incluso ofreciendo buenos oficios, y fomentar los principios del gobierno democrático y el desarrollo institucional;

b) Ayudar al Gobierno de transición en sus esfuerzos por entablar un proceso de diálogo y reconciliación nacional;

c) Ayudar al Gobierno de transición en la tarea de organizar, supervisar y lle- var a cabo elecciones municipales, parlamentarias y presidenciales libres y limpias a la mayor brevedad posible, en particular prestando asistencia técnica, logística y administrativa y manteniendo la seguridad, con el apoyo apropiado a un proceso electoral en que la participación de los votantes sea representativa de las caracterís- ticas demográficas del país, con inclusión de las mujeres;

d) Ayudar al Gobierno de transición a extender la autoridad del Estado por todo Haití y apoyar el buen gobierno a nivel local;

III. Derechos humanos:

a) Apoyar al Gobierno de transición, así como a las instituciones y grupos haitianos de derechos humanos, en sus esfuerzos por promover y proteger los dere- chos humanos, particularmente los de las mujeres y los niños, a fin de asegurar la responsabilidad individual por los abusos de los derechos humanos y el resarci- miento de las víctimas;

b) En cooperación con la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos, vigilar la situación de los derechos humanos, incluida la situación de los refugiados y las personas desplazadas que regresan, y presentar informes al respecto;

8. *Decide* que la MINUSTAH, en colaboración con otros asociados, preste asesoramiento y asistencia, en los ámbitos de su competencia, al Gobierno de transición:

a) En la investigación de las infracciones de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario, en colaboración con la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos, con objeto de poner fin a la impunidad;

b) En la formulación de una estrategia de reforma y fortalecimiento institucional del poder judicial;

9. *Decide también* que la MINUSTAH actúe en coordinación y cooperación con el Gobierno de transición, así como con sus asociados internacionales, a fin de facilitar el suministro y la coordinación de la asistencia humanitaria y el acceso del personal de organizaciones humanitarias a la población necesitada de Haití, prestando especial atención a los sectores más vulnerables de la sociedad, particularmente las mujeres y los niños;

10. *Autoriza* al Secretario General a adoptar todas las medidas necesarias para facilitar y apoyar el rápido despliegue de la MINUSTAH, antes de que las Naciones Unidas asuman las funciones de la Fuerza Multinacional Provisional;

11. *Pide* a las autoridades de Haití que concierten con el Secretario General un acuerdo sobre el estatuto de las fuerzas en un plazo de 30 días a partir de la aprobación de la presente resolución y señala que, hasta que se concierte dicho acuerdo, se aplicará provisionalmente el modelo de acuerdo sobre el estatuto de las fuerzas de 9 de octubre de 1990 (A/45/594);

12. *Exige* que se respeten estrictamente las personas y los locales de las Naciones Unidas y su personal asociado, la OEA, la CARICOM y otras organizaciones internacionales y humanitarias y misiones diplomáticas en Haití y que no se produzcan actos de intimidación o de violencia contra el personal dedicado a tareas humanitarias, de desarrollo o de mantenimiento de la paz; *exige también* que todas las partes de Haití permitan a todos los organismos humanitarios el acceso sin trabas y en condiciones de seguridad para que puedan desempeñar su labor;

13. *Destaca* la necesidad de que los Estados Miembros, los órganos de las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales, en particular la OEA y la CARICOM, otras organizaciones regionales y subregionales, las instituciones financieras internacionales y las organizaciones no gubernamentales sigan contribuyendo a la promoción del desarrollo social y económico de Haití, en particular a largo plazo, con el fin de lograr y mantener la estabilidad y combatir la pobreza;

14. *Insta* a todas las entidades mencionadas, en particular a los órganos y organismos de las Naciones Unidas, a que ayuden al Gobierno de transición de Haití a preparar una estrategia de desarrollo a largo plazo para tal fin;

15. *Exhorta* a los Estados Miembros a que proporcionen ayuda internacional cuantiosa para atender a las necesidades humanitarias en Haití y proceder a la reconstrucción del país, recurriendo a los mecanismos de coordinación pertinentes, y *exhorta también* a los Estados, en particular los de la región, a que presten el apoyo

adecuado a las medidas adoptadas por los órganos y organismos de las Naciones Unidas;

16. *Pide* al Secretario General que le presente un informe provisional sobre el cumplimiento de este mandato y un informe adicional antes de que expire el mandato en que le formule recomendaciones acerca de si habrá que prorrogar, reestructurar o reconfigurar la misión a fin de asegurar que tanto ella como su mandato sigan siendo pertinentes en relación con los cambios en la situación política, de seguridad y de desarrollo económico de Haití;

17. *Decide* seguir ocupándose de la cuestión.



Consejo de Seguridad

Distr. general
19 de enero de 2010

Resolución 1908 (2010)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6261ª sesión, celebrada el 19 de enero de 2010

El Consejo de Seguridad,

Reafirmando sus anteriores resoluciones sobre Haití, en particular sus resoluciones 1892 (2009), 1840 (2008), 1780 (2007), 1743 (2007), 1702 (2006), 1658 (2006), 1608 (2005), 1576 (2004) y 1542 (2004),

Expresando su más sentido pésame y su solidaridad a todos los afectados por el devastador terremoto ocurrido el 12 de enero en Haití y a sus familias,

Expresando además su más profunda gratitud por la labor del personal civil y militar de la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), así como por la labor del personal de otras organizaciones de las Naciones Unidas y organizaciones internacionales en Haití,

Reconociendo las penosas circunstancias y la necesidad urgente de una respuesta,

Acogiendo con beneplácito las iniciativas de los Estados Miembros en apoyo del Gobierno y el pueblo de Haití y la MINUSTAH,

1. *Hace suya* la recomendación hecha por el Secretario General de aumentar la dotación general de la MINUSTAH a fin de apoyar la labor inmediata de recuperación, reconstrucción y estabilidad;

2. *Decide*, por tanto, que la MINUSTAH estará integrada por un componente militar de hasta 8.940 efectivos, entre oficiales y tropa, y un componente de policía de hasta 3.711 integrantes y que mantendrá en examen, según sea necesario, el nuevo número de militares y policías;

3. *Decide* seguir ocupándose de la cuestión.

ANEXO IV

COOPERAÇÃO BRASIL-HAITI CONFORME O SÍTIO ELETRÔNICO DA ABC

PROJETOS EM ANDAMENTO

Projeto	Título
BRA/04/043-S001	Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento de Caju para o Haiti.
BRA/04/043-S057	Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti.
BRA/04/043-S092	Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de feijão no Haiti.
BRA/04/043-S093	Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de arroz no Haiti.
BRA/04/043-S094	Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mandioca no Haiti.
BRA/04/043-S095	Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de milho no Haiti.
BRA/04/043-S112	“Criação de uma Unidade de Demonstração e de Validação de Tecnologia Agrícola na fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR), em Fond-des-Nègres, Departamento de Nippes”
BRA/04/044-A333	Participação de Especialistas Brasileiros no Debate sobre a Experiência da Pastoral da Criança.
BRA/04/044-A357	Visita Técnica de Funcionário da Prefeitura de Salvador para Elaboração de Projetos de Cooperação Brasil-Haiti
BRA/04/044-A383	Programa de Cooperação Brasil-Haiti Pós-Terremoto. Identificação de Condições in Loco para Retomada da Cooperação e Detalhamento de Novas Demandas nas Áreas de Agricultura, Educação/Formação Profissional, Saúde e Inclusão Social.
BRA/04/044-A412	Programa de Cooperação Brasil-Haiti Pós-Terremoto. Identificação de Condições in Loco para Retomada da Cooperação E Detalhamento De Novas Demandas Nas Áreas Tecnologias De Construção De Baixo Custo, Saneamento, Fortalecimento Institucional, Esportes E Cidadania.
BRA/04/044-A413	Programa Brasil-Haiti de Cooperação. CARICOM
BRA/04/044-A449	Aquisição de imagem orbital para viabilizar a elaboração da proposta de segunda fase do projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti" e do Plano de Proteção e Restauração da floresta de Pinus
BRA/04/044-A475	Apoio às Iniciativas de Proteção da Criança no Haiti Pastoral da Criança
BRA/04/044-A503	“Missão de avaliação e acompanhamento do Projeto de

	Revitalização da Fazenda de Fond-des-Nègres - Haiti”
BRA/04/044-A532	Missão de Técnicos da Polícia Federal para Coordenação de Atividades de Capacitação no Haiti
BRA/04/044-A559	Missão institucional para prospecção de projeto de capacitação em matéria de defesa civil
BRA/04/044-A605	“Missão de representantes do Instituto Haitiano de Estatística (IHS) ao Brasil para elaboração de proposta de projeto, em parceria com o IBGE, na área de pesquisa populacional das pessoas com deficiência”
BRA/04/044-A622	Capacitação de Profissionais de Saúde Haitianos em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera
BRA/04/044-S226	Capacitação Técnica para Formação Instrutores de Armamento e Tiro.

Fonte: ABC

PROJETOS FINALIZADOS

Projeto	Título
BRA/04/043-Ativ. Isolada FNDE	Missão de Prospecção de Projeto na área de Fortalecimento de Associações de Produtores no Haiti.
BRA/04/044-SEMINARIO FR-BR	Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti.
Inclusão social pelo esporte	Inclusão social por meio da prática esportiva

Fonte: ABC

SITUAÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL – HAITI

Investimento total 2004-2008¹: US\$ 7.146.588,90

Atualizada em 09/07/08

FAX Nº <u>13</u>	PAG Nº <u>5</u>
------------------	-----------------

Identificação do Projeto	Instituições Executoras		Valor da contrapartida	Objetivo	Situação atual / Próximos Passos
	Brasil	Haiti/Outros parceiros			
Projetos em execução					
<p>01 - Transferência de Tecnologias em Sistemas de Produção e Processamento de Caju para o Haiti</p>	<p>Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA Agroindústria Tropical)</p>	<p>Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)</p>	<p>ABC: US\$ 147,340.00 Embrapa: US\$ 38,600.00 Total: US\$185.940,00</p>	<p>Desenvolver ações de transferência de tecnologias, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cultura do caju no Haiti, como meio de melhorar a renda dos pequenos produtores, com ênfase na produção, processamento e usos alternativos do caju.</p>	<p>Em fase de conclusão. A mini-fábrica de processamento de caju já se encontra na Cooperativa de Grande Rivière du Nord. Aguarda-se a conclusão da reforma do galpão para o envio de missão técnica da Embrapa e da metalúrgica Incomap para a instalação definitiva das máquinas e a realização das sessões de capacitação em cultura e processamento de caju.</p>

¹ Valor inclui o aporte do Brasil (US\$ 3.959.697,90) e de parceiros externos (US\$ 3.186.891,00). A contribuição brasileira inclui recursos financeiros para a realização de treinamentos, compra de equipamentos e insumos, aquisição de passagens e pagamento de diárias, bem como horas técnicas dos especialistas brasileiros envolvidos nas atividades de cooperação. Do total da contrapartida financeira do Brasil, US\$ 3.129.397,90 corresponde a aporte financeiro da ABC/MRE.

<p>02- Coleta de dejetos sólidos com vistas à consolidação do processo de redução da violência armada em Carrefour Feuilles – Fase II</p> <p>Parceiro externo:</p> <p>Fundo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)</p>	<p>Governo brasileiro</p>	<p>Ministério dos Trabalhos Públicos e Prefeitura de Porto Príncipe</p>	<p>Total : US\$ 1.165.300,00 (Fundo IBAS)</p>	<p>Fortalecer a paz no Haiti pelo oferecimento de alternativas e oportunidades de desenvolvimento sustentável.</p>	<p>MULTILATERAL.</p> <p>A implantação de pontos de coleta de lixo e as atividades de mobilização e educação já foram consideradas experiências exitosas, que poderão ser replicadas no restante do país. O Projeto está na sua segunda etapa de execução, que já alcançou a implantação de pontos de coleta de lixo na região e um centro de triagem, inaugurado em dezembro de 2007. A Eng. Eliana Nicolini é a responsável pela transferência de tecnologia brasileira ao Projeto.</p>
<p>03- Erradicação e prevenção das piores formas de trabalho infantil no Haiti.</p> <p>Parceiro externo:</p> <p>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p>	<p>Ministério do Trabalho e Emprego (convidado pela ABC para contribuir com as atividades técnicas)</p>	<p>Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho</p>	<p>Total: US\$ 289,823.00 (ABC)</p>	<p>Prover 200 crianças em situação de trabalho, de áreas urbanas e rurais selecionadas, de oportunidades educacionais formais e informais; realizar um exercício de prevenção com 600 crianças; e apoiar o Comitê Tripartite Nacional (Governo, Empregados e Empregadores) a identificar necessidades e prioridades para combater o trabalho infantil.</p>	<p>TRILATERAL.</p> <p>Financiamento do Brasil. A OIT está planejando os meios para a execução local (não há escritório da organização na capital haitiana) e a seleção da área a ser atendida, com participação da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.</p>

FAX Nº 136

<p>04 - Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações</p> <p>Parceiro externo:</p> <p>Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI)</p>	<p>Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde</p>	<p>Ministério da Saúde Pública e das Populações (MSPP)</p> <p>Ministério do Planejamento</p>	<p>ABC: US\$ 170.200</p> <p>Min. Saúde: US\$ 644.250</p> <p>ACDI: US\$ 1.413.480,00</p> <p>Total: US\$ 2.227.930,00</p>	<p>Contribuir para o aprimoramento e o fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações do Haiti, sua logística e seu gerenciamento. O Governo do Brasil contribui não somente com sua experiência de sucesso em vacinação, mas também com a doação de 1.200.000 doses de vacina contra hepatite B. A ACDI/Haiti complementa essa ação com a aquisição de material de apoio para o Programa Haitiano de Imunizações e outras ações correlatas realizadas no âmbito do programa canadense de cooperação ("guarda-chuva") de ampliação das ações de vacinação no Haiti que conta com a parceria de diversas organizações, como a OMS e o UNICEF.</p>	<p>TRILATERAL.</p> <p>A Campanha Haitiana de Vacinação, iniciada em nov/2007, visa a prevenir doenças como o sarampo e a rubéola. O Projeto contribuiu com a campanha ao distribuir 10 refrigeradores e energia solar e 10 congeladores a gás. 6 técnicos do Ministério da Saúde já cumpriram missão técnica no Haiti para auxiliar nas atividades de suporte à rede de frio, normas técnicas e sistemas de informação. O Projeto será prorrogado até dezembro de 2008 para a conclusão das atividades técnicas, cujo cronograma foi prejudicado pela realização de campanhas de vacinação no Haiti e no Brasil. Ademais, a ABC fará um aporte adicional de recursos no valor de US\$ 137.970 para apoiar a manutenção dos técnicos brasileiros no Haiti e a realização de capacitações com técnicos locais. A doação de doses de vacina contra a hepatite B somente será realizada após o fortalecimento da cadeia de frio do país, ou seja, quando o Ministério da Saúde do Haiti tiver condições mínimas para conservar essa doses.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FAX Nº 13

<p>05 - Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti</p> <p>Parceiro externo:</p> <p>Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI)</p>	<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p> <p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</p>	<p>Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)</p>	<p>ABC: US\$ 206,840</p> <p>UFRRJ: US\$ 86,250</p> <p>AECI: US\$ 315,200</p> <p>Total: US\$644,290</p>	<p>Recuperar as áreas ambientalmente degradadas, formar agentes multiplicadores, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a produção agroflorestal.</p> <p>Sinergia com o Programa Araucária, implementado pela AECI na região sudeste do Haiti.</p>	<p>TRILATERAL</p> <p>Uma equipe da UFRRJ esteve no Haiti, em out/nov de 2007, para levantar as condições atuais da Floresta de Pinus e de Mapou e definir, junto com o MARNDR, as espécies a serem utilizadas no processo de reflorestamento. Os materiais e equipamentos acessórios para as atividades de reflorestamento foram adquiridos no Brasil e entregues no Haiti. A capacitação de 10 técnicos haitianos no Brasil deverá ser realizada em julho próximo.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FAX Nº 13

Identificação do Projeto	Instituições Executoras		Valor da contrapartida	Objetivo	Situação atual / Próximos Passos
	Brasil	Haiti			
Projetos aprovados					
<p>01 – Combate a violência contra as mulheres no Haiti.</p> <p>Parceiros externos:</p> <p>Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)</p> <p>OXFAM International</p>	<p>Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres – SEPM</p> <p>Ministério da Saúde</p>	<p>Ministério da Condição feminina e dos Direitos da Mulher (MCFDM)</p>	<p>ABC: US\$41.850,00</p> <p>UNFPA: US\$22.500,00</p> <p>OXFAM: US\$232.511,00</p> <p>Total: US\$ 296.861,00</p>	<p>Contribuir para operacionalização do plano nacional de prevenção a violência contra a mulher e o tratamento das mulheres vítimas de violência sexual em três departamentos (Sudeste, Nordeste e parte do Oeste), por meio do intercâmbio de especialistas e experiências entre o Brasil e o Haiti e dos apoios diretos à intervenções e à sua coordenação.</p>	<p>O documento de projeto e a proposta de Ajuste Complementar serão assinados durante a visita presidencial, no dia 28 de maio de 2008.</p>
<p>02 – Promoção da sustentabilidade da produção de hortaliças na região de Kenscoff, Haiti.</p> <p>Parceiro externo: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)</p> <p>Parceiro haitiano: Associação AFÈ NEG COMBIT (ANC)</p>	<p>Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)</p>	<p>Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)</p>	<p>ABC: US\$ 168.950,00</p> <p>Embrapa: US\$ 25.200,00</p> <p>MARNDR: US\$ 19.600,00</p> <p>ANC: US\$ 10.000,00</p> <p>IICA: US\$ 8.300,00</p> <p>Total: US\$ 232.050,00</p>	<p>Contribuir para a melhoria do sistema de produção de hortaliças na região de Kenscoff com a implantação de bancos de sementes e unidades experimentais. Esta iniciativa é um desdobramento do Projeto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti”, origem do trabalho da Embrapa Hortaliças no Haiti. O resultado da experiência anterior foi apropriado pela comunidade local, que solicita assistência bilateral ampliada àquela região.</p>	<p>O documento de projeto e a proposta de Ajuste Complementar serão assinados durante a visita presidencial, no dia 28 de maio de 2008.</p>

Identificação do Projeto	Instituições Executoras		Valor da contrapartida solicitada à ABC	Objetivo	Observações
	Brasil	Haiti/ Outros parceiros			
Projetos concluídos					
<p>01 - Apoio à Organização das Eleições Locais e Legislativas no Haiti</p> <p>Parceiro externo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</p>	ABC	<p>Conselho Eleitoral Nacional Provisório</p> <p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</p>	US\$1.000.000,00	<p>Consolidar o processo democrático no Haiti.</p> <p>Contribuir, junto com outros doadores, com Projeto « guarda-chuva » do PNUD, criado em 2004, para apoiar a organização das eleições locais, legislativas e presidenciais no Haiti. O Governo brasileiro figura como um dos doadores presentes na programação dos recursos disponíveis no âmbito desse Projeto do PNUD</p>	<p>O Governo brasileiro contribuiu com US\$ 2 milhões (duas contribuições de US\$ 1 milhão, sendo a primeira em maio de 2005, via Delbrasonu, e a segunda em novembro de 2006, pela ABC. Os recursos foram utilizados para o fortalecimento institucional, operações de registro, contratação de pessoal, segurança, educação civil, campanhas informativas e de divulgação, estruturas e serviços, comunicação, materiais e equipamentos para as eleições. A ABC solicitou o retorno do saldo da contribuição de 2006 e a correspondente prestação de contas. A DOI/MRE está estudando a possibilidade de contribuir com o valor US\$ 200.000 para apoiar as eleições senatoriais 2008.</p>
<p>02 – Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti (Fase I)</p>	Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	US\$ 119.400,00	<p>Desenvolver ações de transferência de tecnologia, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cultura da mandioca no Haiti, como um meio de melhorar a renda e o estado nutricional dos pequenos produtores, com ênfase na produção, processamento e usos alternativos da mandioca.</p>	<p>Este projeto deverá ser retomado em breve, uma vez que os objetivos originalmente previstos não foram alcançados na íntegra devido à expiração dos instrumentos legais em junho de 2007 (Ajuste Complementar e Projeto).</p>

<p>03 - Haiti Building Institutional Capacity and Strengthening Provision of School Feeding Program (Merenda Escolar) - FASE I e II</p> <p>Parceiro externo: Banco Mundial (BIRD)</p>	<p>ABC</p>	<p>Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional</p> <p>ONG "Bureau de Nutrition et Développement"</p>	<p>US\$600.000,00</p>	<p>Viabilizar a participação brasileira no Projeto "Haiti Building Institutional Capacity and Strengthening Provision of School Feeding Program", do Banco Mundial.</p>	<p>O Brasil fez duas contribuições de US\$ 300.000,00 (anos letivos 2005/2006 e 2006/2007) para o fornecimento de merenda escolar particularmente nas comunidades de Cité Soleil e Bel Air em apoio ao Projeto desenvolvido pelo BIRD no Haiti.</p>
<p>04 - Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti</p> <p>Parceiro externo: Parceria com o Programa "Pro-Huertas" da Argentina</p>	<p>Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA Semi-Árido e Hortaliças)</p>	<p>Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)</p>	<p>US\$148.129,00</p>	<p>Construir cisternas familiares e validar socialmente cultivares de hortaliças em diferentes unidades geoambientais do Haiti, visando a melhoria da segurança alimentar/nutricional local e o acesso à água potável.</p>	<p>Em fevereiro de 2008, 13 cisternas foram inauguradas na comuna de Ganthier. Aproximadamente 50 pessoas foram capacitadas em cada sessão de formação conduzida pela Embrapa naquela comuna (1ª sessão: out/2006; 2ª sessão: nov/2007). A FAO está replicando a experiência brasileira no sul do Haiti. A ABC forneceu os manuais traduzidos em francês e criou para construção de cisternas e a FAO contratou 2 haitianos que foram treinados pela Embrapa em Ganthier. Sobre o componente hortaliças, a Embrapa teve êxito em mapear cultivares de possível introdução no Haiti, e ampliará sua ação por meio de um novo projeto bilateral na região de Kenscoff, próxima à Porto Príncipe.</p>

<p>05 – Estratégia de Gestão de Resíduos Sólidos no Haiti</p> <p>Parceiro externo : Banco Mundial (BIRD)</p>	<p>ABC</p>	<p>Ministério dos Trabalhos Públicos e Prefeitura de Porto Príncipe</p>	<p>US\$125.000,00</p>	<p>Viabilizar a participação brasileira no Projeto "Solid Waste Management Strategy", do Banco Mundial.</p>	<p>O Brasil fez uma contribuição financeira de US\$ 125.000,00 para apoiar o Projeto do BIRD no Haiti.</p>
<p>06 – Fortalecimento Institucional no Haiti</p>	<p>ABC</p>	<p>Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>US\$5.260,00</p>	<p>Identificar junto às autoridades haitianas e representantes do Secretariado Geral da ONU no Haiti , setores em que o Brasil possa prestar Cooperação Técnica em matéria de fortalecimento institucional.</p>	
<p>07 – Missão de prospecção ao Haiti na Área de Infra-estrutura Aeroportuária</p>	<p>INFRAERO</p>	<p>Autoridade Aeroportuária Nacional (Haiti)</p>	<p>US\$7.500,00</p>	<p>Realizar missão de prospecção para detalhar ações de cooperação técnica nas áreas de planejamento operacional, equipamento, segurança aeroportuária, planejamento de áreas comerciais e espaços destinados à publicidade, controle de passageiros embarcados e organização do sistema de cargas.</p>	
<p>08 – Capacitação Técnica em Defesa Civil.</p>	<p>Ministério da Integração Nacional</p>	<p>Ministério do Interior e das Coletividades Territoriais (MICT)</p>	<p>US\$13.751,49</p>	<p>Capacitar 3 técnicos haitianos na organização e operacionalização da Defesa Civil conforme currículo de curso constante no anexo I) em análise de riscos de desastres, através do manejo correto de informações, e em gestão do processo de Defesa civil.</p>	

FAX Nº 13

09 – Apoio ao Instituto Nacional de Formação Profissional do Haiti: Formulação de Projeto para o Centro de Formação Profissional de Jacmel.	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Instituto Nacional de Formação Profissional (INFP)	US\$2.377,43	Missão de prospecção de arquiteto do SENAI a Jacmel com o objetivo de avaliar o terreno onde será construído o Centro de Formação Profissional. Verificada a inviabilidade de implantar o Centro no local.	
10 - Desenvolvimento agro-industrial sucro-alcooleiro do Departamento do Norte (Cap Haïtien) do Haiti.	Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade de São Paulo (USP)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	US\$2.418,00	Missão de prospecção no Departamento do Norte do Haiti para apresentar recomendações sobre as possibilidades de desenvolvimento agro-industrial sucro-alcooleiro daquela região.	
11 - Proposta de Cooperação Técnica junto ao Governo do Haiti para Reestruturação dos Serviços de Imunização.	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde Pública e das Populações (MSPP)	US\$8.877,00	Realizar junto à equipe de saúde do Haiti, avaliação da situação epidemiológica existente e as condições para a organização e reestruturação do serviço de vacinação de rotina, aprimorando e fortalecendo o programa nacional de imunizações do país.	
12 - Observação do processo eleitoral haitiano com vistas a identificar áreas de cooperação técnica brasileira em matéria eleitoral.	Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Ministério das Relações Exteriores	US\$7.486,67	Identificar junto às autoridades haitianas áreas em que o Brasil poderia prestar cooperação técnica na área de processo eleitoral.	
13 - Missão de prospecção de técnicos brasileiros da Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) e da Embrapa Semi-Árido (Petrolina-PE) ao Haiti com vistas a elaborar projeto de cooperação técnica.	Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	US\$8.080,00	Identificar possibilidades de cooperação técnica Brasil-Haiti em hortaliças e cisternas.	

14 - Missão de prospecção e capacitação de técnicos haitianos à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental.	Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	US\$14.464,00	Capacitar técnicos haitianos em biocombustíveis e Identificar possibilidades de cooperação técnica Brasil-Haiti no setor.	
15 – Capacitação de Técnicos haitianos em construção de cisternas na Embrapa Semi-Árido	Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	US\$19.952,51	Capacitar 3 técnicos haitianos na construção e uso de cisternas.	
16 - Capacitação em Software Livre e Instalação de Tele-centro Comunitário	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	Ministério das Relações Exteriores	US\$365,00	Promover a inclusão digital entre a população do Haiti por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.	
17 - Reciclagem Operacional para Bombeiros em Contra-Incêndio e Salvamento em Aeródromos	INFRAERO	Autoridade Aeroportuária Nacional (Haiti)	US\$21.334,00	Manter atualizado o nível técnico dos profissionais haitianos que exercerão atividades de contra-incêndio e salvamento em aeródromos.	

FAX Nº 13

Identificação do Projeto	Instituições Executoras		Valor da contrapartida	Objetivo	Situação atual / Próximos Passos
	Brasil	Haiti			
Projetos em negociação					
01 – Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti – Fase II	Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	Em negociação.	Desenvolver ações de transferência de tecnologia, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cultura da mandioca no Haiti, como um meio de melhorar a renda e o estado nutricional dos pequenos produtores, com ênfase na produção, processamento e usos alternativos da mandioca.	Está em negociação a retomada do Projeto para conclusão das atividades originalmente previstas e incorporação de novas demandas do Ministério da Agricultura do Haiti. Aguarda-se conclusão do Projeto “Transferência de Tecnologias em Sistemas de Produção e Processamento de Caju para o Haiti” para a obtenção de boas práticas técnicas e operacionais que contribuam com a execução da segunda fase do projeto de promoção da cultura da mandioca.
02 - Inserção Social pela Prática Esportiva	Ministério dos Esportes (ME)	Ministério da Juventude, dos Esportes e da Ação Cívica (MJSAC)	Em negociação.	Democratizar o acesso à prática esportiva como ação integrada à atividade educacional.	Solicitado o envio de missão técnica do Ministério do Esporte para ultimar a negociação da versão definitiva do Projeto. Missão prevista para o primeiro semestre de 2008. Foco na transferência de tecnologias do Programa “Segundo Tempo”.

FAX Nº 13
PÁG Nº 15

<p>03 - Projeto de apoio à educação técnico-profissional no Haiti.</p>	<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>Instituto Nacional de Formação Profissional (INFP), do Ministério da Educação</p>	<p>Em negociação.</p>	<p>Fortalecer o Instituto Nacional de Formação Profissional.</p>	<p>A pedido do INFP, missão técnica da Secretaria de Educação Profissionalizante e Tecnológica do MEC foi realizada, no período de 10 a 13 de setembro de 2007, para iniciar a prospecção de um projeto na área. Em julho de 2008, será realizada a visita de um representante do INFP ao Brasil para conhecer boas práticas de formação profissional que possam subsidiar a elaboração de versão final de projeto e Ajuste Complementar. Foco na revisão de currículos e normas e estruturação de novos cursos técnicos.</p>
<p>04-Fortalecimento do Programa Nacional de Cantinas Escolares</p>	<p>Ministério da Educação (MEC) e outros parceiros a serem identificados.</p>	<p>Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional</p>	<p>Em negociação</p>	<p>Fortalecer o Programa Nacional de Cantinas Escolares haitiano.</p>	<p>Realizada missão técnica de representantes do Programa Nacional de Cantinas Escolares do Haiti (PNCS) ao Brasil, em março deste ano, financiada pelo Programa "Educação para Todos" do Banco Mundial. Foram realizados encontros e visitas de campo em Brasília e em Salvador para identificar boas práticas que podem ser replicadas no Haiti. Aguarda-se a apresentação de proposta de projeto pelo PNCS.</p>